

MOBILIDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Teresa Bago d'Uva
Marli Fernandes



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Outubro 2017

Director de Publicações: António Araújo

Título: Mobilidade Social em Portugal

Autores: Teresa Bago d’Uva
Marli Fernandes

Revisão do texto: João Ferreira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8863-34-8

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação não adoptaram o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

MOBILIDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Teresa Bago d’Uva
Marli Fernandes

**MOBILIDADE
SOCIAL
EM PORTUGAL**

Prefácio

Nos últimos anos os aspectos de desigualdade económica e social ganharam forte atenção. A igualdade de oportunidades, em termos económicos e sociais, parece ser colocada em causa pelos chamados 1% (mais ricos) e seu distanciamento face ao resto da sociedade.

A mobilidade económica e social, ou a falta dela, numa sociedade, é sentida como um elemento da justiça social.

Igualdade de oportunidades não é unicamente mobilidade económica e social, mas pouca mobilidade económica e social será normalmente associada com ausência, ou pelo menos problemas, na igualdade de oportunidades.

O entendimento mais comum, embora não único, do que é mobilidade social pode ser descrito como a posição social e económica dos pais não determinar a posição social e económica dos filhos. Assim, o conceito de mobilidade social remete-nos para uma dimensão temporal medida em gerações, não em rendimento ou riqueza anual.

A sua análise recai com naturalidade sobre aspetos como a riqueza ou o rendimento (e salários, por estar informação sobre estes disponível com alguma facilidade), como a educação e ocupação profissional.

Tomando uma abordagem de tempo longo na evolução da sociedade, as perguntas centrais que surgem naturalmente: são qual o grau de mobilidade social existente na sociedade portuguesa? Aumentou ou diminuiu? E como compara com os nossos parceiros da União Europeia?

Sendo este um tema que tem despertado interesse em diferentes áreas do conhecimento, uma visão oriunda da análise económica é mais centrada no que os dados revelam do que em classificações em classes e seu significado, com as vantagens e desvantagens que implica essa opção de análise.

O trabalho de Teresa Bago d'Uva e Marli Fernandes procura dar uma resposta quantificada, o mais rigorosa possível, a estas perguntas. Usando informação sobre pais e filhos de inquéritos existentes e rotineiramente recolhidos, (re)constrói o movimento temporal da posição social de diferentes gerações. Consegue apresentar, com essa metodologia, a evolução da educação, da ocupação profissional e dos rendimentos dos filhos e filhas e sua relação com a educação e ocupação profissional dos pais.

As respostas às questões colocadas surgem então com clareza: a mobilidade económica e social em Portugal é tradicionalmente baixa, embora tenha aumentado de forma marcada na década de 70 do século passado. Dados os níveis de educação tradicionalmente muito baixos na população portuguesa, essa transformação não é muito surpreendente. Menos esperado foi encontrar que no aumento da mobilidade económica e social houve um papel dominante da mobilidade económica e social das mulheres, que partindo de um situação menos favorável tiveram uma evolução mais rápida no sentido de maior mobilidade social. Ainda assim, a sociedade portuguesa teve sempre uma menor mobilidade económica e social entre gerações do que os seus parceiros europeus, qualquer que seja o indicador e o período temporal considerados.

Há, pois, ainda um caminho a percorrer para uma sociedade mais livre, com maior igualdade de oportunidades, em que a condição dos pais não seja um factor determinante da condição dos filhos, em termos económicos e sociais.

Pedro Pita Barros

Lisboa, 17 de Julho de 2017

Expressamos o nosso agradecimento à Fundação Francisco Manuel dos Santos que nos motivou ao aprofundamento do conhecimento da mobilidade social em Portugal e nos acompanhou ao longo das diferentes etapas do estudo. Este trabalho beneficiou em particular de discussões com os Professores Carlos Farinha Rodrigues, Cristina Mateus Albuquerque, Susana Peralta, Renato Carmo e Pedro Magalhães. Agradecemos ainda à Nova School of Business and Economics o acesso à base de dados dos Quadros de Pessoal (recolhidos actualmente pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social,) e ao Eurostat o acesso às bases de dados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP) e do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC). Por fim, um especial agradecimento é devido ao Professor Pedro Pita Barros, pelo importante apoio e aconselhamento prestado ao longo da realização deste estudo.

ÍNDICE

Mobilidade Social em Portugal

	Capítulo 1			Capítulo 3
15	Introdução		64	Evolução da mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia
	Capítulo 2		64	3.1. Introdução
22	Mobilidade social entre gerações em Portugal e na União Europeia		65	3.2. Abordagens seguidas neste estudo
22	2.1. Introdução		68	3.3. Principais resultados sobre evolução da mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia
24	2.2. Principais resultados sobre mobilidade social entre gerações em Portugal e na União Europeia		71	3.4. Volatilidade e crescimento médios dos rendimentos familiares
29	2.3. Evolução do nível de escolaridade médio de pais e filhos ao longo do tempo		72	3.4.1. Análise para o total da população
30	Evolução da escolaridade dos inquiridos (filhos/as)		77	3.4.2. Por sexo
32	Evolução da escolaridade dos pais		77	3.4.3. Por grupo etário
34	Destaques Secção 2.3		78	3.4.4. Por nível de escolaridade
36	2.4. Relação entre educação do pai e educação dos/as filhos/as em Portugal e na União Europeia para diferentes coortes		79	Destaques Secção 3.4
36	Transições entre níveis de escolaridade de pais e filhos		81	3.4.5. Necessidade de ir além do crescimento e volatilidade médias num estudo sobre mobilidade
40	Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre o nível de escolaridade de pais e filhos		81	3.5. Uma primeira abordagem à análise da mobilidade nos rendimentos familiares: Transições entre decis
41	Mobilidade positiva, negativa e imobilidade por sexo		84	Destaques Secção 3.5
43	Destaques Secção 2.4		84	3.6. Grau de dependência entre rendimentos de períodos diferentes
44	2.5. Relação entre educação do pai e rendimento dos/as filhos/as		85	3.6.1. Análise para populações totais
47	Destaques Secção 2.5		86	3.6.2. Por sexo
49	2.6. Relação entre a ocupação profissional de pais e filhos/as		87	3.6.3. Por grupo etário
52	Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre a profissão de pais e filhos		87	3.6.4. Por nível de escolaridade
53	Mobilidade positiva, negativa e imobilidade por sexo		88	3.7. Mobilidade e redução da desigualdade no curto e médio prazo
55	Destaques Secção 2.6		90	3.7.1. Análise para a população total
57	2.7. Relação entre ocupação profissional do pai e rendimento dos/as filhos/as		93	3.7.2. Por sexo
59	Destaques Secção 2.7		93	3.7.3. Por grupo etário
60	2.8. Síntese		93	3.7.4. Por nível de escolaridade
			95	Destaques Secções 3.6 e 3.7
			96	3.8. Mobilidade entre grupos
			97	3.8.1. Entre sexos
			97	3.8.2. Entre grupos etários
			98	3.8.3. Entre níveis de escolaridade
			102	Destaques Secção 3.8
			102	3.9. Questões metodológicas
			103	3.10. Síntese

	Capítulo 4
105	Evolução da mobilidade intrageracional nos salários em Portugal
105	4.1. Introdução
108	4.2. Principais resultados sobre mobilidade intrageracional nos salários em Portugal
111	4.3. Crescimento e volatilidade médias nos salários
111	4.3.1. Crescimento e volatilidade a nível nacional
112	4.3.2. Por sexo
113	4.3.3. Por idade
114	4.3.4. Por escolaridade
114	Destaques Secção 4.3
115	4.4. Evolução salário médio por decil (corrente)
115	Destaques Secção 4.4
116	4.5. Uma primeira abordagem à análise da mobilidade salarial ao longo do tempo: evolução salarial por decil no período anterior
117	Destaques Secção 4.5
117	4.6. Transições entre decis de salário
118	Destaques Secção 4.6
119	4.7. Mobilidade como redutora da desigualdade a curto e a médio prazo
119	4.7.1. Mobilidade a nível nacional
119	4.7.2. Por sexo
120	4.7.3. Por idade
121	4.7.4. Por escolaridade
122	Destaques Secção 4.7
123	4.8. Evolução da posição de diferentes grupos na distribuição salarial: Sexo, idade e escolaridade
124	Destaques Secção 4.8
125	4.9. Mobilidade entre grupos
126	4.9.1. Sexo
127	4.9.2. Idade
128	4.9.3. Escolaridade
129	Destaques Secção 4.9
129	4.10. Síntese
	Capítulo 5
131	Conclusões
137	Referências bibliográficas
139	Anexos
151	Glossário de conceitos e indicadores

Capítulo 1

Introdução

Este estudo tem como objectivo avaliar o grau de mobilidade social em Portugal e, na medida do possível, a forma como evoluiu ao longo do tempo e como se situa no contexto da União Europeia. Analisamos a mobilidade social a vários níveis, começando por distinguir entre: i) entre gerações, ou intergeracional, de pais para filhos e ii) mobilidade intrageracional, isto é, para um mesmo indivíduo ou agregado familiar ao longo do tempo. Medimos a posição social em termos de rendimento, salários, escolaridade e ocupação profissional etc. Em algumas das nossas análises, foi-nos possível distinguir as situações de vários grupos como homens e mulheres, grupos etários e diferentes níveis de escolaridade.

O conceito de mobilidade social surge frequentemente associado com a noção de igualdade de oportunidades. Uma maior mobilidade é socialmente desejável porque a igualdade de oportunidades é um princípio amplamente apoiado. O apelo à igualdade de oportunidades baseia-se na ideia meritocrática de que as oportunidades devem depender das habilidades e esforço, e não da origem. Além disso, a desigualdade pode ser de dois tipos: diferenças temporárias, de curta duração no rendimento que são um sinal de mudanças dinâmicas; ou diferenças no estatuto do rendimento de longo prazo, onde cada família/indivíduo permanece na mesma posição ano após ano. O último tipo de desigualdade é mais preocupante do que o primeiro.

Começamos por resumir o que já é sabido sobre mobilidade social no nosso país.

A introdução do Liberalismo, e o fim do Antigo Regime, permitiram dar termo a uma sociedade estratificada, onde a mobilidade social era praticamente nula, regulada principalmente pela monarquia e sendo possível praticamente apenas através de dois meios: pela acumulação de capital económico através do comércio de grosso trato, principalmente quando envolvia as colónias (Monteiro, 1997); ou mais frequente entre os grupos sociais mais baixos, a aposta dos pais era em encaminhar os filhos para o clero secular (Olival e Monteiro, 2003). A difusão dos valores liberais a partir do século XIX da liberdade e igualdade (incluindo igualdade de oportunidades) são ainda

alguns dos princípios da nossa sociedade. A noção de mobilidade social surge frequentemente associada a igualdade de oportunidades (Jäntti e Jenkins, 2013).

A maioria dos estudos sobre mobilidade social intergeracional em Portugal foram efectuados entre as décadas de 1980 e 1990. Estes passam sobretudo por análises do nível de deslocamento social nos vários estratos que existem na sociedade (ex.: operários, assalariados agrícolas, empregados executantes, empresários, etc., dependendo da metodologia seguida na divisão de classe). A tipologia desenvolvida por estes estudos divide-se em três tipos: de inspiração neomarxista, a de Erik Olin Wright, valoriza a posse de propriedade, recursos organizacionais e das qualificações profissionais; com uma perspectiva culturalista, a de Bourdieu, que valoriza a posse, volume e composição dos capitais (existindo estudos que utilizam ambas as perspectivas) (ex.: Almeida *et al.*, 1994; Magalhães, 1994; Grácio, 1996; Cabral, 1998); e os estudos de Estanque e Mendes, numa perspectiva mais marxista, que se orienta pelo trabalho de Wright (1997) que valoriza a posse de propriedade, recursos organizacionais e das qualificações profissionais (ex.: Mendes, 1997).

Nestes estudos, existe também uma distinção entre mobilidade absoluta e mobilidade relativa: mobilidade absoluta contabiliza todas as transferências entre formações de classe, enquanto mobilidade relativa quantifica a probabilidade de um indivíduo oriundo de uma classe social vir a ocupar qualquer outra posição na estrutura de classes. Estes estudos, resumidos abaixo, revelam o impacto das alterações estruturais que a sociedade portuguesa sofreu durante o século XX na sua composição em termos de classes sociais e servem como motivação ao estudo da mobilidade social e justificação para a variação dos seus valores. As alterações principais foram: evolução demográfica, incluindo envelhecimento da população; aumento da escolarização; crescente urbanização e litoralização; terciarização da actividade económica e aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Magalhães (1994) analisou práticas e consumos culturais na Área Metropolitana do Porto em 1988 e concluiu que o crescimento das classes médias na zona se devia à complexificação, segmentação e terciarização da economia e sociedade, tendo existido um declínio nas classes operárias e de efectivos nos sectores industrial e agrícola. Apesar de predominar uma ascensão entre o nível de instrução do inquirido e o dos pais, não é pautada uma ascensão para o nível superior, acrescentando a autora que a escola, por si só, não explica mobilidades sociais efectivas, já que esta continua a ser palco de diferenças sociais, entroncadas desde logo na família de origem através da sua classe de pertença.

Almeida *et al.* (1994) concluem que a mobilidade social em áreas urbanas com mais de 10 000 habitantes em 1991 era significativa, graças ao rápido

aumento dos níveis de escolaridade. Contudo, este estudo apoia-se na descrição das taxas absolutas de mobilidade, não sendo possível apreender se existe uma maior igualdade de oportunidades relativas das diferentes classes sociais; para além de que, em 1991, apenas 34% da população portuguesa vivia em áreas urbanas com mais de 10 000 habitantes, pelo que esta não é uma amostra representativa da população e nestas localidades poderá existir um melhor acesso ao sistema de ensino e a oportunidades acrescidas no mercado de trabalho.

O papel da educação na manutenção da posição social ou na ascensão social em Portugal foi salientado por Grácio (1996), tendo o autor também notado que as distâncias relativas entre as classes sociais no acesso e nas oportunidades escolares e de emprego se mantiveram, existindo uma forte mobilidade estrutural e absoluta mas uma taxa de mobilidade social baixa.

Mendes (1997) utilizou dados de um inquérito de 1995 e demonstrou que dentro dos que partem de uma situação em que possuem algum dos recursos de exploração (propriedade, autoridade ou qualificações), as suas probabilidades de mobilidade estrutural para uma classe social mais alta são elevadas enquanto entre os que não possuem nenhum dos recursos a mobilidade é baixa. Numa análise intergeracional comprovou-se que os indivíduos que possuíam entre 35 e 45 anos, a inexistência de propriedade (definida como todo o indivíduo que trabalhe por conta própria e tenha assalariados, isto é, seja empregador) e autoridade (definida como indivíduos que são gestores ou supervisores) eram as maiores barreiras à mobilidade dos indivíduos. Nos indivíduos que entraram no mercado de trabalho em meados das décadas de 1960 e 1970, baixas qualificações (definidas pela ocupação) não surgiram como obstáculo à mobilidade social; em relação aos indivíduos com mais de 45 anos e que entraram no mercado de trabalho nos anos 1960 nenhum dos três recursos de exploração se mostrou significativo, o que o autor justifica como uma demonstração da mobilidade social da época criada pela industrialização do país e o início do processo migratório para as áreas urbanas. Mendes (1997) estudou a mobilidade intergeracional em Portugal por sexos. Para os homens, as três dimensões surgiram como obstáculos significativos à mobilidade intergeracional, não tendo sido possível ordená-los por intensidade, mas concluindo-se que a mobilidade é baixa. No caso das mulheres, a propriedade, as qualificações e a autoridade não surgem como obstáculos à mobilidade intergeracional, a estrutura social apresenta-se bastante permeável, superior à dos homens; no entanto, é de realçar que não foram incluídas na análise domésticas ou desempregadas, pelo que é possível que a sua análise esteja sobrestimada.

Cabral (1998) observou uma existência de fluxos de mobilidade intergeracional absoluta elevados, expectáveis face às transformações sociopolíticas que

marcaram a sociedade portuguesa, utilizando dados de um inquérito de 1994. Segundo o autor, os indivíduos nascidos no final dos anos 1940 e princípio dos anos 1950 foram aqueles que tiveram maior probabilidade de mobilidade social entre os indivíduos analisados nascidos entre as décadas de 1930 e 1970, beneficiando da modernização técnico-profissional da sociedade portuguesa a partir do final dos anos 60 e da abertura política que se lhe seguiu. A maioria desta mobilidade absoluta é ascendente.

A partir do século XXI as análises de mobilidade social em Portugal reduziram-se e especializaram-se. Uma análise recente é a de Ramos (2014) que analisou a mobilidade social utilizando dados de inquéritos recolhidos entre Novembro de 2009 e Junho de 2010. No período em que os indivíduos tinham entre 18 e 35 anos, a mobilidade absoluta é de 33% para a geração nascida entre 1950 e 1955, e de 34.6% para a geração nascida entre 1970 e 1975. É de acrescentar que Ramos (2014) investigou também os fluxos de mobilidade pela via da qualificação, tendo notado que estes ocorrem essencialmente nos indivíduos que provêm de famílias onde predomina o trabalho executante, enquanto os indivíduos que provêm do operariado são aqueles onde se observam trajectórias que conduzem à reprodução da situação dos pais, sobretudo no caso dos homens.

Num estudo da OCDE (Causa e Johansson, 2009; Causa, Dantan e Johansson, 2009) que usou dados de 2005 para 14 países da União Europeia, concluiu-se que em Portugal ter um pai que tenha atingido o ensino superior leva a um salário 20% superior em média por comparação com quem tenha um pai que tenha atingido apenas o final do secundário; Portugal é o país que apresenta menor mobilidade social entre gerações.

Sabe-se menos sobre a mobilidade social para um mesmo indivíduo – mobilidade intrageracional – em Portugal, especialmente sobre a sua evolução ao longo do tempo. No entanto, os estudos existentes apontam também para uma baixa mobilidade no nosso país. Gangl (2005) estudou este tipo de mobilidade nos rendimentos na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1990 (usando a mesma base de dados que é usada no presente estudo para a Europa neste período). Encontrou em Portugal a mais baixa mobilidade da Europa, a par da Irlanda e um pouco abaixo dos Estados Unidos. Van Kerm e Pi Alperin (2013) analisaram a mobilidade intrageracional nos rendimentos na Europa para os anos de 2003 a 2007 e para 26 Estados-membros (usando a base de dados que usaremos aqui de 2004 a 2014). Aplicaram várias metodologias semelhantes às que usamos aqui nas variações dos rendimentos do agregado familiar por adulto equivalente ao longo dos anos. Ainda que os *rankings* obtidos dependam do índice utilizado, Portugal tende a apresentar baixa mobilidade em comparação com os outros países. Não é possível combinar os resultados destes

dois estudos para concluir acerca da evolução da mobilidade em Portugal entre os anos 1990 e passados cerca de 10 anos. Isto porque, apesar de terem utilizado algumas metodologias comuns, consideraram transições durante períodos diferentes (Van Kerm e Pi Alperin, 2013, rendimentos de dois anos consecutivos; Gangl, 2005, durante 6 anos).

Alves e Martins (2012) utilizaram a mesma base de dados mas para o período 2005-2009 numa comparação da mobilidade social em Portugal com a da UE. Os seus resultados revelam que em Portugal existe uma mobilidade de rendimentos significativamente abaixo da média da UE e que esta baixa mobilidade permite manter os elevados níveis de desigualdade; mais especificamente, utilizando matrizes de transição dos rendimentos, 77% dos indivíduos permanecem no mesmo decil ou no decil ao lado em cada ano; o grau de inércia nas caudas da distribuição é particularmente elevado, no caso dos rendimentos mais elevados, cerca de 80% dos indivíduos permanecem nesse decil, um dos valores mais elevados na UE; a mobilidade é maior em indivíduos entre os 20 e os 40 anos. Em termos de escolaridade, as transições de rendimento são menores entre os indivíduos com qualificações mais elevadas, já que estes partem das posições de rendimentos mais privilegiadas (mais altos decis da distribuição de rendimentos).

O rendimento do agregado familiar mede as condições económicas de um indivíduo num certo momento de forma bastante abrangente e, como tal, permite uma medida de mobilidade social bastante completa. No entanto, dada a importância da contribuição dos rendimentos do trabalho, é relevante olhar também especificamente para a mobilidade salarial, nomeadamente, até que ponto revela graus e evolução na mobilidade semelhantes. Na verdade, a informação existente sobre mobilidade salarial em Portugal é ainda mais escassa do que sobre a mobilidade nos rendimentos. Isto explica-se em parte pela escassez de informação sobre salários e a evolução dos mesmos ao longo da carreira de um indivíduo até ao início dos anos 80. Mesmo após esta data o conhecimento sobre este assunto mantém-se limitado.

Cabral (1998), utilizando dados de um inquérito de 1994, conclui que a mobilidade intrageracional é elevada e ascendente, sobretudo nos homens, embora previsivelmente inferior à mobilidade intergeracional. Carmo *et al.* (2015) focam-se na persistência da desigualdade social ao longo do tempo, a partir dos dados que usamos no presente estudo, os Quadros de Pessoal. Revelam entre 1998 e 2008 um considerável aumento da modernização, aumento do nível educacional da população, terciarização da economia e feminização do mercado de trabalho que levaram a um considerável aumento da modernização e melhoria das competências e qualificações na força de trabalho, o que resultou numa expansão das classes profissionais e de gestão e da sua importância

nas classes mais favorecidas. Contudo, estas mudanças não se reflectiram nas classes mais baixas (em especial, as classes que exercem trabalho manual e rotineiro), onde existe uma maior proporção de trabalhadores portugueses com qualificações e salários baixos; demonstrando assim, que em Portugal as dinâmicas de mobilidade ainda são de reprodução social.

Cardoso (2005) utilizou os dados dos Quadros de Pessoal entre 1986 e 1999 e concluiu que a desigualdade salarial aumentou até 1993, tendo diminuído a partir dessa data; até 1993, a mobilidade foi maior, tendo-se reduzido a partir de 1994. A mobilidade até meados dos anos 90 foi consideravelmente superior do que após essa data (aproximadamente 20% superior); no caso dos homens com os salários mais baixos, existiu uma maior mobilidade até 1993 (9% superior para o primeiro decil); relativamente às mulheres, a tendência de mobilidade salarial manteve-se homogénea nos decis salariais.

O objectivo deste estudo é contribuir com cuidadas análises empíricas para a expansão do conhecimento sobre a mobilidade social em Portugal, servindo também de complemento a estudos anteriores promovidos pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, especialmente *Desigualdade económica em Portugal* e *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal*, coordenados por Carlos Farinha Rodrigues (Farinha Rodrigues *et al.*, 2012 e 2016). Tratam-se de excelentes e muito detalhadas análises da evolução das desigualdades no rendimento nas últimas décadas e até 2014 mas não especificamente da mobilidade social. No primeiro reconhece-se mesmo a mobilidade como «um fenómeno tão desconhecido entre nós e no entanto tão importante para se ter uma imagem fidedigna de uma sociedade, de uma política e de uma economia.»

O capítulo 2 caracteriza a mobilidade intergeracional em Portugal tanto quanto os dados disponíveis o permitem. Analisamos a relação entre o nível de escolaridade e a categoria profissional, entre pais e filhos para estudar a mobilidade intergeracional educacional e ocupacional, respectivamente; e ainda a relação entre estas duas medidas de estatuto socioeconómico do pai e o rendimento familiar dos filhos. A nossa análise foca-se nas gerações de portugueses nascidas entre 1940 e 1985, permitindo analisar até que ponto a mobilidade social, nas várias vertentes analisadas, evoluiu ao longo do tempo, e comparando sempre com o conjunto da União Europeia.

Os Capítulos 3 e 4 analisam a mobilidade intergeracional nos rendimentos familiares e nos salários, respectivamente, ou seja, a evolução da situação de um mesmo indivíduo ao longo do tempo. Os valores agregados da evolução de rendimentos não revelam a grande diversidade de experiências individuais subjacentes a eles. Todos os anos, uma parte dos indivíduos move-se ao longo da curva de distribuição de rendimentos, em ambos os sentidos. A quantificação desta mobilidade é importante para avaliar o grau de igualdade de

oportunidades que prevalece na sociedade, bem como avaliar a incerteza em torno das trajectórias de rendimentos; a mobilidade de rendimentos tem implicações directas na avaliação da desigualdade permanente. Estes dois capítulos, utilizando diferentes medidas de rendimentos, pretendem analisar diversas questões: nível de volatilidade e crescimento dos rendimentos, o grau de transição de indivíduos entre decis de rendimento, a contribuição da mobilidade para a evolução da desigualdade, e os diferentes padrões de mobilidade nos vários grupos socioeconómicos (por género, idade e educação).

O Capítulo 3 utiliza dados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP) e Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) para estudar a mobilidade intrageracional em Portugal e em comparação com a União Europeia entre 1995 e 2000, e 2003 e 2013. Este estudo vai para além do que sabíamos até agora a vários níveis. A evidência anterior aponta para uma menor mobilidade nos rendimentos em Portugal do que na União Europeia (Gangl, 2005; Alves e Martins, 2012; Van Kerm e Pi Alperin, 2013) mas será esta situação constante ao longo do tempo, em particular, ter-se-á esta situação mantido durante e depois da crise económica que afectou o nosso país e a Europa e o nosso país em particular? A ter havido mudanças na mobilidade em Portugal (e na sua relação com os outros países), que tipo de mudanças foram estas? Assistiu-se a uma convergência ou divergência?

No Capítulo 4, utilizando os dados dos Quadros de Pessoal, estudamos a mobilidade intrageracional em Portugal entre 1986 e 2009. Não nos é possível incluir o período da crise nesta análise mas a mesma tem outras vantagens, para além de recuar mais atrás no tempo. Uma delas prende-se com a natureza dos dados, de registo administrativo e não resultantes de um inquérito. Por fim, apesar da União Europeia ficar de fora desta análise, é-nos possível comparar a mobilidade salarial em Portugal e a evolução da mesma com o que se verifica no caso dos rendimentos totais do agregado familiar (Capítulo 3).

Capítulo 2

Mobilidade social entre gerações em Portugal e na União Europeia

2.1. Introdução

Neste estudo, abordamos o tema da mobilidade intergeracional – entre gerações – em Portugal de vários ângulos. Por um lado, usamos várias medidas de estatuto socioeconómico tanto para os pais como para os filhos. Nomeadamente, observamos a categoria profissional e o nível de escolaridade de ambos. No caso dos filhos, porém, é-nos também possível medir o seu rendimento familiar no ano anterior ao do inquirido (descrito mais em detalhe abaixo). Usamos nesta análise, tal como no Capítulo 3 sobre mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares, o rendimento total do agregado familiar por adulto equivalente. Uma alternativa seria usar o salário do indivíduo, tal como Causa e Johansson (2009) e Causa, Dantan e Johansson (2009). O rendimento total do agregado familiar por adulto equivalente pode no entanto ser considerado uma medida mais abrangente do estatuto socioeconómico. Alguns estudos anteriores para outros países (Dearden *et al.*, 1997; Chadwick e Solo, 2002; Chetty *et al.*, 2014) analisaram a relação entre rendimentos de pais e filhos, o que não nos é possível aqui por indisponibilidade de dados.¹

A nossa abordagem a este tema envolve também uma dimensão temporal. Apesar de possuímos dados recolhidos apenas nos anos de 2005 e 2011, optamos por reparti-los em vários coortes de nascimento dos filhos, em particular, de 1940 e 1949², de 1950 e 1959, de 1960 e 1969 e de 1970 a 1985. Isto permitirá analisar até que ponto a mobilidade social, nas várias vertentes analisadas, evoluiu ao longo do tempo e de forma diferente para Portugal, quando comparado com o conjunto da União Europeia (UE).

As análises deste capítulo baseiam-se no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), desenvolvido pelo Eurostat e implementado anualmente desde 2004 nos Estados-membros da União Europeia, em particular em Portugal, pelo INE.

¹ A maior parte dos estudos que analisaram a relação entre rendimentos de pais e filhos usa cruzamentos entre bases de dados administrativas, não disponíveis para Portugal, e não inquiridos como o usado aqui (ex.: Chetty *et al.*, 2014).

² Tal como se explica de seguida, na verdade, este primeiro coorte de nascimento inclui também o ano de 1939 mas, por simplicidade, referimo-nos por vezes a ele desta forma.

O ICOR tem por objectivo recolher microdados transversais e longitudinais comparáveis sobre rendimentos, pobreza e exclusão social. Os microdados sobre famílias e indivíduos são representativos da população que vive em domicílios particulares em cada um dos países participantes. O ICOR é a fonte de referência para estatísticas comparativas sobre distribuição de rendimentos e exclusão social na Europa. O ICOR possui uma base jurídica que torna obrigatória a sua implementação nos Estados-membros da UE (Eurostat, 2011).

Nos anos de 2005 e 2011, o ICOR teve a particularidade de incluir um módulo adicional sobre transmissão intergeracional da pobreza em que os inquiridos respondem a perguntas sobre os seus progenitores, nomeadamente, sobre a sua profissão e nível de escolaridade. O período de referência para esta informação é a adolescência do inquirido.³ É precisamente a disponibilidade deste módulo que nos permite, em combinação com os dados recolhidos anualmente através do ICOR, uma análise da mobilidade intergeracional.

Este módulo adicional inquiriu indivíduos com idades entre os 25 e os 66 anos e entre os 25 e os 60 anos nas vagas de 2005 e 2011, respectivamente.⁴ Como tal, possuímos a informação necessária à nossa análise para os coortes mencionados acima, sendo que esta provém apenas: i) da vaga de 2005, no caso do primeiro coorte (1940-1949) e ii) da vaga de 2011, para indivíduos nascidos entre 1980 e 1985.⁵ Deve-se ainda uma ressalva acerca do que denominamos análise por coortes. Preferivelmente, uma análise por coortes deveria observar indivíduos com diferentes datas de nascimento mas com idades semelhantes, o que não nos é possível aqui. Tal como alertaremos nos pontos deste capítulo onde esta limitação é mais relevante, as diferenças observadas para os diversos grupos combinam influências não só do coorte de nascimento mas também da idade à data da entrevista.

A base de dados utilizada contém informação sobre o nível de escolaridade e categoria profissional do pai mas também da mãe do inquirido. Neste estudo, tal como é frequente na literatura (Azam e Bhatt, 2015; Corak, 2013), consideramos apenas a informação sobre o pai. Como tal, ao longo deste capítulo, todas as referências a “pai” significam de facto o progenitor masculino. Por outro lado, quando nos referimos a filho, referimo-nos a filho ou filha. Algumas das análises apresentadas são efectuadas por sexo.⁶

Em todas as análises, Portugal será comparado ao conjunto da União Europeia (incluindo o nosso país). Em particular, os países incluídos na base de dados utilizada são os da União Europeia a 28 (sendo que Malta, Croácia, Bulgária e Roménia apenas figuram na vaga de 2011 por ainda não participarem em 2005).⁷ Apesar de se encontrar fora do âmbito deste projecto

³ Em particular, entre os 12 e os 16 anos. Se o inquirido hesitar ou perguntar por uma idade específica, esta deverá ser os 14 anos. Aos entrevistadores é pedido que salientem o período de referência. Quaisquer diferenças ocorridas depois da idade de referência não devem ser tidas em conta.

⁴ Causa e Johansson (2009) e Causa, Dantan e Johansson (2009), mencionados acima, usaram a base de dados de 2005 para análise da relação entre o nível de escolaridade do pai e os salários dos filhos.

⁵ Para evitar que estas questões influenciem os resultados para estes dois coortes, todas as nossas análises têm em conta a vaga em que os dados foram recolhidos.

⁶ E, em todas as outras em que a distinção não é feita de forma explícita, o sexo do indivíduo é sempre tido em conta. Por exemplo, quando analisamos a relação entre a educação de pais e filhos, o mesmo é feito incluindo o sexo destes como variável de controlo.

⁷ Todas as análises efectuadas neste capítulo utilizam os ponderadores fornecidos com as bases de dados do ICOR para análises transversais, para assegurar que as amostras são representativas das populações dos diversos países. Nos resultados para o conjunto da UE, pretendemos que cada país contribua da mesma forma, pelo que na verdade utilizamos ponderadores normalizados. Em particular, a soma destes ponderadores normalizados é a mesma para cada país/vaga.

seria importante distinguir países, ou grupos de países, da União Europeia, em análises futuras.

Por último, gostaríamos de salientar que os resultados apresentados neste estudo não devem ser interpretados como relações de causa e efeito. Isto porque nos é impossível distinguir aqui a influência de facto causada pelo estatuto socioeconómico do pai e de factores genéticos hereditários que também contribuem, independentemente, para as relações observadas (Causa e Johansson, 2009). Por esta razão, é mais correcto falar de associações/relações, sendo de evitar termos como determinante ou causa. No entanto, não é de esperar que tal transmissão genética varie muito com o contexto analisado (idem), pelo que diferenças entre países e ao longo do tempo se deverão em grande parte a diferenças no grau de igualdade de oportunidades.

2.2. Principais resultados sobre mobilidade social entre gerações em Portugal e na União Europeia

Este estudo analisa a mobilidade intergeracional – isto é, entre gerações – em Portugal de vários ângulos. Medimos o estatuto socioeconómico dos pais através da categoria profissional e do nível de escolaridade. No caso dos filhos, usamos a mesma classificação mas também o rendimento anual do seu agregado familiar. Adoptamos também uma dimensão temporal, isto é, analisamos mobilidade de pais para filhos para vários coortes de nascimento destes, em particular, de 1940 e 1949, de 1950 e 1959, de 1960 e 1969 e de 1970 a 1985. Isto permite-nos analisar até que ponto houve uma evolução ao longo do tempo e de forma diferente para Portugal, comparado com a União Europeia.

Na Secção 2.3, analisamos a evolução do nível de escolaridade de pais e filhos, separadamente, como introdução à secção seguinte que, essa sim, investiga a relação da escolaridade dos pais com a dos seus próprios filhos. Quanto maior é esta relação, menor se pode dizer que é a mobilidade intergeracional na escolaridade. Na Secção 2.4 tentamos averiguar até que ponto esta relação se traduzirá em diferenças nos rendimentos familiares dos filhos. Mais uma vez, uma maior relação entre escolaridade do pai e rendimento dos filhos indica menor mobilidade. As Secções 2.6 Secção 2.7 fazem análises semelhantes mas considerando a mobilidade entre profissão do pai e profissão/rendimento do filho, respectivamente.

Os principais resultados do nosso estudo quanto a mobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos são (Secção 2.4):

- Entre os nascidos na década de 1940, o nível de escolaridade está de sobremaneira associado ao do seu pai, ou seja, há pouca mobilidade.

- A grande maioria dos filhos de pais com ensino básico, não passou além do mesmo nível de ensino (Gráficos 2.6 e 2.7) e quase nenhuns atingiram o ensino superior. No outro extremo, apenas uma pequena minoria dos filhos de pais com ensino superior não passam além do básico mas 75% completam o mesmo nível que os pais (idem).
- A situação dos filhos de pais com ensino superior, à partida muito privilegiada, não se alterou muito ao longo do tempo (idem). Já a dos filhos de pais com ensino básico melhorou assinalavelmente, sobretudo a partir da década de 1970. Por outro lado, quase metade dos nascidos a partir de 1970 que são filhos de pais com ensino básico atingiram eles próprios um nível mais elevado (idem).
- Existe maior mobilidade na escolaridade na UE, sobretudo ascendente (em 1940 e 1949, 15% em Portugal e 43% na UE), mas com menos variação ao longo do tempo (Gráfico 2.10 e Quadro 2.1).
- É evidente a aproximação de Portugal à União Europeia a partir de 1970. No entanto, mesmo para este coorte, a proporção dos que se mantêm no mesmo nível é ainda algo superior no nosso país, 57%, contra 45%; 41% dos portugueses mais novos beneficiam de mobilidade ascendente, contra 47% dos europeus.
- A distância que ainda separa os nascidos a partir de 1970 em Portugal e na União Europeia em termos de mobilidade ascendente deve-se sobretudo aos homens (33% vs 43%). Por outro lado, 48% das portuguesas mais novas atingem um nível superior ao dos seus pais, apenas dois pontos percentuais abaixo das europeias.

Até que ponto relações observadas na Secção 2.4 se traduzirão em diferenças nos rendimentos familiares dos filhos? Maior relação entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos denota menor mobilidade.

- Abordamos este assunto na Secção 2.5, não esquecendo porém que esta poderá operar também por outros canais, para além da educação dos indivíduos, e que os rendimentos observados aqui para os diferentes coortes podem ser afectados pelo ciclo de vida.
- Quanto maior é a escolaridade do pai, maior é o rendimento familiar do filho.
- Estima-se que um indivíduo cujo pai tenha completado o ensino superior em Portugal aufera entre cerca de 12 400 (coorte 1940-1949) e 6 700 euros (coorte 1970-1985) mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino básico e entre cerca de 3 400 (coorte 1940-1949) e 1 500 euros/ano (coorte 1970-1985) a mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino secundário (Gráfico 2.12).

- No caso da União Europeia, à excepção do primeiro coorte, as diferenças entre o ensino superior e o ensino secundário são semelhantes ao caso português (Gráfico 2.12). É especialmente na desvantagem dos filhos de pais com ensino básico que se observa a maior disparidade em relação a Portugal.
- Como se poderá dizer que evoluiu a mobilidade entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos ao longo do tempo? É certo que, no coorte 1940-1949, filhos de pais com ensino secundário ou superior são ainda mais privilegiados do que nos coortes mais recentes. No entanto, trata-se de menos de 10% daquele coorte. Por outras palavras, o privilégio trazido pela escolaridade dos pais em Portugal parece ter diminuído ao longo do tempo mas aplica-se a fatias cada vez maiores da população.
- Quando analisamos até que ponto é que o nível de escolaridade dos pais é capaz de explicar as variações totais observadas no rendimento dos filhos, não se observa uma clara descida da mobilidade entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos ao longo do tempo em Portugal (Quadro 2.2).
- Cerca de 5% da variação nos rendimentos dos filhos portugueses é explicada pela escolaridade dos pais, contra 2% na UE, significando uma menor mobilidade no nosso país. Esta menor mobilidade observa-se para todos os coortes (idem).

Na Secção 2.6, analisamos a mobilidade entre profissões de pais e filhos, de forma semelhante ao efectuado para a escolaridade. Estes foram os nossos principais resultados:

- Independentemente do coorte de nascimento, mais de 55% (50%) dos portugueses filhos de gestores ou profissionais (ocupações manuais) também o são (Gráfico 2.13).
- Em contraste, os filhos de pessoal administrativo ou trabalhadores dos serviços ou vendas são mais móveis, mas não transitam para a agricultura e pescas (idem).
- Ainda em Portugal, a probabilidade de um filho de um de trabalhador qualificado da pesca ou agricultura ter profissão similar desce dos 32% para indivíduos nascidos na década de 1940 até 9% para os mais novos (Gráfico 2.13). O que aumenta ao mesmo tempo é sobretudo a participação destes nos serviços, vendas e actividades administrativas. No entanto, as profissões mais comuns entre estes indivíduos são sempre as manuais (42% entre os mais velhos e os 49% entre os mais novos, idem).
- Para a UE, observam-se alguns padrões semelhantes. A maioria dos filhos de gestores e profissionais também o são e a profissão mais provável dos filhos de pais agricultores qualificados e com profissões manuais são as

profissões manuais (Gráfico 2.14). Por fim, a probabilidade de um filho ser agricultor ou pescador qualificado só passa dos 3% quando os pais tiveram a mesma profissão (idem).

- Considerando apenas três categorias mais agregadas (mais elevada – gestores e profissionais; média – serviços, vendas e pessoal administrativo; mais baixa – restantes categorias) observa-se, em Portugal, um aumento da mobilidade na profissão de pais para filhos ao longo do tempo, tanto descendente (6% dos filhos nascidos em 1940-49 têm profissão inferior ao pai; o mesmo acontece para 13% dos nascidos depois de 1970, Gráfico 2.15 e Quadro 2.3), como ascendente (30% dos filhos nascidos em 1940-49 têm profissão superior ao pai; 36% dos nascidos depois de 1970).
- A mobilidade na UE parte de valores superiores a Portugal (10% descendente, 38% ascendente, década de 1940, Gráfico 2.15 e Quadro 2.3). Assiste-se no entanto, ao longo do período a uma aproximação de Portugal (13% descendente, 36% ascendente, depois de 1970) à UE (14% descendente, 39% ascendente).
- Na década de 1940, a mobilidade entre profissão de pais para filhos portugueses era semelhante à de pais para filhas portuguesas – cerca de 6% descendente e cerca de 30% ascendente (Gráfico 2.16, Quadro 2.3).
- O aumento de mobilidade ao longo do tempo é muito mais evidente entre as mulheres. Cerca de 45% (27%) das/os homens/nascidos depois de 1970 alcançaram uma categoria profissional superior à dos seus pais (Gráfico 2.16, Quadro 2.3). Para os homens, é a mobilidade descendente que cresce (de 6% para 14%) e mais do que para as mulheres (de 6% para 12%).

Por último, como se relacionam os rendimentos dos filhos com a profissão dos seus pais? (Secção 2.7) Apesar desta relação possivelmente operar por outros canais para além da ocupação profissional dos próprios é, depois das relações observadas na Secção 2.6, de esperar que filhos de pais com categorias profissionais superiores auferam rendimentos também superiores. Os principais resultados da Secção 2.7 são:

- Em Portugal e na UE, filhos de gestores e profissionais têm eles próprios os rendimentos mais elevados em média, seguidos de filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos (Gráfico 2.17). Filhos de agricultores e pescadores qualificados portugueses, e agricultores, pescadores e operários e fabricantes europeus, tendem a ter os rendimentos mais baixos em média (idem).
- Maior relação, em termos absolutos e relativos, entre os rendimentos dos filhos e a profissão dos seus pais em Portugal do que na UE (idem).

- Entre os europeus nascidos na década de 1940, os filhos de pais gestores e profissionais reportam em média cerca de 17 800 euros/ano, os filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos cerca de 17 100 euros e os restantes entre 13 100 e 14 400 euros/ano em média (idem). Em Portugal, estes montantes são de 18 100, 13 500 e entre 8 400 e 8 900 euros/ano, respectivamente (idem).
- Verifica-se uma aproximação de Portugal à UE mas não total. Os portugueses nascidos entre 1970 e 1985 filhos de agricultores e pescadores qualificados auferem menos cerca de 4 500 euros/ano (3 900 euros/ano) do que os filhos de gestores e profissionais (trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos). Na UE, estas diferenças são de 3 800 euros/ano e 2 500 euros/ano, respectivamente (Gráfico 2.17).
- Em que medida é que a ocupação dos pais explica a variação total nos rendimentos dos filhos? Quanto mais variação é explicada, menor é a mobilidade entre profissão dos pais e rendimento dos filhos.
- Tal como no caso da escolaridade, a profissão dos pais explica em média ao longo do tempo uma maior proporção da variação nos rendimentos em Portugal, 9%, do que na União Europeia, 2% (Quadro 2.4), denotando menor mobilidade no nosso país.
- A mobilidade é maior entre os portugueses nascidos a partir da década de 1950 (10 a 11% de variação explicada), do que entre os mais velhos (18%).
- Na UE, não se observa uma tendência semelhante para o aumento da mobilidade (Quadro 2.4) mas, mesmo em coortes mais recentes, a mobilidade ainda é menor no nosso país. Isto porque a profissão do pai ainda explica o rendimento dos indivíduos em maior grau (10% vs 4% na UE).

Em suma, as nossas principais conclusões são:

- A mobilidade social entre pais e filhos é menor em Portugal do que na União Europeia segundo todos os aspectos considerados: escolaridade de pais para escolaridade e rendimentos de filhos e profissão de pais para profissão e rendimentos de filhos.
- Observa-se maior mobilidade entre os portugueses nascidos na década de 1970 do que entre os nascidos entre 1940 e 1949.
- O aumento da mobilidade foi muito maior em Portugal do que na União Europeia, resultando numa aproximação.
- A aproximação verifica-se sobretudo na mobilidade na escolaridade e na profissão. Em parte por limitações da nossa análise, não nos é possível concluir o mesmo acerca da mobilidade entre escolaridade/profissão dos pais e rendimentos dos filhos.

- O aspecto mais assinalável da evolução da mobilidade ao longo do tempo em Portugal é o que se observa na escolaridade. Entre os nascidos depois de 1970, 41% atinge um nível superior ao do seu pai, sendo que esta proporção tinha baixado apenas de 84% para 77% entre as décadas de 1940 e de 1960.
- Por último, a distância que ainda separa os nascidos a partir de 1970 no nosso país e a União Europeia em termos de mobilidade ascendente deve-se sobretudo aos homens (33% vs 43%). Por outro lado, 48% das portuguesas mais novas atingem um nível superior ao dos seus pais, apenas dois pontos percentuais abaixo das europeias.
- Apesar destes resultados não *deverem ser interpretados como relações de causa e efeito*, no seu conjunto, eles apontam para maior desigualdade de oportunidades em Portugal do que na União Europeia, mas em menor grau para coortes mais novas.

Apresentamos nas secções seguintes, em detalhe, as análises a partir das quais derivámos estes resultados.

2.3. Evolução do nível de escolaridade médio de pais e filhos ao longo do tempo

Esta secção serve como introdução às secções que se seguem sobre relação entre escolaridade dos pais e a escolaridade e o rendimento dos filhos. Primeiro que tudo, há que definir as variáveis de escolaridade a utilizar para pais e filhos. O ICOR recolhe informação segundo a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CITE 1997, ISCED na sigla inglesa).⁸ Para os filhos, esta informação existe nas seguintes categorias: 0 – Educação pré-primária; 1 – Educação primária ou primeiro estágio da educação básica; 2 – Ensino secundário inferior ou segundo estágio da educação básica; 3 – Ensino secundário; 4 – Ensino pós-secundário não superior (ou não terciário); 5 – Primeiro estágio do ensino superior (ou do ensino terciário) não conducente a uma qualificação avançada na área da investigação (bacharelato, licenciatura, mestrado); e 6 – Formação superior avançada (pós-graduada) conducente a uma qualificação na área da investigação (doutoramento). Para os pais, a informação é recolhida segundo a mesma classificação mas com um pouco menos de detalhe.

As análises aqui apresentadas consideram uma agregação da informação disponível em três níveis: Baixo – categorias 0 a 2; Médio – categorias 3 e 4; e Elevado – categorias 5 e 6, a que por vezes nos referiremos, por simplicidade, como Básico, Secundário e Superior, respectivamente. A agregação de categorias de escolaridade desta forma deve-se a duas ordens de razões, sendo a

⁸ *International Standard Classification of Education 1997* (ex.: Chevalier et al., 2007).

⁹ Note-se, no entanto, a inevitabilidade de algumas variações de pais para filhos e para diferentes coortes, devidas a alterações nos sistemas de ensino ao longo do tempo.

¹⁰ Dado que o nível de escolaridade tem uma ordem natural inequívoca (ao contrário de variáveis como a categoria profissional analisada abaixo), seria possível utilizar uma metodologia mais simples, nomeadamente, modelos probit ou logit ordenados. Optamos, no entanto, por utilizar o modelo logit multinomial para todas as variáveis categóricas deste capítulo, mesmo que ordinais, por permitir uma análise ainda mais flexível das transições entre todas as categorias.

¹¹ Estes modelos logit multinomiais têm em conta, para além do ano de nascimento, a vaga em que o indivíduo foi observado e o seu sexo, bem como, no caso, da UE, o seu país de residência.

¹² Para além das proporções estimadas, indicadas pelos círculos, este gráfico e todos os que se seguem neste capítulo indicam também intervalos de confiança a 95% (linhas verticais acima e abaixo dos círculos). Diferenças entre resultados que se encontrem dentro dos intervalos uns dos outros não têm significado estatístico. Estes intervalos são sempre superiores no caso de Portugal, devido à utilização de uma amostra de menor dimensão, cerca de 11 000 indivíduos, do que no caso de União Europeia, cerca de 400 000. Outra razão no caso dos níveis médio e elevado em Portugal prende-se com o facto de uma pequena minoria dos portugueses se encontrarem nestas categorias.

primeira a comparabilidade dos dados das vagas de 2005 e 2011 bem como entre pais e filhos. Como já referimos, as categorias utilizadas para os pais têm menos detalhe, para além do que as mesmas diferem entre vagas. A agregação pela qual optámos resulta em categorias comparáveis entre pais e filhos e entre vagas do ICOR.⁹

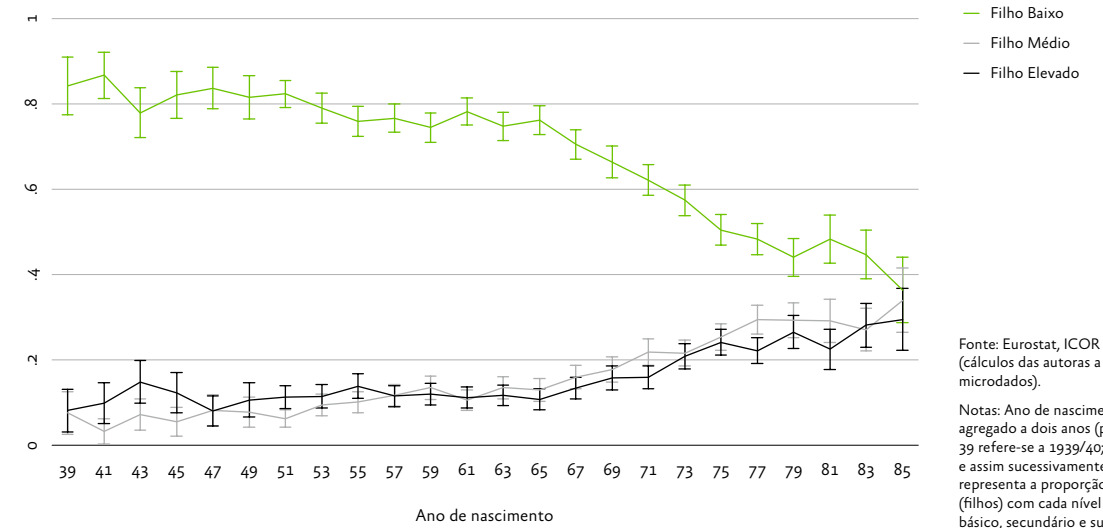
A segunda razão para a classificação escolhida prende-se com o facto das diferentes distribuições de níveis de escolaridade nos diferentes países. Por um lado, em Portugal, as proporções de indivíduos nas categorias superiores a escala CITE 1997 são bastante baixas, sobretudo no caso dos pais. O inverso se observa em alguns países na União Europeia, ou seja, existem poucos indivíduos nos níveis mais baixos daquela escala. Em suma, a nossa opção potencia análises mais precisas e com um maior grau de comparabilidade. Não obstante, uma análise com mais detalhe nos níveis inferiores de escolaridade seria por demais interessante para Portugal.

Passamos agora à apresentação de níveis de escolaridade de pais e filhos, consoante o ano de nascimento dos filhos, como ponto de partida para análise da mobilidade entre o nível de escolaridade de pais e filhos da Secção 2.3. Todos estes resultados foram obtidos para a amostra para a qual existe informação sobre a educação do pai e através de modelos logit multinomiais.^{10 11}

Evolução da escolaridade dos inquiridos (filhos/as)

O Gráfico 2.1 abaixo contém proporções de indivíduos observados em Portugal em cada um dos três níveis de escolaridade considerados.¹² É evidente que a maioria dos indivíduos nascidos até ao início da década de 1970 não passou além do ensino básico (Baixo). Esta proporção manteve-se mesmo acima dos 70% para indivíduos nascidos até meados da década de 1960, tendo depois começado a sofrer um decréscimo mais acentuado. Para os indivíduos mais novos da nossa análise, já se observam aproximadamente as mesmas proporções para as três categorias.

Gráfico 2.1 Evolução do nível de escolaridade em Portugal – proporções de inquiridos (filhos/as) que atingiram cada um dos níveis

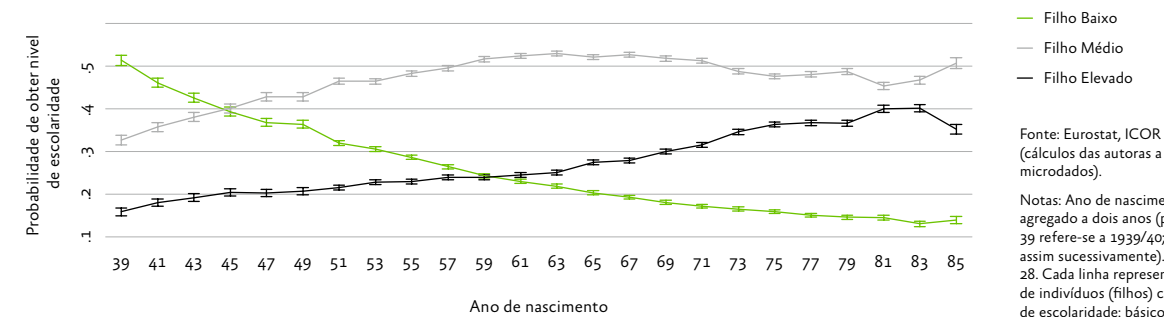


Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).

Notas: Ano de nascimento do filho agregado a dois anos (por exemplo, 39 refere-se a 1939/40; 41 a 1941/42 e assim sucessivamente). Cada linha representa a proporção de indivíduos (filhos) com cada nível de escolaridade: básico, secundário e superior.

No Gráfico 2.2 observam-se as mesmas estatísticas, desta vez para o conjunto da UE-28. As diferenças são dramáticas, começando pela proporção de indivíduos com ensino básico que, mesmo entre os mais velhos, se situa pelos 50%, não deixando no entanto de continuar a diminuir acentuadamente. Este decréscimo vai-se atenuando entre os indivíduos mais novos, quando já se situa próximo dos 15%. A proporção dos que completam o ensino superior situa-se sempre acima do observado em Portugal, variando entre os 15% entre os mais velhos e os cerca de 40% entre os mais novos. As maiores diferenças são mesmo as observadas no nível médio.

Gráfico 2.2 Evolução do nível de escolaridade na União Europeia – proporções dos inquiridos (filhos/as) que atingiram cada um dos níveis



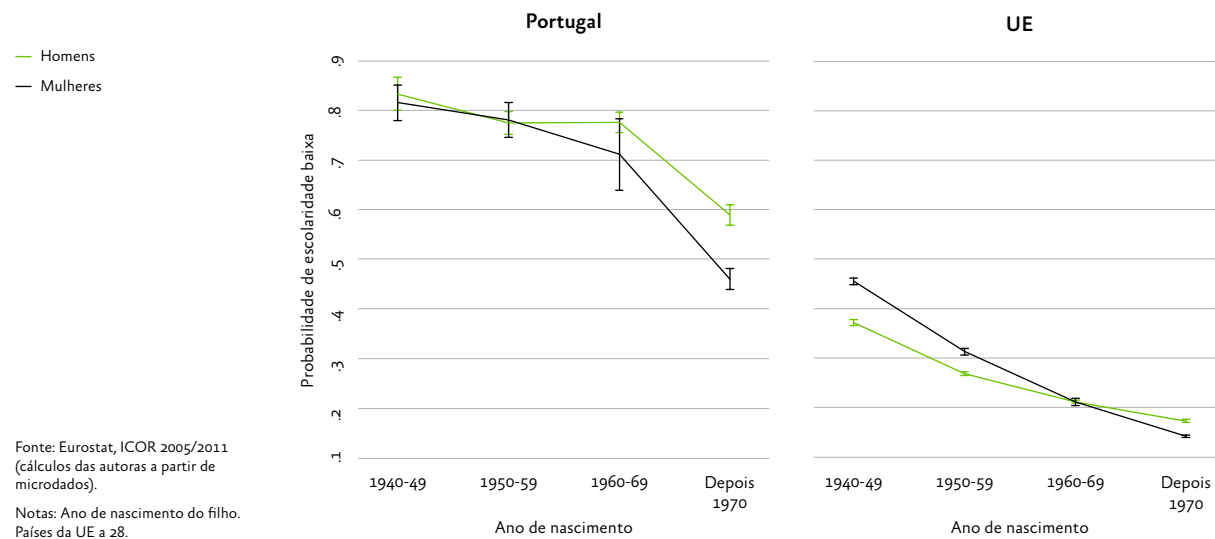
Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).

Notas: Ano de nascimento do filho agregado a dois anos (por exemplo, 39 refere-se a 1939/40; 41 a 1941/42 e assim sucessivamente). Países da UE a 28. Cada linha representa a proporção de indivíduos (filhos) com cada nível de escolaridade: básico, secundário e superior.

¹³ Ao dividir as amostras por sexo, torna-se impossível fazer estimativas mais detalhadas com alguma precisão, devido ao número menor de observações, sendo preferível usar a agregação por década de nascimento que se usará na maioria da análise que se segue.

De seguida, detalhamos a análise por sexo, agregando já os anos de nascimento em décadas.¹³ De acordo com o Gráfico 2.3, a proporção de homens e mulheres com ensino básico em Portugal é praticamente a mesma entre indivíduos nascidos nas décadas de 1940 e 1950, divergindo para coortes mais novas, a favor das mulheres (cerca de 46%, contra 59% para os homens). No conjunto da União Europeia também se verifica um maior decréscimo para as mulheres mas a vantagem para as últimas só se observa para o grupo mais novo. Tanto para homens como para mulheres, o nível de escolaridade é consideravelmente mais baixo no nosso país.

Gráfico 2.3 Proporções dos inquiridos (filhos/as) com ensino básico em Portugal e na UE – por sexo

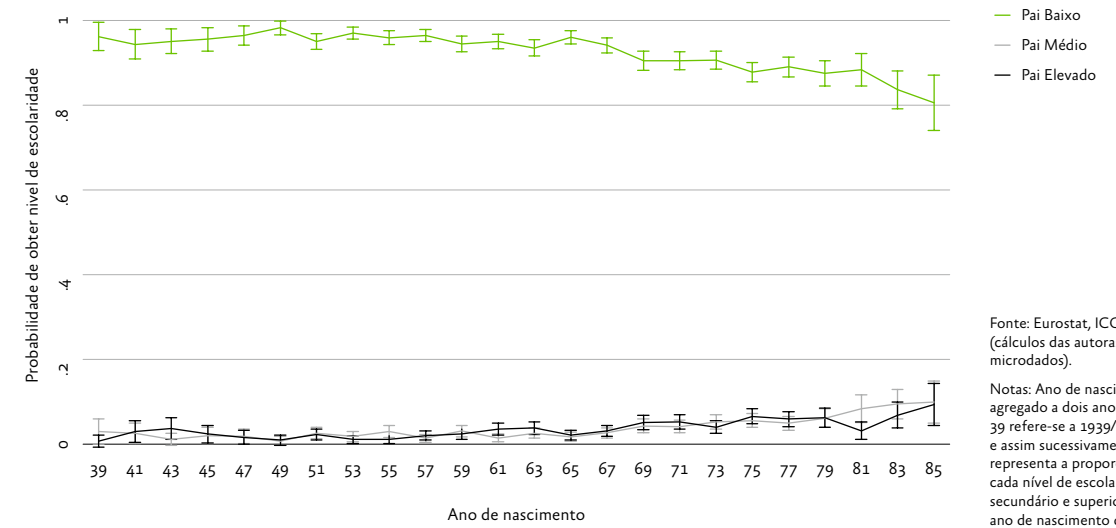


Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).
Notas: Ano de nascimento do filho. Países da UE a 28.

Evolução da escolaridade dos pais

Analisamos agora os níveis de escolaridade dos pais dos indivíduos inquiridos. Primeiro que tudo, note-se que o ano de nascimento indicado é sempre o do filho, e não o do pai. Como tal, entre indivíduos nascidos no mesmo ano, encontram-se certamente pais nascidos em anos diferentes. Os níveis de escolaridade dos pais dos indivíduos inquiridos são, em média, ainda mais baixos (Gráfico 2.4). A proporção com ensino básico mantém-se mesmo acima dos 90% para pais de filhos nascidos até ao fim da década de 1960, descendo depois mais acentuadamente. Não passa, no entanto, abaixo dos 80%, mesmo para os pais dos indivíduos mais novos que aqui consideramos. Em contrapartida, uma pequena minoria completa o ensino secundário ou superior.

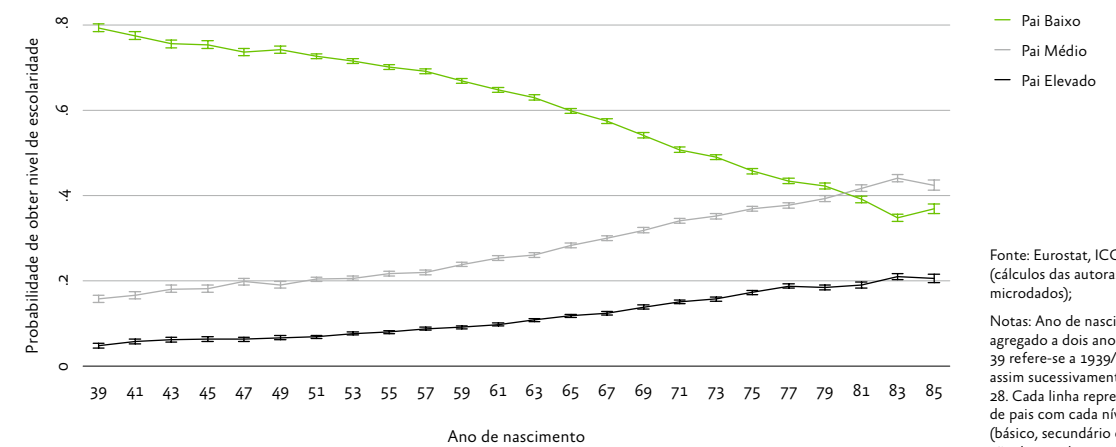
Gráfico 2.4 Evolução do nível de escolaridade em Portugal – proporções dos pais em cada um dos níveis de ensino, em função do ano de nascimento do filho



Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).
Notas: Ano de nascimento do filho agregado a dois anos (por exemplo, 39 refere-se a 1939/40; 41 a 1941/42 e assim sucessivamente). Cada linha representa a proporção de pais com cada nível de escolaridade (básico, secundário e superior), em função do ano de nascimento do filho.

Para a União Europeia, observa-se naturalmente também uma menor escolaridade dos pais do que dos filhos e um aumento da mesma, ao longo do tempo (Gráfico 2.5). Estes níveis médios observados na UE estão sempre acima dos do nosso país. Enquanto que em Portugal apenas entre os pais das pessoas mais novas da nossa análise a proporção com ensino básico se aproxima dos 80%, no conjunto da UE é para os pais mais velhos que se observa uma proporção semelhante. Para os pais dos mais novos, esta proporção atinge mesmo menos de metade daquele valor (cerca de 36%), caindo abaixo da proporção com ensino secundário.

Gráfico 2.5 Evolução do nível de escolaridade na União Europeia – proporções dos inquiridos (filhos/as) em cada um dos níveis de ensino



Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).
Notas: Ano de nascimento do filho agregado a dois anos (por exemplo, 39 refere-se a 1939/40; 41 a 1941/42 e assim sucessivamente). Países da UE a 28. Cada linha representa a proporção de pais com cada nível de escolaridade (básico, secundário e superior), em função do ano de nascimento do filho.

Destaques Secção 2.3

- Mais de 70% dos portugueses nascidos desde 1939 até meados da década de 1960 não passou além do ensino básico (Gráfico 2.1).
- Esta proporção decresce depois acentuadamente, sendo de 50% entre os portugueses nascidos em meados da década de 1970 (idem).
- Um português nascido em 1985 ou 1986 já tem aproximadamente a mesma probabilidade de completar o ensino secundário do que o básico.
- As diferenças com a UE são dramáticas. Entre 15% (mais velhos) e cerca de 40% (mais novos), completam o ensino superior, sempre acima do observado em Portugal (Gráfico 2.2).
- A escolaridade aumentou geralmente mais entre as mulheres do que entre os homens mas em Portugal a situação era, para os nascidos de 1939 a 1959, igualmente desvantajosa para ambos os sexos. Houve depois uma evolução a favor das mulheres (cerca de 46% com ensino básico, contra 59% para os homens nascidos depois de 1970, Gráfico 2.3).
- Na UE, as mulheres mais velhas (1939 a 1959) ainda estudavam menos do que os homens da sua idade mas entre as mais novas também já se verifica o inverso (idem).
- Tanto para homens como para mulheres, o nível de escolaridade é mais baixo em Portugal (idem).
- Os níveis de escolaridade dos pais dos indivíduos inquiridos são, em média, ainda mais baixos (Gráfico 2.4). A proporção com ensino básico fica acima dos 90% para pais de filhos nascidos até 1969. Desde depois mais acentuadamente mas não passa abaixo dos 80% (pais de indivíduos nascidos depois de 1970). Uma pequena minoria completa o ensino secundário ou superior.

- Naturalmente, a escolaridade dos pais dos inquiridos europeus é também substancialmente mais elevada do que a dos pais portugueses. 80% dos pais dos europeus mais velhos (1939-1949) têm ensino básico, proporção semelhante ao observado para os pais dos portugueses nascidos depois de 1970 (Gráfico 2.5).
- Em suma, quanto mais novos os portugueses analisados, mais elevados são os seus níveis de escolaridade e, independentemente da idade, os mesmos atingem níveis bastante superiores aos dos seus pais.
- Contudo, a análise apresentada até agora diz-nos na verdade pouco sobre a relação entre a escolaridade dos filhos com a dos pais.
- Em que medida é que, num determinado coorte, filhos de pais com maior escolaridade atingem um nível mais elevado? Isto é, parece haver desigualdade de oportunidades de educação em Portugal? E será esta maior do que na UE?
- Terá esta relação evoluído ao longo do tempo em Portugal e na UE – será uma eventual desigualdade de oportunidades menor para os coortes mais recentes?
- Por exemplo, ter-se-á assistido a um aumento de escolaridade a vários níveis ou porventura apenas para os filhos de pais com ensino básico?
- Na secção seguinte, tentamos abordar estas questões através da análise, para Portugal e para a UE: do nível de escolaridade dos filhos em função do dos seus próprios pais; e da evolução desta relação ao longo do tempo.
- Em particular, para cada coorte, medimos mobilidade na escolaridade como a probabilidade de um indivíduo atingir um nível de diferente do que o do seu próprio pai – ascendente se superior, descendente se inferior.

2.4. Relação entre educação do pai e educação dos/as filhos/as em Portugal e na União Europeia para diferentes coortes

É inegável que o nível de escolaridade no nosso país aumentou espectacularmente ao longo do tempo. Pelo que se viu na Secção 2.2, é também claro que o nível médio de escolaridade dos indivíduos inquiridos pelo ICOR é bastante superior ao dos seus pais. Terá esta evolução beneficiado todos os indivíduos por igual? Qual é a relação entre a escolaridade dos filhos com a dos seus próprios pais e terá a mesma evoluído ao longo do tempo? Em particular, significará a evolução observada acima que existe igualdade de oportunidades na educação para todos os indivíduos nascidos a partir da década de 1970, independentemente do nível alcançado pelos seus pais? São estas as perguntas a que tentamos dar resposta nesta secção. Tentamos abordar estas questões através da análise, para Portugal e para a UE: do nível de escolaridade dos filhos em função do dos seus próprios pais; e da evolução desta relação ao longo do tempo. Em particular, para cada coorte, medimos a mobilidade na escolaridade como a probabilidade de um indivíduo atingir um nível de diferente do que o do seu próprio pai – ascendente se superior, descendente se inferior.

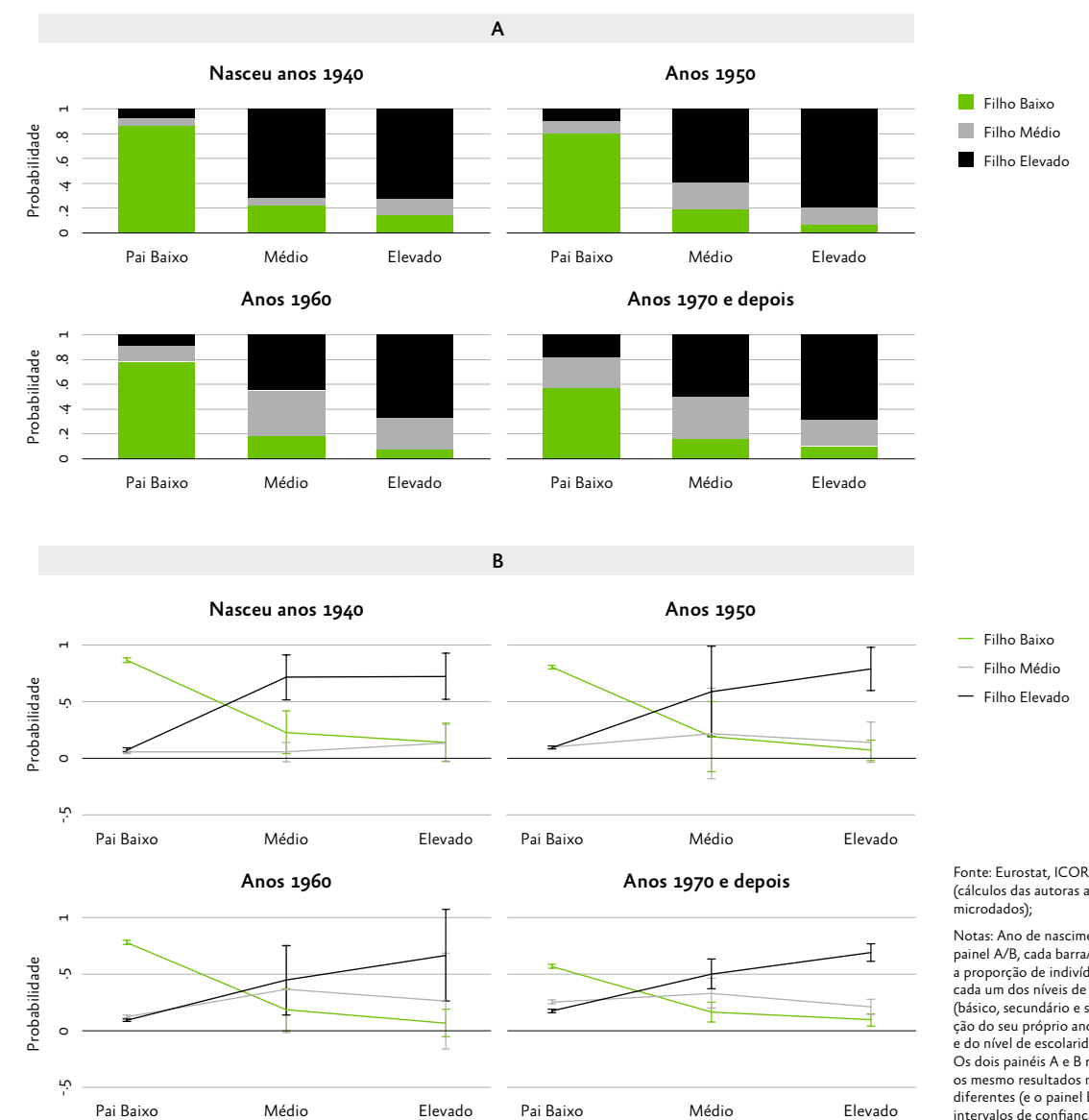
Transições entre níveis de escolaridade de pais e filhos

Utilizamos uma metodologia semelhante à utilizada acima mas, aqui, tendo em conta também o nível de escolaridade do pai e considerando décadas de nascimento. O Gráfico 2.6 apresenta proporções estimadas de indivíduos com cada um dos três níveis de ensino, em função do seu pai. Por facilidade de apresentação, representamos os resultados das duas seguintes formas: gráfico de barras (painel A) e de linhas (painel B). Em ambos os casos, cada um dos subpainéis representa uma década de nascimento, e cada linha/barras um nível de ensino do filho. Primeiro que tudo, note-se que, se a escolaridade dos filhos fosse completamente independente da dos pais, todas as linhas seriam horizontais, o que está longe de acontecer.

Começamos pelos indivíduos nascidos na década de 1940. Verifica-se uma relação positiva entre a escolaridade do pai e a do/a filho/a a todos os níveis mas sobretudo quando os pais têm ensino básico ou superior. A grande maioria das pessoas nascidas nesta década, filhos de pais com ensino básico, não passou além do mesmo nível de ensino (barra/linha verde, primeiro subpainel em B/A). Por outro lado, isto passa-se apenas para uma pequena minoria dos filhos de pais com níveis mais elevados de ensino (idem). É praticamente o oposto o que se observa com a proporção de um filho completar o ensino superior (linha/barra preta), quase nula para os filhos de pais com ensino básico mas cerca de 75% para filhos de pais com ensino superior.

Olhando também para os restantes painéis do Gráfico 2.6, podemos concluir que a relação entre a probabilidade de pais e filhos terem um nível de educação elevado não se alterou muito ao longo do tempo (linhas/barras pretas). Contudo, é nos níveis mais baixos dos pais que se notam maiores diferenças ao longo do tempo. Nomeadamente, quase metade das pessoas nascidas a partir da década de 1970 com pais com ensino básico, atingiram elas próprias um nível mais elevado. Não deixemos de notar que, mesmo para estes indivíduos, o mais provável é terem eles também o mesmo nível.

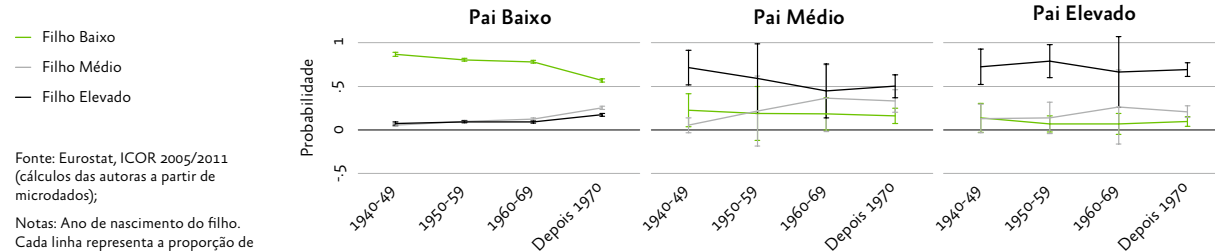
Gráfico 2.6 Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais em Portugal – por coorte de nascimento dos filhos



O Gráfico 2.7 abaixo apresenta exactamente os mesmos resultados, apenas organizados de forma diferente. Desta vez, cada um dos painéis representa um nível de escolaridade dos pais. O objectivo é analisar, de forma mais clara, quais são os níveis obtidos pelos filhos em cada um destes casos e ao longo do tempo. De facto, é visível que, quando o pai tem um nível baixo/elevado, o mais provável é que o mesmo aconteça com o seu filho (curva verde no primeiro painel e preto no último muito acima das outras e da linha dos 50%).

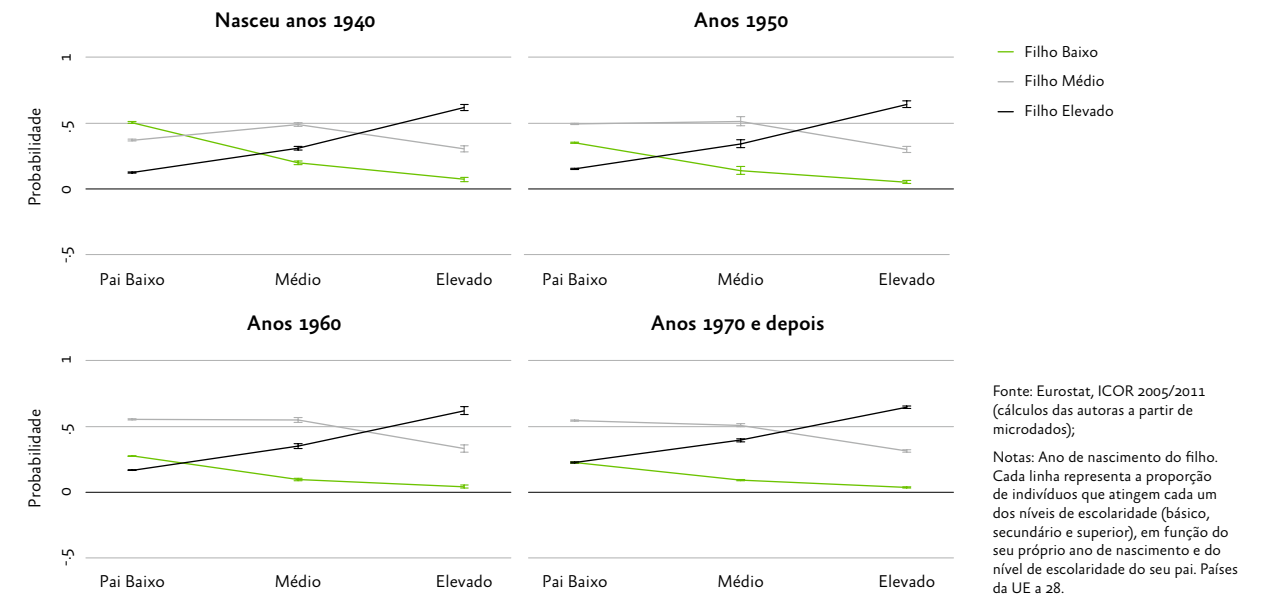
Não se denota uma grande diferença entre coortes de nascimento dos filhos, para além da diminuição da probabilidade de não passar do ensino básico. Isto acontece claramente ao longo do tempo, à excepção dos filhos de pais com ensino superior, para os quais esta já era quase nula, mesmo entre os nascidos na década de 1940. A situação dos filhos de pais com ensino básico melhorou ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1970. Por outro lado, a situação dos filhos de pais com ensino superior, à partida muito privilegiada, manteve-se mais estável. No entanto, de acordo com o referido acima, mesmo para os nascidos depois de 1970, mais de 50% dos filhos de pais com ensino básico/superior atinge o mesmo nível.

Gráfico 2.7 Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais em Portugal – por nível de escolaridade dos pais



O Gráfico 2.8 replica a análise feita no Gráfico 2.7 para Portugal mas desta vez para o conjunto da União Europeia. É imediatamente visível que o declive das linhas, sobretudo as que representam os níveis extremos, é menor do que em Portugal, denotando uma menor relação entre os níveis de escolaridade de pais e filhos. Verificam-se menores diferenças ao longo do tempo do que em Portugal, reflectindo a mais elevada escolaridade atingida tanto por pais como por filhos mais velhos que se observou acima (Gráficos 2.2 e 2.5).

Gráfico 2.8 Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais na União Europeia – por coorte de nascimento dos filhos



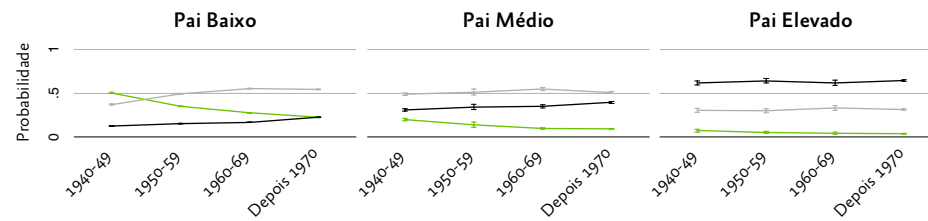
Tal como fizemos para Portugal, apresentamos agora os mesmos resultados mas organizados de outra forma (Gráfico 2.9). O painel referente aos pais com ensino superior denota uma clara relação com o nível de escolaridade dos filhos que não se altera ao longo do tempo. A maioria destas pessoas atinge o mesmo nível que os pais (se bem que numa proporção menor do que em Portugal), uma minoria o nível abaixo e quase ninguém se fica pelo ensino básico. No outro extremo, isto é, para pais com ensino básico, notam-se diferenças mais acentuadas entre o nosso país do que no conjunto da UE. Em Portugal, apesar de diminuir ao longo do tempo, a maioria dos filhos de pais com ensino básico não passam do mesmo nível. Já na UE, o mesmo acontece a uma minoria destas pessoas, sendo que as restantes completam sobretudo o ensino secundário.

Gráfico 2.9 Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais na União Europeia – por nível de escolaridade dos pais

— Filho Baixo
— Filho Médio
— Filho Elevado

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

Notas: Ano de nascimento do filho. Cada linha representa a proporção de indivíduos que atingem cada um dos níveis de escolaridade (básico, secundário e superior), em função do seu próprio ano de nascimento e do nível de escolaridade do seu pai. Países da UE a 28.



Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre o nível de escolaridade de pais e filhos

Com a análise que se segue, pretendemos distinguir de forma ainda mais clara entre mobilidade positiva, negativa e imobilidade na escolaridade de pais para filhos. Analisamos, a partir das mesmas três categorias de escolaridade, se os filhos atingiram um nível superior, igual, ou inferior ao dos pais. Mais uma vez, usamos modelos logit multinomiais para esta análise que nos permitem estimar as probabilidades de cada uma das transições entre pais e filhos, segundo a década de nascimento destes.¹⁴

O Gráfico 2.10 e o Quadro 2.1 abaixo (em particular, o primeiro painel, “Total”) contêm proporções dos filhos que alcançam um nível de escolaridade inferior, igual, ou superior aos dos pais.¹⁵ Nestes apresentamos simultaneamente resultados para Portugal e para a UE. Primeiro que tudo, note-se que, para indivíduos nascidos até à década de 1960-1969 em Portugal, a proporção dos filhos que se mantêm na mesma categoria dos pais (curva cinza) é muito semelhante à dos que completam apenas o ensino básico observada no Gráfico 2.1 acima. Isto explica-se com o facto de quase todos os pais de indivíduos nestes coortes terem eles próprios apenas ensino básico (curva verde, Gráfico 2.4 acima). A partir desta altura, a probabilidade dos filhos terem o mesmo nível que os pais decresce acentuadamente, até 57%, ao mesmo tempo que a mobilidade ascendente aumenta. Em particular, entre os indivíduos nascidos até à década de 1960, apenas 22%, no máximo, tem mais escolaridade do que os pais, passando esta proporção para 40% para os nascidos entre 1970 e 1985.

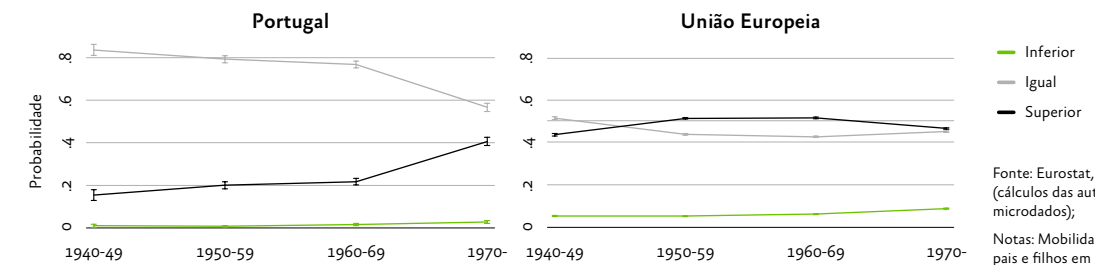
No conjunto na União Europeia, é evidente um muito maior grau de mobilidade, sobretudo ascendente, que se caracteriza, por outro lado, por menos variação ao longo do tempo (isto é, linha cinza da UE com um declive muito menos acentuado do que a de Portugal). Também existe uma maior mobilidade descendente (entre 5% e 9%). No entanto, note-se que o baixo nível de escolaridade dos pais no nosso país torna a mobilidade descendente, matematicamente, quase impossível. É evidente a aproximação de Portugal

¹⁴ Tal como se refere na nota de rodapé 10 para o caso do nível de escolaridade, poderíamos usar aqui também um modelo logit/probit ordenado mas optámos por esta metodologia mais flexível. Mas uma vez, todos os modelos têm em conta a vaga em que o indivíduo foi inquirido e o seu sexo, bem como, no caso da UE, o seu país.

¹⁵ Tal como referido, baseamo-nos nas três categorias consideradas acima. Como tal, apenas transições para fora das mesmas são consideradas como movimentos ascendentes ou descendentes. Por exemplo, um filho que tenha completado o nível ISCED 2 e o seu pai apenas o nível 1 são aqui considerados como tendo o mesmo nível.

à União Europeia para o coorte mais novo. No entanto, mesmo para este, a proporção dos que se mantêm no mesmo nível é ainda algo superior no nosso país, 57%, contra 45% (Gráfico 2.10 e Quadro 2.1 abaixo).

Gráfico 2.10 Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos em Portugal e na União Europeia



— Inferior
— Igual
— Superior

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

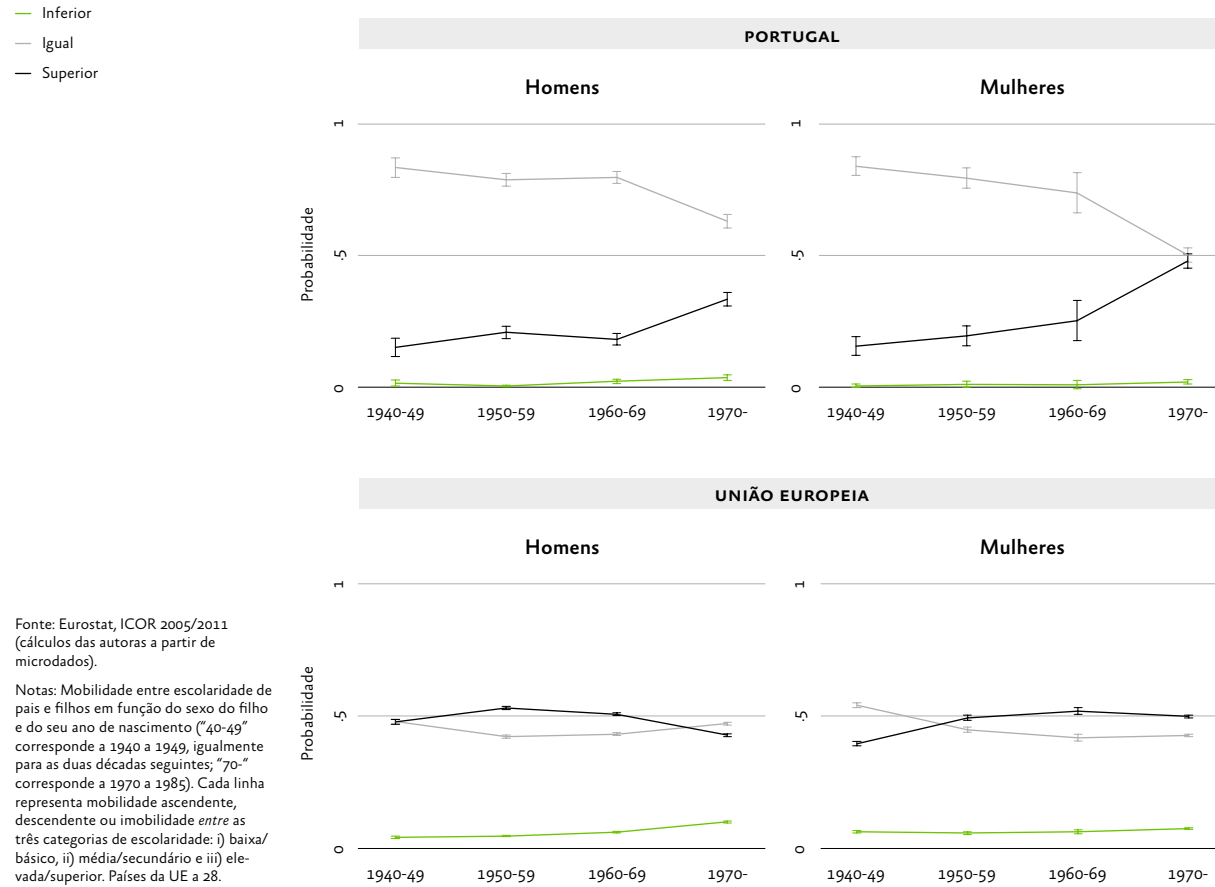
Notas: Mobilidade entre escolaridade de pais e filhos em função do ano de nascimento do filho. Cada linha representa mobilidade ascendente, descendente ou imobilidade entre as três categorias de escolaridade: i) baixa/básico, ii) média/secundário e iii) elevada/superior. Países da UE a 28.

Mobilidade positiva, negativa e imobilidade por sexo

Repetimos agora a análise de mobilidade ascendente e descendente por sexo (Gráfico 2.11 e Quadro 2.1 abaixo). No nosso país, os padrões são muito semelhantes para ambos os sexos e de acordo com o descrito acima. No entanto, o aumento da mobilidade (ascendente) ao longo do tempo é ainda maior para as mulheres. 48% das mulheres nascidas entre 1970 e 1985 atingiu um nível de escolaridade superior ao do seu pai, contra 33% dos homens, sendo que entre os mais velhos esta proporção era quase igual para ambos os sexos, cerca de 84%. Entre os homens, a subida na mobilidade ascendente foi mais acentuada a partir de 1970. Entre as mulheres assistiu-se a uma subida em todas as décadas mas ainda mais acentuadamente a partir daquela altura. Dado o aumento de escolaridade das mulheres, seria também interessante analisar a mobilidade entre escolaridade de mães e filhas. No entanto, caso a escolaridade das mães das inquiridas ainda seja menor do que a dos pais (o que se pode esperar), então a mobilidade ascendente entre mães e filhas será ainda maior do que entre pais e filhas.

No conjunto da União Europeia (Gráfico 2.11 e Quadro 2.1), a subida na mobilidade (ascendente) é também determinada sobretudo pelas mulheres. Ainda assim, a subida na mobilidade ascendente entre as mulheres portuguesas foi ainda mais acentuada, aproximando-se das mulheres europeias, 48% versus 50%, para as nascidas depois de 1970. Já os homens portugueses nascidos neste período ainda beneficiam de menor mobilidade ascendente, 33%, do que o conjunto dos europeus da mesma idade, 43%.

Gráfico 2.11 Mobilidade ascendente, descendente e imobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – por sexo



Quadro 2.1 Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – total e por sexo

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);
 Notas: Mobilidade entre escolaridade de pais e filhos em função do ano de nascimento do filho e do seu sexo. Mobilidade ascendente, descendente e imobilidade entre as três categorias de escolaridade: i) baixa/básico, ii) média/secundário e iii) elevada/superior. Países da UE a 28.

	Portugal			União Europeia		
	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai
Total						
Nascidos entre 1940-49	1.0%	83.6%	15.4%	5.3%	51.2%	43.4%
1950 e 1959	0.8%	79.2%	20.0%	5.3%	43.6%	51.1%
1960 e 1969	1.6%	76.7%	21.7%	6.2%	42.5%	51.3%
1970 e 1985	2.8%	56.6%	40.6%	8.7%	44.9%	46.4%
Homens						
Nascidos entre 1940-49	1.5%	83.4%	15.1%	4.2%	48.0%	47.8%
1950 e 1959	0.4%	78.8%	20.8%	4.7%	42.2%	53.1%
1960 e 1969	2.2%	79.6%	18.2%	6.1%	43.2%	50.7%
1970 e 1985	3.6%	63.1%	33.4%	10.0%	47.2%	42.8%

	Portugal			União Europeia		
	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai
Mulheres						
Nascidos entre 1940-49	0.4%	83.9%	15.6%	6.3%	54.1%	39.6%
1950 e 1959	1.1%	79.4%	19.5%	5.8%	44.9%	49.3%
1960 e 1969	0.9%	73.8%	25.3%	6.3%	41.8%	51.9%
1970 e 1985	2.0%	50.1%	47.9%	7.5%	42.7%	49.8%

Destaques Secção 2.4

- Entre os nascidos na década de 1940, o nível de escolaridade está de sobremaneira associado ao do seu pai. A grande maioria dos filhos de pais com ensino básico, não passou além do mesmo nível de ensino (Gráficos 2.6 e 2.7) e quase nenhuns atingiram o ensino superior. No outro extremo, apenas uma pequena minoria dos filhos de pais com ensino superior não passam além do básico mas 75% completam o mesmo nível que os pais (*idem*).

- A situação dos filhos de pais com ensino superior, à partida muito privilegiada, não se alterou muito ao longo do tempo (*idem*). Já a dos filhos de pais com ensino básico melhorou assinalavelmente ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1970. Quase metade dos nascidos a partir de 1970 que são filhos de pais com ensino básico atingiram eles próprios um nível mais elevado (*idem*).

- Existe maior mobilidade na escolaridade na UE, sobretudo ascendente (em 1940 e 1949, 15% em Portugal e 43% na UE), mas com menos variação ao longo do tempo (Gráfico 2.10 e Quadro 2.1).

- É evidente a aproximação de Portugal à União Europeia a partir de 1970. No entanto, mesmo para este coorte, a proporção dos que se mantêm no mesmo nível é ainda algo superior no nosso país, 57%, contra 45%. 41% dos portugueses mais novos beneficiam de mobilidade ascendente, contra 47% dos europeus.

- A distância que ainda separa os nascidos a partir de 1970 no nosso país e a União Europeia em termos de mobilidade ascendente deve-se sobretudo aos homens (33% vs 43%). Por outro lado, 48% das portuguesas mais novas atingem um nível superior ao dos seus pais, apenas dois pontos percentuais abaixo das europeias.

2.5. Relação entre educação do pai e rendimento dos/as filhos/as

Analizamos agora até que ponto as relações observadas na Secção 2.3 se traduzirão em diferenças nos rendimentos dos filhos. É de ter em conta, porém, que a relação com os rendimentos poderá operar também por outros canais, para além da educação dos indivíduos. Tal como mencionado na introdução deste capítulo, consideramos o rendimento disponível do agregado familiar, uma medida mais abrangente de estatuto socioeconómico do que o seu próprio salário ou rendimento. Trata-se do rendimento total, na medida em que provém de todas as fontes e agrega as partes auferidas por todos os membros do agregado familiar.

Tal como é usual, transformamos o rendimento total anual por adulto equivalente, o que tem em conta a dimensão e composição do agregado familiar. Pretende-se que o valor resultante traduza a afectação a todos os membros do agregado familiar, independentemente das suas características, incluindo idade. Usamos neste estudo a escala de equivalência mais comum a nível europeu, a chamada Escala de Equivalência da OCDE modificada. De acordo com esta escala, o primeiro indivíduo de cada família tem um peso igual a 1, os restantes adultos de 0,5 e as crianças de 0,3. Para cada família, atribuímos o mesmo rendimento a todos os seus membros, ao dividir o rendimento total pela respectiva escala de equivalência. Por fim, todos os montantes utilizados são expressos em euros a preços de 2010.

As amostras usadas nesta secção resultam da remoção de valores extremos de rendimento pois as análises efectuadas são muito sensíveis a tais valores. Em particular, removemos o primeiro e o último percentil dos rendimentos na nossa amostra.¹⁶ Por fim, apesar desta análise não usar informação sobre a escolaridade dos pais, consideramos aqui apenas os indivíduos para os quais temos esta informação, tal como nas secções anteriores.

A comparação entre rendimentos de filhos de pais com diferentes níveis de escolaridade faz-se através de modelos de regressão linear que têm em conta a escolaridade do pai e da década de nascimento.¹⁷ Há que fazer duas ressalvas sobre esta análise, antes de procedermos à apresentação dos seus resultados.

Primeiro, ainda que usemos rendimentos familiares por adulto equivalente, é de esperar influência do ciclo de vida nos rendimentos médios que iremos observar para os vários coortes. Os rendimentos dos membros dos coortes mais recentes foram observados quando os mesmos eram mais novos. Por exemplo, indivíduos nascidos em 1950 reportaram os seus rendimentos quando tinham 55 e 61 anos (respectivamente, na vaga de 2005 e de 2011), ao passo que os nascidos em 1970 o fizeram com 35 e 41 anos.¹⁸ É, portanto, de esperar que, para um mesmo nível de escolaridade, os rendimentos de coortes mais recentes sejam mais baixos em média, por estes ainda não terem atingido o pico da carreira. Por outro lado, alguns dos indivíduos mais novos poderão ainda residir com os seus pais e beneficiar dos seus rendimentos.

A segunda ressalva prende-se com a comparabilidade entre rendimentos das diversas categorias ao longo do tempo e entre Portugal e a União Europeia. Como explicado na Secção 2.3 acima, definimos as categorias de escolaridade da forma mais comparável possível. No entanto, entre países, existem variações importantes dentro das categorias. Especialmente, em Portugal, dentro da categoria mais baixa, existe uma muito maior concentração de indivíduos com escola primária, ou mesmo sem esta, do que no conjunto da União Europeia. Em suma e por outras palavras, os portugueses na categoria mais baixa aqui considerada têm, na verdade, menos escolaridade do que os restantes europeus.

O Gráfico 2.12 contém rendimentos médios, consoante o nível de escolaridade do pai e coorte de nascimento, tanto para Portugal, como para o conjunto da União Europeia. Como esperado e de acordo com o descrito acima, parece haver uma influência do ciclo de vida, dado que os rendimentos médios para cada categoria de escolaridade do pai são menores para coortes mais recentes. Olhemos, então, sobretudo para as diferenças entre categorias, dentro de cada coorte. Quanto maior é a escolaridade dos pais, maior é o rendimento médios dos filhos/as. As diferenças entre cada uma das categorias são estatisticamente significativas no conjunto da União Europeia.

Em Portugal, a menor dimensão da amostra e as pequenas proporções de pais com ensino secundário e superior não nos permitem distinguir de forma estatisticamente significativa entre rendimentos de filhos destes dois grupos. A diferença entre as médias para estes dois grupos é, não obstante e ainda que estimada de forma imprecisa, considerável (Gráfico 2.12).¹⁹ Estima-se que um indivíduo cujo pai tenha completado o ensino superior em Portugal aufera entre cerca de 12 400 (coorte 1940-1949) e 6 700 euros/ano (coorte 1970-1985) mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino básico e entre cerca de 3 400 (coorte 1940-1949) e 1 500 euros/ano (coorte 1970-1985) mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino secundário.

¹⁸ E, inevitavelmente, é impossível distinguir os efeitos coorte, idade e de ano do inquérito.

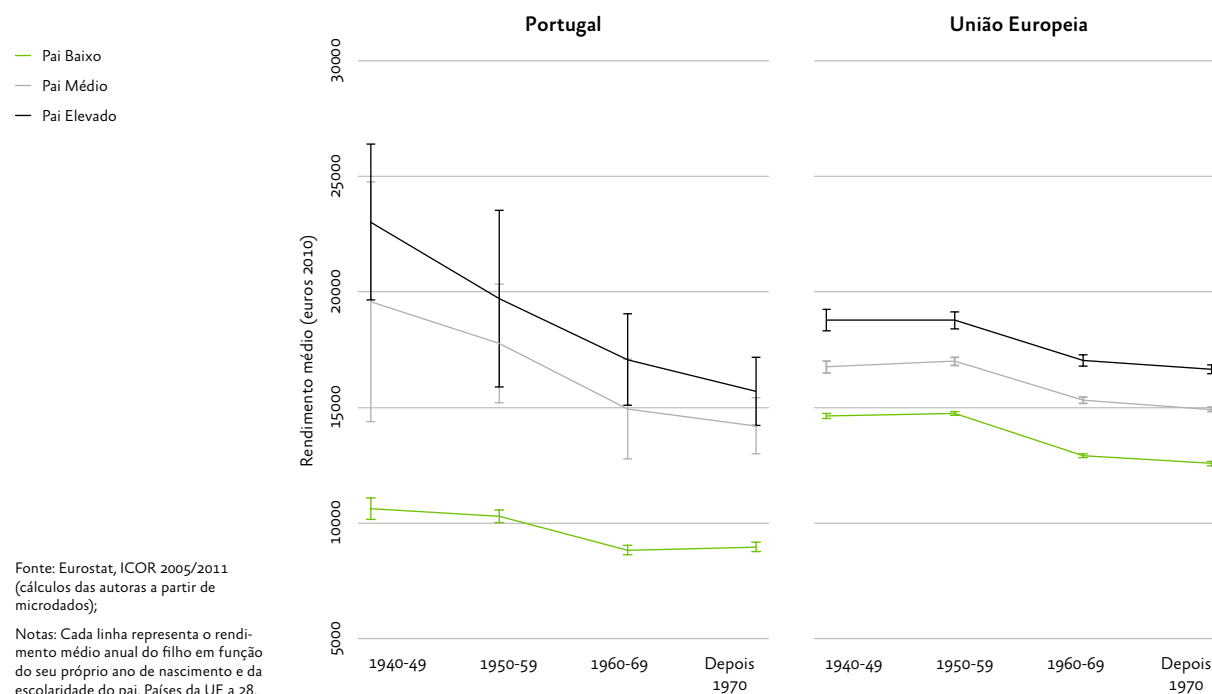
¹⁶ Replicámos também a análise sem esta remoção. Como seria de esperar, as diferenças entre rendimentos de filhos de pais com níveis de escolaridade diferentes são ainda maiores. De qualquer forma, as principais conclusões e comparações entre Portugal e a UE mantêm-se.

¹⁷ E, tal como nas secções anteriores, também a vaga em que os dados foram recolhidos (2005 ou 2011), o sexo do indivíduo e, no caso das análises para o conjunto da UE, o país.

¹⁹ E note-se que, se olharmos para a média para todos os coortes, em vez de separadamente por coorte, a mesma diferença é estatisticamente significativa. Considerando a média dos indivíduos de todas as idades na nossa amostra, o rendimento médio anual de um indivíduo cujo pai tenha completado o ensino superior em Portugal excede em 8 300 euros (1 950 euros) o rendimento médio de outro cujo pai não tenha passado além do ensino básico (secundário).

No caso da União Europeia, podemos estimar de forma muito precisa as diferenças entre todos os grupos (Gráfico 2.12). E estas são, de facto, todas significativas, independentemente do coorte analisado. À excepção do primeiro coorte, as diferenças entre o ensino superior e o ensino secundário são semelhantes ao caso português. É especialmente na desvantagem dos filhos de pais com ensino básico que se observa a maior disparidade em relação a Portugal.

Gráfico 2.12 Rendimento médio dos filhos em função da escolaridade dos pais em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

Notas: Cada linha representa o rendimento médio anual do filho em função do seu próprio ano de nascimento e da escolaridade do pai. Países da UE a 28.

Como se poderá dizer que evoluiu a mobilidade entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos ao longo do tempo? Como já alertámos acima, a possibilidade de responder a esta questão está limitada pela influência do ciclo de vida nos rendimentos observados. Há que ter em conta também outra questão. A análise acima permite comparar rendimentos médios para cada grupo. Não reflecte, porém, as diferenças nas dimensões destes grupos ao longo do tempo e entre Portugal e a União Europeia. No coorte 1940-1949, filhos de pais com ensino superior (secundário) auferiam mais 12 400 (8 900) euros/anos do que os de pais com ensino básico mas não nos esqueçamos de que menos de 10% daqueles pais se encontram naquelas categorias de escolaridade (Gráfico 2.4).

A questão que se põe agora é: em que medida é que o nível de escolaridade dos pais é capaz de explicar as variações totais observadas no rendimento dos indivíduos?²⁰ É esta análise que fazemos no Quadro 2.2 através de modelos de regressão semelhantes aos utilizados acima.²¹ Em média para indivíduos de todos os coortes, o nível de escolaridade explica 5,4% do rendimento dos indivíduos, mais do que os 1,9% da União Europeia.

Separadamente por coorte, os valores para Portugal também são sempre superiores. Note-se que isto acontece mesmo havendo pequenas minorias da população a contribuir para estas diferenças. O facto de a evolução ao longo do tempo não reflectir as distâncias entre as curvas observadas no Gráfico 2.12 prende-se, em parte, com a evolução da escolaridade dos pais ao longo do tempo, como discutido acima.

Quadro 2.2 Percentagem de variação no rendimento dos filhos que é explicada pela escolaridade dos pais – Portugal e União Europeia

	Portugal	União Europeia
Total	5.4%	1.9%
Nascidos entre 1940-49	9.0%	2.1%
1950 e 1959	4.7%	2.0%
1960 e 1969	8.1%	2.8%
1970 e 1985	10.7%	3.9%

²⁰. Por exemplo, se as diferenças observadas entre categorias fossem as mesmas mas houvesse mais pais nas categorias superiores, então a variação explicada seria maior.

²¹. A diferença é que aqui também estimamos modelos específicos por coorte.

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

Notas: Ano de nascimento do filho. Países da UE a 28. Nível de escolaridade do pai definido como: i) baixa/básico, ii) média/secundário e iii) elevada/superior (mais detalhe na Secção 2.1 acima).

Destaques Secção 2.5

- Até que ponto as relações observadas na Secção 2.4 se traduzirão em diferenças nos rendimentos dos filhos? Abordamos este assunto nesta secção, tendo em mente que esta poderá operar também por outros canais, para além da educação dos indivíduos, e que os rendimentos observados aqui para os diferentes coortes podem ser afectados pelo ciclo de vida.
- Quanto maior é a escolaridade do pai, maior é o rendimento familiar do filho.

- Estima-se que um indivíduo cujo pai tenha completado o ensino superior em Portugal aufera entre cerca de 12 400 (coorte 1940-1949) e 6 700 euros (coorte 1970-1985) mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino básico e entre cerca de 3 400 (coorte 1940-1949) e 1 500 euros/ano (coorte 1970-1985) a mais do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino secundário (Gráfico 2.12).

- No caso da União Europeia, à excepção do primeiro coorte, as diferenças entre o ensino superior e o ensino secundário são semelhantes ao caso português (Gráfico 2.12). É especialmente na desvantagem dos filhos de pais com ensino básico que se observa a maior disparidade em relação a Portugal.

- Como se poderá dizer que evoluiu a mobilidade entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos ao longo do tempo? É certo que, no coorte 1940-1949, filhos de pais com ensino secundário ou superior são ainda mais privilegiados do que nos coortes mais recentes. No entanto, trata-se de menos de 10% daquele coorte. Por outras palavras, o privilégio trazido pela escolaridade dos pais em Portugal parece ter diminuído ao longo do tempo mas aplica-se a fatias cada vez maiores da população.

- Quando analisamos até que ponto é que o nível de escolaridade dos pais é capaz de explicar as variações totais observadas no rendimento dos filhos, não se observa uma clara descida da mobilidade entre escolaridade dos pais e rendimentos dos filhos ao longo do tempo em Portugal (Quadro 2.2).

- Cerca de 5% da variação nos rendimentos dos filhos portugueses é explicada pela escolaridade dos pais, contra 2% na UE, significando uma menor mobilidade no nosso país. Esta menor mobilidade observa-se para todos os coortes (idem).

2.6. Relação entre a ocupação profissional de pais e filhos/as

Passamos agora a uma análise semelhante à efectuada acima para nível de escolaridade mas desta vez aplicada a categorias profissionais. O ICOR mede a profissão segundo a Classificação Internacional Tipo de Profissões (CITP, ou ISCO, na sigla em inglês).²² As primeiras vagas do ICOR usaram a versão de 1988 da CITP (ISCO 88), passando depois em 2011 a usar a de 2008 (ISCO 2008) (Eurostat, 2011). A vaga de 2011 do ICOR recolhe informação das duas formas para os indivíduos inquiridos, ao passo que para os seus pais o faz apenas segundo a classificação mais recente. Usamos a informação recolhida segundo a CITP 88 na vaga de 2005 e segundo a CIPT 08 na vaga de 2011. Não se verificam, no entanto, diferenças importantes nas duas versões ao nível das categorias usadas aqui.

Para a classificação usada neste estudo partimos dos grandes grupos: 1 – representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos; 2 – especialistas das actividades intelectuais e científicas; 3 – técnicos e profissões de nível intermédio; 4 – pessoal administrativo; 5 – trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores; 6 – trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; 7 – trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; 8 – operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; 9 – trabalhadores não qualificados (excluimos nesta análise as profissões das Forças Armadas, grande grupo 0).

Nesta secção, usamos a seguinte agregação: gestores e profissionais (grande grupo CITP 1 a 3); técnicos de serviços, vendas e pessoal administrativo (CITP 4 e 5); trabalhadores qualificados da agricultura, floresta e pesca (CITP 6); produção de precisão, reparação e artesanato, e operadores, fabricantes e operários (CITP 7 a 9). Tal como na Secção 2.4 acima para o caso da escolaridade, analisamos transições entre profissão dos pais e filhos através de modelos logit multinomiais que têm em conta a década de nascimento destes.²³

Em cada painel do Gráfico 2.13 abaixo mostramos as proporções de filhos/as que têm cada uma das profissões em função da década de nascimento. Por sua vez, cada painel representa uma profissão do pai.

Alguns padrões não se alteram ao longo do tempo. Primeiro que tudo, independentemente do seu coorte de nascimento, existe uma probabilidade de mais de 55% dos filhos serem gestores ou profissionais quando os seus pais também o foram (linha verde clara no quarto painel, Gráfico 2.13). O caso de pais e filhos com ocupações manuais é semelhante (linha verde escuro no primeiro painel, sempre acima dos 50%). Em contraste, no caso dos pais terem sido pessoal administrativo ou trabalhadores dos serviços ou vendas, existe

²² International Standard Classification of Occupations, International Labour Organization. <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco>

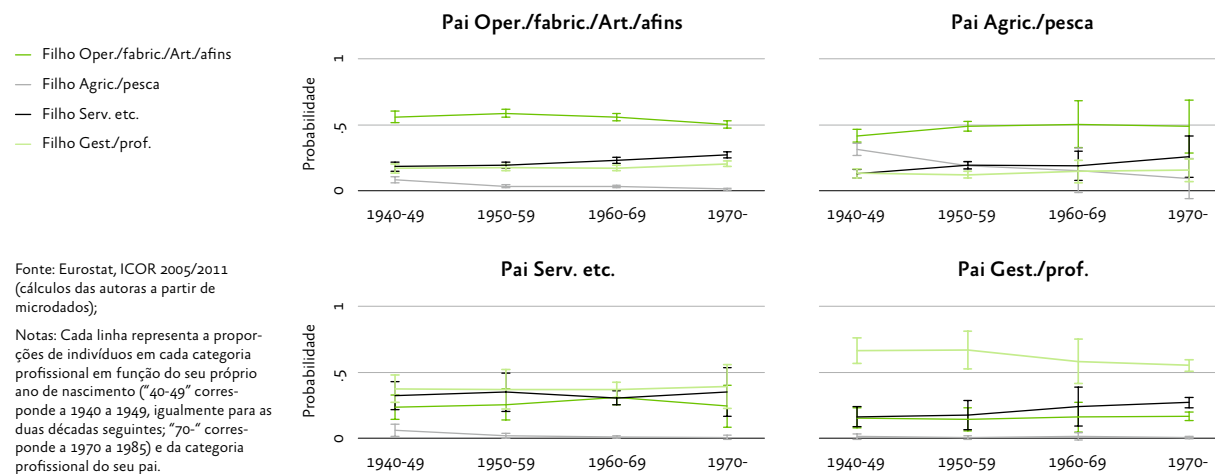
²³ Bem como sexo, vaga do inquérito e, nas análises para a UE, país.

considerável mobilidade dos seus filhos para outras categorias profissionais, excepto para a agricultura e pescas (linhas verde claro, verde escuro e preto encontram-se muito próximas no terceiro painel do Gráfico 2.13, decrescendo a cinza entre os cerca de 6% e os 0,1%).

A probabilidade de um filho ser trabalhador qualificado da pesca ou agricultura é quase nula, a não ser que o pai também tenha tido profissão similar (ainda no Gráfico 2.13). No entanto, mesmo neste caso, esta não vai além dos 32% para indivíduos nascidos na década de 1940, decrescendo até cerca de 9% para os mais novos. Este decréscimo coincide com um aumento da participação nos serviços, vendas e actividades administrativas por parte dos filhos de agricultores e pescadores (linha cinza, segundo painel). As profissões mais comuns entre estes indivíduos são, ao longo dos coortes observados, as manuais (linha verde escuro, segundo painel), com probabilidades entre os 42% e os 49%.

À excepção do decréscimo na participação na agricultura e pesca, observam-se poucas alterações na mobilidade entre pais e filhos ao longo do tempo (Gráfico 2.13). Dado que nos coortes mais velhos, eram sobretudo os filhos de agricultores e pescadores que tinham esta mesma actividade, o decréscimo desta participação representa um aumento da mobilidade entre pais e filhos. O outro aspecto em que se denota um aumento da mobilidade ao longo do tempo é o decréscimo da probabilidade de um filho/a de um gestor ou profissional ter também ele/a a mesma ocupação.

Gráfico 2.13 Profissão dos filhos em função da dos pais em Portugal – por profissão dos pais

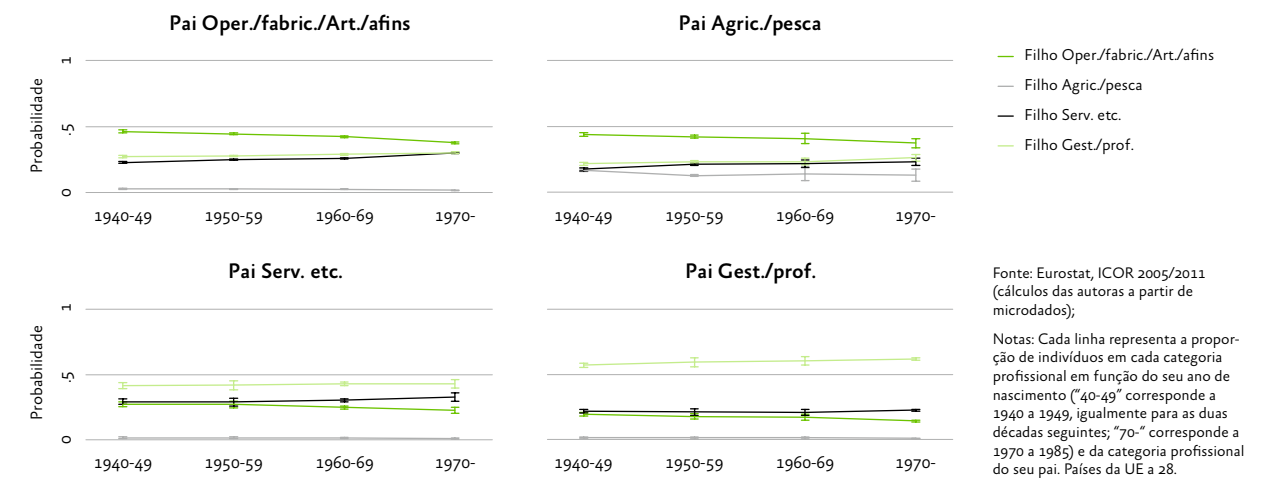


Em suma, o aumento da mobilidade entre pais e filhos ao longo do tempo deve-se a: i) aumento da mobilidade entre agricultura e outras ocupações (sobretudo serviços, vendas e actividades administrativas, linha preta, segundo

painel; e um pouco aumento para ocupações manuais, se bem que a níveis superiores, linha verde escura) e ii) mobilidade entre pais gestores e profissionais para trabalhadores dos serviços, vendas e pessoal administrativo (linha preta, quarto painel).

O Gráfico 2.14 apresenta resultados da mesma análise para o conjunto da União Europeia. Alguns padrões são bastante semelhantes a Portugal. Nomeadamente, o que se verifica para filhos de gestores e profissionais que, na sua maioria, também o são. Tal como no caso português, a profissão mais provável dos filhos de pais agricultores e com profissões manuais (primeiro e segundo painel) são as profissões manuais (linhas verde escuro). Por fim, a probabilidade de um filho ser agricultor ou pescador só passa dos 3% quando os pais tiveram a mesma profissão (entre 17% e 13%, linha cinza, segundo painel).

Gráfico 2.14 Profissão dos filhos em função da dos pais na União Europeia – por profissão dos pais



As diferenças mais notáveis em relação ao caso português são: i) mais clara transição entre filhos de pais trabalhadores de serviços/vendas e pessoal administrativo para a categoria dos gestores e profissionais (linha verde claro, terceiro painel); uma menor concentração dos filhos de trabalhadores manuais na mesma profissão (linha verde escuro, primeiro painel, Gráfico 2.14); menor concentração dos filhos de agricultores e pescadores na mesma profissão para coortes mais velhos (linha cinza, segundo painel, mesmo gráfico).

Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre a profissão de pais e filhos

Tal como fizemos na Secção 2.4 acima para o caso da escolaridade, tentamos agora distinguir de forma mais clara entre mobilidade ascendente, descendente e imobilidade na profissão. Consideramos uma maior agregação entre as categorias profissionais do que até agora. Nomeadamente, juntamos as duas categorias mais baixas, isto é, agricultura e pesca, a produção de precisão, reparação, artesanato, operadores, fabricantes e operários. Fazemo-lo porque a ordenação das mesmas não é inequívoca, quando olhamos para rendimentos em função da ocupação do pai, bem como dos filhos, para diferentes países e ao longo dos diferentes coortes. Não seria, como tal, muito rigoroso considerar uma destas categorias como superior à outra. Dada esta agregação, apenas consideramos aqui como mobilidade ascendente as transições de cada uma destas categorias para as duas superiores: serviços, vendas e pessoal administrativo e gestores e profissionais.²⁴

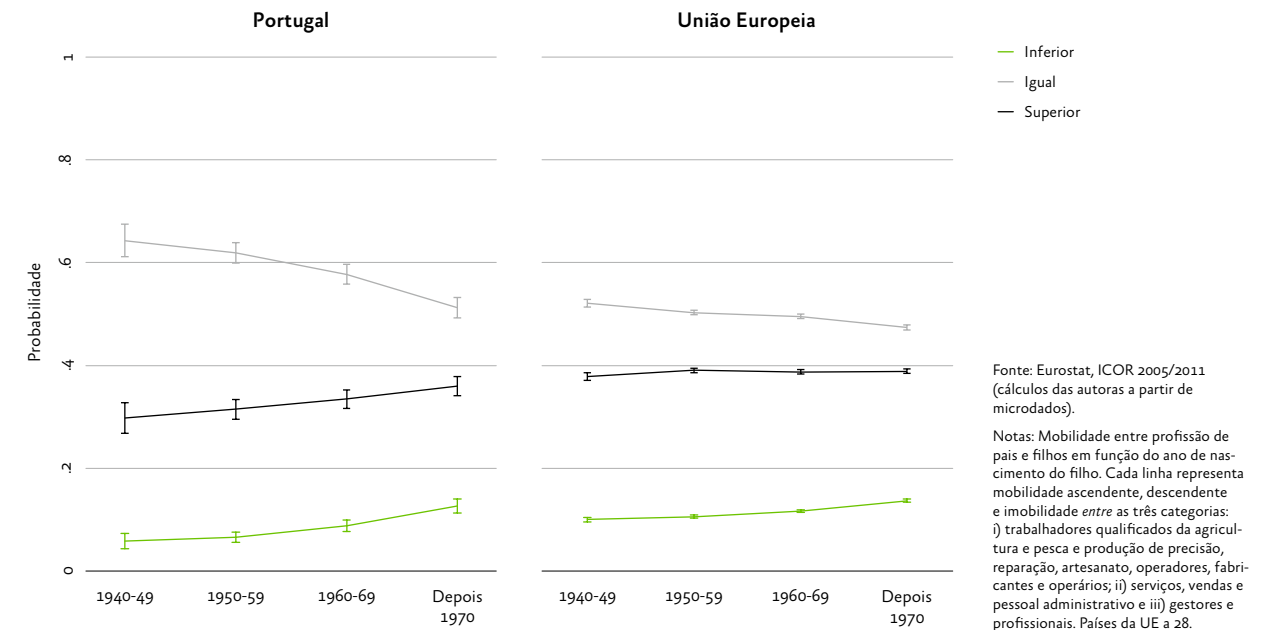
A metodologia usada é também a mesma que no caso da escolaridade: modelo logit multinomial para as probabilidades de o filho ter uma categoria profissional superior, inferior ou igual à do pai. O Gráfico 2.15 e o Quadro 2.3 abaixo contêm resultados para Portugal e para a União Europeia.

Em Portugal, observa-se a mobilidade a aumentar ao longo dos diversos coortes considerados, tanto a descendente (de 6% a 13%) como a ascendente (de 30% a 36%). A probabilidade de permanecer na mesma categoria do pai desce de 64% (entre os nascidos na década de 1940) para 51% (nascidos entre 1970 e 1985).

A imobilidade na UE parte de valores muito inferiores a Portugal, 52% (década de 1940) e decresce menos, até 47% (Gráfico 2.15 e Quadro 2.3 abaixo). O nosso período de análise começa com mais mobilidade ascendente e descendente para o conjunto da UE (38% e 10%, respectivamente) do que para Portugal (30% e 6%). Assiste-se no entanto, ao longo do período a uma convergência da mobilidade, dado que esta aumenta mais em Portugal do que no conjunto da UE. O nosso país ainda fica algo atrás mesmo para o coorte mais recente, sobretudo ao nível da mobilidade ascendente que fica a 3 pontos percentuais dos 39% observados na UE.

²⁴ Para uma análise mais detalhada, ver a análise anterior nesta mesma secção.

Gráfico 2.15 Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre profissão de pais e filhos em Portugal e na União Europeia

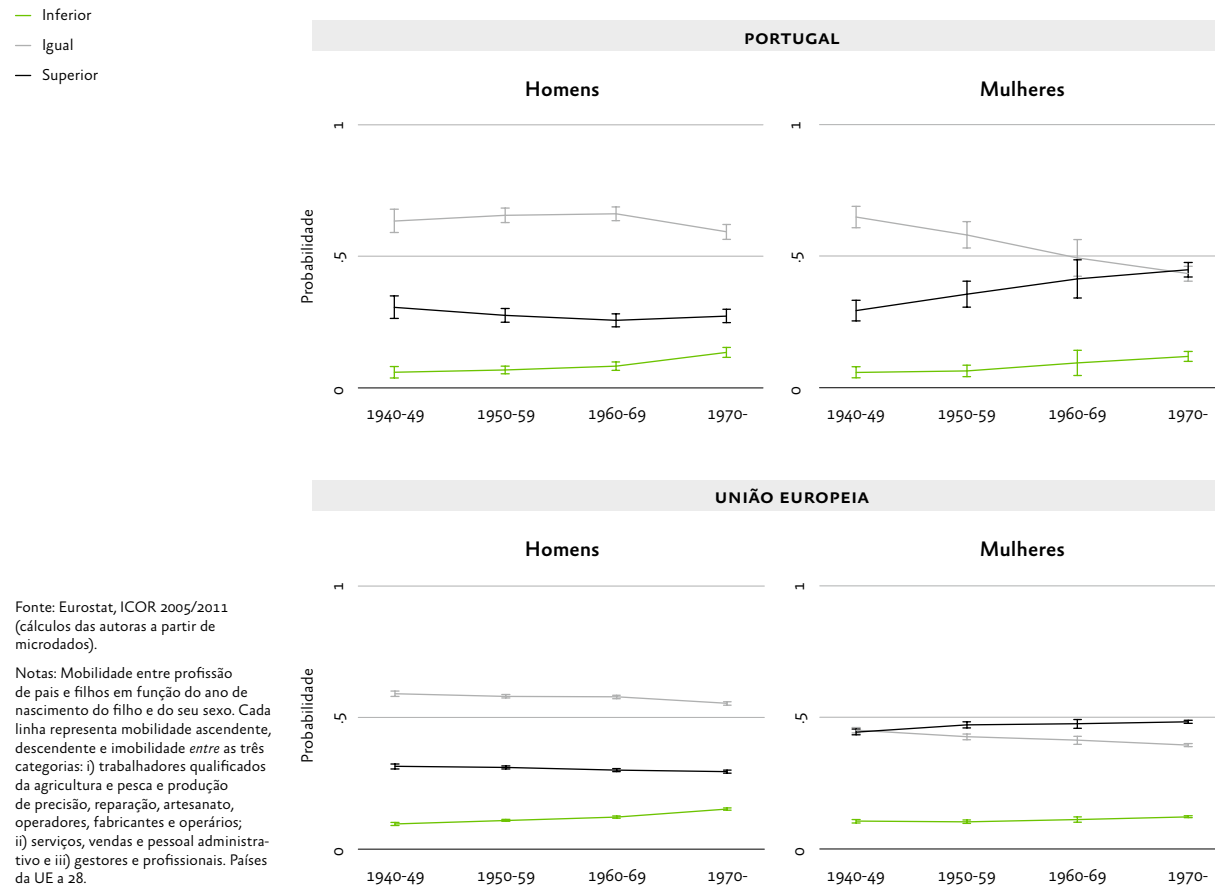


Mobilidade positiva, negativa e imobilidade por sexo

A análise da mobilidade por sexo revela algumas diferenças interessantes (Gráfico 2.16 e Quadro 2.3 abaixo). No nosso país, os indicadores de mobilidade são muito semelhantes para homens e mulheres nascidos na década de 1940: cerca de 6% para mobilidade descendente e cerca de 30% para mobilidade ascendente. O aumento de mobilidade ao longo do tempo é, no entanto, muito mais evidente entre as mulheres.

Cerca de 45% das mulheres nascidas depois de 1970, comparadas com 27% dos homens, alcançaram uma categoria profissional superior à dos seus pais (Quadro 2.3). Na verdade, para os homens, só a mobilidade descendente cresce ao longo do tempo (de 6% para 14%) e, essa sim, mais do que para as mulheres (de 6% para 12%). Seria interessante averiguar, numa análise mais detalhada, até que ponto isto poderá ser influenciado por diferenças no mercado de trabalho para homens e mulheres, já que aqui apenas consideramos o progenitor masculino para filhos de ambos os sexos. Note-se, de qualquer forma, que estes resultados são consistentes com a análise apresentada acima para a escolaridade, onde também se observou um maior aumento da mobilidade ascendente para mulheres.

Gráfico 2.16 Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre profissão de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – por sexo



No conjunto da União Europeia encontram-se resultados não muito diferentes de Portugal no caso dos homens, se bem que com níveis de mobilidade um pouco superiores, sobretudo entre os homens mais velhos (Quadro 2.3 e Gráfico 2.16). É para as mulheres que se notam as maiores diferenças, sobretudo nos períodos iniciais e na evolução ao longo do tempo. Entre as nascidas na década de 1940, a mobilidade ascendente era muito maior na UE, 44%, enquanto que em Portugal era de apenas 29%. Na mobilidade descendente, as diferenças neste grupo são menores, 11% para a UE, 6% para Portugal. A diferença na mobilidade ascendente de portuguesas e europeias diminui muito ao longo do tempo. Para as portuguesas nascidas entre 1970 e 1985 é apenas menos 3 pontos percentuais do que os 48% das europeias da mesma idade.

Quadro 2.3 Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre categoria profissional de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – total e por sexo

	Portugal			União Europeia		
	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai	Inferior ao pai	Igual	Superior ao pai
Total						
Nascidos entre 1940-49	5.9%	64.3%	29.8%	10.0%	52.1%	37.9%
1950 e 1959	6.6%	61.9%	31.5%	10.6%	50.3%	39.1%
1960 e 1969	8.8%	57.7%	33.5%	11.7%	49.5%	38.8%
1970 e 1985	12.7%	51.3%	36.0%	13.7%	47.4%	38.9%
Homens						
Nascidos entre 1940-49	5.9%	63.4%	30.7%	9.5%	59.1%	31.4%
1950 e 1959	6.9%	65.6%	27.5%	10.9%	58.1%	31.0%
1960 e 1969	8.2%	66.1%	25.6%	12.2%	57.8%	30.0%
1970 e 1985	13.5%	59.3%	27.3%	15.2%	55.4%	29.4%
Mulheres						
Nascidas entre 1940-49	5.8%	64.8%	29.4%	10.5%	45.1%	44.4%
1950 e 1959	6.3%	58.1%	35.6%	10.3%	42.6%	47.1%
1960 e 1969	9.4%	49.3%	41.3%	11.2%	41.3%	47.5%
1970 e 1985	11.9%	43.3%	44.8%	12.2%	39.5%	48.3%

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados).

Notas: Mobilidade entre profissão de pais e filhos em função do ano de nascimento do filho e do seu sexo. Mobilidade ascendente, descendente e imobilidade *entre* as três categorias: i) trabalhadores qualificados da agricultura e pesca e produção de precisão, reparação, artesanato, operadores, fabricantes e operários; ii) serviços, vendas e pessoal administrativo e iii) gestores e profissionais. Países da UE a 28.

Destaques Secção 2.6

- Independentemente do coorte de nascimento, mais de 55% (50%) dos portugueses filhos de gestores ou profissionais (ocupações manuais) também o são (Gráfico 2.13).
- Em contraste, existe maior mobilidade para filhos de pessoal administrativo ou trabalhadores dos serviços ou vendas, excepto para agricultura e pescas (*idem*).
- Ainda em Portugal, a probabilidade de um filho de um trabalhador qualificado da pesca ou agricultura ter profissão similar desce dos 32% para indivíduos nascidos na década de 1940 até 9% para os mais novos (Gráfico 2.13). O que aumenta ao mesmo tempo é sobretudo a participação destes nos serviços, vendas e actividades administrativas. No entanto, as profissões mais comuns entre estes indivíduos são sempre as manuais (42% entre os mais velhos e os 49% entre os mais novos, *idem*).

- Para a UE, observam-se alguns padrões semelhantes. A maioria dos filhos de gestores e profissionais também o são e a profissão mais provável dos filhos de pais agricultores e com profissões manuais são as profissões manuais (Gráfico 2.14). Por fim, a probabilidade de um filho ser agricultor ou pescador qualificado só passa dos 3% quando os pais tiveram a mesma profissão (idem).

- Considerando apenas três categorias mais agregadas (mais elevada – gestores e profissionais; média – serviços, vendas e pessoal administrativo; mais baixa – restantes categorias) observa-se, em Portugal, um aumento da mobilidade na profissão de pais para filhos ao longo do tempo, tanto descendente (6% dos filhos nascidos em 1940-49 têm profissão inferior ao pai; o mesmo acontece para 13% dos nascidos depois de 1970, Gráfico 2.15 e Quadro 2.3), como ascendente (30% dos filhos nascidos em 1940-49 têm profissão superior ao pai; 36% dos nascidos depois de 1970).

- A mobilidade na UE parte de valores superiores a Portugal (10% descendente, 38% ascendente, década de 1940, Gráfico 2.15 e Quadro 2.3). Assiste-se no entanto, ao longo do período a uma aproximação de Portugal (13% descendente, 36% ascendente, depois de 1970) à UE (14% descendente, 39% ascendente).

- Na década de 1940, a mobilidade entre profissão de pais para filhos portugueses era semelhante à de pais para filhas portuguesas – cerca de 6% descendente e cerca de 30% ascendente (Gráfico 2.16, Quadro 2.3).

- O aumento de mobilidade ao longo do tempo é muito mais evidente entre as mulheres. Cerca de 45% (27%) das/os homens/nascidos depois de 1970 alcançaram uma categoria profissional superior à dos seus pais (Gráfico 2.16, Quadro 2.3). Para os homens, é a mobilidade descendente que cresce (de 6%, década de 1940, para 14%, depois de 1970) e mais do que para as mulheres (de 6% para 12%, respectivamente).

2.7. Relação entre ocupação profissional do pai e rendimento dos/as filhos/as

Como se relacionam os rendimentos dos filhos com a ocupação profissional dos seus pais? Apesar desta relação possivelmente operar por outros canais para além da ocupação profissional dos próprios é, depois das relações observadas na Secção 2.6, de esperar que filhos de pais com categorias profissionais superiores auferam rendimentos também superiores.

Para averiguar esta questão, procedemos a uma análise semelhante à apresentada acima para o caso da escolaridade. Comparamos, aqui, rendimento total familiar por adulto equivalente²⁵ de filhos de pais com diferentes profissões através de modelos de regressão linear que têm em conta a escolaridade do pai e da década de nascimento.²⁶ Consideramos uma categorização mais detalhada nos níveis inferiores do que na secção anterior. Isto é, distinguimos aqui entre agricultura e pesca (CITP 6), produção de precisão, reparação e artesanato (CITP 7) e operadores, fabricantes e operários (CITP 8 e 9).

Esta análise usa a mesma amostra que a usada acima para transições entre pais e filhos, isto é, indivíduos para os quais temos informação sobre a profissão de ambos.²⁷ Por último, note-se a ressalva feita acima acerca da influência do ciclo de vida nos níveis de rendimento, para cada profissão. Esperamos, portanto, menores rendimentos para indivíduos que ainda estavam mais longe do pico da carreira à data do inquérito, ou seja, algum decréscimo nos rendimentos dentro de uma mesma profissão.

O Gráfico 2.17 mostra resultados para Portugal e para o conjunto da UE. Em ambos os casos, e independentemente do coorte de nascimento, filhos de gestores e profissionais têm eles próprios os rendimentos mais elevados em média (cinza escuro), seguidos de filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos (curvas verde claro). Já os filhos de agricultores e pescadores portugueses, e agricultores, pescadores e operários e fabricantes europeus, tendem a ter os rendimentos mais baixos em média.

As maiores distâncias entre as curvas para o nosso país, sobretudo para coortes mais velhas, evidenciam a maior relação entre os seus rendimentos e a profissão dos seus pais do que acontece na UE (Gráfico 2.17). Esta maior desvantagem acontece tanto em termos absolutos, como relativos. Em particular, no conjunto da UE, entre os indivíduos nascidos na década de 1940, os filhos de pais gestores e profissionais reportam no ICOR em média cerca de 17 800 euros/ano, os filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos cerca de 17 100 euros e os restantes entre 13 100 e 14 400 euros/ano em média. Já em Portugal, estes montantes são de 18 100, 13 500 e entre 8 400 e 8 900 euros/ano, respectivamente.

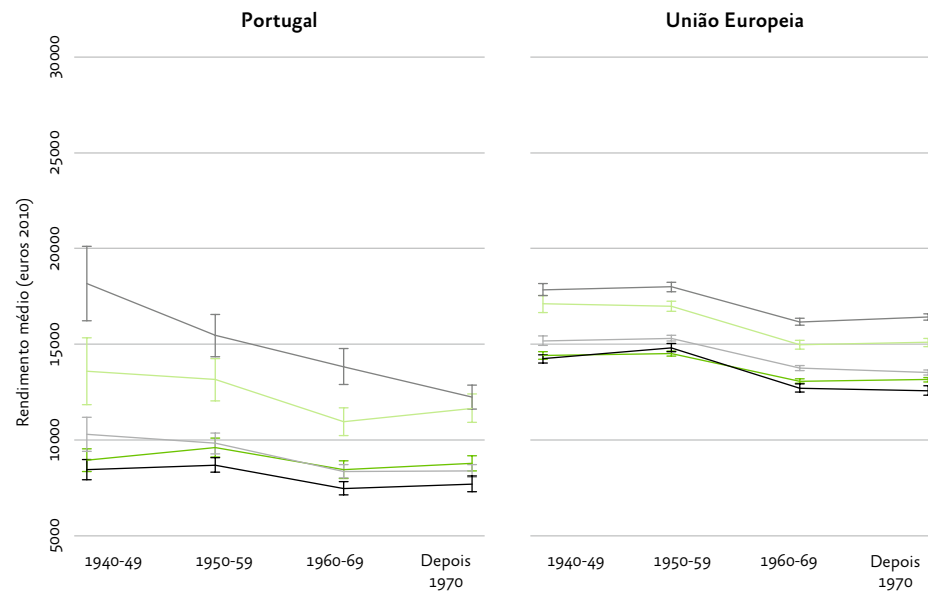
²⁵ Para a definição de rendimento familiar por adulto equivalente, ver secção 2.5 acima.

²⁶ E, aqui também, a vaga do inquérito (2005 ou 2011), o sexo do indivíduo e, no caso da UE, o país.

²⁷ Excepto que aqui removemos o primeiro e último percentil dos rendimentos.

Gráfico 2.17 Rendimento médio dos filhos em função da escolaridade dos pais em Portugal e na União Europeia

— Oper./fabric.
— Art./afins
— Agric./pesca
— Serv. etc.
— Gest./prof.



Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

Notas: Cada linha representa o rendimento médio anual do filho em função do seu próprio ano de nascimento e da profissão do pai. Profissão do pai definida nas seguintes categorias: i) operadores, fabricantes e operários, ii) produção de precisão, reparação e artesanato, iii) trabalhadores qualificados da agricultura e pesca, iv) serviços, vendas e pessoal administrativo e v) gestores e profissionais.

As diferenças entre Portugal e o conjunto da UE diminuem ao longo do tempo mas ainda são algo superiores para os nascidos entre 1970 e 1985. Os portugueses deste coorte que são filhos de agricultores auferem menos cerca de 4 500 euros/ano (3 900 euros/ano) do que os filhos de gestores e profissionais (trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos). No conjunto da UE, estas diferenças são de 3 800 euro/anos e 2 500 euros/ano, respectivamente.

No Quadro 2.4, analisamos em que medida é que a ocupação dos pais (nas cinco categorias consideradas na análise anterior) explica a variação total nos rendimentos dos filhos. Maior variação explicada significa menor mobilidade entre a ocupação dos pais e o rendimento dos filhos. Tal como no caso da escolaridade estudado acima, a profissão dos pais explica uma maior proporção da variação nos rendimentos em Portugal do que na União Europeia, denotando menor mobilidade no nosso país.²⁸

Em linha com o observado e discutido acima, a variação explicada pela profissão dos pais é mais elevada entre os portugueses nascidos na década de 1940 (18%), do que entre os mais novos (10% a 11%), ao passo que na UE, não se observa tendência semelhante (Quadro 2.4). Isto significa um aumento da mobilidade em Portugal. Note-se também que, entre os indivíduos portugueses mais velhos, a ocupação do pai explica uma maior proporção da variação no rendimento do que a escolaridade (Quadro 2.2 acima). Contudo, isto pode prender-se com a categorização menos detalhada da escolaridade (ver discussão na Secção 2.4).

²⁸ Note-se que, apesar de agregarmos todos os países na análise para a UE, incluímos o país entre as variáveis de controlo, tendo assim em conta as elevadas diferenças nos rendimentos. A variação explicada pela profissão dos pais apresentada aqui, já exclui as diferenças explicadas pelo país de residência, bem como do sexo e vaga do inquérito.

Quadro 2.4 Percentagem de variação no rendimento dos filhos que é explicada pela profissão dos pais – Portugal e União Europeia

	Portugal	União Europeia
Total	9.4%	2.1%
Nascidos entre 1940-49	17.7%	3.1%
1950 e 1959	10.1%	2.1%
1960 e 1969	11.6%	2.6%
1970 e 1985	9.8%	3.6%

Fonte: Eurostat, ICOR 2005/2011 (cálculos das autoras a partir de microdados);

Notas: Ano de nascimento do filho. Países da UE a 28. Profissão do pai definida nas seguintes categorias: i) operadores, fabricantes e operários, ii) produção de precisão, reparação e artesanato, iii) trabalhadores qualificados da agricultura e pesca, iv) serviços, vendas e pessoal administrativo e v) gestores e profissionais.

Destaques Secção 2.7

- Como se relacionam os rendimentos dos filhos com a profissão dos seus pais? Apesar desta relação possivelmente operar por outros canais para além da ocupação profissional dos próprios é, depois das relações observadas na Secção 2.6, de esperar que filhos de pais com categorias profissionais superiores auferam rendimentos também superiores.
- Em Portugal e na UE, filhos de gestores e profissionais têm eles próprios os rendimentos mais elevados em média, seguidos de filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos (Gráfico 2.17). Filhos de agricultores e pescadores qualificados portugueses, e agricultores, pescadores e operários e fabricantes europeus, tendem a ter os rendimentos mais baixos em média.
- Maior relação, em termos absolutos e relativos, entre os rendimentos dos filhos e a profissão dos seus pais em Portugal do que na UE (idem).
- Entre os europeus nascidos na década de 1940, os filhos de pais gestores e profissionais reportam em média cerca de 17 800 euros/ano, os filhos de trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos cerca de 17 100 euros e os restantes entre 13 100 e 14 400 euros/ano em média. Em Portugal, estes montantes são de 18 100, 13 500 e entre 8 400 e 8 900 euros/ano, respectivamente.

- Verifica-se uma aproximação de Portugal à UE mas não total. Os portugueses nascidos entre 1970 e 1985 filhos de agricultores e pescadores qualificados auferem menos cerca de 4 500 euros/ano (3 900 euros/ano) do que os filhos de gestores e profissionais (trabalhadores dos serviços, vendas e administrativos). Na UE, estas diferenças são de 3 800 euros/ano e 2 500 euros/ano, respectivamente (Gráfico 2.17).

- Em que medida é que a ocupação dos pais explica a variação total nos rendimentos dos filhos? Quanto mais variação é explicada, menor é a mobilidade entre profissão dos pais e rendimento dos filhos.

- Tal como no caso da escolaridade, a profissão dos pais explica em média ao longo do tempo uma maior proporção da variação nos rendimentos em Portugal, 9%, do que na União Europeia, 2% (Quadro 2.4), denotando menor mobilidade no nosso país.

- A mobilidade é maior entre os portugueses nascidos a partir da década de 1950 (10 a 11% de variação explicada), do que entre os mais velhos (18%).

- Na UE, não se observa tendência semelhante para o aumento da mobilidade (Quadro 2.4) mas, mesmo em coortes mais recentes, a mobilidade ainda é menor no nosso país. Isto porque a profissão do pai ainda explica o rendimento dos indivíduos em maior grau (10% vs 4% na UE).

2.8. Síntese

Este estudo analisa a relação entre o estatuto socioeconómico do pai, medido por escolaridade e categoria profissional, e o dos filhos (ambos os sexos), medido adicionalmente pelo seu rendimento familiar em idade adulta. Usamos, tanto quando sabemos, os dados mais recentes e mais comparáveis para Portugal e para o conjunto da União Europeia. Tratam-se de dados retirados das vagas de 2005 e de 2011 do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC). Apenas nestes anos é possível observar o estatuto socioeconómico dos pais, graças a um módulo adicional sobre transmissão intergeracional da pobreza.

Estudos anteriores constataram uma menor mobilidade intergeracional em Portugal do que na maior parte dos países da União Europeia (Causa e Johansson, 2009; Causa, Dantan e Johansson, 2009). No presente estudo, observamos também uma maior mobilidade no conjunto da União Europeia do que no nosso país. Um dos nossos objectivos foi examinar tendências na mobilidade ao longo de vários coortes.

Os principais resultados da nossa análise são:

- A mobilidade social entre pais e filhos é menor em Portugal do que na União Europeia segundo todos os aspectos considerados: escolaridade de pais para escolaridade e rendimentos de filhos e profissão de pais para profissão e rendimentos de filhos.
- Observa-se maior mobilidade entre os portugueses nascidos na década de 1970 do que entre os nascidos entre 1940 e 1949.
- O aumento da mobilidade foi muito maior em Portugal do que na União Europeia, resultando numa aproximação.
- A aproximação verifica-se sobretudo na mobilidade na escolaridade e na profissão. Em parte por limitações da nossa análise, não nos é possível concluir o mesmo acerca da mobilidade entre escolaridade/profissão dos pais e rendimentos dos filhos.
- O aspecto mais assinalável da evolução da mobilidade ao longo do tempo em Portugal é o que se observa na escolaridade. Entre os nascidos depois de 1970, 41% atinge um nível superior ao do seu pai, sendo que esta proporção tinha baixado apenas de 84% para 77% entre as décadas de 1940 e de 1960.
- Por último, a distância que ainda separa os nascidos a partir de 1970 no nosso país e a União Europeia em termos de mobilidade ascendente deve-se sobretudo aos homens (33% vs 43%). Por outro lado, 48% das portuguesas mais novas atingem um nível superior ao dos seus pais, apenas dois pontos percentuais abaixo das europeias.
- Apesar destes resultados não deverem ser interpretados como relações de causa e efeito, no seu conjunto, eles apontam para maior desigualdade de oportunidades em Portugal do que na União Europeia, mas em menor grau para coortes mais novas.

Desenvolvemos agora alguns destes pontos.

Até à década de 60 do século xx, mais de 75% dos portugueses filhos de pais com ensino básico, não passavam além do mesmo nível. Esta proporção cai depois cerca de 20 pontos percentuais entre os nascidos naquela década e entre 1970 e 1985. Isto deve-se quase por completo ao aumento da mobilidade ascendente (a maior parte dos portugueses considerados tem pais com ensino

básico, pelo que a mobilidade descendente é quase impossível), sobretudo com destino ao ensino secundário mas também superior. No conjunto da União Europeia, verificam-se menos mudanças ao longo destes coortes, resultando a evolução observada no nosso país numa convergência. No entanto, mesmo entre os nascidos entre 1970 e 1985, a proporção que se mantém no mesmo nível é ainda algo superior em Portugal, 57%, do que na UE, 45%.

Analisámos também a relação da escolaridade dos pais com outra medida de estatuto socioeconómico dos filhos, o seu rendimento familiar em idade adulta. Por um lado, observamos que um indivíduo cujo pai tenha completado o ensino superior em Portugal auferem em média mais cerca de 12 400 (coorte 1940-1949) e 6 700 euros (coorte 1970-1985) do que outro cujo pai não tenha passado além do ensino básico.

Por outro lado, este resultado não permite tirar uma conclusão directa sobre se a escolaridade do pai explica uma maior percentagem da variação total do rendimento no primeiro ou no último coorte. Isto porque aquela vantagem média de 12 400 euros na verdade se aplica a uma pequena minoria de filhos nascidos entre 1940 e 1949 cujos pais completaram o ensino superior. Em contraste, entre os indivíduos mais novos, a vantagem de ter um pai com ensino superior é menor mas esta já se aplica a uma maior fatia da população. Quando temos estes factores em conta não podemos, de facto, concluir por um aumento da mobilidade entre escolaridade e rendimento familiar dos filhos ao longo do tempo. Um resultado que se mantém nesta análise, porém, é a menor mobilidade em Portugal do que no conjunto da UE.

A mobilidade entre categoria profissional de pais e filhos também parece ter aumentado no nosso país, sobretudo para alguns casos. A probabilidade de um filho de um agricultor ou pescador ter profissão similar era de 32% para indivíduos nascidos na década de 1940 e apenas de 9% para os mais novos. Ao mesmo tempo, aumentou a probabilidade destes se tornarem trabalhadores dos serviços, vendas e pessoal administrativo, mantendo-se no entanto ainda mais provável que sejam operadores, fabricantes e operários ou se dediquem à produção de precisão, reparação e artesanato. Por outro lado, aumentou a mobilidade entre pais gestores e profissionais para trabalhadores dos serviços, vendas e pessoal administrativo.

Também no caso da mobilidade ao nível da profissão se observa uma aproximação de Portugal ao conjunto da União Europeia. 48% dos europeus nascidos na década de 1940 estão numa categoria diferente da dos seus pais (quando consideramos as três categorias: gestores e profissionais; trabalhadores de serviços, vendas e pessoal administrativo; agregando as restantes), contra apenas 36% dos portugueses. Estes valores descem para ambos os casos mas

mais para Portugal, encontrando-se nos 51% (47% para a UE) para nascidos entre 1970 e 1985.

A profissão do pai também está associada ao rendimento médio familiar na idade adulta. Mais uma vez, sobretudo para coortes mais velhas, esta associação é maior em Portugal do que na UE. Por um lado, observa-se no nosso país uma maior distância entre rendimentos médios das duas categorias profissionais mais elevadas, comparadas com as restantes. Por outro lado, a categoria profissional explica uma maior proporção das variações observadas no rendimento em Portugal do que no conjunto da UE. A associação entre profissão e rendimentos diminuiu apenas para Portugal, mantendo-se ainda assim mais elevada.

Por último, gostaríamos de salientar as diferenças que nos foi possível constatar entre sexos. No caso da UE, o período observado caracteriza-se por maior mobilidade na profissão das mulheres (um total de 55% a 60%, que é sobretudo ascendente, 44% a 48%). Em Portugal, o nível de mobilidade na profissão é muito semelhante para homens e mulheres nascidos entre 1940 e 1949 (cerca de 36%) mas aumenta depois mais consideravelmente para as mulheres, situando-se nos 57% para as nascidas entre 1970 e 1985 (e nos 40% para homens da mesma idade). No caso da escolaridade, pode dizer-se que os padrões observados ao longo do tempo são semelhantes. A diferença é que a mobilidade na escolaridade é sempre inferior à mobilidade na profissão, se bem que com evoluções mais acentuadas. As mulheres viram a mobilidade na escolaridade crescer de 16% (1940-1949) para 50% (1970-1985) e os homens de 17% (1940-1949) para 37% (1970-1985).

Voltamos a chamar a atenção para o facto dos resultados aqui apresentados não deverem ser interpretados como relações de causa e efeito, uma vez que não nos é possível separar a influência de factores genéticos. Contudo, não é de esperar que tal transmissão varie de país para país, nem ao longo do tempo (Causa e Johansson, 2009). Poderá então dizer-se que diferenças entre países e ao longo do tempo se deverão em grande parte a diferenças no grau de igualdade de oportunidades.

Como tal, julgamos poder concluir que existe mais igualdade de oportunidades na educação e no mercado de trabalho em Portugal para as gerações nascidas a partir dos anos 70 do século xx. Esta melhoria parece ter aproximado o nosso país, a partir de uma situação muito desvantajosa para gerações nascidas nos anos 40, da situação observada no conjunto da União Europeia. Ainda assim, os resultados aqui apresentados sugerem que, mesmo entre os coortes mais novos, o estatuto socioeconómico dos portugueses continua a depender mais no nosso país do que na média dos países da UE considerados.

Capítulo 3

Evolução da mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia

3.1. Introdução

Este capítulo tem por objectivo a análise da mobilidade intrageracional no rendimento, isto é, a evolução do rendimento para um mesmo indivíduo ao longo do tempo.

Gangl (2005) estudou a mobilidade intrageracional nos rendimentos na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1990 (usando a mesma base de dados que é usada no presente estudo para a Europa neste período). Encontrou em Portugal a mais baixa mobilidade da Europa, a par da Irlanda e um pouco abaixo dos Estados Unidos. Van Kerm e Pi Alperin (2013) analisaram a mobilidade intrageracional nos rendimentos na Europa para os anos de 2003 a 2007 e para 26 Estados-membros (usando a base de dados que usaremos aqui de 2004 a 2014). Aplicaram várias metodologias semelhantes às que usamos aqui nas variações dos rendimentos do agregado familiar por adulto equivalente ao longo dos anos. Ainda que os *rankings* obtidos dependam do índice utilizado, Portugal tende a apresentar baixa mobilidade em comparação com os outros países. Não é possível combinar os resultados destes dois estudos para concluir acerca da evolução da mobilidade em Portugal entre os anos 1990 e passados cerca de 10 anos. Isto porque, apesar de terem utilizado algumas metodologias comuns, consideraram transições durante períodos diferentes (Van Kerm e Pi Alperin, 2013, rendimentos de dois anos consecutivos; Gangl, 2005, durante 6 anos).

Alves e Martins (2012) utilizaram a mesma base de dados mas para o período 2005-2009 numa comparação da mobilidade social em Portugal com a da UE. Os seus resultados revelam que em Portugal existe uma mobilidade de rendimentos significativamente abaixo da média da UE e que esta baixa mobilidade permite manter os elevados níveis de desigualdade; mais especificamente, utilizando matrizes de transição dos rendimentos, 77% dos indivíduos permanecem no mesmo decil ou no decil ao lado em cada ano; o grau de inércia

nas caudas da distribuição é particularmente elevado, no caso dos rendimentos mais elevados, cerca de 80% dos indivíduos permanecem nesse decil, um dos valores mais elevados na UE; a mobilidade é maior em indivíduos entre os 20 e os 40 anos. Em termos de escolaridade, as transições de rendimento são menores entre os indivíduos com qualificações mais elevadas, já que estes partem das posições de rendimentos mais privilegiadas (mais altos decis da distribuição de rendimentos).

A literatura utiliza diferentes indicadores de mobilidade intrageracional. Existem pelo menos 20 medidas de mobilidade usadas na literatura; podemos perguntar-nos: porque existem várias medidas de mobilidade? A resposta essencial é que diferentes índices medem diferentes entidades subjacentes e sempre que uma dessas entidades subjacentes é medida, outras informações contidas na distribuição conjunta dos rendimentos inicial e final são perdidas.

Nesse sentido, para uma pesquisa mais abrangente, medimos vários índices de mobilidade, com foco em índices de equalização dos rendimentos de longo prazo (medindo o quanto a mobilidade faz com que os rendimentos ao longo de um período de tempo sejam distribuídos de forma mais igualitária do que os rendimentos no ano base), dependência temporal (mede até que ponto o bem-estar económico no passado está associado com o bem-estar económico dos indivíduos no presente), movimento de posição (sobre o movimento de indivíduos entre várias posições na distribuição de rendimentos).

3.2. Abordagens seguidas neste estudo

Este estudo tira partido da disponibilidade de microdados longitudinais sobre os rendimentos familiares durante os períodos de 1994 a 2001 e 2004 a 2014 para amostras representativas de populações portuguesas bem como dos restantes países da União Europeia. O Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP/ECHP)²⁹ cobriu o primeiro período e o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC)³⁰ o segundo. Ambos foram desenvolvidos pelo Eurostat e implementados sobretudo por Institutos Nacionais de Estatística, como o INE português. Uma parte dos dados usados neste estudo foi também usada em estudos recentes sobre a mobilidade social nos rendimentos nos Estados-membros da UE. Nomeadamente, Alves e Martins (2012) e Van Kerm e Pi Alperin (2013) analisaram também a mobilidade nos rendimentos em Portugal e na UE usando dados do ICOR para os períodos 2005-2009 e 2003-2007, respectivamente.

Com algumas excepções, estes inquéritos cobrem os países que se encontram à data na União Europeia. Algumas destas excepções são: a Áustria e a Finlândia que entraram no PEADP mais tarde; Repúblicas do Báltico e outros

²⁹ <http://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-community-household-panel>

³⁰ <http://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>

países da Europa de Leste que se encontram apenas no ICOR (de início ou mais tarde) por terem aderido à UE depois de 2004. Questões de outra natureza são a impossibilidade de usar a vertente longitudinal dos dados da Suécia no PEADP e da Alemanha no ICOR. O Quadro A1 no Anexo A3.2 contém informação sobre os anos com dados disponíveis para cada país.

É-nos possível fazer análises longitudinais: i) de 1996 a 2001 usando dados do PEADP para os países da UE a 15 (à excepção da Suécia) e ii) de 2010 a 2013 usando dados do ICOR para os países da UE a 28 (à excepção da Alemanha). No entanto, tiramos o máximo partido de todos dados disponíveis ao efectuar análises para conjuntos mais pequenos de países para determinados períodos entre 1994-2001 e 2004-2014. Em todas as análises efectuadas, comparamos Portugal ao conjunto da UE (definido de várias formas alternativas). Para Portugal, estudamos os períodos de 1994 a 2001 e de 2004 a 2014. Para a UE, excluímos o ano de 2004 dado que vários países apenas entraram no ICOR em 2005.

Ambas as bases de dados foram também utilizadas por Farinha Rodrigues *et al.* (2012) no seu estudo sobre desigualdade económica em Portugal e na União Europeia.³¹ Uma diferença importante é que, dado o enfoque daquele estudo, foi suficiente fazer uso da vertente transversal do PEADP e do ICOR. Isto é, foram considerados os rendimentos familiares em determinados momentos e não evoluções para um mesmo agregado familiar ao longo do tempo que é precisamente o objecto de análise do presente estudo e que requer a utilização de dados longitudinais. Esta diferença é importante sobretudo no caso do ICOR que segue ao longo do tempo apenas uma subamostra dos indivíduos inquiridos em cada ano. Outra característica relevante do ICOR é que cada indivíduo é seguido no máximo durante quatro anos. Por esta razão, não nos é possível fazer análises de mobilidade de rendimento durante períodos mais longos.

Consideramos nas nossas análises o rendimento disponível do agregado familiar, uma medida mais abrangente de estatuto socioeconómico do que o seu próprio salário ou rendimento. Trata-se do rendimento total, na medida em que provém de todas as fontes e agrega as partes auferidas por todos os membros do agregado familiar.

Tal como é usual, transformamos o rendimento total em rendimento por adulto equivalente, o que tem em conta a dimensão e composição do agregado familiar. Pretende-se que o valor resultante traduza a afectação a todos os membros do agregado familiar, independentemente das suas características, incluindo idade. Usamos neste estudo a escala de equivalência mais comum a nível europeu, a chamada Escala de Equivalência da OCDE modificada. De acordo com esta escala, o primeiro indivíduo de cada família tem

um peso igual a 1, os restantes adultos de 0,5 e as crianças de 0,3. Para cada família, atribuímos o mesmo rendimento a todos os seus membros, ao dividir o rendimento total pela respectiva escala de equivalência.

As amostras usadas nesta secção resultam da remoção de valores extremos de rendimento pois as análises efectuadas são muito sensíveis a tais valores. Em particular, removemos o primeiro e o último percentil dos rendimentos (por país e ano). Por fim, todos os montantes utilizados são expressos em euros a preços de 2010.

Nestas bases de dados, o período de referência dos rendimentos familiares é o ano completo anterior ao ano do inquérito. Ou seja, por exemplo, a vaga de 1994 do PEADP, contém rendimentos do ano de 1993.³²

Seguimos uma abordagem abrangente, olhando para a mobilidade nos rendimentos no curto e a mais longo prazo, em particular, evoluções dos rendimentos dos mesmos agregados familiares de um ano para o outro (análises a dois anos) e passados três anos (análises a quatro anos). Seria também interessante considerar períodos ainda mais longos mas, como explicado acima, o mesmo não é possível com a base de dados que cobre o período de 2003 a 2013, o ICOR. As análises a dois e a quatro anos têm, cada uma delas, as suas vantagens e desvantagens: a primeira permite usar amostras de maiores dimensões pois mais indivíduos se mantêm no painel por dois do que por quatro anos; a segunda, por seu turno, evita captar apenas volatilidade de muito curto prazo.

Algumas análises deste capítulo são efectuadas também por sexo, idade e escolaridade. Optou-se por analisar apenas dois grupos etários e de escolaridade para evitar subamostras muito pequenas. Também por esta razão, não consideramos análises a quatro anos por nível de escolaridade uma vez que as respectivas subamostras são bastante pequenas em alguns países. Isto acontece com o grupo de escolaridade mais elevada em Portugal e o grupo de escolaridade mais baixa no caso dos países da União Europeia. Deixamos mais detalhe sobre estas questões para as respectivas subsecções abaixo. Por último, todas as análises efectuadas neste capítulo consideram indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.

Terminamos esta secção com uma ilustração do que será o objecto deste estudo. Considere-se uma população com três indivíduos, A, B e C cujos rendimentos são observados em dois anos – ano 1 e ano 2. Cada qual tem um nível diferente de rendimento no ano 1 e consideramos cinco situações possíveis para a distribuição de rendimento no ano 2 (Quadro 3.1). Estudos de desigualdade de rendimento como o de Farinha *et al.* (2012) olham para a desigualdade de rendimento em diferentes períodos separadamente. A diferença nos estudos sobre mobilidade de rendimento é que consideram a evolução do rendimento de um mesmo indivíduo/agregado de um ano para o outro.

³¹ Nomeadamente, a totalidade do PEADP bem como os dados do ICOR que à data se encontravam disponíveis. Farinha Rodrigues *et al.* (2016) concentraram-se nas consequências do programa de ajustamento para desigualdade económica, usando dados do ICOR de 2009 a 2014.

³² As excepções são o Reino Unido e a Irlanda no ICOR que perguntam acerca de rendimentos no próprio ano, e nos 12 meses anteriores à entrevista. Para tentar ter isto em conta: i) juntamos cada vaga do Reino Unido às vagas do ano seguinte dos outros países; ii) não podemos fazer o mesmo para a Irlanda mas tentamos pelo menos adequar a conversão para preços constantes usando uma média dos Índices de Preços do Consumidor entre dois anos consecutivos e não apenas o valor do próprio ano.

³³ As medidas de desigualdade são tipicamente invariantes à escala, pelo que um aumento na mesma proporção representa de facto a mesma desigualdade.

Por exemplo, se consideramos o caso 1 no segundo ano, o que se passou foi que todos os indivíduos viram o seu rendimento aumentar 10% tendo-se a desigualdade mantido.³³ Já o caso 2, apesar de corresponder exactamente à mesma desigualdade que o caso 1, representa uma situação de mobilidade completamente diferente. O indivíduo mais rico é agora o mais pobre e vice-versa. No caso 3 mantém-se a ordem de rendimentos, como no caso 1, mas, ao contrário deste, corresponde a um maior aumento para os indivíduos mais pobres (1 000 euros ou 100%) do que para os mais ricos (500 euros, 17%).

Diferentes medidas identificam casos diferentes como representando mais ou menos mobilidade. No entanto, é relativamente consensual que o caso 1 corresponde a menos mobilidade do que os outros. Nas secções que se seguem faremos uso destes exemplos para ilustrar cada uma das medidas utilizadas.

Quadro 3.1 Exemplos ilustrativos da evolução de rendimentos de um ano para o outro

Indivíduo	Rendimento ano 1	Rendimento ano 2, caso:				
		1	2	3	4	5
A	1000	1100	3300	2000	2500	500
B	2000	2200	2200	2500	2000	1500
C	3000	3300	1100	3500	3500	2500

Nota: estes mesmos exemplos fictícios serão usados para ilustrar várias das medidas de mobilidade aqui usadas.

3.3. Principais resultados sobre evolução da mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia

Este estudo analisa a mobilidade nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia entre 1993 e 2000, e de 2003 a 2013, para indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos. Tiramos partido de toda a informação comparável sobre rendimentos familiares que está disponível para amostras representativas da população portuguesa e de países membros da União Europeia entre 1993 e 2013. No seu todo, foi-nos possível retratar a mobilidade intrageracional no nosso país de forma bem mais ampla do que em estudos anteriores (Gangl, 2005; Alves e Martins, 2012; Van Kerm e Pi Alperin, 2013).

Este estudo vai para além do que sabíamos até agora a vários níveis. Existe evidência de uma menor mobilidade nos rendimentos em Portugal do que na União Europeia mas ter-se-á esta situação mantido durante e depois da crise económica que afectou a Europa e o nosso país em particular? A ter havido mudanças na mobilidade em Portugal (e na sua relação com os outros países), que tipo de mudanças foram estas? Assistiu-se a uma convergência ou divergência com a União Europeia? São estas as principais perguntas a que tentamos dar resposta neste estudo.

As nossas principais conclusões acerca de mobilidade nos rendimentos são as seguintes:

- Os rendimentos das famílias portuguesas evoluíram de forma muito variada desde 1993 a 2013. Começando por uma contracção de 1993 para 1994, o crescimento médio foi depois positivo e sobretudo crescente até atingir cerca de 7% em 2000 (Gráfico 3.1, painel D). De 2003 a 2008 registaram-se crescimentos mais modestos de cerca de 1% ao ano (idem). Os anos de 2009 a 2013 caracterizaram-se por contracções nos rendimentos das famílias portuguesas de pelo menos 2% ao ano, sendo o mais grave o observado de 2010 para 2011, 9%, reflectindo o primeiro ano do programa de ajustamento (idem). Em 2011, as famílias portuguesas auferiram em média menos 6% do que em 2008, e em 2013, menos 15% do que em 2010 (Gráfico 3.2, painel D).
- A evolução dos rendimentos das famílias europeias foi semelhante à observada em Portugal entre 1993 e 2000, sempre positiva e com tendência crescente, se bem que normalmente níveis inferiores ao nosso país. No conjunto da UE a 15, os rendimentos familiares subiram em média 3% de 1999 para 2000 (Gráfico 3.1, painel D). Entre 2004 e 2008, os ritmos de crescimento foram diferentes para o conjunto da UE a 15, comparado com o da UE a 28 mas ambos positivos e sem grandes oscilações (idem). Foi de 2008 para 2009, ou seja, um ano antes de Portugal, que os efeitos da crise económica mais se fizeram sentir na UE a 28, com uma contracção média de 3% (idem). As contracções foram depois menores em média mas, nos países observados em 2013, os rendimentos familiares ainda foram cerca de 2% mais baixos do que em 2010 (Gráfico 3.2, painel D). Este valor é, no entanto, muito menos acentuado do que já referimos para Portugal, 15% (idem).
- Esta evolução *média* dos rendimentos familiares não desvenda a evolução relativa. O crescimento não foi certamente homogéneo para todos os agregados familiares. Estudos anteriores para os períodos de 2003-2007 e 2006-2009 (respectivamente, Van Kerm e Pi Alperin, 2013; Alves e Martins, 2012) revelaram crescimentos progressivos tanto para Portugal como para os restantes países da União Europeia. Ou seja, crescimentos proporcionalmente mais elevados (ou decréscimos proporcionalmente mais baixos) para os mais pobres.
- Esta progressividade pode levar a deslocações ao longo da distribuição dos rendimentos. Uma forma simples de olhar para estas deslocações é dividir a população em 10 escalões de rendimento (decis) e observar em que medida os indivíduos mudam de escalão ao longo do tempo. Em Portugal, na maior parte dos períodos observados, entre 40% a 50%

da população mantém-se no mesmo decil de um ano para o outro e mais de 70% não vão além do decil adjacente (Gráfico 3.4, painel A). Mesmo passados três anos, entre 30% e 36% encontra-se no mesmo decil (Gráfico 3.4, painel B).

- A mobilidade nos rendimentos, medida através do movimento de decis, não foi constante em Portugal ao longo do tempo. Entre 1993 e 2000, a tendência foi sobretudo para uma diminuição da mobilidade. Já entre 2003 e 2013, salvo oscilações, registou-se sobretudo um aumento.
- Na União Europeia³⁴ é mais frequente mudar de decil ao longo do tempo do que em Portugal, apenas entre 37% e 43% dos indivíduos não muda de decil de um ano para o outro (Gráfico 3.4, painel A).
- Nos anos mais recentes, segundo este indicador de mobilidade, registou-se uma aproximação de Portugal à União Europeia. De 2012 para 2013, 45% dos portugueses e 43% dos europeus mantiveram-se no mesmo decil (Gráfico 3.4 painel A). De 2010 para 2013, o mesmo aconteceu a 29% dos portugueses e a 31% dos europeus (Gráfico 3.4, painel B).
- Segundo abordagens mais abrangentes que têm em conta toda a distribuição do rendimento, o grau de mobilidade em Portugal também foi em geral inferior ao observado no conjunto da União Europeia (Secções 3.5 e 3.6).
- Entre 1993 e 2013, a tendência foi sobretudo de decréscimo da mobilidade na União Europeia. Portugal acompanhou este decréscimo (até de forma quase paralela) entre 1993 e 2000 mas registou desde 2003 uma inversão da tendência (Gráficos 3.5, 3.7 e 3.8). De 2003 a 2013, a tendência foi sobretudo para o aumento da mobilidade em Portugal (idem).
- Estas tendências diferentes levaram, também de acordo com estes indicadores mais abrangentes, a uma aproximação dos níveis de mobilidade de Portugal e da União Europeia. A mobilidade dos rendimentos familiares de 2004 para 2005, reduziu a desigualdade em Portugal em cerca de 2.2% (segundo o índice de desigualdade de Gini) e na Europa em cerca de 5.4% (Gráfico 3.7). De 2012 para 2013, esta redução foi de cerca de 3.5% e 4.2%, respectivamente (idem).
- O aumento recente da mobilidade em Portugal fica mais claro nas análises a dois do que a quatro anos. Contudo, isto não altera a conclusão acerca da aproximação de Portugal aos níveis de mobilidade da União Europeia.
- Análises desagregadas revelaram diferenças sobretudo por nível de escolaridade, mais do que por idade e sexo, o que seria de esperar dado que a nossa variável de rendimento, de acordo com o que é habitual em estudos de desigualdade, pobreza e mobilidade nos rendimentos, não varia dentro de um mesmo agregado familiar.

³⁴ Nos conjuntos de países observados nesta análise em particular, que foram quase todos os da UE a 15 e quase todos da UE a 28.

- A mobilidade é mais elevada *entre* os indivíduos com ensino básico do que *entre* os que chegaram para além deste nível, na União Europeia mas ainda mais em Portugal (Gráficos 3.6 e 3.9).
- A mobilidade entre grupos com diferentes níveis de escolaridade regista padrões diferentes durante o período de observação. Em Portugal, de 1993 a 2000, eram os indivíduos com ensino básico cuja posição relativa mais descia (Gráfico 3.10). Entre 2003 e 2013, a mobilidade ascendente destes indivíduos tende a dominar (idem). Convém ter em mente, que as possibilidades de subida estão mais restringidas para os indivíduos com maior escolaridade, pois mais frequentemente se encontram já no decil 10 (Gráfico 3.11). No entanto, esta concentração diminuiu desde 2003 (idem). Em parte, isto ter-se-á devido a um aumento da escolaridade da população mas, em alguns períodos, os rendimentos dos indivíduos com ensino secundário ou superior evoluíram de facto desfavoravelmente (Gráfico 3.3). O mais notório foi o de 2010 para 2011, com uma contracção de 12% dos rendimentos destes portugueses, e de 7% para os portugueses com ensino básico (idem).

3.4. Volatilidade e crescimento médios dos rendimentos familiares

Esta secção analisa os ganhos e perdas médios nos rendimentos familiares a dois e a quatro anos. Fazemo-lo através de duas medidas, a volatilidade e o crescimento médios. A primeira considera a média das variações no rendimento, quer sejam positivas quer negativas. O crescimento médio, por seu turno, tem em conta se as variações são positivas ou negativas. Por exemplo, no caso 5 no Quadro 1 abaixo, todos os rendimentos decrescem 500 euros, o que resulta numa volatilidade de 500 euros e num crescimento de -500. No caso 1, em que todos os rendimentos sobem, crescimento e volatilidade médias são iguais, 200 euros. O caso 2 também regista um crescimento médio de 200 euros mas à custa de um considerável ganho/perda para o indivíduo mais pobre/rico, sendo a volatilidade média de 1 467 euros.

Por estes exemplos fica claro que não basta olhar a volatilidade média, sobretudo quando se registam tanto ganhos como perdas. Por demais importante é ainda ser capaz de revelar situações em que os próprios crescimentos médios na população foram negativos, como sabemos ter sido o caso na União Europeia durante os anos da recente crise económica. Por último, o Quadro 3.2 ilustra medidas de volatilidade e crescimentos percentuais, que também usamos. Estas são calculadas como proporção do rendimento médio no ano base e são relevantes para as comparações ao longo do tempo e internacionais que aqui fazemos.

Quadro 3.2 Ilustração de medidas de volatilidade e crescimento para diferentes exemplos de evolução da distribuição do rendimento

Indivíduo	Rendimento inicial (euros)	Rendimento final (euros), caso:				
		1	2	3	4	5
A	1000	1100	3300	2000	2500	500
B	2000	2200	2200	2500	2000	1500
C	3000	3300	1100	3500	3500	2500
Volatilidade média absoluta		200	1467	667	667	500
Crescimento médio absoluto		200	200	667	667	-500
Volatilidade média percentual		10%	73%	33%	33%	25%
Crescimento médio percentual		10%	10%	33%	33%	-25%

Nota: exemplos fictícios usados também na ilustração de outras medidas de mobilidade neste capítulo.

³⁵ Com as excepções já mencionadas, da Suécia no PEADP (1993-2000) e Alemanha no ICOR (2003-2013). Referimo-nos no entanto aos resultados para os restantes 14 países como UE-15.

³⁶ Excepto Luxemburgo dado que consideramos este grupo logo a partir de 1993, ao passo que usamos dados para o Luxemburgo apenas a partir de 1994.

³⁷ UE a 15, excepto Finlândia e Suécia, ou seja, UE a 12 mais Áustria.

³⁸ Excepto Alemanha, bem como a Croácia, observada apenas em três anos.

³⁹ Apresentamos aqui resultados para apenas três conjuntos de países da UE para facilitar a visualização. No Gráfico A3.1 no Anexo A3.4.1, incluímos resultados também para os outros conjuntos que incluem mais países mas em menos anos, por indisponibilidade de dados. Como se pode ver, os resultados adicionais não alteram as conclusões aqui tiradas.

3.4.1. Análise para o total da população

Nesta subsecção apresentamos os resultados da análise de volatilidade e crescimentos médios em Portugal e no conjunto da União Europeia. Tal como explicado acima, lidamos com a variação na disponibilidade de dados para cada país através da apresentação de resultados para vários conjuntos de países/ períodos. Comum ao PEADP e ao ICOR é a disponibilidade de dados para os países da UE a 15³⁵ para a maior parte dos anos cobertos. Apresentamos também resultados com o PEADP para a UE a 12³⁶ e o que chamamos “UE 13”³⁷. Para tirarmos o maior partido possível da disponibilidade de dados do ICOR, consideramos, para além da UE a 15, alguns outros conjuntos de países, correspondendo o maior à UE a 28 durante o período de 2006 a 2012.³⁸

O Gráfico 3.1 abaixo apresenta resultados da análise de crescimento e volatilidade médias para Portugal e para vários conjuntos de países da União Europeia observados em anos diferentes.³⁹ Em todos os casos, os resultados apresentados correspondem à média simples dos indicadores para os países considerados. Como se poderá constatar, em alguns casos o indicador é sensível ao conjunto de países considerados, sobretudo os casos em que se consideram valores absolutos, que dependem em muito do nível de rendimento médio de cada país. Um bom exemplo é a volatilidade absoluta na UE a 15 (linha cinza escuro), que de 2004 a 2013 se encontra bastante acima da média e que inclui países que aderiram depois de 2004 (outras linhas para estes anos). Noutros casos, nomeadamente crescimento e volatilidades percentuais e, abaixo, outros indicadores mais específicos de mobilidade no rendimento, os resultados tendem a depender menos do conjunto de países da UE que é considerado.

Esta análise pretende comparar a evolução na volatilidade e crescimento médios em Portugal, quando comparado com a União Europeia. São de esperar padrões bastantes diferentes entre volatilidade e crescimento, sobretudo

durante a recente crise económica em que as perdas de rendimento prevaleceram sobre os ganhos. Pela mesma razão, esperamos ver padrões diferentes de crescimento médio em Portugal e na Europa, dado que aquela crise se fez sentir mais tarde no nosso país.

A partir do painel A do Gráfico 3.1, pode constatar-se que a volatilidade absoluta foi menor em Portugal do que no conjunto da União Europeia durante todo o período considerado. Porém, este facto deve-se sobretudo aos diferentes níveis de rendimento médio inicial, uma vez que, quando calculada como proporção do rendimento inicial, ou seja, a volatilidade média percentual (Painel B) foi apenas mais baixa nos anos de 2004 para 2005 e 2005 para 2006, tendo sido mais semelhante nos restantes. Em Portugal, a volatilidade média percentual encontra-se entre os 24% e os 18% entre 1993 e 2000 e os 20% e os 21% entre 2007 e 2013. Os anos com maiores desvios em relação à União Europeia são os de 2003 a 2006 onde se observam volatilidade médias de 14% a 17% em Portugal, cerca de 5 a 7 pontos percentuais a menos do que na UE. Já de 2006 para 2007 verifica-se um aumento considerável da volatilidade em Portugal, ao contrário da UE.

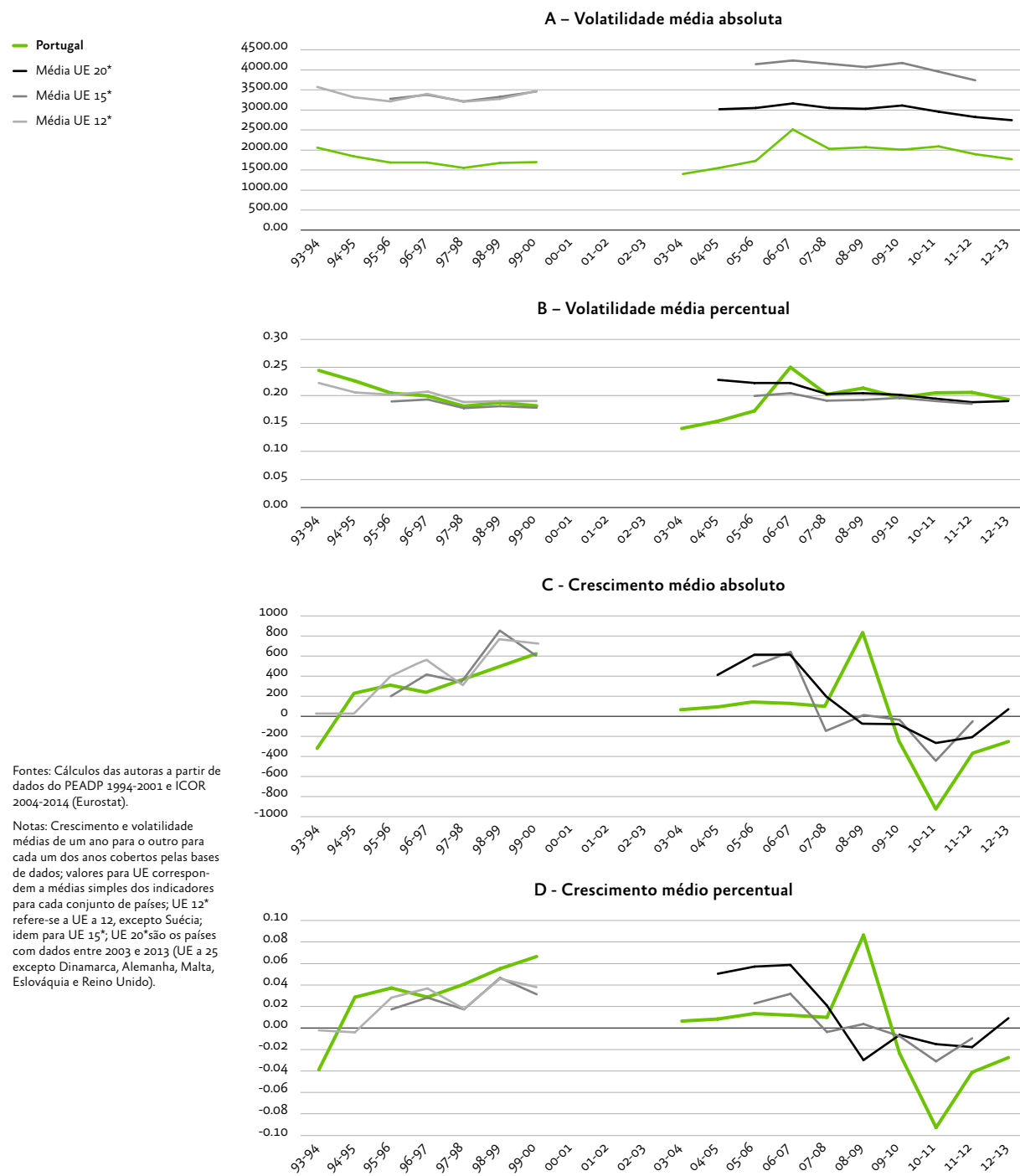
A tendência parece ser de decréscimo da volatilidade na União Europeia ao longo de todo o período observado. Portugal acompanha esta tendência entre 1993 e 2000, de forma um pouco acentuada mas não entre 2003 e 2013, quando se observa sobretudo um aumento da volatilidade, especialmente entre 2003 e 2007.

A volatilidade média considera da mesma forma movimentos positivos como negativos nos rendimentos e é, por natureza, sempre positiva. Tal medida esconde o facto de que, para partes da população, o rendimento cresce, enquanto para outras decresce. Não podemos deixar de considerar também a direcção dos movimentos. Isto é de sobremaneira relevante neste estudo porque o período analisado engloba um período de recessão na Europa em que perdas de rendimento prevaleceram sobre ganhos em vários países.

Como esperado, observam-se grandes diferenças entre crescimento e volatilidade, tanto em termos de tendências como na comparação entre Portugal e a União Europeia (Gráfico 3.1). Tal como para a volatilidade, entre 2004 e 2007, observa-se um menor crescimento médio percentual em Portugal, tanto em termos relativos como absolutos (cerca de 1%). Esta relação observa-se, no entanto, por mais anos, nomeadamente até 2008, período em que o crescimento médio ainda é positivo em Portugal (cerca de 1%), ao contrário da UE (-2% a -3% consoante o conjunto de países). O crescimento médio percentual dos rendimentos familiares mantém-se negativo na UE desde 2009 até 2012 (entre cerca de -1% e -2%). Em Portugal, observa-se a primeira contracção 2009 para 2010 (-2%), assim se tendo mantido até ao período final da nossa análise e atingindo o seu pico em de 2010 para 2011, -9%. Entre 1993 e 2000, Portugal esteve mais próximo da

UE tanto nos níveis do crescimento percentual, como na sua tendência. Este aumento do crescimento foi de entre -4% e 7% em Portugal e entre 2% e 5% na UE.

Gráfico 3.1 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Crescimento e volatilidade médias de um ano para o outro para cada um dos anos cobertos pelas bases de dados; valores para UE correspondem a médias simples dos indicadores para cada conjunto de países; UE 12* refere-se a UE a 12, excepto Suécia; idem para UE 15*; UE 20* são os países com dados entre 2003 e 2013 (UE a 25 excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido).

O Gráfico 3.2 abaixo mostra-nos os mesmos indicadores mas considerando transições a quatro anos, ou seja, o que acontece ao rendimento dos indivíduos de um determinado ano para três anos mais tarde.⁴⁰ Primeiro que tudo, note-se que a volatilidade tende a ser maior neste caso do que de um ano para o outro, indicando que as transições não são apenas de muito curto prazo mas mais persistentes. Por exemplo, em Portugal no período de 1993 a 2000, a volatilidade a dois anos variou entre 24% e 18% e a quatro anos entre 30% e 28%.

⁴⁰ Resultados para os restantes conjuntos de países da UE encontram-se no Gráfico A3.2 no Anexo A3.4.1.

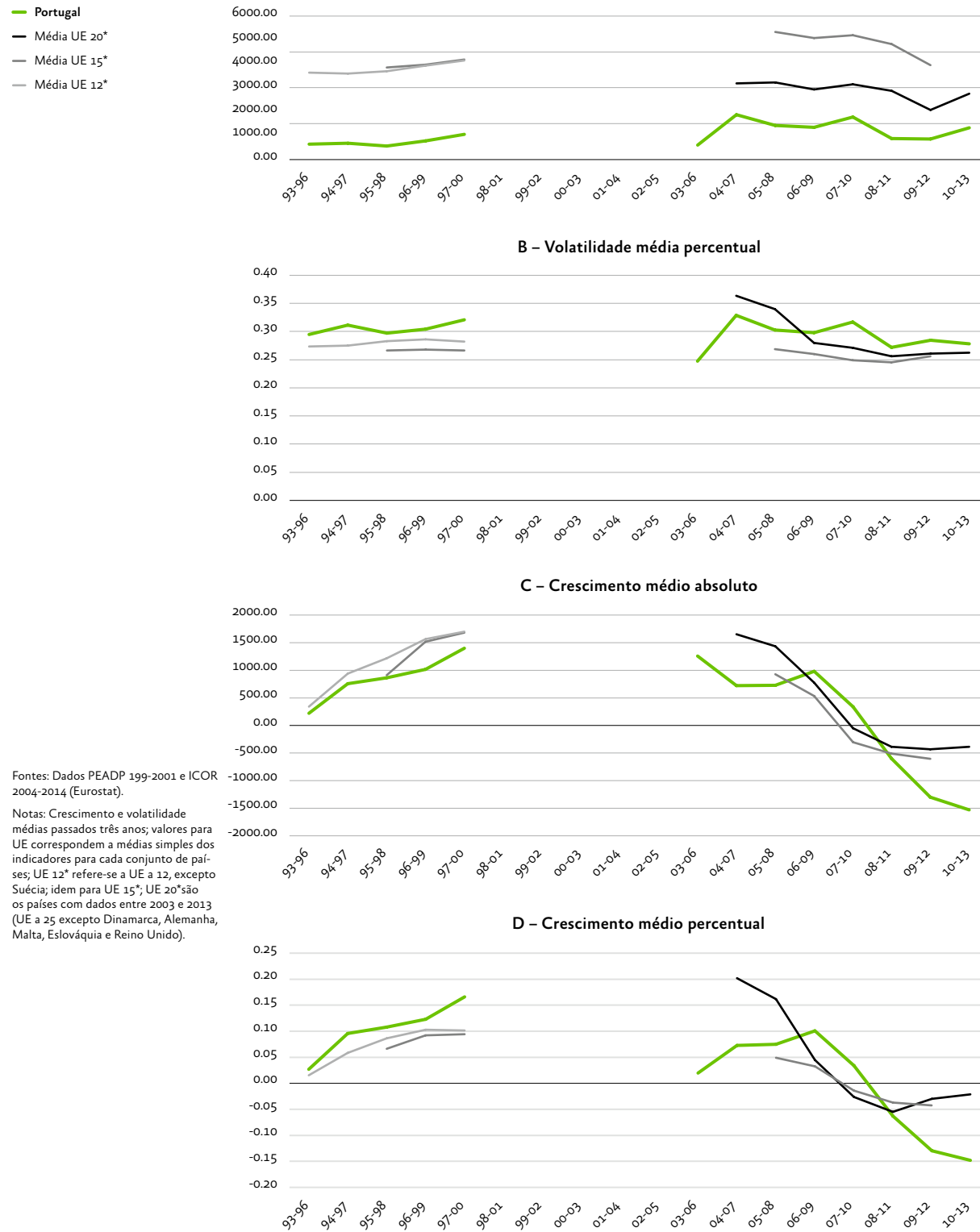
As tendências de volatilidade quando se considera um período mais longo também não são necessariamente as mesmas. Vimos acima uma diminuição da volatilidade a dois anos na UE durante todo o período observado. Já a quatro anos, esta diminuição só é clara de entre 2004 e 2011 e sobretudo quando se têm em consideração os países que aderiram à UE depois de 2004. Em Portugal, a volatilidade a quatro anos também é mais estável do que a dois anos.

Tal como na análise a dois anos, a volatilidade esconde os crescimentos negativos médios que caracterizaram os anos mais recentes. Por outro lado, os padrões de crescimento a dois anos são algo semelhantes aos padrões de crescimento a quatro anos. Primeiro que tudo, em ambas as análises verificam-se grandes diferenças entre 1993 e 2000 e entre 2003 e 2013. No primeiro período, os rendimentos aumentaram em média, com uma tendência crescente, e mais em Portugal do que nos restantes membros da UE a 15. A partir de 2003, observa-se por uns anos um menor crescimento médio dos rendimentos em Portugal, situação que se inverte quando, na UE, este começa a desacelerar de forma ainda mais acentuada e se torna negativo.

De 2007 para 2010, os rendimentos diminuíram entre 1% e 3% em média na UE (dependendo do conjunto de países considerados). Os períodos que se seguiram foram de ainda maior contracção em Portugal do que na UE, sobretudo de 2009 para 2012 e de 2010 para 2013. No nosso país, houve contracções anuais a partir de 2009, tendo o seu pico sido de 2010 para 2011 (-9%). Isto levou a uma diminuição do rendimento médio de 15% de 2010 para 2013. Nos 20 países da União Europeia que observamos naqueles anos, o rendimento médio já cresceu 1% de 2012 para 2013 mas isto não foi suficiente para compensar os anos anteriores, pelo que de 2010 para 2013 se observa uma contracção de 2%.⁴¹

⁴¹ Note-se, no entanto, que resultados a quatro anos podem não corresponder exactamente à combinação de subperíodos de dois, uma vez que as análises não usam exactamente as mesmas amostras, como explicado acima.

Gráfico 3.2 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a quatro anos



3.4.2. Por sexo

As análises apresentadas acima foram repetidas por sexo e grupo etário (25 a 44 anos, e 45 a 64 anos). O objectivo desta análise é verificar se as oscilações das condições económicas, medidas da forma em que o fazemos nesta secção, tendem a ser diferentes para mulheres e homens. Note-se, no entanto, que estas não captam directamente variações nas circunstâncias no mercado de trabalho por sexo por duas razões, ambas relacionadas com a nossa definição de rendimento.⁴² Primeiro, usamos o rendimento de todas as fontes e não só do trabalho. Segundo, trata-se de rendimento do agregado familiar (por adulto equivalente) que é, portanto, o mesmo dentro de um mesmo agregado independentemente das características individuais de cada um. Os resultados desta análise, que apresentamos no Gráfico A3.3 no Anexo A3.4.2 revelam de facto níveis de mobilidade semelhantes entre homens e entre mulheres.

⁴² Estas serão captadas no capítulo seguinte que, esse sim, analisa especificamente mobilidade nos salários individuais em Portugal.

3.4.3. Por grupo etário

O Gráfico A3.4 no Anexo A3. 4.3 apresenta resultados separadamente para indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e os 45 e os 64. Consideramos apenas dois grupos etários para evitar subamostras pequenas que ponham em causa a precisão dos resultados, especialmente para o ICOR (2003-2013) que inquire menos indivíduos do que o PEADP (1993-2000).

Começamos pelas excepções à regra. Estas são a maior volatilidade para os portugueses mais velhos (45-64) apenas entre 1993 e 1995 e de 2003 para 2004. Dever-se-á a maior volatilidade dos portugueses mais velhos nestes anos sobretudo a um maior aumento ou decréscimo dos rendimentos? Tendo em conta também o Painel B do Gráfico 3.4, não podemos dar uma resposta geral. De 2003 para 2004, a maior volatilidade entre os mais velhos parece dever-se sobretudo a um maior crescimento. De 1993 para 1994, parece dever-se tanto a aumento como a diminuição dos rendimentos, uma vez que, apesar da maior volatilidade, o rendimento deste grupo praticamente se manteve.

Nos restantes períodos, observam-se algumas diferenças entre o crescimento médio percentual dos dois grupos mas sem um padrão consistente. Ou seja, o grupo com menor crescimento/contracção não é sempre o mesmo. Quando consideramos a volatilidade média nestes períodos, quer positiva, quer negativa, não se encontram diferenças visíveis nem em Portugal, nem na UE.

3.4.4. Por nível de escolaridade

Por último, consideramos uma partição por nível de escolaridade. Tanto o PEADP como o ICOR recolhem informação sobre escolaridade segundo a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CITE 1997, ISCED

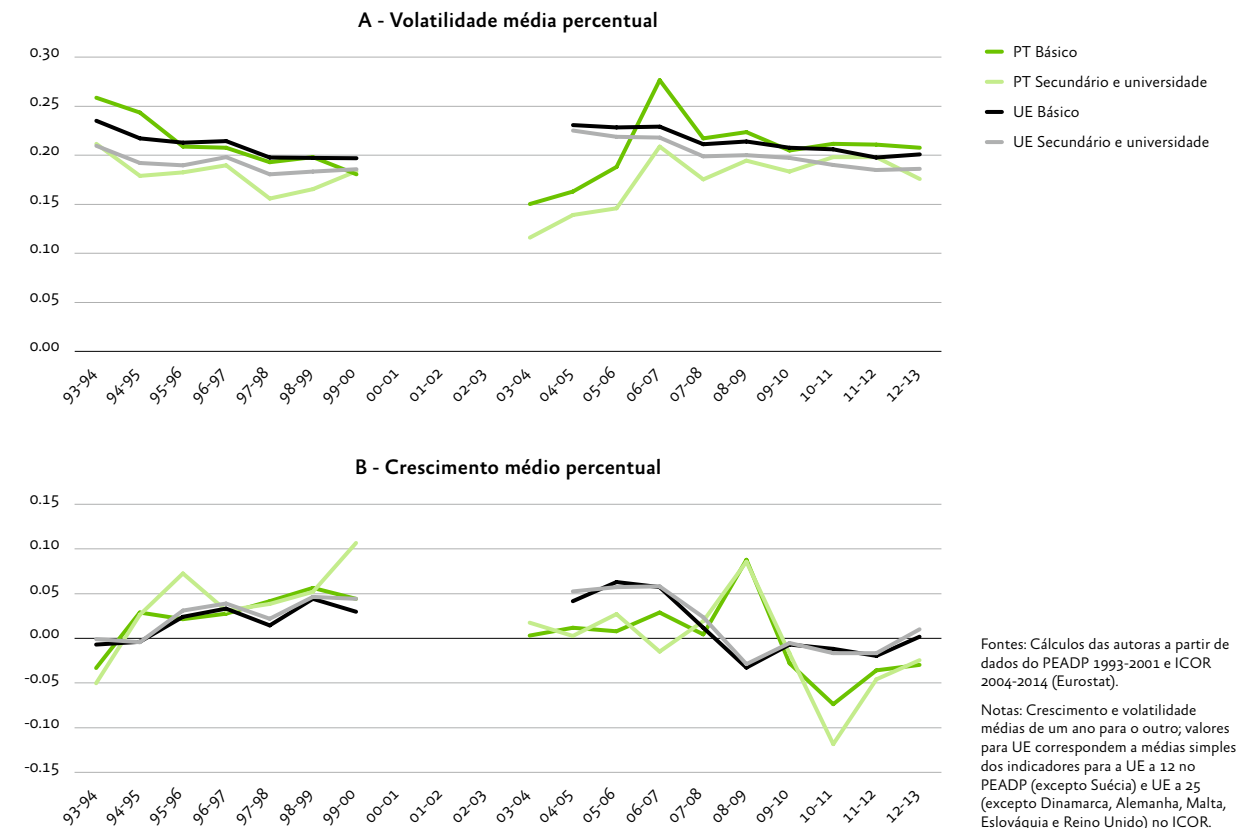
43: International Standard Classification of Education 1997.

na sigla inglesa).⁴³ O ICOR fá-lo usando as seguintes categorias (e o PEADP a um nível mais agregado): 0 – Educação pré-primária; 1 – Educação primária ou primeiro estágio da educação básica; 2 – Ensino secundário inferior ou segundo estágio da educação básica; 3 – Ensino secundário; 4 – Ensino pós-secundário não superior (ou não terciário); 5 – Primeiro estágio do ensino superior (ou do ensino terciário) não conducente a uma qualificação avançada na área da investigação (bacharelato, licenciatura, mestrado); e 6 – Formação superior avançada (pós-graduada) conducente a uma qualificação na área da investigação (doutoramento). Não só por simplicidade de apresentação, mas também para evitar subamostras muito pequenas que ponham em causa a precisão dos resultados, consideramos apenas dois grupos de escolaridade: i) Básico (ISCED 0-2) e ii) Secundário e Universidade (níveis superiores).⁴⁴

É visível a maior volatilidade média percentual para indivíduos com menor escolaridade ao longo de quase todo o período de análise, sobretudo para Portugal mas também para a União Europeia. Contudo, quando olhamos para o crescimento médio, que tem em conta variações positivas e negativas, não se observa o mesmo padrão. Isto é, não se pode dizer que, os indivíduos com menor escolaridade registem (sempre) as maiores perdas ou ganhos. Com mais frequência se observam, maiores perdas (de 1993 para 1994, de 2006 para 2007 e de 2010 para 2011) ou maiores ganhos (de 1995 para 1996 e de 1999 para 2000) para os portugueses com mais escolaridade. Disto se pode concluir que a maior volatilidade observada para o ensino básico se deve, em termos gerais, a oscilações positivas e negativas.

44: Por um lado, as proporções de indivíduos nas categorias secundário e universidade são bastante baixas em Portugal. O mesmo se verifica para vários outros países da UE no caso de categorias mais detalhadas nos níveis mais baixos de escolaridade. Uma maior partição levaria a subamostras muito pequenas, sobretudo no ICOR.

Gráfico 3.3 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos – por escolaridade



Destaques Secção 3.4

- Os rendimentos das famílias portuguesas evoluíram de forma muito variada desde 1993 a 2013.
- Começando por uma contracção de 1993 para 1994, o crescimento médio foi depois positivo e sobretudo crescente até atingir cerca de 7% em 2000 (Gráfico 3.1, painel D). De 2003 a 2008 registaram-se crescimentos mais modestos de cerca de 1% ao ano (idem).

- Os anos de 2009 a 2013 caracterizaram-se por contracções nos rendimentos das famílias portuguesas de pelo menos 2% ao ano, sendo o mais grave o observado de 2010 para 2011, 9%, reflectindo o primeiro ano do programa de ajustamento (*idem*). Em 2011, as famílias portuguesas auferiram em média menos 6% do que em 2008, e em 2013, menos 15% do que em 2010 (Gráfico 3.2, painel D).

- A evolução dos rendimentos das famílias europeias foi semelhante à observada em Portugal entre 1993 e 2000, sempre positiva e com tendência crescente, se bem que normalmente a níveis inferiores ao nosso país. Entre 2004 e 2008, os ritmos de crescimento foram mais elevados na UE do que no nosso país mas sempre positivos e sem grandes oscilações (*idem*). Foi de 2008 para 2009, ou seja, um ano antes de Portugal, que os efeitos da crise económica mais se fizeram sentir na UE a 28, com uma contracção média de 3% (*idem*). As contracções foram depois menores em média mas, nos países observados em 2013, os rendimentos familiares ainda foram cerca de 2% mais baixos do que em 2010 (Gráfico 3.2, painel D). Este valor é, no entanto, muito menos acentuado do referido para Portugal, 15% (*idem*).

- Esta evolução *média* dos rendimentos familiares não desvenda a evolução relativa. O crescimento não foi certamente homogéneo para todos os agregados familiares. Estudos anteriores para os períodos de 2003-2007 e 2006-2009 (respectivamente, Van Kerm e Pi Alperin, 2013; Alves e Martins, 2012) revelaram crescimentos progressivos tanto para Portugal como para os restantes países da União Europeia. Ou seja, crescimentos proporcionalmente mais elevados (ou decréscimos proporcionalmente mais baixos) para os mais pobres.

- Tal progressividade pode levar a deslocações ao longo da distribuição dos rendimentos. Uma forma simples de olhar para estas deslocações é dividir a população em 10 escalões de rendimento (*decis*) e observar em que medida os indivíduos mudam de escalão ao longo do tempo, o que faremos na Secção 3.5.

3.4.5. Necessidade de ir além do crescimento e volatilidade médias num estudo sobre mobilidade

Os resultados apresentados nesta secção espelham a evolução *média* dos rendimentos familiares. O que eles não desvendam é a evolução destes rendimentos de forma relativa. O crescimento não foi certamente homogéneo para todos os agregados familiares. Farinha Rodrigues *et al.* (2016) apresenta evidência de que o rendimento médio dos indivíduos mais pobres em 2014 foi 25% mais baixo do que o dos indivíduos mais pobres em 2009, sendo as taxas de contracção menores na restante distribuição do rendimento. A tendência para a diminuição da desigualdade documentada por Farinha Rodrigues *et al.* (2012) também se quebra a partir de 2009. Por outro lado, estudos anteriores para os períodos de 2003-2007 e 2006-2009 (respectivamente, Van Kerm e Pi Alperin, 2013; Alves e Martins, 2012) indicam que, tanto para Portugal como para os restantes países da União Europeia, o crescimento anual tende a ser progressivo. Isto é, assistem-se a crescimentos proporcionalmente mais elevados (ou decréscimos proporcionalmente mais baixos) para os mais pobres.

Tentemos entender a aparente contradição nestes resultados. Van Kerm e Pi Alperin (2013) e Alves e Martins (2012) olharam para evoluções no rendimento de um mesmo indivíduo/agregado familiar. A progressividade no crescimento por eles evidenciada significa que os mais pobres/ricos num determinado ano são menos pobres/ricos passado um ano.⁴⁵ Farinha Rodrigues *et al.* (2016) com um enfoque maior na evolução da desigualdade num determinado momento no tempo, compararam a situação dos indivíduos mais pobres em 2009 com a dos mais pobres em 2014. A conclusão é, de facto, que esta é pior para os últimos mas, tal como também se mostra nesse estudo, estes grupos não incluem necessariamente os mesmos indivíduos.

No que resta deste capítulo olharemos para a mobilidade nos rendimentos em Portugal e na UE por vários prismas, começando precisamente por analisar em que medida é que os indivíduos se deslocam ao longo da distribuição do rendimento de um ano para o outro, e passados três anos.

⁴⁵ Efectuamos uma análise semelhante com os dados usados neste estudo, tendo obtido as mesmas conclusões. O crescimento foi sempre progressivo em todos os países da UE, durante todos os anos cobertos pelo PEADP e o ICOR. Os mesmos não são apresentados aqui mas podem ser disponibilizados pelas autoras.

3.5. Uma primeira abordagem à análise da mobilidade nos rendimentos familiares: Transições entre decis

Uma forma simples e intuitiva de olhar para a mobilidade nos rendimentos passa por: i) dividir, em cada ano e país, a população em 10 escalões de rendimento, cada qual com uma proporção de 10% – *decis* – e depois, ii) analisar as alterações de *decil* de um período para outro. Quanto menor/maior a mobilidade, menos/mais indivíduos mudam de *decil*. Também é interessante verificar

a extensão das mudanças de decil, o que fazemos olhando para a proporção de indivíduos que se manteve no mesmo decil ou adjacente. Uma situação em que a maioria dos indivíduos muda de decil mas o faz para um decil adjacente representa menos mobilidade do que outra em que as mudanças são para decis mais afastados do original.⁴⁶

Ao contrário da maior parte das análises incluídas neste estudo, apresentamos aqui resultados para apenas um conjunto de países para o PEADP e outro para o ICOR (e referimo-nos a eles simplesmente como UE). Optámos por fazê-lo para: i) o grupo de países para os quais existem dados para todo o período coberto pelo PEADP (isto é a UE a 12, à excepção do Luxemburgo por não se encontrar na primeira vaga) e ii) para todos os países que se encontram em todo o período do ICOR (ou seja, UE a 25, à excepção da Alemanha⁴⁷, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Malta, Reino Unido⁴⁸). Fazemo-lo para facilitar a exposição e também porque as restantes análises de mobilidade aqui apresentadas não mostram diferenças substanciais quando grupos diferentes de países são considerados.⁴⁹

O Gráfico 3.4 abaixo apresenta resultados desta análise a dois e a quatro anos nos painéis A e B, respectivamente. A curva verde escuro (para Portugal) e preta (para a UE) representam as proporções de indivíduos que se mantiveram no mesmo decil de um ano para o outro. A curva verde claro (Portugal) e cinza, a proporção dos que se mantiveram no mesmo ou adjacente.

Primeiro que tudo, note-se que mesmo numa situação de completa independência dos rendimentos de um ano em relação ao outro, este indicador não corresponde a um valor de 0 (Jannti e Jenkins, 2015). Neste caso, teríamos 10% de indivíduos mantendo-se no mesmo decil de um período para o outro.⁵⁰ O caso de perfeita imobilidade corresponde, esse sim, a 100%.

Ao longo de quase todo o período de estudo, menos de metade ficam no mesmo decil passado um ano mas mais de 70% não vão além do decil adjacente (ou seja, ficam num raio de 30% da sua posição na distribuição de rendimentos). Mesmo quando consideramos os rendimentos passados quatro anos, mais de 60% da população não vai além do decil adjacente (e cerca de 30 a 35% fica no mesmo).

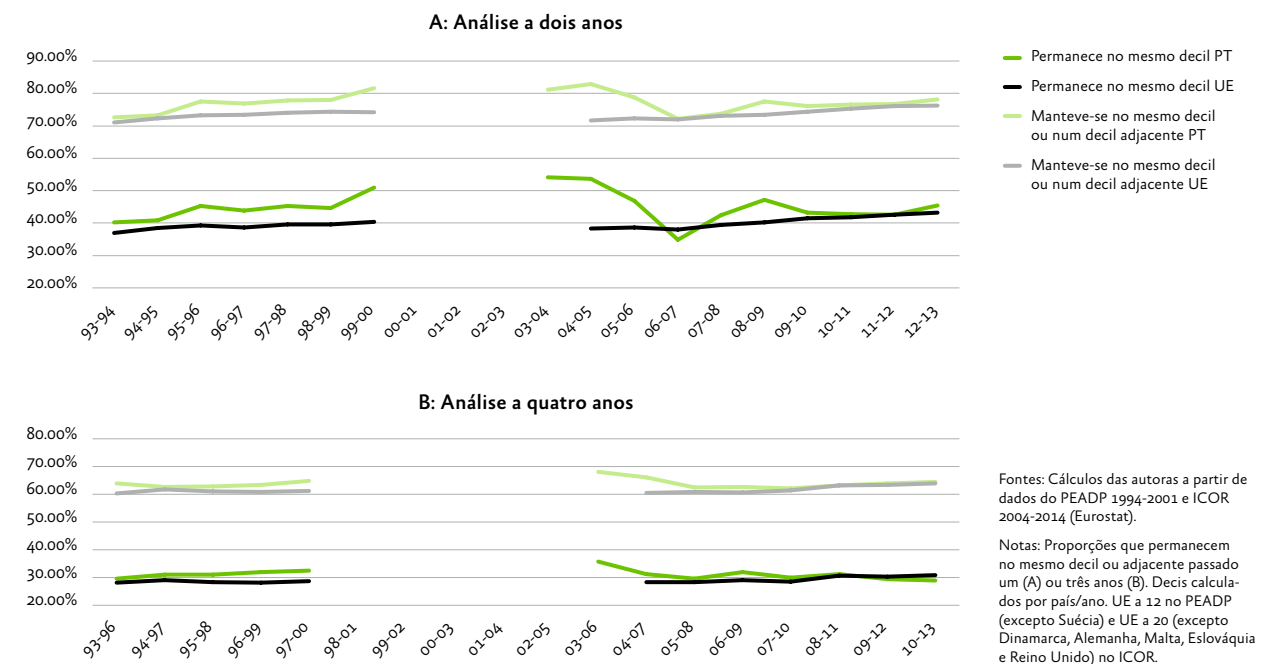
Observa-se para Portugal, à excepção de 2006 para 2007 e de 2010 para 2013, uma menor mobilidade do que no conjunto da UE. Estas excepções apenas se verificam, no entanto, quando olhamos para a proporção que se mantém no mesmo decil e não quando incluímos também o decil adjacente, pelo que são em grande parte determinadas por mudanças pequenas.

As diferenças entre Portugal e União Europeia tendem a ser maiores no curto prazo, dois anos, no que a mais longo prazo, quatro anos (curvas mais próximas no painel B do Gráfico 3.6). Em ambos os casos, são mais acentuadas

por volta do ano 1999 e por volta dos anos 2004 e 2005, e 2009. No conjunto da União Europeia, verifica-se uma tendência para a diminuição da mobilidade, tendo a proporção de indivíduos que se mantém no mesmo decil de um ano para o outro (ou adjacente) aumentado de 39% (72%) para 43% (76%) ao longo do período de estudo. Quando se consideram quatro anos, a tendência é mais atenuada mas na mesma direcção.

Portugal regista uma tendência semelhante, ainda que um pouco mais acentuada do que na UE, entre 1993 e 2000, mas inversa a partir de 2003. À excepção das transições de 2007 para 2008 e de 2008 para 2009, assistiu-se a partir de 2003 sobretudo a um aumento da mobilidade em Portugal, quando medida desta forma. De 2003 para 2004, 54% dos portugueses mantiveram-se no mesmo decil (83% se incluirmos também o adjacente). De 2012 para 2013, o mesmo aconteceu apenas a 43% (78%) dos portugueses.

Gráfico 3.4 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois e a quatro anos



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Proporções que permanecem no mesmo decil ou adjacente passado um (A) ou três anos (B). Decis calculados por país/ano. UE a 12 no PEADP (excepto Suécia) e UE a 20 (excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido) no ICOR.

Esta abordagem é simples e intuitiva mas não tem em conta movimentos de rendimento dentro de um mesmo decil, nem as diferenças entre rendimentos médios de decis. Por exemplo, se os rendimentos aumentarem mais para os mais pobres, como discutido no fim da Secção 3.3.5 acima, mas mantendo-se a ordenação dos indivíduos exactamente a mesma de um ano para o outro, então o movimento de decis indica uma situação de completa imobilidade.

⁴⁶ Também analisámos o valor médio da alteração de decil de um ano para outro, que usa também informação sobre alterações para além do decil adjacente. Os respectivos resultados são consistentes com os apresentados aqui e poderão ser disponibilizados pelas autoras.

⁴⁷ Como dito acima, não existem dados longitudinais do ICOR para a Alemanha.

⁴⁸ Para estes cinco países, não existem dados longitudinais do ICOR no início ou no fim do período analisado.

⁴⁹ No entanto, resultados para diferentes grupos também podem ser disponibilizados.

⁵⁰ Shorrocks (1978b) propôs o índice do traço normalizado que iguala zero neste caso. Preferimos, no entanto, apresentar estas proporções, por as considerarmos mais intuitivas.

Nas secções seguintes, usamos abordagens que têm em conta a distribuição do rendimento de forma mais abrangente.

Destaques Secção 3.5

- Uma forma simples de olhar para mobilidade nos rendimentos é dividir a população em 10 escalões de rendimento – decis – e observar em que medida os indivíduos mudam de escalão ao longo do tempo.
- Em Portugal, na maior parte dos períodos observados, entre 40% a 50% da população mantém-se no mesmo decil de um ano para o outro e mais de 70% não vão além do decil adjacente (Gráfico 3.4, painel A). Mesmo passados três anos, entre 30% e 36% encontra-se no mesmo decil (Gráfico 3.4, painel B).
- Tal mobilidade nos rendimentos não foi constante em Portugal ao longo do tempo. Entre 1993 e 2000, a tendência foi sobretudo para uma diminuição da mobilidade. Já entre 2003 e 2013, salvo oscilações, registou-se sobretudo um aumento.
- Na União Europeia é mais frequente mudar de decil ao longo do tempo do que em Portugal, apenas entre 37% e 43% dos indivíduos não muda de decil de um ano para o outro (Gráfico 3.4, painel A).
- Nos anos mais recentes, registou-se uma aproximação de Portugal à União Europeia. De 2012 para 2013, 45% dos portugueses e 43% dos europeus mantiveram-se no mesmo decil (Gráfico 3.4, painel A). De 2010 para 2013, o mesmo aconteceu a 29% dos portugueses e a 31% dos europeus (Gráfico 3.4, painel B).

3.6. Grau de dependência entre rendimentos de períodos diferentes

De seguida consideramos uma medida relacionada com o grau de dependência entre rendimentos para um mesmo indivíduo em períodos diferentes, o índice de mobilidade de Hart. Este índice é igual a $1 - r$, sendo r o coeficiente de correlação entre rendimentos de um mesmo indivíduo em dois períodos diferentes. Quanto menor a dependência/correlação (no limite, zero), maior a mobilidade nos rendimentos ao longo do tempo (máximo de 2). Uma situação

de completa dependência corresponde a uma correlação de 1 e a um índice de Hart igual a zero.

Consideramos, mais uma vez, rendimentos num ano e no seguinte (a que nos referimos como análise a dois anos), bem como passados três anos (análise a quatro anos). Tal como acima, comparamos Portugal com a média da UE, considerando vários conjuntos de países alternativos, dependendo da disponibilidade de dados para cada um dos anos analisados. Uma vez que a maior parte dos países está presente no ICOR apenas a partir de 2004, não apresentamos resultados para a UE para 2003-2004, apenas para Portugal.

No Quadro 3.3, voltamos a apresentar resultados da medida de mobilidade para vários exemplos ilustrativos. O caso 1, como explicado na Secção 3.2, corresponde a um aumento de 10% de rendimento para todos os indivíduos. Existe uma correlação linear perfeita entre os rendimentos do período inicial e do final, sendo a mobilidade nula. O caso 5 corresponde a uma muito ligeira mobilidade, dado que o rendimento aumentou proporcionalmente mais para os mais pobres, seguindo-se o caso 3. No caso 4, a mobilidade é considerável, o indivíduo A mais do que duplica o seu rendimento e deixa de ser o mais pobre. O caso extremo é o segundo, onde a ordenação se inverte por completo, bem como os montantes (exceptuando o aumento de 10% em média).

Quadro 3.3 Exemplos ilustrativos de mobilidade como menor dependência entre rendimentos de períodos diferentes (índice de Hart)

Indivíduo	Rendimento inicial	Rendimento final, caso:				
		1	2	3	4	5
A	10000	11000	33000	20000	25000	5000
B	20000	22000	22000	25000	20000	15000
C	30000	33000	11000	35000	35000	25000
Menor dependência no tempo (Hart)		0.000	1.955	0.035	0.529	0.002

3.6.1. Análise para populações totais

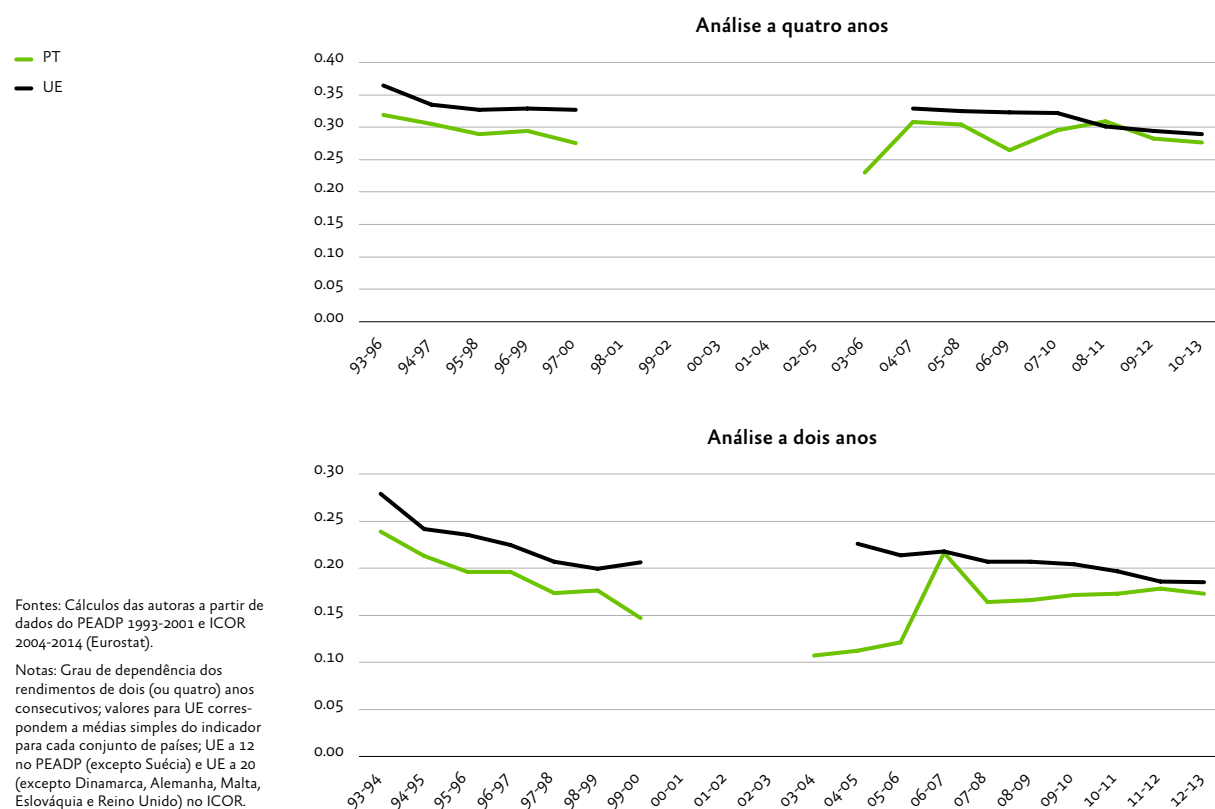
No Gráfico 3.5 que se segue apresentamos resultados do índice de Hart para Portugal e para conjuntos alternativos de países da UE.⁵¹ Olharemos para diferenças no nível de mobilidade em Portugal, comparado com a UE, bem como tendências nesta mobilidade ao longo do tempo.

Começamos por notar que os resultados para a UE não dependem muito do conjunto de países considerado. A diferença mais aparente é talvez a menor mobilidade média a quatro anos para os países da UE a 15, comparada com a que inclui países que aderiram à UE mais tarde. A tendência observada para os diferentes grupos é, em qualquer dos casos, decrescente.

⁵¹ O Anexo A3.6.1. apresenta o Gráfico A3.5 com todos os conjuntos de países analisados, demonstrando que as nossas conclusões em relação à UE não dependem do conjunto de países analisados. Nesta secção, o Gráfico 3.5 apresenta apenas um conjunto de países da UE para facilitar a visualização.

Segundo este índice, a mobilidade em Portugal é sempre menor do que na UE mas a diferença, depois de parecer acentuar-se de 2000 para 2004, tende depois a atenuar-se. Nos anos mais recentes deste estudo, o nosso país situa-se apenas um pouco abaixo da UE. A análise a dois anos evidencia um aumento da mobilidade para Portugal em anos mais recentes, ao contrário da UE que mantém a tendência negativa. A tendência de subida em Portugal não é tão clara na análise a quatro anos mas não deixa de se verificar uma aproximação à UE.

Gráfico 3.5 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois e a quatro anos



3.6.2. Por sexo

O Gráfico A3.6 no Anexo A3.6.2 contém os resultados da análise do índice de mobilidade de Hart por sexo. Apresentamos apenas resultados para mobilidade a dois anos, uma vez que as conclusões são semelhantes às obtidas na análise a quatro anos.

Os padrões que observámos na Secção 3.5.1 acima são aqui observados para ambos os sexos (Gráfico 3.8). O que esta análise nos permite adicionalmente

é constatar que a mobilidade é em geral mais elevada para os homens, com excepção de Portugal de 1995 a 2000 e de 2009 a 2013. Isto porque o decréscimo da mobilidade nos anos 1990 em Portugal foi mais acentuado entre os homens do que para as mulheres. Já o ligeiro aumento a partir de 2007, parece ter sido mais acentuado para as mulheres. Em suma, na maior parte do período observado, observa-se uma maior mobilidade nos rendimentos dos homens, sendo uma das excepções o recente período de crise económica em Portugal.

3.6.3. Por grupo etário

Na análise por grupo etário (25 a 44 anos, e 45 a 64 anos), voltamos a apresentar apenas resultados sobre mobilidade a dois anos (Gráfico A3.7 no Anexo A3.6.3), sendo que considerando um período de quatro anos não leva a conclusões diferentes. No conjunto dos países da UE considerados entre 1993 e 2000, houve claramente um menor grau de dependência dos rendimentos (ou seja, maior mobilidade) entre os mais novos (25-44), comparados com os mais velhos. Nos países considerados entre 2004 e 2013, a mobilidade entre os mais novos esteve em geral, mas nem sempre, acima da dos mais velhos. O que parece ser comum ao longo do período de estudo é que o declínio na mobilidade foi menos acentuado para os mais velhos. Em Portugal, não se verifica uma relação tão homogênea entre mobilidade e idade. O que parece ser comum é que a tendência para o decréscimo da mobilidade durante 1993 e 2000 foi menor entre os mais novos. Foi também este grupo que viu o maior aumento entre 2003 e 2013. A mobilidade entre os portugueses mais novos foi mesmo, de 2012-2013, superior à mobilidade entre os europeus.

3.6.4. Por nível de escolaridade

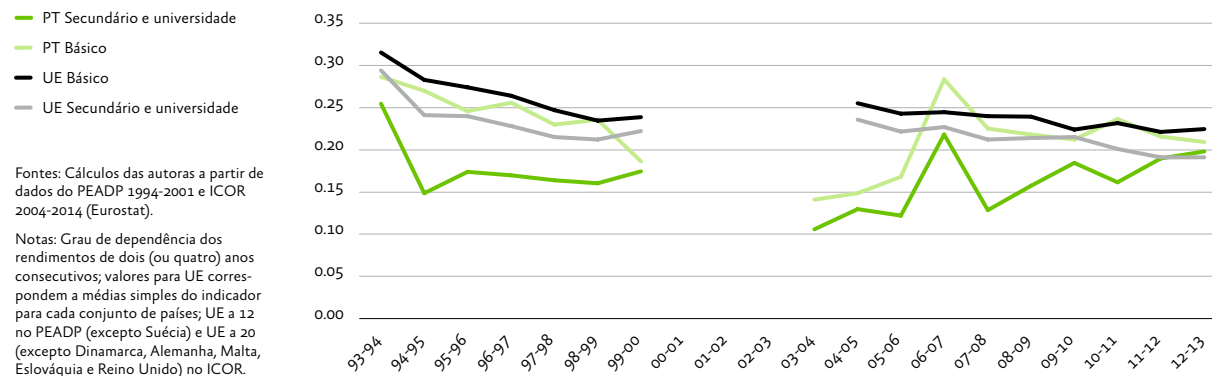
Entre as características consideradas aqui, é o nível de escolaridade que aparece mais associado a diferenças na mobilidade. É possível que a maior influência da escolaridade esteja relacionada com a correlação positiva entre nível de escolaridade de diferentes membros de um mesmo agregado familiar, levando a que sejam de esperar mais diferenças no rendimento familiar por escolaridade do que por sexo e idade.

Em geral, ao longo de todo o período de estudo e, tanto para o nosso país, como para a União Europeia, maior escolaridade aparece associada a maior dependência dos rendimentos de um ano para o outro (ou seja, menos mobilidade).

Na maior parte dos anos estudados, esta associação é maior em Portugal do que na UE mas há que ter cuidado com esta interpretação. Apesar dos grupos de escolaridade serem definidos da mesma forma (usando a escala internacional CITE 1997), existem variações importantes dentro das categorias. Especialmente,

em Portugal, dentro da categoria mais baixa, existe uma muito maior concentração de indivíduos com escola primária, ou mesmo sem esta, do que no conjunto da UE. Em suma, os portugueses na categoria mais baixa têm, na verdade, menos escolaridade do que os restantes europeus. As maiores distâncias entre as curvas de Portugal e da UE podem, como tal, ser influenciadas por esta questão e não só por diferenças na influência da escolaridade baixa na mobilidade.

Gráfico 3.6 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por escolaridade



3.7. Mobilidade e redução da desigualdade no curto e médio prazo

Em geral, é espectável que a desigualdade de rendimentos diminua quando o período em questão é estendido. A diminuição da desigualdade depende da frequência de mudanças nas posições relativas dentro das distribuições de rendimentos anuais, assim como da magnitude das mudanças nos rendimentos anuais. O índice desenvolvido por Shorrocks em 1978, e usado muito frequentemente desde então, reflecte esta relação entre mobilidade e desigualdade de rendimentos. Neste índice a mobilidade é medida como a redução relativa na média ponderada da desigualdade num ano, quando o período analisado é estendido, sendo que “não mobilidade” ocorre quando os rendimentos relativos são constantes ao longo do tempo.

O índice de Shorrocks pode ser aplicado a diferentes medidas de desigualdade de rendimento. Para evitar que os resultados sejam influenciados pela escolha de uma em particular, apresentamos resultados usando medidas alternativas. Em particular, usamos as seguintes medidas comuns de desigualdade: índice de Gini, Desvio Médio logarítmico (índice MLD) e índices de Atkinson com parâmetros de aversão à desigualdade iguais a 0,5, 1 e 2. Diferentes índices de desigualdade atribuem diferentes graus de importância à desigualdade em diferentes partes da distribuição do rendimento. O índice de Gini é mais

sensível a desigualdades na parte central da distribuição e o índice MLD é mais sensível à parte inferior. No caso do índice de Atkinson, esta questão depende do parâmetro de desigualdade escolhido. Quanto mais elevado este for, maior é a relevância dada à desigualdade entre indivíduos mais pobres.

Voltamos a considerar aqui os mesmos exemplos ilustrativos usados na Secção 3.2, no Quadro 3.4. No caso 1, observou-se apenas um aumento de todos os rendimentos na mesma proporção, pelo que a desigualdade em cada um dos períodos inicial é igual à desigualdade da soma dos rendimentos nos dois. Consequentemente, os índices de Shorrocks indicam uma ausência de mobilidade. No caso 5, no qual se verifica um decréscimo de 500 euros para todos os indivíduos, também há muito pouca mobilidade, isto é, a desigualdade no rendimento total dos dois períodos é semelhante à de cada um dos períodos em separado. Esta é um pouco maior no caso 3, em que, apesar de a ordenação também se manter, o ganho é proporcionalmente mais elevado para os mais pobres. A situação de maior mobilidade é a segunda, em que a ordenação dos indivíduos se inverte por completo. A desigualdade no montante total dos rendimentos é muito baixa, ou seja, a mobilidade levou a uma quase completa redução da desigualdade. Por fim, o caso 4 representa uma situação intermédia, com ganhos proporcionalmente mais elevados para os mais pobres mas em que apenas a ordenação do indivíduo A e B se inverte.

Quadro 3.4 Exemplos ilustrativos de mobilidade como redução de desigualdade a mais longo prazo – índices de Shorrocks

Indivíduo	Rendimento inicial	Rendimento final, caso:				
		1	2	3	4	5
A	1000	1100	3300	2000	2500	500
B	2000	2200	2200	2500	2000	1500
C	3000	3300	1100	3500	3500	2500
		Rendimento inicial + rendimento final, caso:				
		1	2	3	4	5
		2100	4300	3000	3500	1500
		4200	4200	4500	4000	3500
		6300	4100	6500	6500	5500
		Redução de desigualdade de longo prazo – com a seguinte medida de desigualdade:				
Gini		0.00	0.952	0.00	0.14	0.00
Atkinson (0,5)		0.00	0.998	0.11	0.31	0.04
Atkinson (1,0)		0.00	0.998	0.12	0.33	0.04
Atkinson (2,0)		0.00	0.998	0.12	0.37	0.03

A medida de mobilidade de Shorrocks permite uma análise ainda mais abrangente do que as restantes. Isto porque quando considera mobilidade mais a longo prazo, como a quatro anos, considera não apenas os rendimentos do primeiro e último ano mas também todos os rendimentos intermédios. Como tal, esta é a medida mais completa de mobilidade a quatro anos que consideramos neste estudo.

3.7.1. Análise para a população total

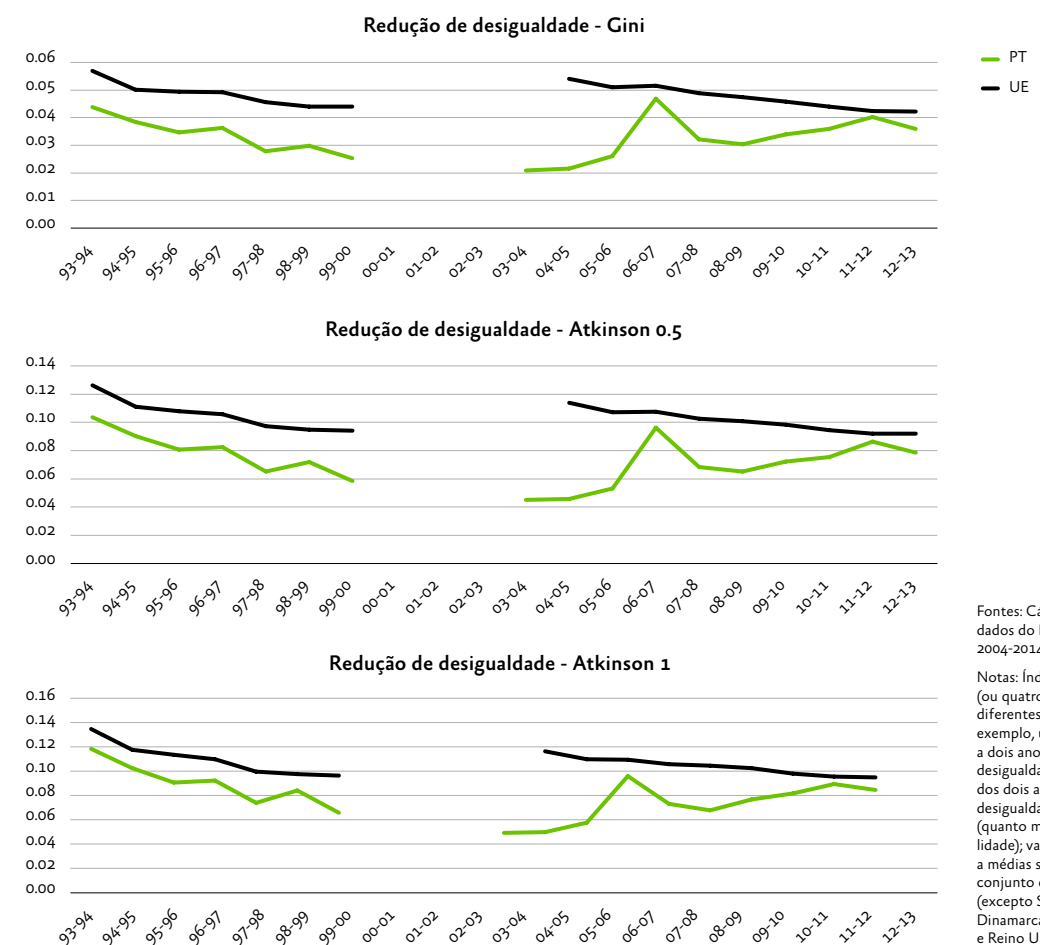
Calculámos índices de redução de desigualdade (Shorrocks) usando medidas comuns de desigualdade: índice de Gini, índice MLD e índices de Atkinson com parâmetros de aversão à desigualdade de iguais a 0,5, 1 e 2. Tal como nas Secções 3,3 e 3,5, obtivemos resultados para diferentes conjuntos de países da União Europeia. Em todos os casos, tratam-se de médias simples dos índices obtidos para cada um dos países considerados. No Gráfico 3.7, apresentamos resultados para apenas um conjunto (UE a 12 no PEADP, excepto Suécia, e UE a 20, excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido, no ICOR) bem como apenas três versões dos índices dado que resultados adicionais não alteram as nossas conclusões. O Gráfico A3.8 no Anexo A3.7.1 contém resultados para os outros conjuntos considerados, bem como uma versão adicional do índice de Shorrocks.

Observam-se algumas diferenças nos resultados para a UE consoante o número de países considerados mas estas são sempre muito pequenas e não influenciam a relação com Portugal (Gráfico 3.7). É ao longo do tempo que se observam mais diferenças entre o nosso país e a Europa. Por volta de 2004, a distância entre Portugal e a União Europeia parece ter aumentado para cerca do dobro. Um pouco desta diferença poderá dever-se ao facto dos grupos de países não serem os mesmos antes e depois da quebra de série (mesmo nos conjuntos alternativos considerados no Anexo). A própria quebra de série, nomeadamente, as diferentes metodologias dos dois inquéritos também pode contribuir para o mais elevado nível para a UE. Por esta razão, evitamos interpretar a evolução entre 2000 e 2003 e focamo-nos no que observamos antes e depois.

Em linha com o que vimos na análise do índice de Hart acima, apesar de tratarem-se de indicadores de natureza diferente, observa-se menor mobilidade para Portugal do que para os vários conjuntos de países europeus, durante quase todo este longo período de análise. À excepção do período 2006-2007, a mobilidade no rendimento de um ano para o outro reduz apenas cerca de 2% a 4% da desigualdade nos rendimentos em Portugal, quando medida pelo índice de Gini. Nos anos 90 do século XX, este indicador de mobilidade diminuiu aproximadamente em paralelo em Portugal, de cerca de 4% para cerca de 2%, e na Europa, de 6% a 4%.

Depois da quebra de série, a diferença observada é algo maior (cerca de 3 pontos percentuais) atenuando-se depois, até cerca de apenas 1 ponto percentual no fim do período observado. Os outros índices têm níveis superiores mas revelam padrões semelhantes. A excepção é que, de 1993 a 2000 a redução da desigualdade em Portugal, quando medida pelo índice de Atkinson com parâmetro 2 é semelhante à média da UE. Para melhor entendermos o impacto deste parâmetro nesta comparação, seria interessante, numa análise mais aprofundada, analisar também os próprios níveis de desigualdade medidos pelos diversos índices.

Gráfico 3.7 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Índices de Shorrocks a dois (ou quatro) anos calculados usando diferentes índices de desigualdade; por exemplo, um índice de Shorrocks-Gini a dois anos igual a 0,06 significa que a desigualdade na soma dos rendimentos dos dois anos é 6% inferior à média da desigualdade dos dois anos em separado (quanto maior a redução, maior a mobilidade); valores para a UE correspondem a médias simples do indicador para cada conjunto de países; UE a 12 no PEADP (excepto Suécia) e UE a 20 (excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido) no ICOR.

De seguida, apresentamos resultados da análise a quatro anos⁵². Tal como já mencionámos, este índice tem sobre os outros a vantagem de possibilitar a inclusão não apenas do rendimento do ano inicial e do ano final mas de todos os rendimentos observados durante o período considerado (ou seja,

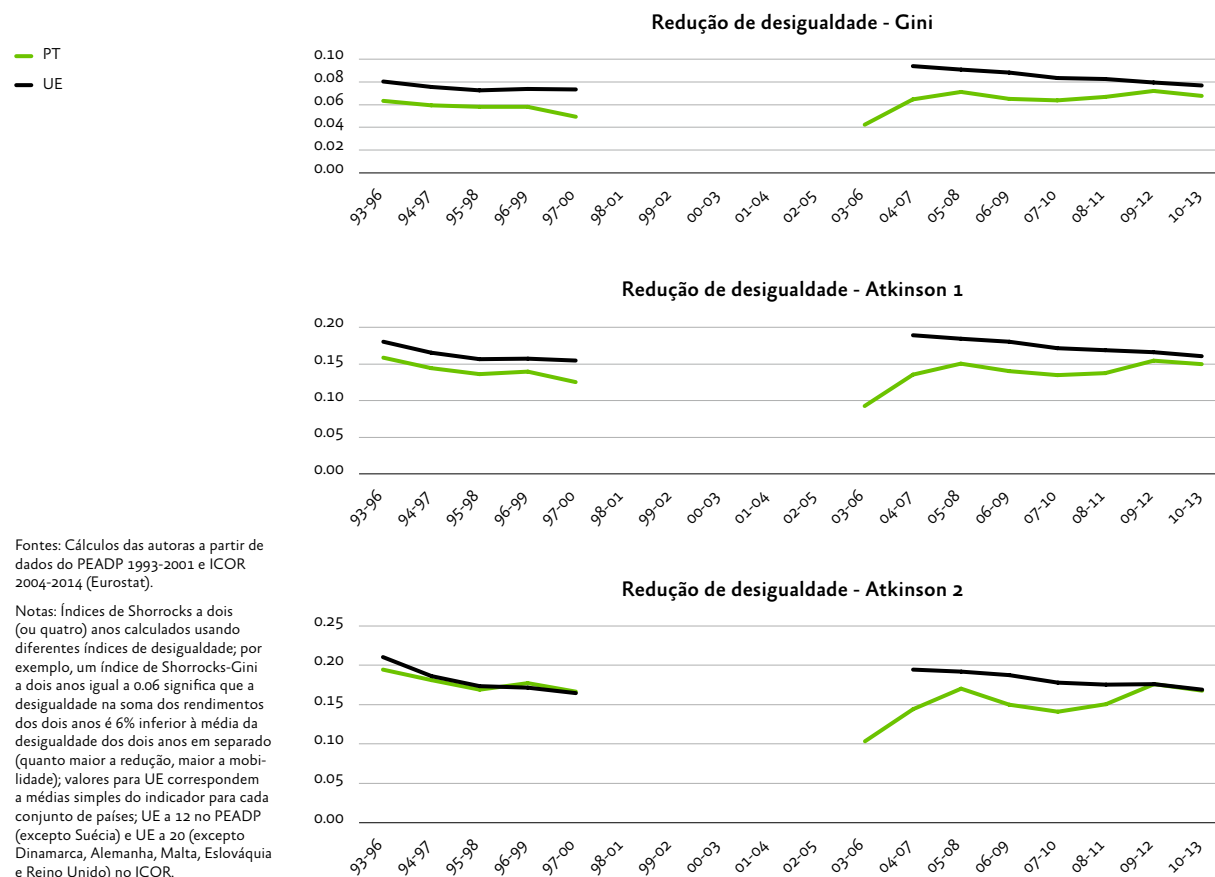
⁵² Mais uma vez, consideramos apenas um conjunto de países da UE em cada um dos períodos de análise. Resultados para os restantes conjuntos encontram-se no Gráfico A3.9 no Anexo A3.7.1.

por exemplo, não apenas o rendimento de 1993 e 1996 mas também de 1994 e 1995). Esta é portanto a análise a quatro anos mais completa deste estudo.

Para simplicidade de apresentação, excluímos aqui os resultados baseados no índice Atkinson com parâmetro igual a 0.5 que não leva a conclusões diferentes. Primeiro que tudo, notemos, de novo, que a mobilidade em períodos de quatro anos é superior à observada em períodos de apenas dois anos, indicando de que não se tratam apenas de oscilações temporárias de curto prazo.

A análise da redução da desigualdade a quatro anos leva-nos às seguintes conclusões semelhantes às obtidas acima para dois anos: i) a mobilidade na UE diminuiu durante o período de estudo, ii) a mobilidade foi inferior em Portugal durante este período mas iii) a diferença atenuou-se em anos mais recentes. As maiores diferenças nas duas análises parecem ser: i) a tendência para o aumento de mobilidade em Portugal é aqui um pouco menos clara, sobretudo desde 2005, pelo que ii) a diminuição da mobilidade na UE teve um papel importante na aproximação ao nosso país.

Gráfico 3.8 Mobilidade como redutora da desigualdade a quatro anos em Portugal e na União Europeia



3.7.2. Por sexo

Voltamos a repetir a análise da mobilidade por sexo (Gráfico A3.10 no Anexo A3.7.2), concentrando-nos sobretudo na observação de padrões e tendências e menos em oscilações temporárias. Apresentamos resultados apenas para mobilidade a dois anos e usando as medidas baseadas no índice de Gini e de Atkinson com parâmetro 1 porque a comparação entre sexos não é afectada.⁵³ Por fim, por simplicidade de apresentação, voltamos a restringir a apresentação aos 11 países que constam do PEADP entre 1993 e 2010 e aos 20 que constam do ICOR entre 2004 e 2013.⁵⁴ Para além de alguma convergência no final dos anos 90 do século xx, a mobilidade entre os homens tende a ser mais acentuada. No conjunto da União Europeia, as diferenças são geralmente na mesma direcção, se bem que menos acentuadas na década de 1990.

⁵³ Apenas para Atkinson 2, as diferenças são ainda mais acentuadas, quer a dois, quer a quatro anos, ainda que na mesma direcção.

⁵⁴ Resultados para os restantes países podem ser também disponibilizados.

3.7.3. Por grupo etário

Repetimos agora a mesma análise por grupo etário, em particular para indivíduos com idades entre os 25 e os 44 anos, comparados com os de 45 a 64 (Gráfico A3.11 no Anexo A3.7.3). Restringimos também a apresentação à análise a dois anos, para uma selecção de dois indicadores, sendo que as restantes análises levam a conclusões semelhantes.⁵⁵ O grau de mobilidade como redutora da desigualdade é geralmente superior entre indivíduos com idades entre os 25 e os 44 anos, comparados com os de idade entre os 45 e os 64. Em particular, no caso da UE, a partir de 1994, e no caso de Portugal, a partir de 98, e depois novamente a partir de 2004. Na Europa, as diferenças são mais acentuadas nos países considerados entre 1994 e 2000 do que entre 2004 e 2013. Em contraste, entre 1993 e 1997, tende a observar-se mais mobilidade entre os portugueses mais novos do que entre os mais velhos.

⁵⁵ Mais uma vez, os respectivos resultados podem ser disponibilizados.

3.7.4. Por nível de escolaridade

Por último, analisamos em que medida é que a mobilidade como redução da desigualdade a curto e médio prazo varia consoante a escolaridade alcançada pelo indivíduo: i) Básico e ii) Secundário e Universidade.

Neste caso, não analisámos a redução da desigualdade tendo em conta quatro anos de rendimento de um mesmo indivíduo. Isto porque o número de indivíduos que se mantém no painel longitudinal por quatro anos é ainda mais reduzido do que se mantém por dois anos. No caso de Portugal, isto leva a subamostras pequenas com pelo menos o ensino secundário. Consideramos aqui três dos cinco índices considerados para as populações totais em 3.7.1. Incluímos mais um do que no caso da repartição por idade e sexo, o baseado

56. Que, não obstante, também podem ser disponibilizados pelas autoras.

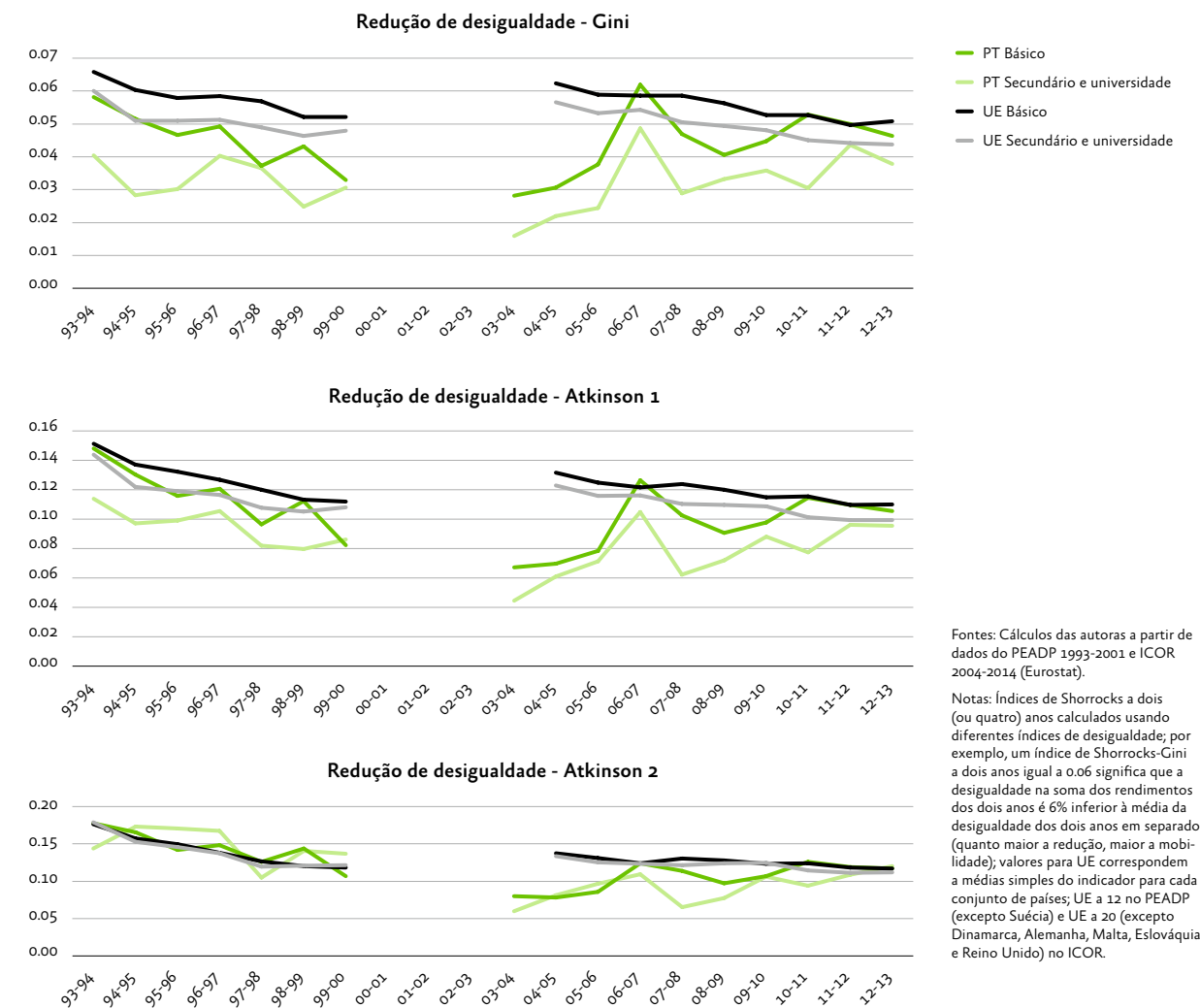
no índice de Atkinson com parâmetro igual a 2, dado que este leva a resultados algo diferentes dos restantes.⁵⁶

Olhando primeiro apenas para a redução de desigualdade baseada nos índices de Gini e de Atkinson com parâmetro igual a 1, a mobilidade é sempre mais reduzida entre indivíduos com menos escolaridade. Note-se, também, que as diferenças são normalmente mais marcadas do que aquilo que observámos entre mulheres e homens e entre grupos etários, acima.

Quando a redução na desigualdade é obtida usando o índice de desigualdade de Atkinson com parâmetro 2, que coloca mais importância nas desigualdades entre os indivíduos mais pobres, as diferenças consoante a escolaridade são menores e nem sempre na mesma direcção. Para uma melhor compreensão destes resultados, seria relevante uma análise mais aprofundada dos próprios índices de desigualdade.

Tal como observado acima na análise do índice de Hart, na maior parte dos anos estudados, esta associação é maior em Portugal do que na UE mas voltamos a sugerir cautela com esta interpretação. Apesar da definição o mais comparável possível de grupos de escolaridade, há variações importantes dentro das duas categorias mais baixas (ver explicação mais detalhada na Secção 3.5.4 acima). Estas fazem com que, na verdade, o grupo de escolaridade mais baixo em Portugal corresponde em média a um nível inferior do que na UE.

Gráfico 3.9 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por escolaridade



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1993-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Índices de Shorrocks a dois (ou quatro) anos calculados usando diferentes índices de desigualdade; por exemplo, um índice de Shorrocks-Gini a dois anos igual a 0.06 significa que a desigualdade na soma dos rendimentos dos dois anos é 6% inferior à média da desigualdade dos dois anos em separado (quanto maior a redução, maior a mobilidade); valores para UE correspondem a médias simples do indicador para cada conjunto de países; UE a 12 no PEADP (excepto Suécia) e UE a 20 (excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido) no ICOR.

Destaques Secções 3.6 e 3.7

- Estas secções seguem abordagens mais abrangentes que têm em conta toda a distribuição do rendimento. Por exemplo, a Secção 3.7 mede até que ponto é que a desigualdade de mais longo prazo é menor do que a desigualdade em cada ano. Uma maior diminuição da desigualdade significa uma maior mobilidade nos rendimentos.

- Segundo os indicadores das Secções 3.5 e 3.6, o grau de mobilidade em Portugal também foi geralmente inferior ao observado no conjunto da União Europeia.

- Entre 1993 e 2013, a tendência foi sobretudo de decréscimo da mobilidade na União Europeia.

- Portugal acompanhou este decréscimo (até de forma quase paralela) entre 1993 e 2000 mas registou desde 2003 uma inversão da tendência (Gráficos 3.5, 3.7 e 3.8). De 2003 a 2013, a tendência foi sobretudo para o aumento da mobilidade em Portugal (idem).

- Tais tendências diferentes levaram, também de acordo com estes indicadores mais abrangentes, a uma aproximação dos níveis de mobilidade de Portugal e da União Europeia. A mobilidade dos rendimentos familiares de 2004 para 2005, reduziu a desigualdade em Portugal em cerca de 2.2% (segundo o índice de desigualdade de Gini) e na Europa em cerca de 5.4% (Gráfico 3.7). De 2012 para 2013, esta redução foi de cerca de 3.5% e 4.2%, respectivamente (idem).

- O aumento recente da mobilidade em Portugal fica mais claro nas análises a dois do que a quatro anos. Contudo, isto não altera a conclusão acerca da aproximação de Portugal aos níveis de mobilidade da União Europeia.

- Observam-se sobretudo diferenças por nível de escolaridade, mais do que por idade e sexo, o que seria de esperar dado que a nossa variável de rendimento, de acordo com o que é habitual em estudos de desigualdade, pobreza e mobilidade nos rendimentos, não varia dentro de um mesmo agregado familiar.

- A mobilidade é mais elevada *entre* os indivíduos com ensino básico do que *entre* os que chegaram para além deste nível, na União Europeia mas ainda mais em Portugal (Gráficos 3.6 e 3.9).

3.8. Mobilidade entre grupos

Nas Secções 3.5 e 3.6 acima, apresentámos resultados sobre mobilidade nos rendimentos de um mesmo indivíduo em períodos diferentes usando indicadores alternativos. Para alguns deles, considerámos partições por subgrupo para investigar até que ponto o grau de mobilidade está associado a determinadas características, nomeadamente, sexo, idade e escolaridade. Estas análises olharam para o grau de mobilidade dentro de um mesmo grupo. Ou seja, por exemplo, é a mobilidade entre homens mais elevada do que entre mulheres? O que estas análises não têm em conta é a mobilidade entre grupos. Isto é, por exemplo, tendem as mulheres a deslocar-se para partes superiores ou inferiores da distribuição do rendimento ao longo do tempo? Por outras palavras, e usando outro exemplo, tendem as condições económicas dos indivíduos mais novos a melhorar ou a piorar em comparação com as dos mais velhos?

Para tentar responder a questões deste tipo, estendemos aqui a análise efectuada na Secção 3.4. Esta análise parte de uma classificação dos indivíduos (em cada país e ano) em 10 escalões de rendimento de iguais proporções, decis, e investiga depois as alterações de decil de um período para o outro. Verificou-se que, em Portugal, na maioria dos períodos observados, entre 40% e 50% dos indivíduos se mantêm no mesmo decil de um ano para o outro. E entre cerca de 70% e 80% não vai além do decil adjacente nos mesmos períodos de dois anos. Estas proporções são quase sempre inferiores na UE, denotando maior mobilidade.

Nesta secção, usamos a mesma partição por decil, isto é, a classificação na distribuição do rendimento no total da população mas desta vez averiguamos se os movimentos observados são diferentes para diferentes subgrupos. Ainda usando o mesmo exemplo, se os homens tendessem a registar maiores subidas de decil de um ano para o outro, então o mesmo seria sinal de mobilidade ascendente para os mesmos, isto é, de melhoria das condições económicas, relativamente às mulheres.

Voltamos a efectuar esta análise por sexo, para os grupos etários de 25 a 44 e de 45 a 64 anos e, por fim, para o ensino básico, comparado com secundário ou acima. Mais uma vez, restringimos a análise apresentada aos grupos de países que se encontram em todos os anos do PEADP (1993-2000) e ICOR (2004-2013) e a transições a dois anos, mas resultados para os restantes países e para transições a quatro anos também podem ser disponibilizados.

3.8.1. Entre sexos

Apresentamos resultados sobre mobilidade entre sexos no Gráfico A3.12 no Anexo A3.8.1. As diferenças não são muito visíveis. Em Portugal, a direcção da associação com o sexo não é muito consistente ao longo do tempo, ao passo que

na UE, parece haver sobretudo uma ligeira mobilidade superior para as mulheres (isto é, linha cinza ligeiramente acima no painel B). Para Portugal, observam-se oscilações diferentes mas sem um padrão consistente ao longo do tempo.

3.8.2. Entre grupos etários

Entre grupos etários, as diferenças são um pouco mais visíveis do que entre sexos, com um padrão consistente ao longo do tempo para a UE mas não para Portugal (Gráfico A3.13, Anexo A3.8.2). Na UE, os mais novos tendem a deslocar-se mais ao longo da distribuição do rendimento, mas tanto de forma ascendente como descendente (idem). Esta conclusão deriva da observação de que para os mais novos, comparados com os mais velhos: uma menor proporção se mantém no mesmo decil (linha cinza acima da linha preta no painel A), uma maior proporção sobe e desce de decil (linha cinza abaixo da preta nos painéis B e C).

Em Portugal, entre 1993 e 2000, houve sobretudo indivíduos mais velhos a deslocarem-se para um decil superior (linha verde claro acima da linha verde escuro no painel B). Ou seja, durante estes anos, houve sobretudo mobilidade ascendente para os mais velhos. No período de 2003 a 2013, a relação entre mobilidade e idade foi menos consistente. No entanto, gostaríamos de salientar o que observamos para os anos por volta de 2010. Nomeadamente, um distanciamento em prejuízo dos mais novos: maiores proporções dos mais novos a deslocarem-se para um decil inferior e menores a descolarem-se para decis superiores. Em suma, durante estes anos, assistiu-se sobretudo a uma degradação das condições económicas dos mais novos, em relação aos mais velhos. Este resultado está em linha com a maior contracção dos rendimentos destes indivíduos durante estes anos, sobretudo de 2011 para 2012 (Gráfico A3.4, Anexo A3.4.3). Isto poder-se-á ter devido em parte à maior frequência de contratos mais precários entre os jovens e ao aumento do desemprego entre eles.

3.8.3. Entre níveis de escolaridade

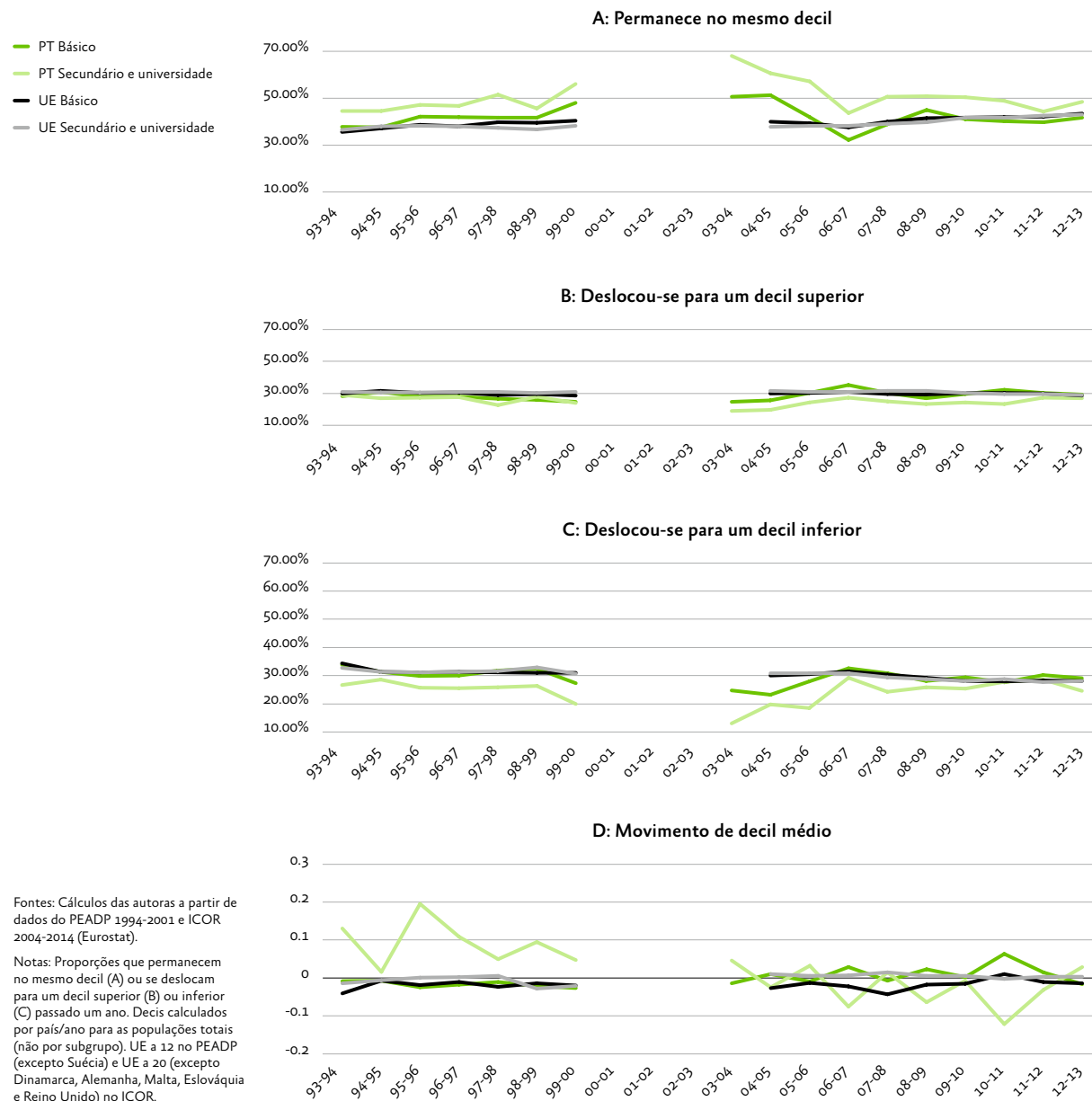
O Gráfico 3.10 abaixo mostra-nos resultados da análise do movimento de decis por nível de escolaridade. Tal como na análise da mobilidade intragrupos (Secções 3.5 e 3.6 acima), é de esperar uma maior influência da escolaridade nestes resultados. Isto porque diferenças entre rendimentos de homens e mulheres, e de mais novos e mais velhos, se podem atenuar entre membros de um mesmo agregado familiar, ao passo que se espera que haver uma concentração de indivíduos com o mesmo nível de escolaridade nos mesmos agregados familiares. Por outras palavras, espera-se que as condições económicas variem

mais entre agregados com mais e menos escolaridade do que entre agregados com mais e menos indivíduos mais novos (e mais e menos mulheres). O Gráfico 3.10 mostra de facto maiores diferenças no movimento de decis por nível de escolaridade do que as mostradas por sexo e por idade acima.

Em Portugal, menor escolaridade aparece associada a maior mobilidade. Entre 1993 e 2000, as diferenças são sobretudo ao nível da mobilidade descendente. Isto é, indivíduos com ensino básico têm uma maior probabilidade de se deslocar para um decil inferior (linha verde escuro sempre acima da linha verde claro no painel C), ou a ver agravadas as suas condições económicas, relativamente aos indivíduos com pelo menos ensino secundário. Entre 2003 e 2013, o ensino básico surge também associado a maior mobilidade descendente do que o ensino secundário. No entanto, nestes anos, o ensino básico está associado a uma ainda maior ascendente (painel B). Os resultados apresentados no painel D combinam os vários tipos e graus de mobilidade num só indicador, a média da variação de decil de um ano para o outro. Indivíduos que não se movem (proporções contidas no painel A) têm uma variação de zero. Os restantes contribuem para esta média com o número que decis que sobem ou descem. Entre 1993 e 2000, maior escolaridade aparece sempre associada a maiores subidas em média, denotando uma subida do valor da escolaridade. De 2003 para 2013, espelhando o que já dissemos, as subidas tendem a ser superiores para indivíduos com ensino básico, ou seja, quem tem maior escolaridade parece sofrer mais, mas de forma menos consistente e acentuada (note-se, também, em baixo, a discussão desta conclusão, bem como uma análise mais detalhada).

Para o conjunto da UE, as diferenças são menores do que em Portugal mas maior escolaridade também aparece associada a maior mobilidade. Ao longo do período observa-se que esta maior mobilidade é tanto ascendente como descendente (linha cinza ligeiramente acima da preta nos painéis B e C) mas sobretudo ascendente (distância entre as duas linhas ligeiramente superior no painel B). Isto também se reflecte no facto de a deslocação média ser quase sempre superior para escolaridade mais elevada.

Gráfico 3.10 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por escolaridade



Esta análise sofre de uma limitação óbvia. A posição destes grupos de escolaridade na distribuição do rendimento é muito diferente, nomeadamente, indivíduos com ensino básico estão muito mais concentrados nos decis mais baixos e vice-versa. Como tal, a proporção que permanece no mesmo decil é influenciada por aqueles que se encontram no primeiro decil (mais pobres), que, mesmo que vejam o seu rendimento baixar, não se deslocam para um decil

inferior. Por outro lado, este grupo tem mais “possibilidades” de subir, uma vez que raramente se encontra no decil 10 (mais ricos). Para o grupo com mais escolaridade, verifica-se o inverso. Por esta razão passamos de seguida a analisar, para o caso do nosso país, estas questões com o detalhe adicional que é devido.

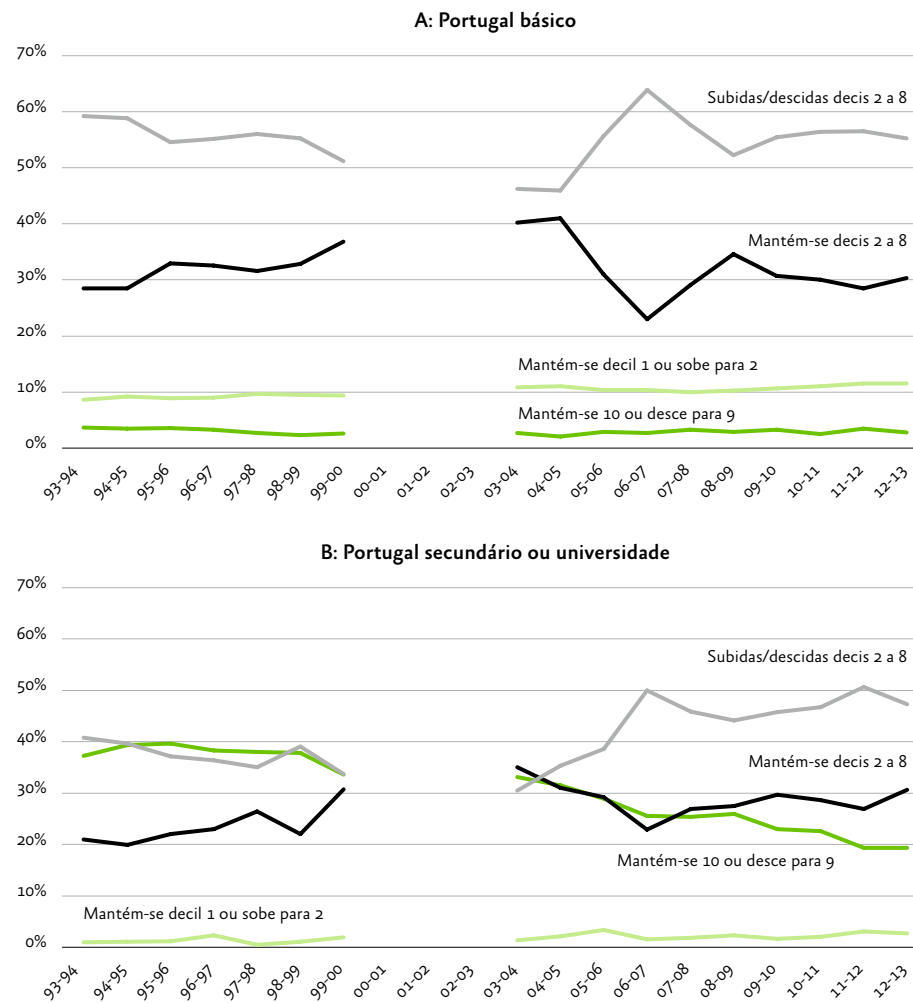
Dividimos agora cada um dos grupos de escolaridade nas seguintes categorias (mutuamente exclusivas): os que se mantêm no decil 1 ou sobem para o decil 2; os que se mantêm no decil 10 ou descem para o decil 9; os que se mantêm num dos decis de 2 a 9; e outras subidas/descidas (que inclui subidas de 1 para além do 2, descidas do 10 para além do 9 e subidas e descidas entre o decil 2 e o decil 9). Pretendemos verificar até que ponto os resultados apresentados acima são influenciados pelas menores possibilidades de descer/subir no caso dos indivíduos com menor/menor escolaridade, devido à sua concentração nos extremos da distribuição do rendimento.

Começamos pelo grupo com ensino básico. A proporção destes que se mantêm no primeiro decil ou sobe de 1 para 2 é bastante estável (com um ligeiro aumento de cerca de 9% a cerca de 11% ao longo do período, linha verde claro painel A). Como se esperava, a proporção dos que se mantêm no decil 9 ou 10 é muito baixa, cerca de 2% a 3% ao longo de todo o período. Já a tendência para o aumento da mobilidade observado acima parece dever-se sobretudo a outras subidas e descidas (linha cinza, painel A).

Como seria de esperar, maior escolaridade leva a uma maior concentração nos decis 9 e 10 (linha verde escuro, painel B) e menor concentração nos 1 e 2 (linha verde escuro, painel B), do que o ensino básico. É, contudo, interessante verificar que a proporção de indivíduos com mais do que ensino básico que se mantêm no decil 10 ou que desce para o decil 9 mostra uma clara tendência negativa (o que, através de resultados adicionais sabemos ser influenciado sobretudo pela descida dos que se mantêm no decil 10). Enquanto que, entre 1994 e 2001, esta proporção se encontrava entre os 39% e os 35%, a mesma desce de 33% para 20% entre 2004 e 2014. Esta descida é normalmente compensada por outro tipo de subidas e descidas.

É natural que esta descida na concentração de indivíduos com ensino secundário ou superior se deva ao aumento da escolaridade. Mesmo numa situação extrema em que todos os que estudaram para além do ensino básico se encontram no topo da distribuição dos rendimentos, os decis 9 e 10 contêm exactamente 20% da população. Quanto maior o nível de escolaridade da população, maior é a sua proporção que, matematicamente, tem que pertencer a decis inferiores.

Gráfico 3.11 Movimento de decis a dois anos por escolaridade – análise mais detalhada para Portugal



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Decis calculados por país/ano para as populações totais (não por subgrupo). UE a 12 no PEADP (excepto Suécia) e UE a 20 (excepto Dinamarca, Alemanha, Malta, Eslováquia e Reino Unido) no ICOR.

Destaques Secção 3.8

- A mobilidade entre diferentes grupos de escolaridade regista padrões diferentes durante o período de observação.
- Em Portugal, de 1993 a 2000, eram os indivíduos com ensino básico cuja posição relativa mais descia (Gráfico 3.10).
- Entre 2003 e 2013, a mobilidade ascendente destes indivíduos tende a dominar (idem).

• Não nos esqueçamos de que as possibilidades de subida estão mais restringidas para os indivíduos com maior escolaridade, pois mais frequentemente se encontram já no decil 10 (Gráfico 3.11). No entanto, esta concentração diminuiu desde 2003 (idem). Em parte, isto ter-se-á devido a um aumento da escolaridade da população mas, em alguns períodos, os rendimentos dos indivíduos com ensino secundário ou superior evoluíram de facto desfavoravelmente (Gráfico 3.3). O mais notório foi o de 2010 para 2011, com uma contracção de 12% dos rendimentos destes portugueses, e de 7% para os portugueses com ensino básico (idem).

• Entre 2009 e 2012, assistiu-se sobretudo a uma degradação das condições económicas dos mais novos, em relação aos mais velhos (Gráfico A3.13, Anexo A3.8.2).

3.9. Questões metodológicas

Gostaríamos de fazer aqui uma ressalva quanto à natureza dos dados utilizados entre 1993 e 2000 e entre 2003 e 2013 para a maioria dos países, incluindo Portugal. Nomeadamente, estes foram recolhidos através de dados de inquéritos, ao passo que numa minoria de países, os rendimentos de 2003 a 2013 provêm de bases de dados administrativas. Van Kerm e Pi Alperin (2013) alertam para o facto de se observar uma maior mobilidade (entre 2003 e 2007) neste tipo de dados. Isto pode sinalizar alguma volatilidade “artificial” em dados de inquéritos devido a erros nas respostas aos mesmos. A ser o caso, a distância entre Portugal e a União Europeia nestes anos pode estar algo subestimada mas acreditamos que os padrões observados na evolução da mobilidade não sejam afectados. De qualquer forma, não queremos deixar de salientar a importância da disponibilidade de dados administrativos para este tipo de investigação. No capítulo seguinte, esse sim, foi-nos possível tirar partido dos Quadros de Pessoal para o estudo da mobilidade salarial em Portugal.

3.10. Síntese

Este estudo analisa a mobilidade nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia entre 1993 e 2000, e de 2003 a 2013, para indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos. Tiramos partido de toda a informação comparável sobre rendimentos familiares que está disponível

para amostras representativas da população portuguesa e de países membros da União Europeia entre 1993 e 2013. No seu todo, foi-nos possível retratar a mobilidade intrageracional no nosso país de forma bem mais ampla do que em estudos anteriores (Gangl, 2005; Alves e Martins, 2012; Van Kerm e Pi Alperin, 2013).

Este estudo vai para além do que sabíamos até agora a vários níveis. Existe evidência de uma menor mobilidade nos rendimentos em Portugal do que na União Europeia mas ter-se-á esta situação mantido durante e depois da crise económica que afectou a Europa e o nosso país em particular? A ter havido mudanças na mobilidade em Portugal (e na sua relação com os outros países), que tipo de mudanças foram estas? Assistiu-se a uma convergência ou divergência? São estas as principais perguntas a que tentamos dar resposta neste estudo.

Resumimos de seguida as nossas principais conclusões acerca de mobilidade nos rendimentos, remetendo para a Secção 3.3 para um resumo mais alargado e para as Secções 3.4 a 3.8 para ainda mais detalhe.

- Os rendimentos das famílias portuguesas evoluíram de forma muito variada ao longo do período observado. Ocorreram crescimentos positivos até 2008, a que se seguiram contracções nos rendimentos médios pelo menos 2% ao ano entre 2009 e 2013. O mais grave foi o observado de 2010 para 2011, 9%, reflectindo o primeiro ano do programa de ajustamento (*idem*). Em 2012, as famílias portuguesas auferiram em média menos 6% do que em 2009, e em 2014, menos 15% do que em 2011 (Gráfico 3.2, painel D).
- Na UE, os crescimentos foram também positivos em média até 2008. De 2008 para 2009, ou seja, um ano antes de Portugal, assistiu-se na UE a 28 a uma contracção média de 3% (*idem*). As contracções foram depois menos acentuadas mas, nos países observados em 2013, os rendimentos familiares ainda foram cerca de 2% mais baixos do que em 2010 (Gráfico 3.2, painel D).
- Esta evolução *média* dos rendimentos familiares não desvenda a evolução relativa. Estudos anteriores revelaram que o crescimento tende a ser proporcionalmente mais elevado (ou o decréscimo proporcionalmente mais baixo) para os mais pobres em Portugal e nos restantes países da União Europeia (Van Kerm e Pi Alperin, 2013; Alves e Martins, 2012). Isto pode levar a deslocamentos ao longo da distribuição dos rendimentos.
- Em Portugal, na maior parte dos períodos observados, entre 40% a 50% da população mantém-se no mesmo decil de um ano para o outro e mais de 70% não vão além do decil adjacente (Gráfico 3.4, painel A). Mesmo

passados três anos, entre 30% e 36% encontra-se no mesmo decil (Gráfico 3.4, painel B).

- Estas deslocamentos de decil não foram constantes em Portugal ao longo do tempo. Entre 1993 e 2000, a tendência foi sobretudo para uma diminuição da mobilidade. Já entre 2003 e 2013, salvo oscilações, registou-se sobretudo um aumento.
- Na União Europeia é mais frequente mudar de decil ao longo do tempo do que em Portugal, apenas entre 37% e 43% dos indivíduos não muda de decil de um ano para o outro (Gráfico 3.4, painel A). Ou seja, existe menor mobilidade do que em Portugal.
- Segundo este indicador, tem-se registado uma aproximação de Portugal à União Europeia. De 2012 para 2013, 45% dos portugueses e 43% dos europeus mantiveram-se no mesmo decil (Gráfico 3.4, painel A).
- Indicadores mais abrangentes confirmam o menor grau de mobilidade em Portugal do que na União Europeia (Secções 3.5 e 3.6), as mesmas tendências descritas acima bem como a aproximação dos níveis de mobilidade de Portugal e da União Europeia. A mobilidade dos rendimentos familiares de 2004 para 2005, reduziu a desigualdade em Portugal em cerca de 2.2% (segundo o índice de desigualdade de Gini) e na Europa em cerca de 5.4% (Gráfico 3.7). De 2012 para 2013, esta redução foi de cerca de 3.5% e 4.2%, respectivamente (*idem*).
- A mobilidade é mais elevada *entre* os indivíduos com ensino básico do que *entre* os que chegaram para além deste nível, na União Europeia mas ainda mais em Portugal (Gráficos 3.6 e 3.9).
- Entre 2009 e 2012, assistiu-se sobretudo a uma degradação das condições económicas dos mais novos, em relação aos mais velhos (Gráfico A3.4, Anexo A3.4.3, e Gráfico A3.13, Anexo A3.8.2).

Capítulo 4

Evolução da mobilidade intrageracional nos salários em Portugal

4.1. Introdução

A escassez de informação sobre a distribuição dos rendimentos e a evolução destes ao longo da carreira de um indivíduo e a consequente ausência de estatísticas adequadas até ao início dos anos 80 explicam a escassez de estudos sobre a mobilidade intrageracional nos salários antes deste período. Mesmo em anos mais recentes, o conhecimento sobre este assunto no nosso país mantém-se ainda escasso.

Cabral (1998) concluiu, usando dados de um inquérito de 1994, que a mobilidade intrageracional é elevada e ascendente, sobretudo nos homens, embora previsivelmente inferior à mobilidade intergeracional. Carmo *et al.* (2015) focam-se na persistência da desigualdade social ao longo do tempo, a partir dos dados que usamos no presente estudo, os Quadros de Pessoal. Revelam entre 1998 e 2008 um considerável aumento da modernização e melhoria das competências e qualificações na força de trabalho, o que resultou numa expansão das classes profissionais e de gestão e da sua importância nas classes mais favorecidas, mudanças que não se reflectiram nas classes mais baixas (em especial, as classes que exercem trabalho manual e rotineiro). Cardoso (2005) utilizou a mesma base de dados entre 1986 e 1999 e concluiu que a desigualdade salarial aumentou até 1993, tendo diminuído a partir dessa data; até 1993, a mobilidade foi maior, tendo-se reduzido a partir de 1994.

Neste capítulo, analisamos a mobilidade intrageracional nos salários individuais, utilizando metodologias semelhantes às aplicadas no Capítulo 3 para o caso dos rendimentos familiares. Fazemo-lo usando a bases de dados dos Quadros de Pessoal (QdP), recolhidos pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (GEP/MTSS) e que nos foram disponibilizados pela Nova School of Business and Economics. Os QdP são dados de registo administrativo com uma periodicidade anual (reportada no mês de Março até 1993 e Outubro a partir de 1994),

recolhidos com obrigatoriedade junto das empresas portuguesas com pelo menos um trabalhador, com a excepção da Administração Pública, entidades que empregam trabalhadores rurais não permanentes e trabalhadores domésticos. A sua característica, quase censitária, permite seguir longitudinalmente as empresas, os seus estabelecimentos e trabalhadores, sendo estes últimos o enfoque do nosso estudo. Esta foi também a base de dados escolhida por Farinha Rodrigues *et al.* (2012) no seu estudo sobre a desigualdade salarial em Portugal.

Dados de registo administrativo, como os QdP, possuem importantes vantagens em relação às bases de dados baseadas em inquéritos como o EU-SILC, ECHP ou SHARE: a amostra é bastante mais numerosa, a cobertura dos grupos muito ricos é melhor (normalmente os inquéritos não cobrem este grupo), o risco de os indivíduos desistirem de participar nos inquéritos e de erros de medida é menor. Os dados reportados sobre o trabalhador incluem sexo, idade, escolaridade, rendimentos mensais (divididos em remuneração base, remuneração bruta, remuneração extra, prestações regulares e irregulares), regime de duração do trabalho, tipo de contrato e a categoria dos trabalhadores detalhada dentro do contrato.

Neste estudo, concentramo-nos na população em idade activa, pelo que seleccionamos apenas indivíduos entre os 25 e os 60 anos. Segundo, a nossa análise será feita de 1986 a 2009, exceptuando os anos de 1990 e 2001 para os quais não existem dados. Os dados que estão à nossa disposição cobrem períodos mais recentes, nomeadamente, até 2012. No entanto, optámos por não considerar os anos de 2010 e 2012 pois nesses anos não nos é possível identificar, respectivamente, cerca de 25% e 50% dos indivíduos. Consequentemente, não conseguimos relacionar os seus rendimentos em diferentes anos, pelo que não podem ser incluídos na nossa análise. Uma análise de mobilidade baseada apenas nos indivíduos para os quais a informação existe corre o risco de sofrer de alguma selectividade que pode afectar os resultados.

A medida de salário utilizada no nosso estudo é o salário bruto, que inclui salário base, salário extra e prestações regulares e irregulares. Em particular: salário base refere-se à remuneração mensal que corresponde ao exercício da actividade desempenhada pelo trabalhador de acordo com o seu período normal de trabalho; salário extra à retribuição por trabalho suplementar; e prestações regulares e irregulares a prémios e subsídios regulares e pagamentos sem periodicidade mensal (ex.: títulos de participação dos lucros, indemnizações, prémios de assiduidade, etc.). Existem na nossa base de dados indivíduos com mais do que um emprego. Nestes casos, somamos o salário dos seus vários empregos.

Os QdP possuem quatro fraquezas. Primeiro, um dos problemas usuais neste tipo de dados, é que um indivíduo pode sair da base de dados de um ano para o outro devido a diversas situações: tornar-se desempregado, inactivo, trabalhador independente, aderiu à Administração Pública ou ao Exército. Tendo em conta que estes grupos representam uma proporção significativa da população, ao longo do tempo, este efeito de selecção tornar-se-á relevante (com dimensão e direcção desconhecidas). Contudo, devido à falta de dados sobre o destino das pessoas que deixam a base de dados e às restrições impostas pela metodologia, tal como Bigard *et al.* (1995) não corrigimos o efeito de selecção. Por um lado, a exclusão dos desempregados de longo prazo poderá sobrestimar a mobilidade já que períodos de desemprego representam um obstáculo à mobilidade ascendente; por outro lado, neste tipo de amostras os indivíduos mais 'estáveis' tendem a estar sobre-representados, e por isso uma subestimação da mobilidade pode ocorrer. Estas advertências devem ser tidas em conta na interpretação dos resultados.

Segundo, a cobertura no sector agrícola é baixa devido à baixa percentagem de assalariados. Terceiro, neste estudo limitamo-nos aos trabalhadores por conta de outrem, ficando de fora outras situações profissionais (empregadores, trabalhadores por conta própria, etc.), em que os QdP não reportam o seu salário. Esta restrição pode distorcer de certa forma os resultados, pois não estamos a considerar formas de emprego cada vez mais relevantes no mercado de emprego, como o emprego a tempo parcial e o trabalho por conta própria.

Quarto, em dados administrativos é usual existirem observações discrepantes, ou seja observações com valores bastante elevados ou baixos, estas observações podem ser genuínas enquanto outras podem reflectir erros de transcrição (por exemplo, zeros adicionais que indicam um aumento salarial significativo de um ano para o outro, que na realidade é inexistente), em consequência estes valores podem ter influência nas estimativas, mesmo que o número de observações deste tipo seja baixo. De forma a evitar que os nossos resultados sejam influenciados por estes valores discrepantes, tal como Van Kerm e Alperin (2013) não consideramos nas nossas análises quaisquer rendimentos inferiores a 75% do primeiro percentil ou superiores a 125% do último decil para cada ano.

Seguindo os métodos aplicados por Card e Cardoso (2012) numa análise longitudinal dos Quadros de Pessoal, utilizamos as seguintes verificações e procedimentos de selecção para preparar a nossa base de dados, de forma a tentar colmatar erros de transcrição. Observações sem identificador ou com identificador inválido foram eliminadas, o que nos levou a eliminar cerca de 2.3% das observações disponibilizadas. Observações em que o salário base é igual a 0 foram eliminadas, contabilizando 10.0% das observações.

No caso de observações duplicadas num ano, ou seja, caso um indivíduo seja reportado mais do que uma vez pela mesma empresa num ano, verificamos se o género, data de nascimento e escolaridade eram os mesmos, caso contrário as observações, cerca de 0.3%, são eliminadas. Em média, 0.7% das observações foram eliminadas porque o indivíduo trabalhava em mais do que uma empresa mas tinha diferente género, idade ou escolaridade em diferentes empresas. Consideramos inconsistência quando ocorreram mudanças de género, data de nascimento ou a escolaridade diminuiu em qualquer período de observação do indivíduo. Caso ocorresse uma inconsistência, consideramos ausente o género, data de nascimento ou escolaridade, de acordo com o tipo de inconsistência. Estas imputações afectaram 12.8%, 0.2% e 5.2% das observações no painel inicial, respectivamente para género, data de nascimento e escolaridade. O valor reportado mais de 50% das vezes foi reportado como o correcto; utilizando este procedimento, 0.5% e 5.9% das observações no painel inicial foram corrigidas devido a inconsistências no género e escolaridade reportadas, respectivamente; enquanto que nos casos em que mais de 50% das observações tornaram-se ausentes, o indivíduo foi eliminado do painel, em média, 6.0%, 0.1% e 5.9% das observações foram eliminadas devido a inconsistências no género, data de nascimento e escolaridade, respectivamente. O painel de dados inclui 40.765.902 observações.

Aplicamos a estes dados metodologias semelhantes às usadas no capítulo anterior, como os índices de mobilidade como redução da desigualdade salarial, crescimento e volatilidade médias, e movimento dos indivíduos ao longo da distribuição salarial (decis). Em algumas destas análises, faremos uma distinção por sexo, idade e nível de escolaridade, por forma a averiguar quais destas características estão associadas a menor ou maior mobilidade.

4.2. Principais resultados sobre mobilidade intrageracional nos salários em Portugal

Este capítulo analisa a mobilidade salarial em Portugal para trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos, utilizando a base de dados dos Quadros de Pessoal. Trata-se da mobilidade no salário de um mesmo indivíduo de um ano para outro (a que nos referimos como análise a dois anos) e passados três anos (análise a quatro anos). Tal como explicado na secção anterior, restringimo-nos ao período de 1986 a 2009 devido à impossibilidade de identificar (e, como tal, seguir) grande parte dos indivíduos nos anos 2010 a 2012, e de não termos dados mais recentes à nossa disposição.

Destacamos aqui os principais resultados obtidos neste capítulo (reme-tendo para as Secções 4.3 a 4.9, para uma análise mais extensa e detalhada):

- O salário médio aumenta ao longo do tempo em média. Para todos os decis, isto é, cada escalão/decil salarial torna-se mais rico, menos pobre, em média ao longo do tempo (Gráfico 4.5, Secção 4.4).
- O crescimento salarial manteve-se sempre positivo em média mas registou sobretudo uma tendência decrescente (Gráfico 4.1, Secção 4.3). Por exemplo, os salários aumentaram cerca de 14% de 1986 para 1989 mas 9% de 2006 para 2009.
- Contudo, estas análises não têm em conta dois factores cruciais do ponto de vista da mobilidade salarial:
 - i) Decis em cada período não incluem sempre os mesmos indivíduos. A mobilidade está muito longe de ser total mas, ainda assim, entre 40% e 50% dos indivíduos mudam de decil de um ano para o outro (Gráfico 4.7, Secção 4.6).
 - ii) O crescimento salarial está longe de ser o mesmo para todos os indivíduos. Quando analisamos a evolução dos salários consoante a posição de um determinado trabalhador, verifica-se que o crescimento é sempre progressivo. Ou seja, quanto mais elevada a posição (decil) na distribuição salarial no ano anterior, menor é o crescimento salarial de um ano para o outro em termos proporcionais (Gráfico 4.6, Secção 4.5). Esta progressividade parece ter aumentado de meados dos anos 1980 para o início dos anos 1990 para depois ter voltado a diminuir até final desta década, com alguma manutenção entre os anos de 2000 e 2009.
- Uma das medidas de mobilidade utilizadas neste estudo foi a proporção de indivíduos que se mantêm no mesmo decil (ou adjacente) passado um ou três anos. Neste sentido, a tendência foi sobretudo para o declínio na mobilidade (Gráfico 4.7, Secção 4.6). Na segunda metade da década de 1980, cerca de 50% dos trabalhadores mantinham-se no mesmo decil passado um ano (37% passados três). Já em 2009, 60% encontram-se no mesmo decil do que em 2008 (e 44% no mesmo que em 2006).
- Também observamos sobretudo uma tendência para o declínio da mobilidade quando usamos uma medida alternativa e mais completa: mobilidade como redutora da desigualdade a longo prazo (Gráfico 4.8, Secção 4.7). Na segunda metade da década de 1980 a início da década de 1990, a mobilidade reduzia cerca de 4% (6%) da desigualdade salarial num período de dois (quatro) anos. Estes valores registaram sobretudo decréscimos situando-se nos 2,5% (4%) no final do período observado.
- Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, assistiu-se também à sua subida ao longo da distribuição salarial. A proporção de mulheres observadas nos Quadros de Pessoal passou de 32% em 1986 para 45% em 2009, tendo o seu decil médio passado de 4.1 para 4.8 no mesmo

- período (Gráfico 4.13, Secção 4.8). Os salários das mulheres mantiveram-se a um nível médio mais baixo (Gráfico 4.12, Secção 4.8) mas crescerem sempre mais proporcionalmente (quase sempre entre 1 e 1,5 pontos percentuais acima dos homens, Gráfico 4.2, Secção 4.3.2). Em qualquer período de quatro anos, a proporção de mulheres que sobe/desce de decil salarial é sempre superior/inferior à dos homens (Gráfico 4.14, Secção 4.9.1).
- Os salários dos trabalhadores mais novos (25 a 36 anos), apesar de se manterem mais baixos em média, tiveram um maior aumento proporcional (Gráfico 4.12, Secção 4.8). A sua posição na distribuição salarial subiu ao longo do tempo, atingindo aproximadamente o mesmo decil médio em 2009 do que os trabalhadores mais velhos (*idem*). Isto dever-se-á ao aumento da escolaridade entre os trabalhadores mais novos.
- Por outro lado, são também os mais novos que mais se movem de forma ascendente ao longo da distribuição. Em cada período de quatro anos, estes têm uma maior probabilidade de subir de decil salarial e vêm os seus salários a crescer, em média, cerca de 5 pontos percentuais acima dos outros grupos (Gráfico 4.15, Secção 4.9.2).
- A posição relativa dos trabalhadores com *ensino secundário* desceu consideravelmente ao longo do tempo. O seu decil médio era 6.6 em 1986 mas apenas 5.2 depois de 2000 (Gráfico 4.12, Secção 4.8). Isto deveu-se em muito ao aumento da escolaridade. A proporção de trabalhadores com ensino superior passou de 8% para 30% (Gráfico 4.13, Secção 4.8) e são estes que tendem a ocupar os lugares cimeiros (decil médio sempre superior a 7, Gráfico 4.12, Secção 4.8) deixando para trás os que não passaram além do secundário. Para além disso, o próprio salário médio de um trabalhador com ensino secundário era, em 2007, cerca de 70 euros superior ao observado em 1986, o que corresponde a um aumento, tanto relativo como absoluto, menor do que para os outros níveis de escolaridade (Gráfico 4.12, Secção 4.8).
- Em cada período de dois e de quatro anos, são claramente os trabalhadores com *ensino superior* que menor probabilidade têm de subir de decil salarial (Gráfico 4.16, Secção 4.9.3). Isto explica-se, no entanto, pelo facto de terem menos possibilidades de subir, uma vez que muito mais frequentemente se encontram já no decil máximo (10). Por outro lado, em média, ao longo do período de observação deste estudo, o crescimento salarial tende de facto a ser semelhante, ou um pouco superior (sobretudo de 1986 para 1989 e de 1989 para 1992) para este grupo (Gráfico 4.4, Secção 4.3.4).

As secções seguintes deste capítulo apresentam em detalhe os resultados obtidos.

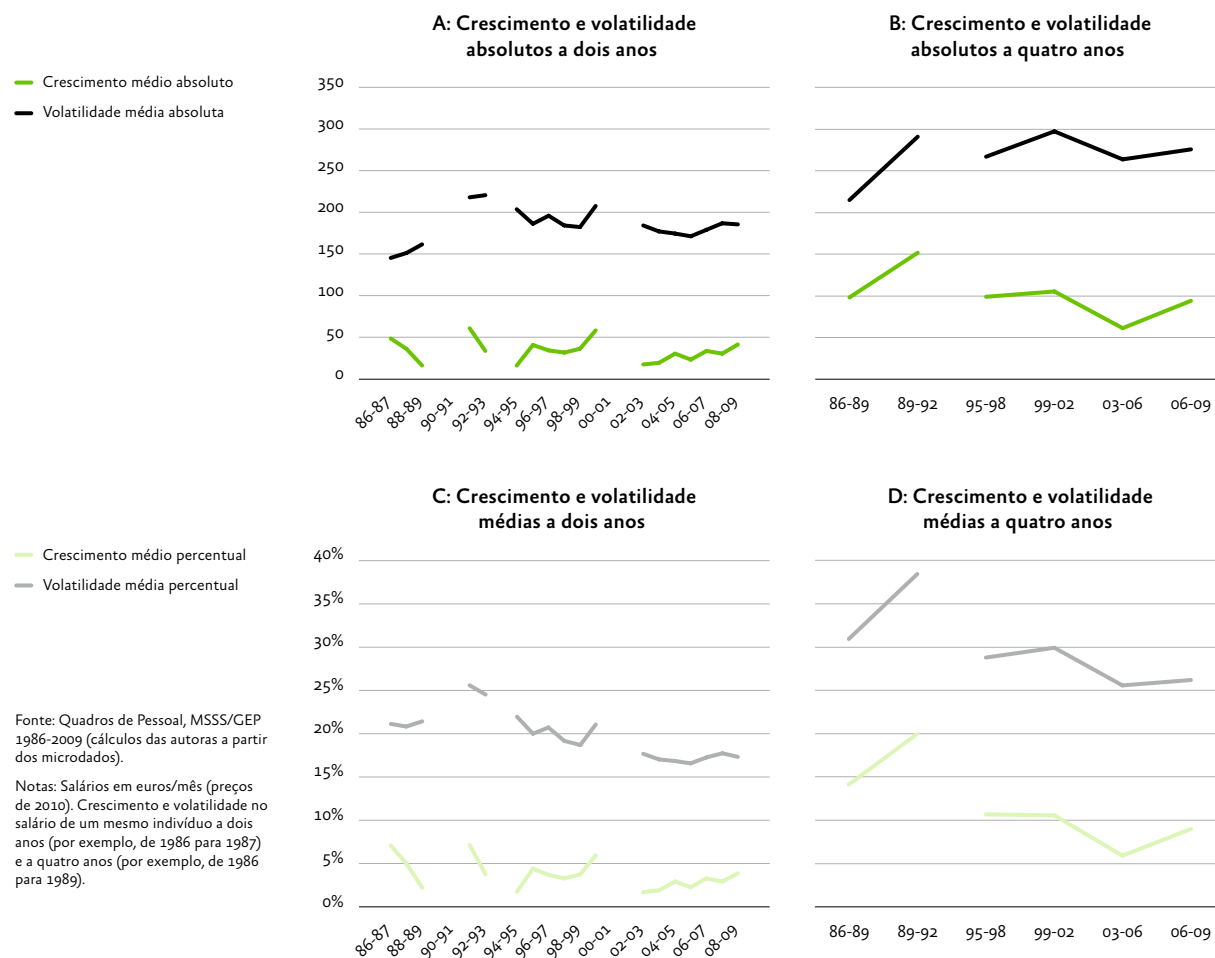
4.3. Crescimento e volatilidade médias nos salários

Esta secção analisa os ganhos e perdas médios nos rendimentos familiares a dois e a quatro anos. Fazemo-lo através de duas medidas, a volatilidade e o crescimento médios, tal como foi realizado na Secção 3.3.

4.3.1. Crescimento e volatilidade a nível nacional

O Gráfico 4.1 abaixo apresenta resultados da análise de crescimento e volatilidade médias nos salários em Portugal.

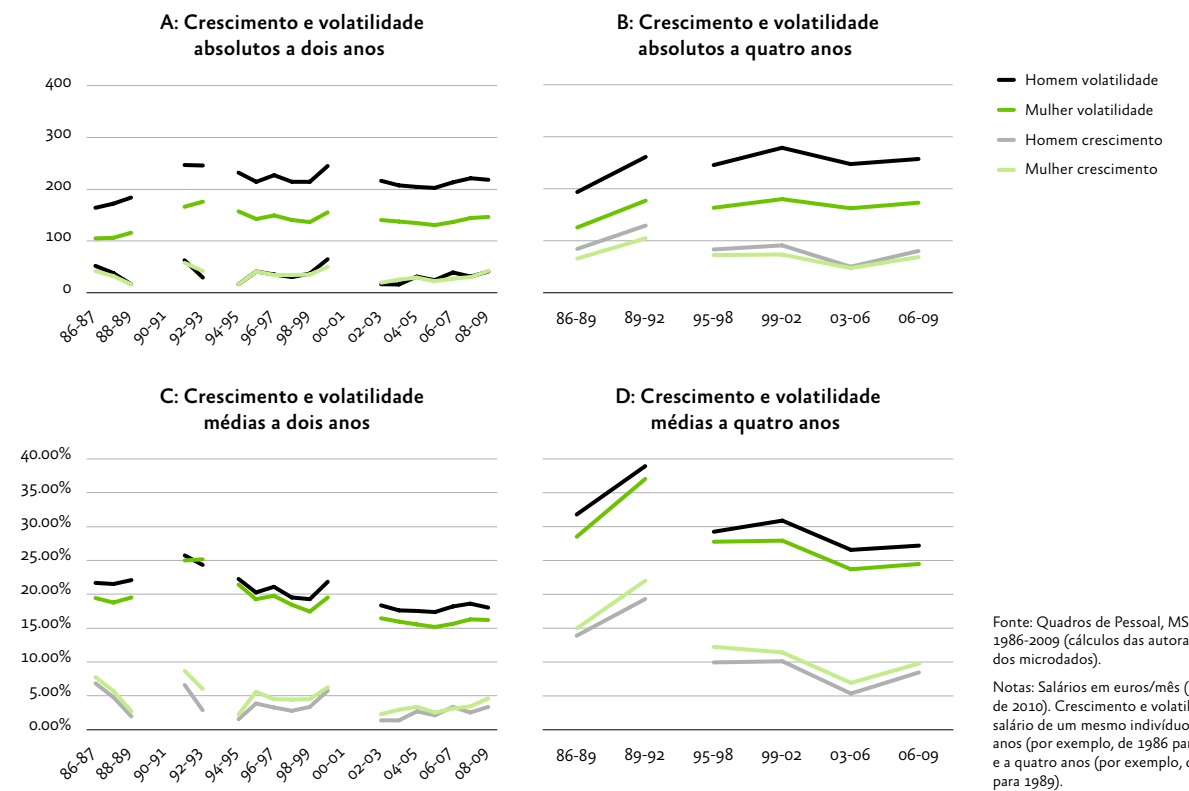
Gráfico 4.1 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos



4.3.2. Por sexo

As análises apresentadas acima foram repetidas por sexo, tal como na Secção 3.3.2. O Gráfico 4.2 abaixo apresenta resultados para o crescimento e volatilidade médios em Portugal a dois e quatro anos.

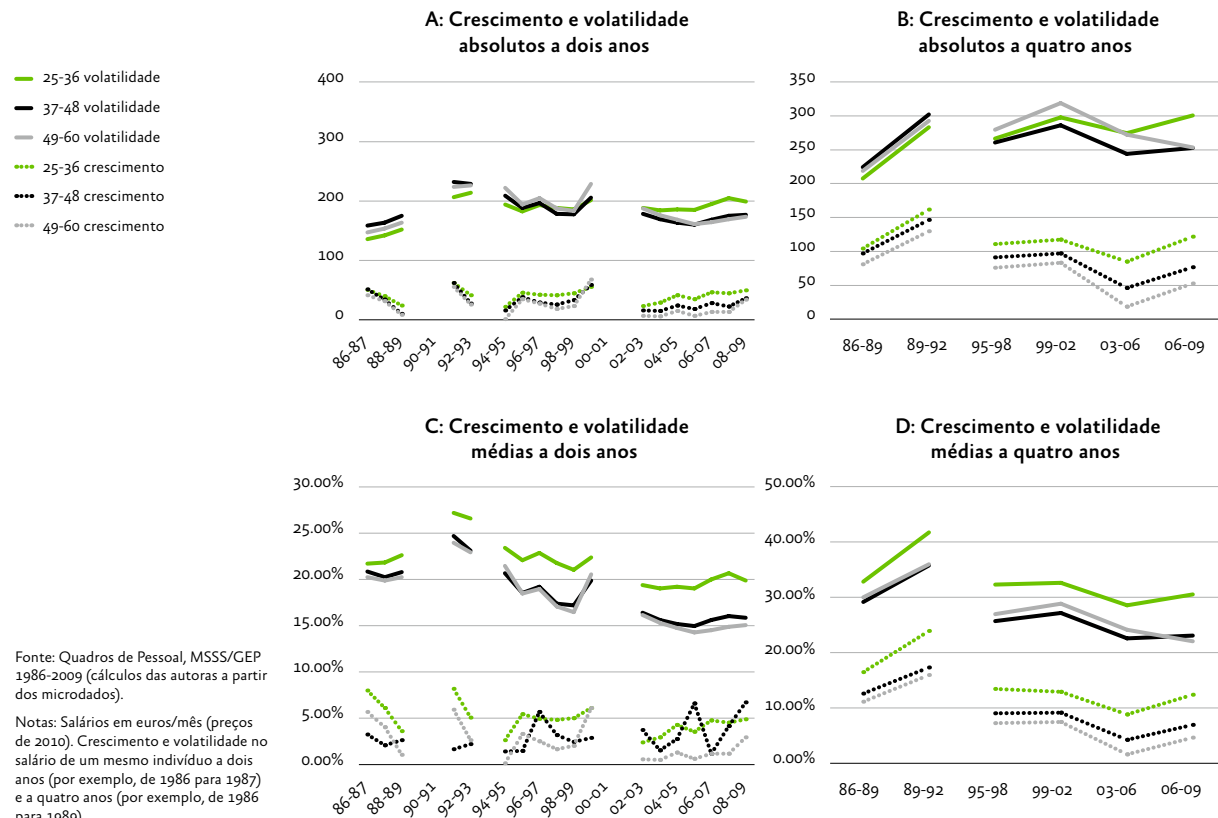
Gráfico 4.2 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por sexo



4.3.3. Por idade

O Gráfico 4.3 abaixo apresenta resultados separadamente para indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 36, 37 e 48, e 49 e 60 anos. A Secção 3.3.3 apresenta em semelhança resultados para o crescimento e volatilidade absolutos tendo em conta a idade mas nos rendimentos familiares.

Gráfico 4.3 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por idade

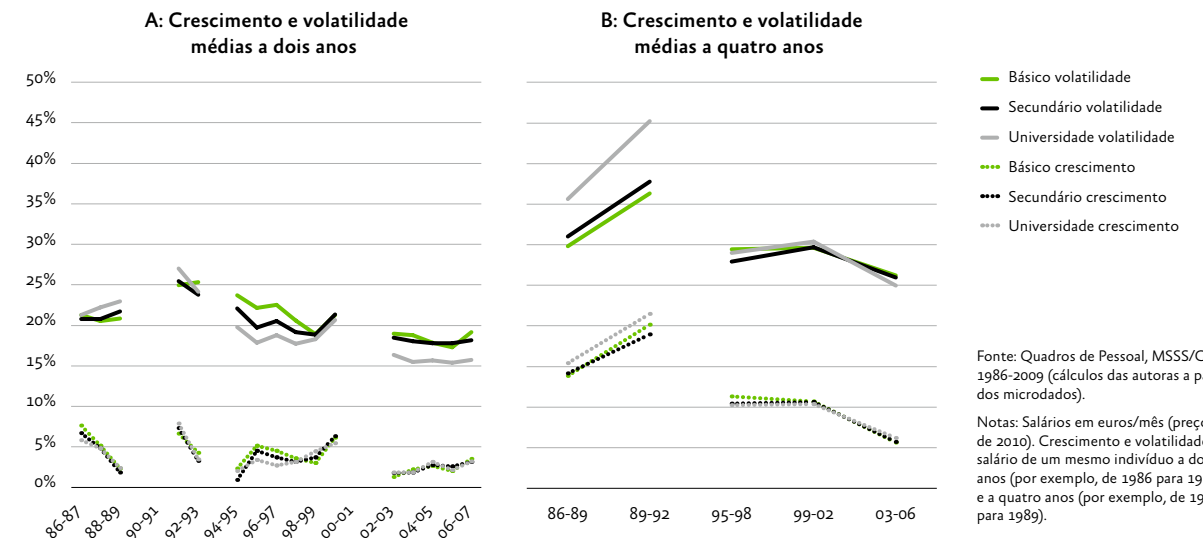


Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1986-2009 (cálculos das autoras a partir dos microdados).
 Notas: Salários em euros/mês (preços de 2010). Crescimento e volatilidade no salário de um mesmo indivíduo a dois anos (por exemplo, de 1986 para 1987) e a quatro anos (por exemplo, de 1986 para 1989).

4.3.4. Por escolaridade

Por último, consideramos uma partição por nível de escolaridade, tal como na Secção 3.3.4. No Gráfico 4.4 estão apresentados os resultados do crescimento e volatilidade percentuais em Portugal por escolaridade a dois e quatro anos.

Gráfico 4.4 Crescimento e volatilidade percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por escolaridade



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS/GEP 1986-2009 (cálculos das autoras a partir dos microdados).
 Notas: Salários em euros/mês (preços de 2010). Crescimento e volatilidade no salário de um mesmo indivíduo a dois anos (por exemplo, de 1986 para 1987) e a quatro anos (por exemplo, de 1986 para 1989).

Destaques Secção 4.3

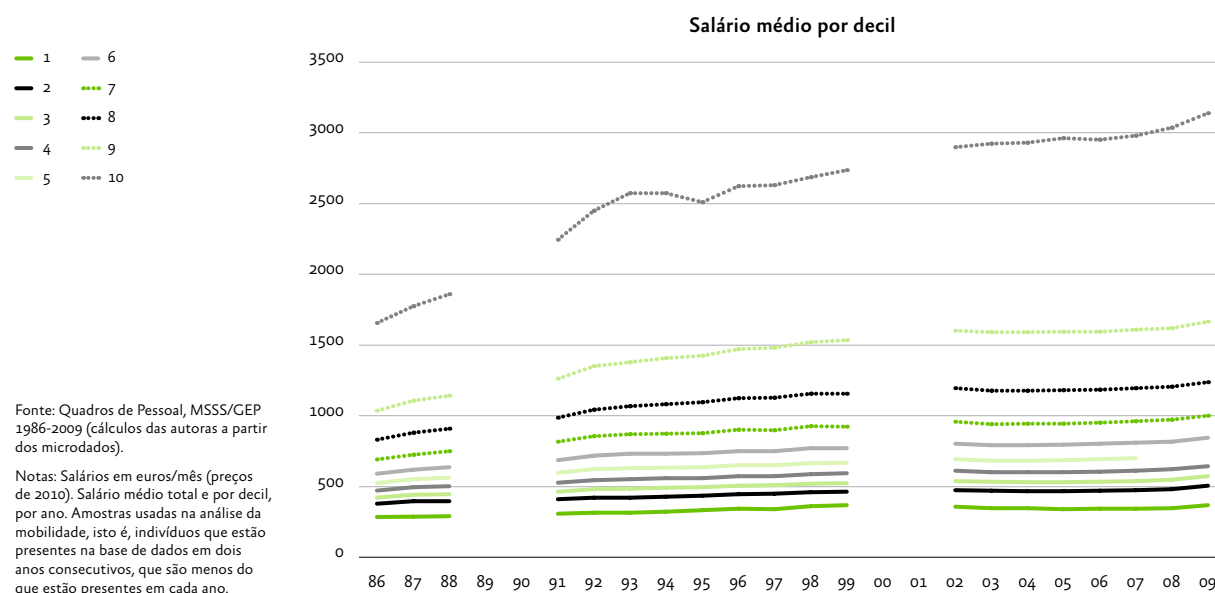
- O crescimento salarial manteve-se sempre positivo em média mas registou sobretudo uma tendência decrescente (Gráfico 4.1).
- Por exemplo, os salários aumentaram cerca de 14% de 1986 para 1989 mas 9% de 2006 para 2009.
- Os salários das mulheres cresceram sempre mais proporcionalmente do que os dos homens – quase sempre entre 1 e 1,5 pontos percentuais acima (Gráfico 4.2).
- Os mais novos (entre 25 e 36 anos) vêm os seus salários a crescer, em média, cerca de 5 pontos percentuais acima dos outros grupos etários (Gráfico 4.3).

- Em termos proporcionais, o crescimento salarial tende a ser semelhante independentemente da escolaridade, tendo sido um pouco superior para indivíduos com ensino superior 1986 para 1989 e de 1989 para 1992 (Gráfico 4.4).

4.4. Evolução do salário médio por decil (corrente)

O Gráfico 4.5 representa a evolução do salário médio em Portugal por decil para os indivíduos a trabalhar no sector privado e por conta de outrem.

Gráfico 4.5 Salário médio em Portugal por decil



Destaques Secção 4.4

- O salário médio aumenta ao longo do tempo em média. Para todos os decis, isto é, cada escalão/decil salarial torna-se mais rico, menos pobre, em média ao longo do tempo (Gráfico 4.5).

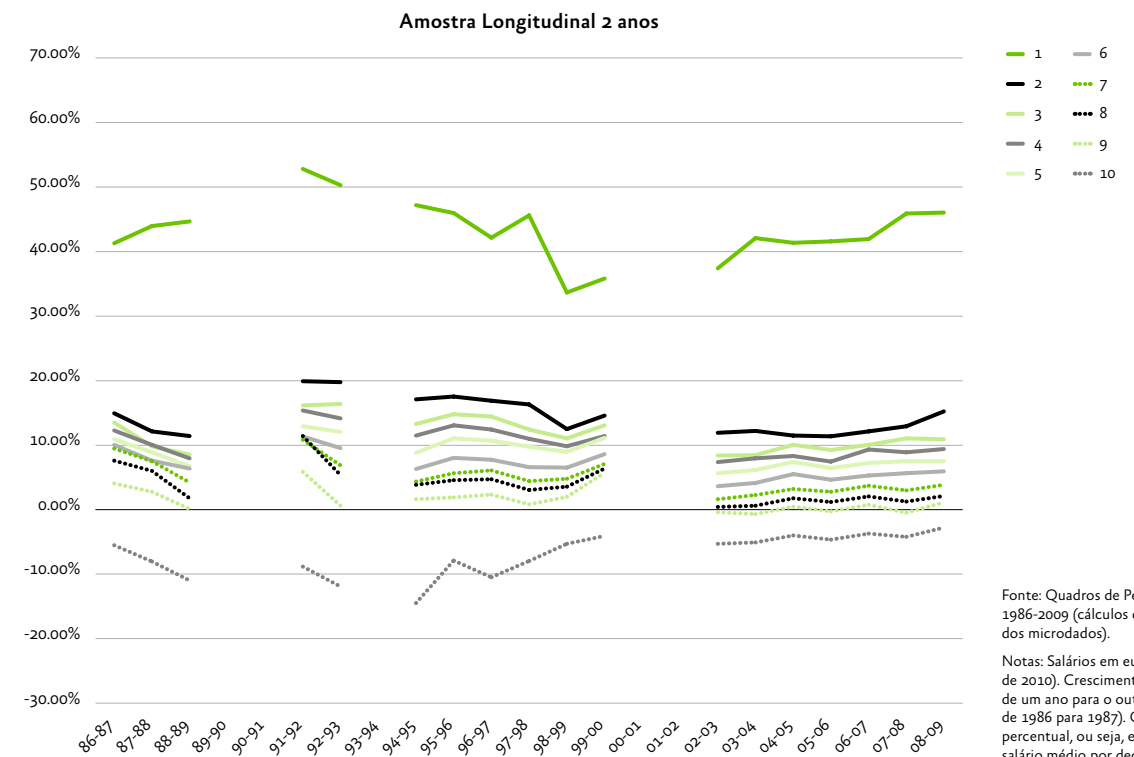
- Mas esta análise não tem em conta um factor crucial do ponto de vista da mobilidade salarial – os decis em cada período não incluem sempre os mesmos indivíduos, pelo que não podemos dizer que todos os indivíduos se tornam mais ricos/menos pobres.

- As análises olham precisamente para o que acontece a um determinado indivíduo ao longo do tempo.

4.5. Uma primeira abordagem à análise da mobilidade salarial ao longo do tempo: evolução salarial por decil no período anterior

O Gráfico 4.6 representa o crescimento médio percentual do salário por decil em Portugal, isto é, o crescimento percentual do salário considerando o decil no ano inicial num intervalo de tempo de dois anos.

Gráfico 4.6 Crescimento do salário médio por decil – diferença percentual entre dois anos



Destaques Secção 4.5

- O crescimento salarial está longe de ser o mesmo para todos os indivíduos.
- O crescimento é sempre progressivo – quanto mais elevada a posição (decil) na distribuição salarial no ano anterior, menor é o crescimento salarial de um ano para o outro em termos proporcionais (Gráfico 4.6).
- Esta progressividade parece ter aumentado de meados dos anos 1980 para o início dos anos 1990 para depois ter voltado a diminuir até final desta década, com alguma manutenção de 2000 a 2009.

4.6. Transições entre decis de salário

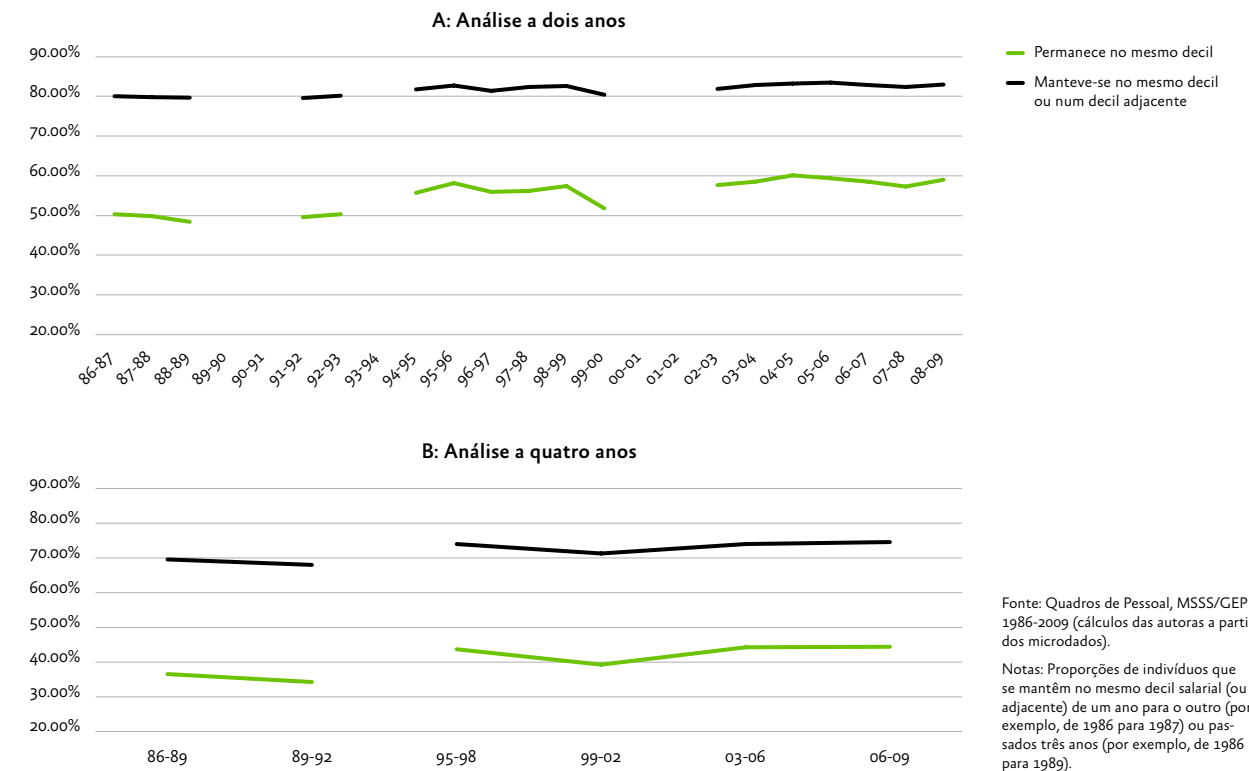
É de interesse verificar a extensão das mudanças de decil, o que fazemos olhando para a proporção de indivíduos que se manteve no mesmo decil ou adjacente, em semelhança ao que foi realizado na Secção 3.4 para rendimentos familiares. O Gráfico 4.7 abaixo apresenta resultados desta análise a dois e a quatro anos nos painéis A e B, respectivamente.⁵⁷

Durante a maior parte do período analisado, a maioria dos indivíduos, entre os 50% e os 60%, mantém-se no mesmo escalão/decil de um ano para o outro, e 80% a 83% não vão além do decil adjacente. A análise a quatro anos denota uma maior mobilidade, indicando a existência de mais do que apenas transições temporárias no muito curto prazo. Ainda assim, passados três anos, 37% a 45% dos indivíduos ainda se encontram no mesmo decil (70% a 75% no mesmo ou adjacente).

Nos anos 90 do século xx, houve alguns períodos em que a mobilidade aumentou, isto é, menos indivíduos se mantêm na mesma posição ou próxima. Contudo, nos anos 2000, a tendência foi de ligeira redução da mobilidade. Por exemplo, de 1995 para 1998 e de 1999 para 2002, respectivamente, 44% e 39% dos trabalhadores mantiveram-se no mesmo decil, enquanto que de 2003 para 2006 esta proporção voltou aos 44%.

⁵⁷ Também analisámos o valor médio da alteração de decil de um ano para outro, que usa também informação sobre alterações para além do decil adjacente. Os respectivos resultados são consistentes com os apresentados aqui e poderão ser disponibilizados pelas autoras.

Gráfico 4.7 Movimento de decis de salário em Portugal – análise a dois e a quatro anos



Destaques Secção 4.6

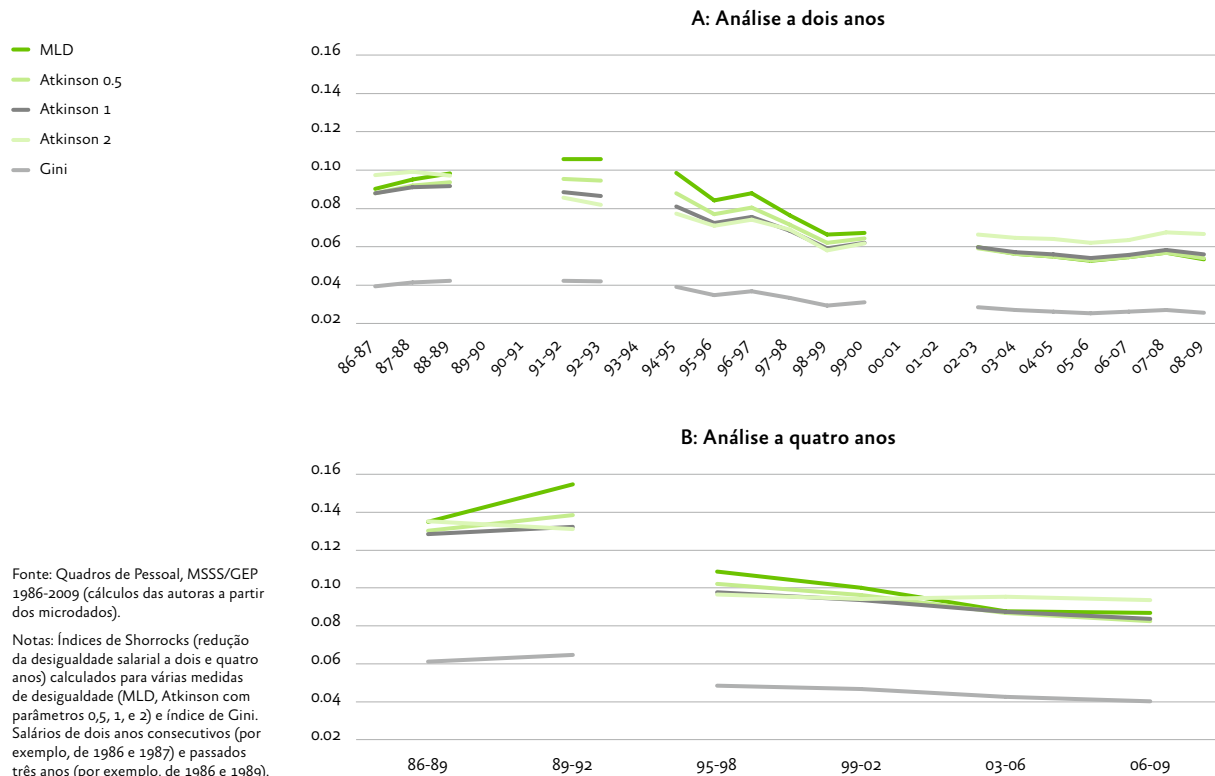
- Decis em cada período não incluem sempre os mesmos indivíduos.
- Entre 40% e 50% dos indivíduos mudam de decil de um ano para o outro (Gráfico 4.7).
- A tendência foi sobretudo para o declínio na mobilidade, ou seja, um aumento da proporção de indivíduos que se mantêm no mesmo decil (idem).
- Na segunda metade da década de 1980, cerca de 50% dos trabalhadores mantinham-se no mesmo decil passado um ano (37% passados três). Já em 2009, 60% encontram-se no mesmo decil do que em 2008 (e 44% no mesmo que em 2006).

4.7. Mobilidade como redutora da desigualdade a curto e a médio prazo

4.7.1. Mobilidade a nível nacional

O Gráfico 4.8 abaixo apresenta índices de redução de desigualdade (Shorrocks) usando medidas comuns de desigualdade: índice de Gini, índice MLD e índices de Atkinson com parâmetros de aversão à desigualdade de iguais a 0,5, 1 e 2, para dois e quatro anos.

Gráfico 4.8 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e a quatro anos

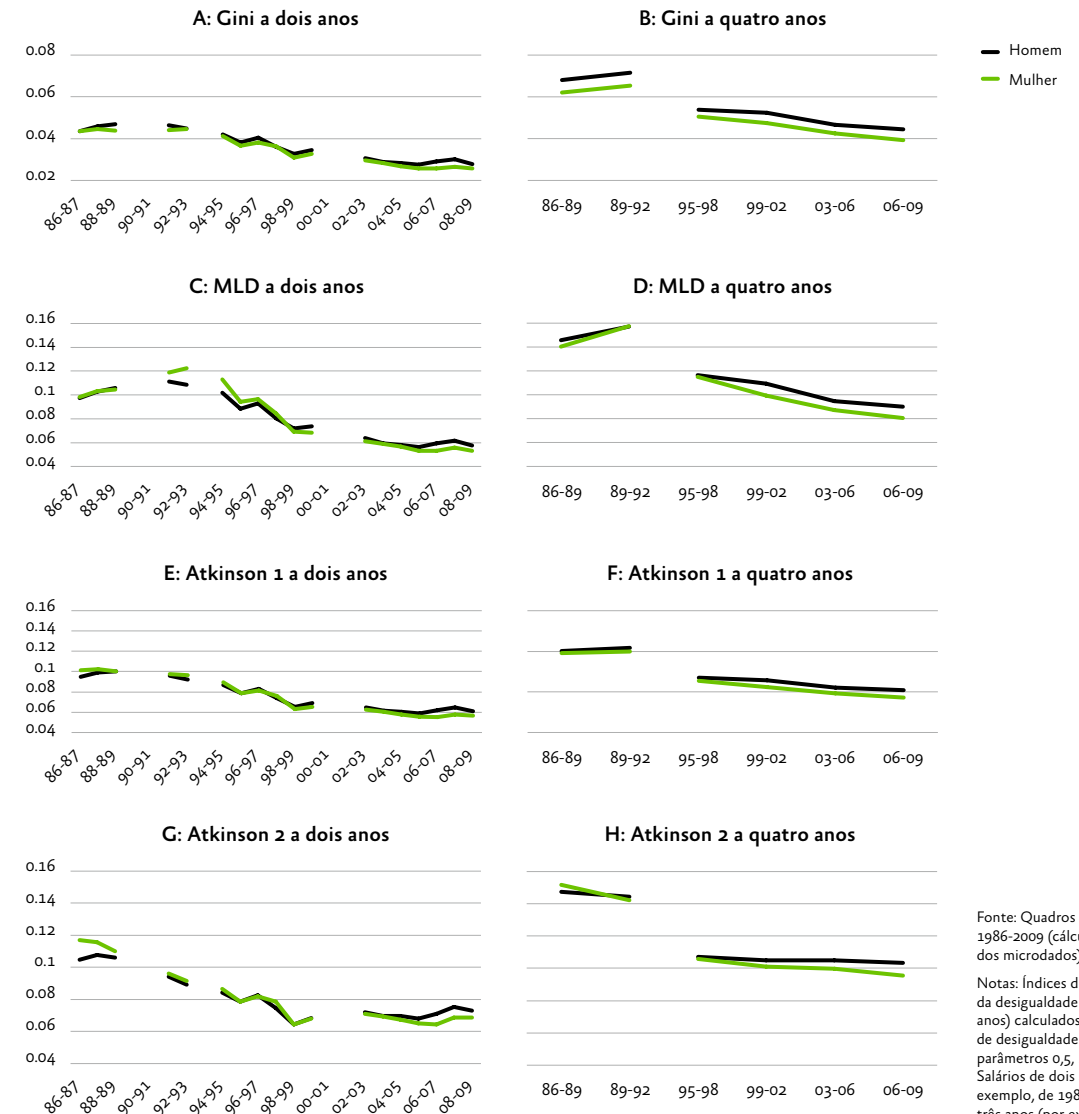


4.7.2. Por sexo

À semelhança da Secção 3.6.2 onde repetimos a análise da mobilidade dos rendimentos familiares por sexo, nesta secção fazemo-lo para o salário bruto. Concentramo-nos sobretudo na observação de padrões e tendências e menos em oscilações temporárias. Apresentamos resultados para mobilidade a dois e quatro anos no Gráfico 4.9 e usando as medidas baseadas no índice de Gini, MLD e de Atkinson com parâmetro 1 e 2.⁵⁸

⁵⁸ Por uma questão de brevidade não apresentamos os resultados para o Atkinson com parâmetro 0,5 já que este não leva a conclusões diferentes. No entanto, este pode ser disponibilizado pelas autoras se solicitado.

Gráfico 4.9 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por sexo

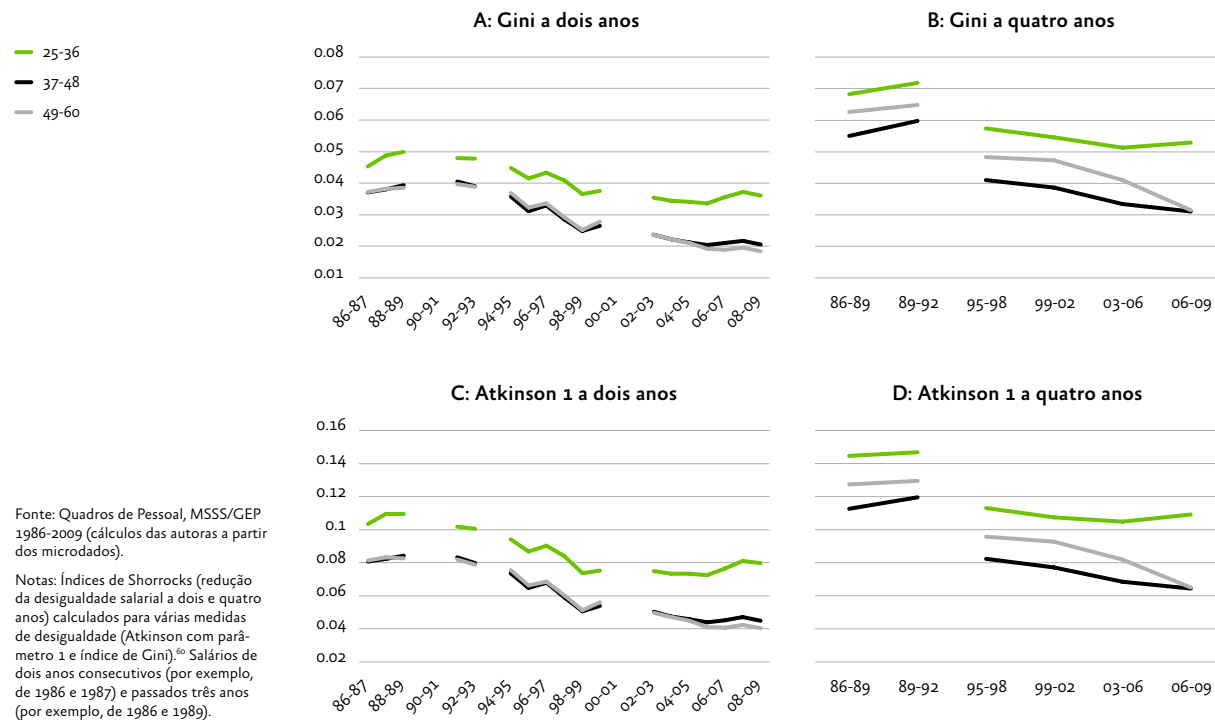


4.7.3. Por idade

Tal como na Secção 3.6.3, repetimos agora a mesma análise por grupo etário, em particular para indivíduos com idades entre os 25 e os 36 anos, comparados com os de 37 a 48, e os de 49 a 60 anos. Apresentamos resultados para mobilidade a dois e quatro anos no Gráfico 4.10 e usando as medidas baseadas no índice de Gini e de Atkinson com parâmetro 1.⁵⁹

⁵⁹ O índice de Shorrocks foi também estimado usando as medidas do índice de MLD e Atkinson com parâmetros 0,5 e 2, não levando a conclusões diferentes, por uma questão de brevidade não foram apresentados, podendo no entanto ser disponibilizados pelas autoras.

Gráfico 4.10 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por idade



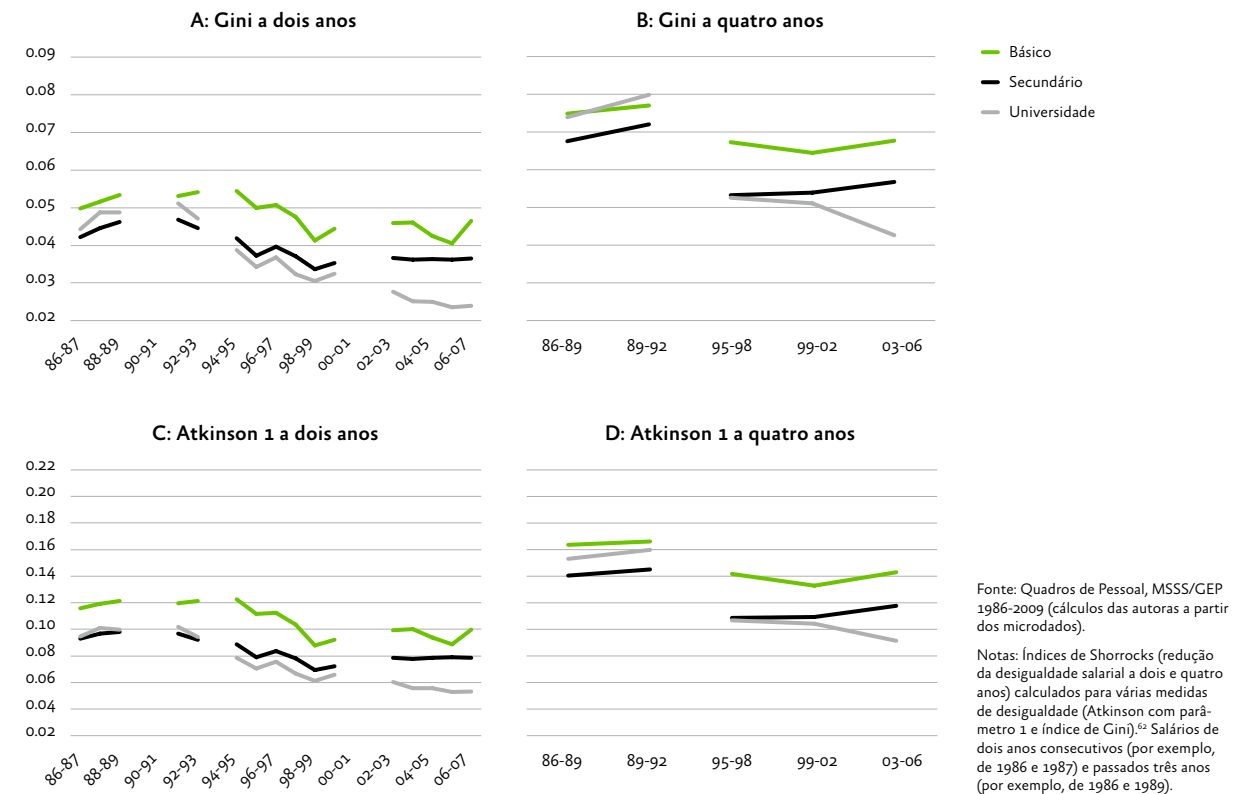
⁶⁰ Ver nota anterior.

⁶¹ O índice de Shorrocks foi também estimado usando as medidas do índice de MLD e Atkinson com parâmetros 0.5 e 2, não levando a conclusões diferentes, por uma questão de brevidade não foram apresentados estes resultados, podendo no entanto ser disponibilizados pelas autoras.

4.7.4. Por escolaridade

Por último, analisamos em que medida é que a mobilidade como redução da desigualdade a curto e médio prazo varia consoante a escolaridade alcançada pelo indivíduo: i) Básico, ii) Secundário e iii) Universidade. Apresentamos resultados para mobilidade a dois e quatro anos no Gráfico 4.11 e usando as medidas baseadas no índice de Gini e de Atkinson com parâmetro 1.⁶¹

Gráfico 4.11 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por escolaridade



⁶² Ver nota anterior.

Destaques Secção 4.7

- Também quando medimos a mobilidade como redutora da desigualdade a longo prazo, observamos sobretudo uma tendência para o seu declínio (Gráfico 4.8).
- Na segunda metade da década de 1980 a início da década de 1990, a mobilidade reduzia cerca de 4% (6%) da desigualdade salarial num período de dois (quatro) anos. Estes valores registaram sobretudo decréscimos situando-se nos 2,5% (4%) no final do período observado.
- A mobilidade tende a ser mais elevada entre os homens, indivíduos mais novos e com menor escolaridade.

4.8. Evolução da posição de diferentes grupos na distribuição salarial: Sexo, idade e escolaridade

O Gráfico 4.12 apresenta o salário e decil médio dos indivíduos que trabalham no sector privado e por conta de outrem considerando as características por grupo (género, idade e escolaridade). O Gráfico 4.13 reporta a proporção de indivíduos nos Quadros de Pessoal por característica.

Gráfico 4.12 Salário e decil médios por género, idade e escolaridade

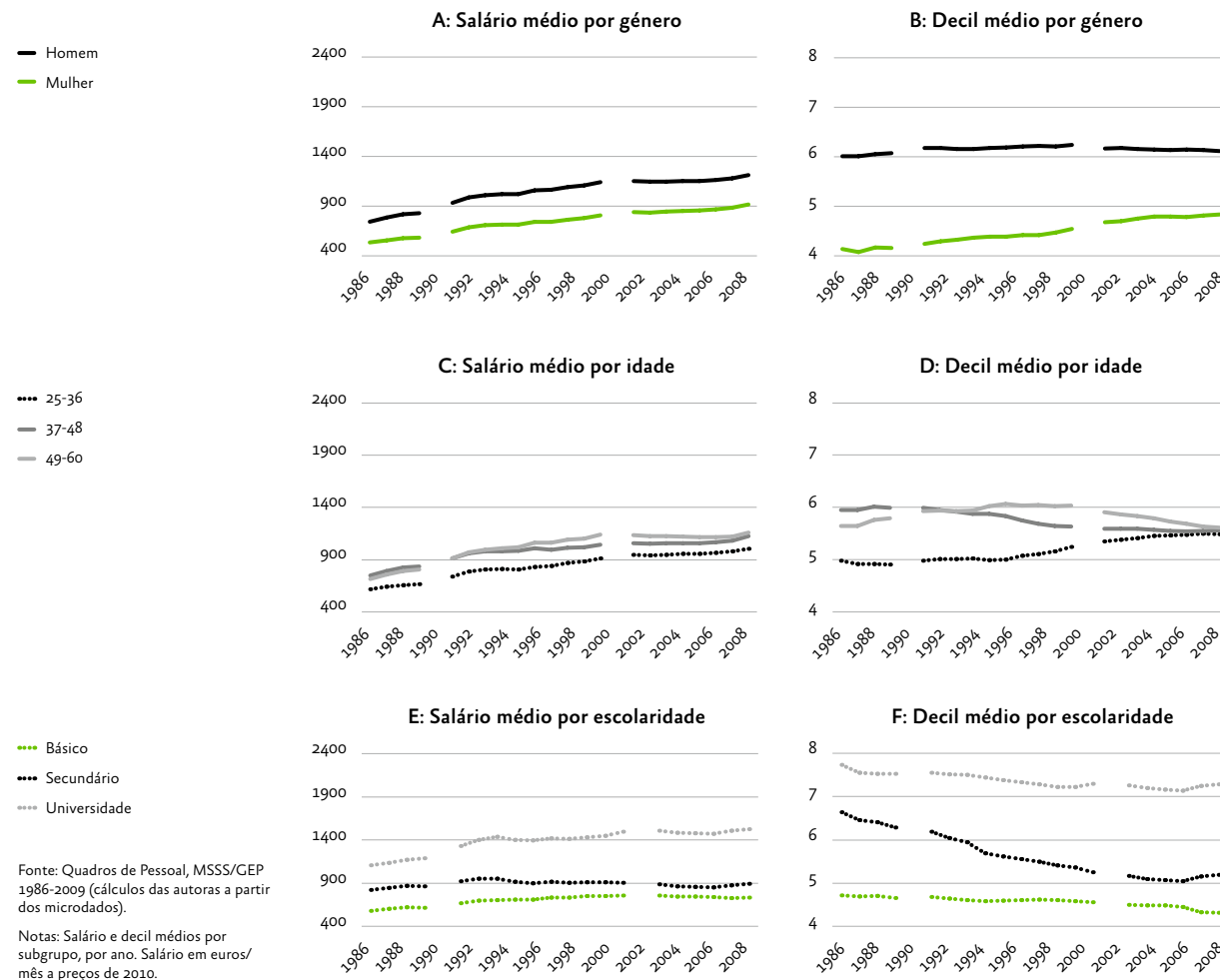
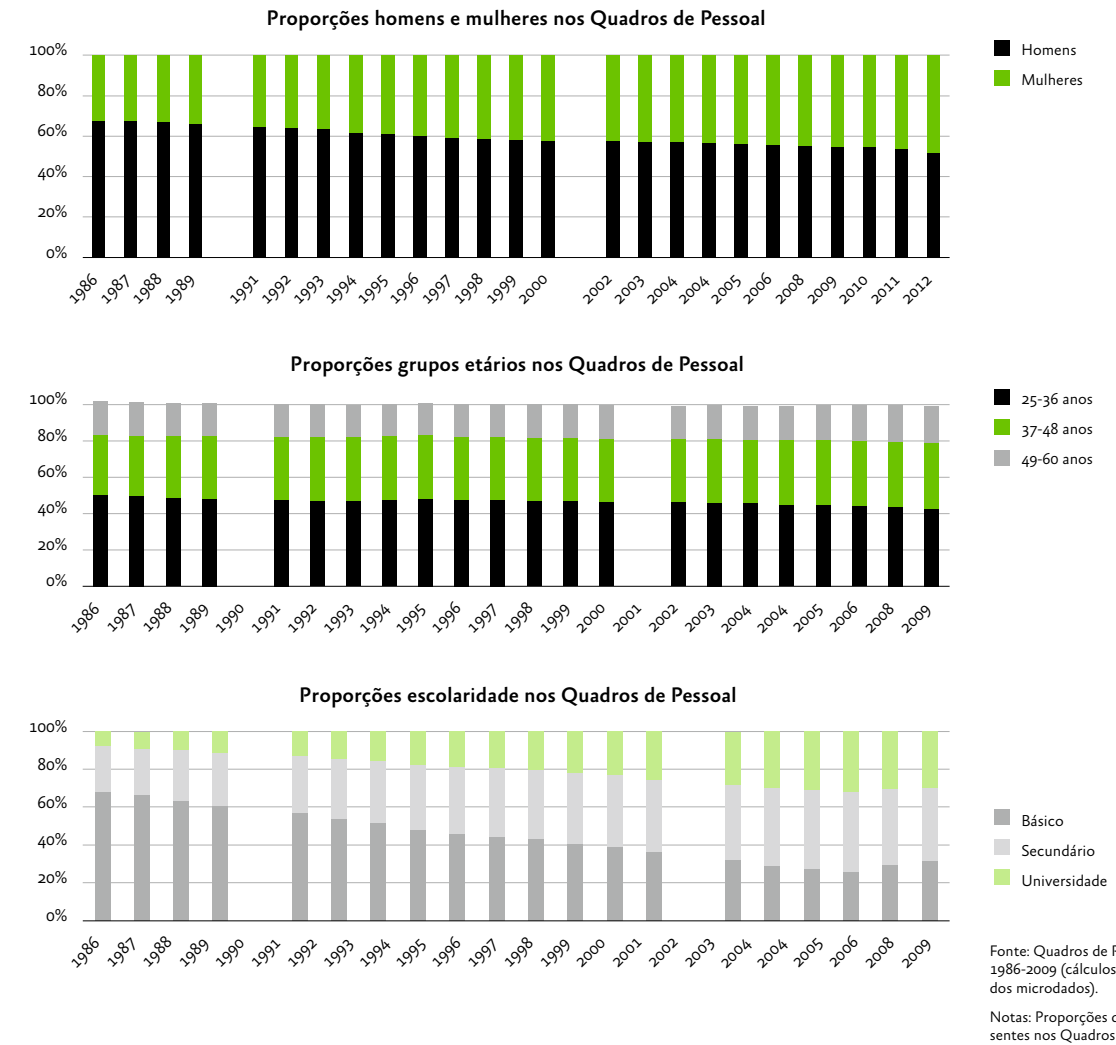


Gráfico 4.13 Proporção de indivíduos por característica nos Quadros de Pessoal – género, idade e escolaridade



Destques Secção 4.8

- Com o aumento da participação das *mulheres* no mercado de trabalho, assistiu-se também à sua subida ao longo da distribuição salarial.
- A proporção de mulheres observadas nos Quadros de Pessoal passou de 32% em 1986 para 45% em 2009, tendo o seu decil médio passado de 4.1 para 4.8 no mesmo período (Gráfico 4.13).
- Os salários das mulheres mantiveram-se a um nível médio mais baixo mas cresceram mais proporcionalmente (Gráfico 4.12).

- Os salários dos trabalhadores *mais novos* (25 a 36 anos), apesar de se manterem mais baixos em média, tiveram um maior aumento proporcional (Gráfico 4.12).

- A sua posição na distribuição salarial subiu ao longo do tempo, tendo aproximadamente o mesmo decil médio em 2009 do que os trabalhadores mais velhos (idem). Isto dever-se-á ao aumento da escolaridade entre os trabalhadores mais novos.

- A posição relativa dos trabalhadores com *ensino secundário* desceu consideravelmente ao longo do tempo. Estes encontravam-se em média no decil 6.6 em 1986 mas apenas no 5.2 depois de 2000 (Gráfico 4.12).

- Isto deveu-se em muito ao aumento da escolaridade. A proporção de trabalhadores com ensino superior passou de 8% para 30% (Gráfico 4.13) e são estes que tendem a ocupar os lugares cimeiros (decil médio sempre superior a 7, Gráfico 4.11) deixando para trás os que não passaram além do secundário.

- Para além disso, o próprio salário médio de um trabalhador com ensino secundário era, em 2007, cerca de 70 euros superior ao observado em 1986, o que corresponde a um aumento, tanto relativo como absoluto, menor do que para os outros níveis de escolaridade (Gráfico 4.12).

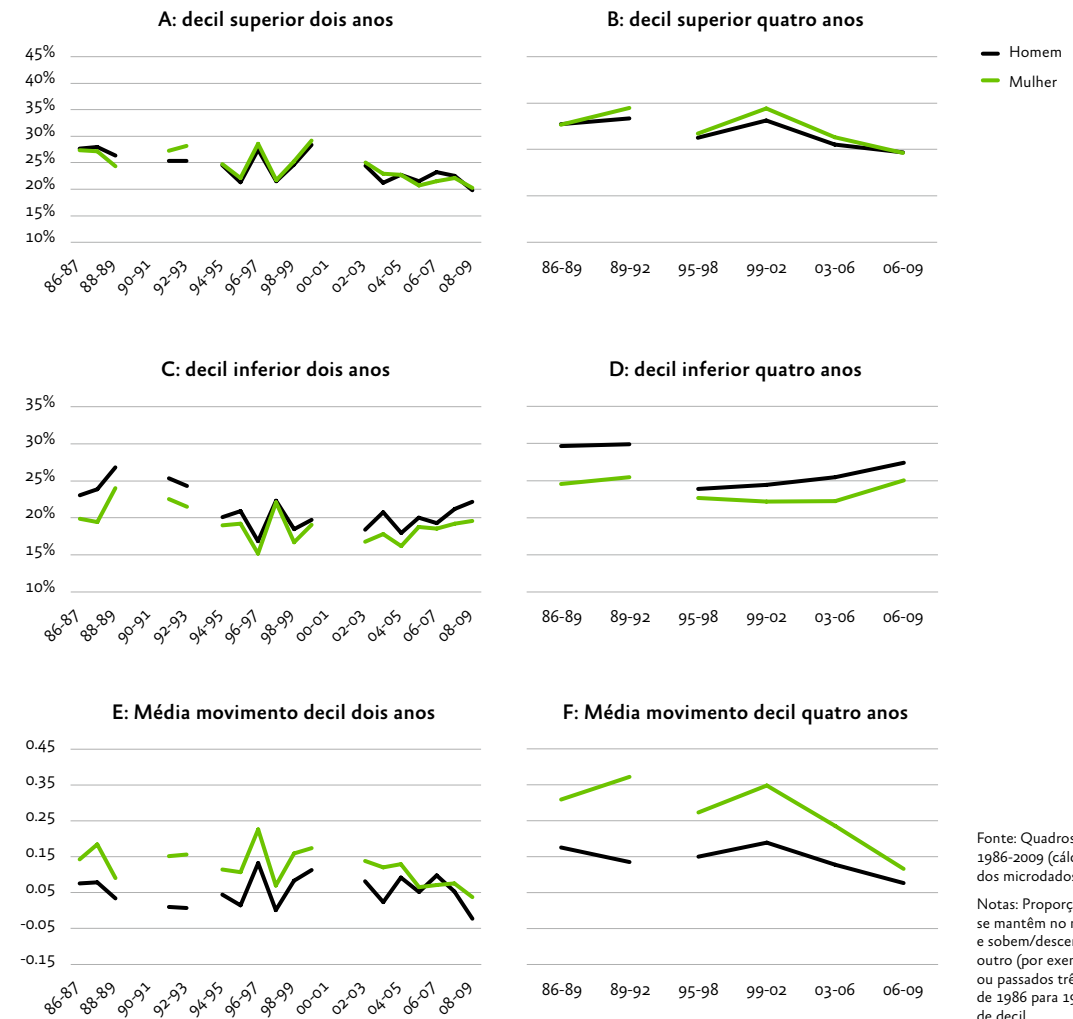
4.9. Mobilidade entre grupos

Nesta secção, utilizando os mesmos métodos da Secção 3.7, desta vez para o salário bruto, analisamos se os movimentos observados ao longo da distribuição salarial são diferentes para diferentes subgrupos.

4.9.1. Sexo

O Gráfico 4.14 abaixo mostra-nos resultados da análise do movimento de decis por sexo, concentrando-se nos movimentos ascendentes, descendentes e média de movimentos.

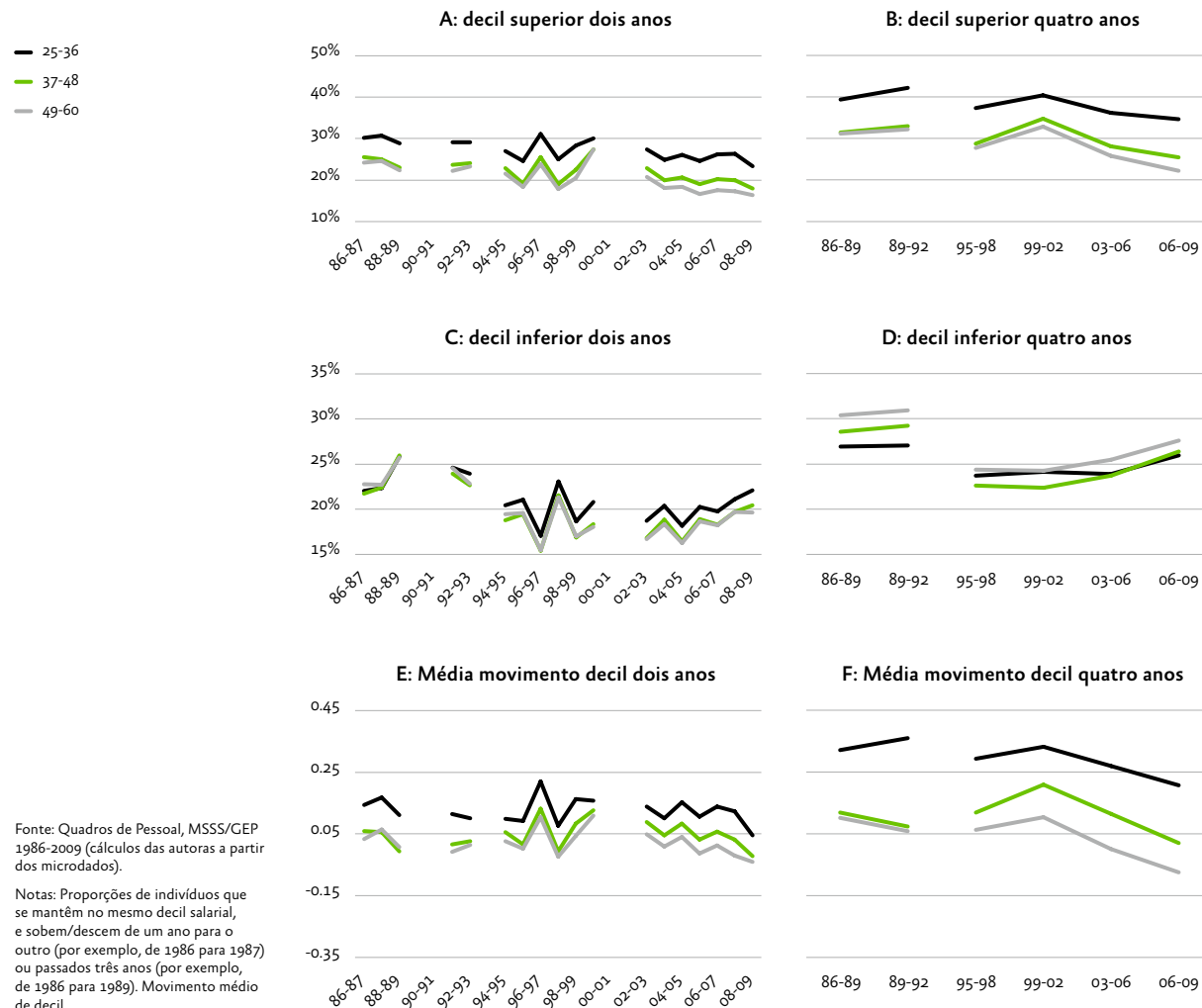
Gráfico 4.14 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por sexo



4.9.2. Idade

O Gráfico 4.15 contém os resultados da análise do movimento de decis por idade.

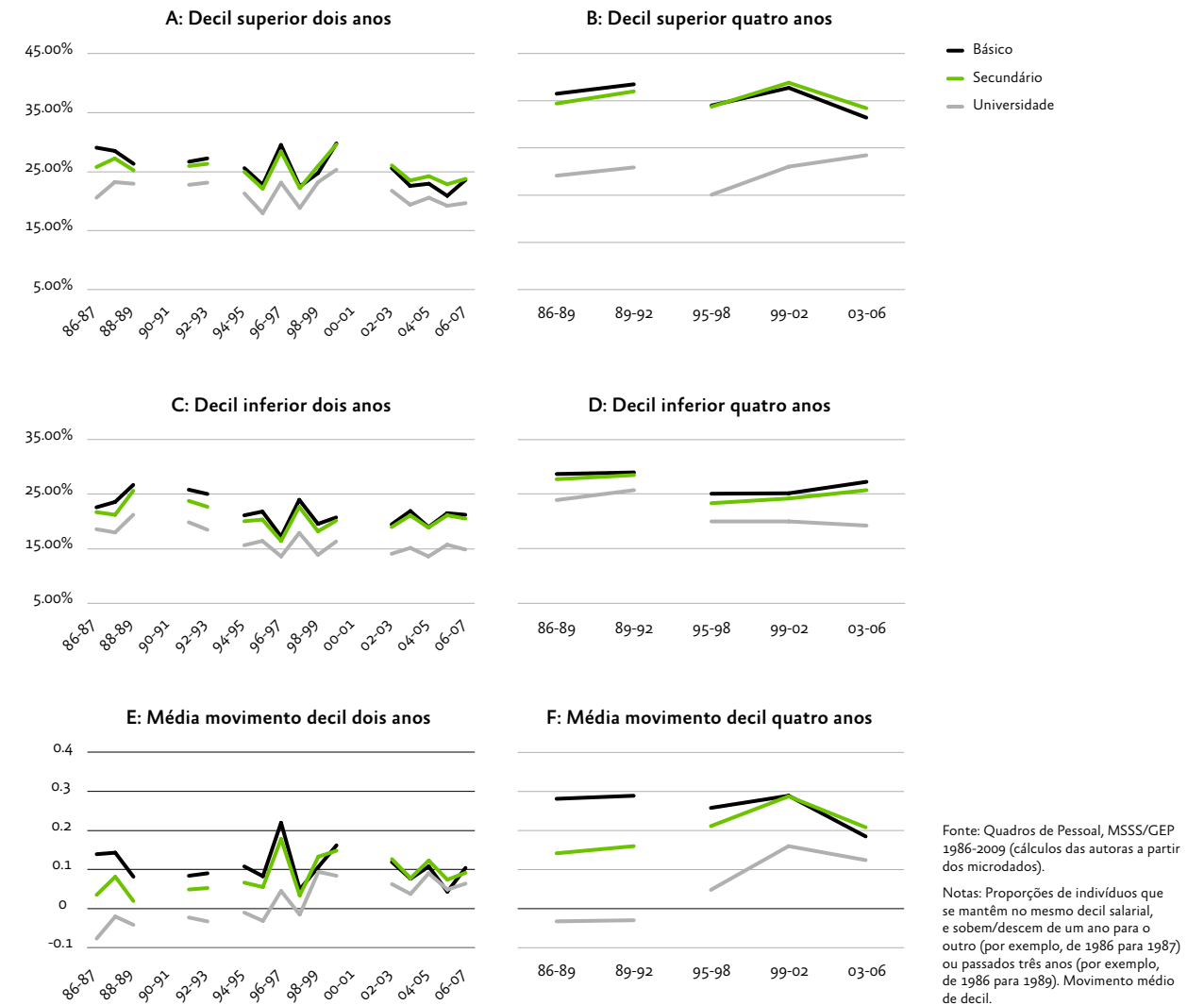
Gráfico 4.15 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por idade



4.9.3. Escolaridade

O Gráfico 4.16 apresenta os resultados da análise do movimento de decis por escolaridade (básico, secundário e universidade).

Gráfico 4.16 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por escolaridade



Destaques Secção 4.9

- Verifica-se maior mobilidade ascendente para as mulheres.
- Em qualquer período de quatro anos, e em quase todos os períodos de dois anos, as mulheres têm uma maior probabilidade de subir, e menor probabilidade de descer, de decil salarial do que os homens (Gráfico 4.14).
- São também os mais novos que mais se movem de forma ascendente ao longo da distribuição. Em cada período de dois ou quatro anos, estes têm uma maior probabilidade de subir de decil salarial (Gráfico 4.15).
- São claramente os trabalhadores com *ensino superior* que menor probabilidade têm de subir de decil salarial ao longo do tempo (Gráfico 4.16). Isto explica-se, no entanto, pelo facto de terem menos possibilidades de subir, uma vez que muito mais frequentemente se encontram já no decil máximo (10).

4.10. Síntese

Este capítulo analisou a mobilidade salarial em Portugal entre 1986 e 2009 para trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos, utilizando a base de dados dos Quadros de Pessoal. Investigámos a mobilidade no salário de um mesmo indivíduo de um ano para outro e passados três anos (análise a quatro anos) de modo a evitar captar apenas oscilações de muito curto prazo.

Começámos por mostrar que, para uma análise de mobilidade, não é suficiente olhar para o crescimento e/ou volatilidade médios nos salários, quer a nível nacional, quer mesmo por decil. Uma análise de volatilidade nos salários não distingue entre crescimentos negativos e positivos, e o próprio crescimento médio não revela quem (mais) ganhou e quem (mais) perdeu ao longo do tempo. Por fim, uma análise do crescimento médio por decil ignora a possibilidade dos decis em cada período não serem constituídos sempre pelos mesmos indivíduos.

Em termos globais, o crescimento salarial manteve-se sempre positivo em média mas registou sobretudo uma tendência decrescente. Por exemplo, os salários aumentaram em média cerca de 14% de 1986 para 1989, mas 9% de 2006 para 2009. No entanto, este aumento foi progressivo, ou seja, indivíduos

que são mais pobres num determinado ano vêm o seu salário aumentar mais no ano seguinte do que indivíduos que partem de uma posição superior.

Diferentes níveis de crescimento salarial levam a alterações de posição ao longo do tempo. No período aqui observado, pelo menos 40% dos indivíduos mudam de decil de um ano para o outro. Medimos neste estudo a mobilidade salarial através deste tipo de deslocamentos e também como redutora da desigualdade salarial no curto e mais longo prazo. De acordo com ambas as medidas, a tendência foi sobretudo para o declínio na mobilidade. Por exemplo, na segunda metade da década de 1980, cerca de 50% dos trabalhadores mantinham-se no mesmo decil passado um ano, ao passo que 60% se mantiveram no mesmo decil de 2008 para 2009.

Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (estas representavam 32% dos trabalhadores em 1986 e 45% em 2009), assistiu-se também à sua subida ao longo da distribuição salarial. Os salários das mulheres mantiveram-se a um nível médio mais baixo mas cresceram sempre mais proporcionalmente.

A posição do trabalhador médio entre os 25 a 36 anos no mercado de trabalho melhora de um ano para o outro em relação à de um trabalhador mais velho, o que é de esperar no início de carreira. No entanto, assistiu-se ao longo do período observado a uma melhoria mais generalizada da posição dos mais jovens. Enquanto que, em 1986, os mais novos se encontravam em média em decis mais baixos do que os mais velhos, esta diferença quase desaparece em 2009. Isto deve-se ao aumento da escolaridade que diminui a desvantagem dos mais novos no mercado de trabalho, mesmo em início de carreira.

O aumento da escolaridade estará também por detrás da descida considerável da posição relativa dos trabalhadores com *ensino secundário* ao longo do tempo. Por outro lado, a proporção de trabalhadores com ensino superior passou de 8% em 1986 para 30% em 2006 e são estes que tendem a ocupar os lugares cimeiros na distribuição salarial, deixando para trás os que não passaram além do secundário. Para além disso, o próprio nível salarial médio dos trabalhadores com ensino secundário evoluiu menos entre 1986 e 2007 do que os dos restantes trabalhadores. Por fim, quando se considera o crescimento do salário de um mesmo indivíduo de um ano para o outro (ou passados três anos), não se denota clara influência do nível de escolaridade.

Capítulo 5

Conclusões

Sabe-se pouco sobre a mobilidade social em Portugal e como terá evoluído ao longo do tempo em comparação com a União Europeia. Estudos anteriores indicam níveis baixos de mobilidade social no nosso país, quer de pais para filhos, quer depois ao longo da vida de um determinado indivíduo. Ter-se-ão, no entanto, estes níveis de mobilidade mantido constantes ao longo do tempo? Por exemplo, terá o aumento generalizado da escolaridade no nosso país diminuído o grau de transmissão social de pais para filhos e resultado na desejada promoção de igualdade de oportunidades no nosso país? Beneficiará a mobilidade entre e dentro de uma mesma geração mais certos grupos da população como mulheres ou homens, os mais novos ou mais velhos, ou com maior e menor escolaridade?

O Capítulo 2 analisou a mobilidade social entre gerações – intergeracional – em Portugal, em comparação com o conjunto da União Europeia. Em particular, avaliámos a relação entre estatuto socioeconómico do pai, medido por escolaridade e categoria profissional, e o dos filhos (ambos os sexos), medido adicionalmente pelo seu rendimento familiar em idade adulta. Usamos, tanto quando sabemos, os dados mais recentes e mais comparáveis para Portugal e para o conjunto da União Europeia, retirados das vagas de 2005 e de 2011 do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC), nos quais foi possível observar o estatuto socioeconómico dos pais. Um dos grandes objectivos deste capítulo foi examinar tendências na mobilidade ao longo de vários coortes.

Nos Capítulos 3 e 4, investigámos a mobilidade social intrageracional, nomeadamente, mobilidade na condição económica de um mesmo indivíduo ao longo do tempo, medida por rendimentos familiares e salários, respectivamente. No Capítulo 3, quantificámos a mobilidade nos rendimentos familiares em Portugal e na União Europeia entre 1993 e 2000, e de 2003 a 2013. Tirámos partido de toda a informação comparável sobre rendimentos familiares que está disponível para amostras representativas da população portuguesa e de países membros da União Europeia entre 1993 e 2013. O Capítulo 4 contém

uma análise semelhante à do Capítulo 3 mas desta vez aplicada à mobilidade salarial em Portugal entre 1986 e 2009.

As nossas principais conclusões sobre mobilidade intergeracional em Portugal, em comparação com a União Europeia, Capítulo 2, foram:

1. A mobilidade social entre pais e filhos é menor em Portugal do que na União Europeia segundo todos os aspectos considerados: escolaridade de pais para escolaridade e rendimentos de filhos e profissão de pais para profissão e rendimentos de filhos.
2. Observa-se maior mobilidade entre os portugueses nascidos na década de 1970 do que entre os nascidos entre 1940 e 1949.
3. O aumento da mobilidade foi muito maior em Portugal do que na União Europeia, resultando numa aproximação.
4. A aproximação verifica-se sobretudo na mobilidade na escolaridade e na profissão. Em parte por limitações da nossa análise, não nos é possível concluir o mesmo acerca da mobilidade entre escolaridade/profissão dos pais e rendimentos dos filhos.
5. O aspecto mais assinalável da evolução da mobilidade ao longo do tempo em Portugal é o que se observa na escolaridade. Entre os nascidos depois de 1970, 41% atinge um nível superior ao do seu pai, sendo que esta proporção tinha baixado apenas de 84% para 77% entre as décadas de 1940 e de 1960.
6. Por último, a distância que ainda separa os nascidos a partir de 1970 no nosso país e a União Europeia em termos de mobilidade ascendente deve-se sobretudo aos homens (33% vs 43%). Por outro lado, 48% das portuguesas mais novas atingem um nível superior ao dos seus pais, apenas dois pontos percentuais abaixo das europeias.
7. Apesar destes resultados não deverem ser interpretados como relações de causa e efeito, no seu conjunto, eles apontam para maior desigualdade de oportunidades em Portugal do que na União Europeia, mas em menor grau para coortes mais novos.

As nossas principais conclusões sobre mobilidade social ao longo do tempo para um mesmo indivíduo – mobilidade intrageracional nos rendimentos familiares, Capítulo 3, foram as seguintes:

1. Os rendimentos das famílias portuguesas evoluíram de forma muito variada ao longo do período observado. A crescimentos positivos até 2008, seguiram-se contracções nos rendimentos médios pelo menos 2% ao ano entre 2009 e 2013. O mais grave foi o observado de 2010 para 2011, 9%, reflectindo o primeiro ano do programa de ajustamento. Em 2012,

as famílias portuguesas auferiram em média menos 6% do que em 2009, e em 2014, menos 15% do que em 2011.

2. Na UE, os crescimentos foram também positivos em média até 2008. De 2008 para 2009, ou seja, um ano antes de Portugal, assistiu-se na UE a 28 a uma contracção média de 3%. As contracções foram depois menos acentuadas mas, nos países observados em 2013, os rendimentos familiares ainda foram cerca de 2% mais baixos do que em 2010.

3. Esta evolução *média* dos rendimentos familiares não desvenda a evolução relativa. Estudos anteriores revelaram que o crescimento tende a ser proporcionalmente mais elevado (ou o decréscimo proporcionalmente mais baixo) para os mais pobres em Portugal e nos restantes países da União Europeia. Isto pode levar a deslocações ao longo da distribuição dos rendimentos.

4. Em Portugal, na maior parte dos períodos observados, aproximadamente 40% a 50% da população mantém-se no mesmo decil de um ano para o outro e mais de 70% não vai além do decil adjacente. Mesmo passados três anos, entre 30% e 36% encontra-se no mesmo decil.

5. Estas deslocações de decil não foram constantes em Portugal ao longo do tempo. Entre 1993 e 2000, a tendência foi sobretudo para uma diminuição da mobilidade. Já entre 2003 e 2013, salvo oscilações, registou-se sobretudo um aumento.

6. Na União Europeia é mais frequente mudar de decil ao longo do tempo do que em Portugal, apenas entre 37% e 43% dos indivíduos não muda de decil de um ano para o outro. Ou seja, existe menor mobilidade do que em Portugal.

7. Segundo este indicador, tem-se registado uma aproximação de Portugal à União Europeia. De 2012 para 2013, 45% dos portugueses e 43% dos europeus mantiveram-se no mesmo decil.

8. Indicadores mais abrangentes confirmam o menor grau de mobilidade em Portugal do que na União Europeia, as mesmas tendências descritas acima bem como a aproximação dos níveis de mobilidade de Portugal e da União Europeia. Segundo um dos indicadores, a mobilidade dos rendimentos familiares de 2004 para 2005, reduziu a desigualdade em Portugal em cerca de 2.2% e na Europa em cerca de 5.4%. De 2012 para 2013, esta redução foi de cerca de 3.5% e 4.2%, respectivamente.

No Capítulo 4, tirámos as seguintes conclusões quanto à mobilidade intrageracional nos salários individuais:

1. O crescimento salarial manteve-se sempre positivo em média mas registou sobretudo uma tendência decrescente. Por exemplo, os salários

aumentaram em média cerca de 14% de 1986 para 1989 mas 9% de 2006 para 2009.

2. Tal como no caso dos rendimentos totais familiares, o crescimento salarial ao longo do tempo foi progressivo, ou seja, são os salários mais baixos que tendem a subir mais proporcionalmente.

3. Tal como também observámos no Capítulo 3, diferentes níveis de crescimento salarial levam a alterações de posição ao longo do tempo. No período aqui observado, entre 40% a 50% dos indivíduos mudam de decil de um ano para o outro.

4. De acordo com os diversos indicadores utilizados, a tendência foi sobretudo para o declínio na mobilidade. Por exemplo, na segunda metade da década de 1980, cerca de 50% dos trabalhadores mantinham-se no mesmo decil passado um ano, ao passo que 60% se mantiveram no mesmo decil de 2008 para 2009.

5. É de salientar que esta tendência é contrária ao observado no caso da mobilidade nos rendimentos familiares desde 2003, que foi sobretudo de aumento (tendo em comum o decréscimo nos anos 1990).

6. Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (estas representavam 32% dos trabalhadores em 1986 e 45% em 2009), assistiu-se também à sua subida ao longo da distribuição salarial. Os salários das mulheres mantiveram-se a um nível médio mais baixo mas crescerem sempre mais proporcionalmente. No Capítulo 3, não se denotam tais efeitos de género, sobretudo porque se tratam de rendimentos familiares e não individuais.

7. A posição do trabalhador médio entre os 25 a 36 anos no mercado de trabalho melhora de um ano para o outro em relação à de um trabalhador mais velho, o que é de esperar no início de carreira. No entanto, assistiu-se ao longo do período observado a uma melhoria mais generalizada da posição dos mais jovens. Enquanto que, em 1986, os mais novos se encontravam em média em decis mais baixos do que os mais velhos, esta diferença quase desaparece em 2009. Isto dever-se-á ao aumento da escolaridade que diminui a desvantagem dos mais novos no mercado de trabalho, mesmo em início de carreira.

8. O aumento da escolaridade estará também por detrás da descida considerável da posição relativa dos trabalhadores com *ensino secundário* ao longo do tempo. Por outro lado, a proporção de trabalhadores com ensino superior passou de 8% em 1986 para 30% em 2006 e são estes que tendem a ocupar os lugares cimeiros na distribuição salarial, deixando para trás os que não passaram além do secundário. Para além disso, o próprio nível salarial médio dos trabalhadores com ensino secundário evoluiu menos

entre 1986 e 2007 do que os dos restantes trabalhadores. Por fim, quando se considera o crescimento do salário de um mesmo indivíduo de um ano para o outro (ou passados três anos), não se denota clara influência do nível de escolaridade.

Acreditamos que este estudo contribui em muito para o conhecimento sobre a mobilidade social em Portugal a diversos níveis mas que, no entanto, seria importante aprofundá-lo ainda mais em investigações futuras. Alguns exemplos de direcções a explorar são os seguintes:

- Produção de estatísticas semelhantes às produzidas sobre a mobilidade intrageracional nos rendimentos e nos salários à medida que dados mais recentes das fontes usadas se tornam disponíveis. Tais estatísticas seriam úteis para avaliar de que forma as tendências observadas aqui se mantêm no futuro. Por exemplo, manter-se-á a mobilidade nos rendimentos do nosso país próxima da União Europeia com os desenvolvimentos económicos pós-crise? Irá o estatuto socioeconómico dos pais contribuir ainda menos para o dos filhos na sociedade portuguesa do futuro?
- Análise de mobilidade nos salários também em comparação com a União Europeia.
- À semelhança do que foi feito por Farinha Rodrigues *et al.* (2012) no caso da desigualdade, avaliação do impacto de prestações sociais e impostos na mobilidade de rendimentos.
- Comparação entre regiões do país com vista a avaliar onde parece haver maior ou menor igualdade de oportunidades.
- Julga-se que algumas das evoluções observadas para os mais novos e para mulheres se devam à sua escolaridade mas seria importante distinguir em estudos futuros as contribuições independentes dos diferentes factores.
- Avaliação da mobilidade das filhas em relação às suas próprias mães, para além de em relação aos pais.
- Análise cuidada do impacto de determinadas políticas na mobilidade a vários níveis.

Este estudo não analisou o impacto de políticas na mobilidade social, pelo que por si só não pode resultar em recomendações a este nível. Não obstante, julgamos poder concluir que a melhoria da igualdade de oportunidades na educação no nosso país desempenhou e poderá continuar a desempenhar um papel importante na mobilidade social entre gerações. Julgamos, ser importante, a manutenção de um ensino público de qualidade, e em que esta não esteja associada ao estatuto socioeconómico dos pais. Adicionalmente, para além de políticas de combate à pobreza e exclusão social que poderiam melhorar

a situação económica dos mais desfavorecidos, seria de considerar o impacto que políticas como as seguintes possam ter na mobilidade social: promoção da orientação escolar e profissional nas escolas, como tentativa de colmatar possíveis diferenças no apoio que os pais são capazes de oferecer aos seus próprios filhos (mobilidade intergeracional); combate ao desemprego de longa duração (mobilidade intrageracional); e promoção do desenvolvimento profissional dos indivíduos ao longo da sua carreira, com vista a contribuir para a diminuição da persistência de desigualdades (*idem*).

Referências bibliográficas

- Agência Lusa/Sol. 2014. PS acusa Governo de ter gerado mobilidade social descendente em Portugal. *Jornal Sol*, 10 de Abril de 2014.
- ALMEIDA, J.; COSTA, A. E MACHADO, F. 1994. A recomposição socio-profissional e novos protagonismos, in António Reis (coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALVES, N.; MARTINS, C. 2012. Mobility and income inequality in the European Union and in Portugal. *Economic Bulletin and Financial Stability Report Articles*, Banco de Portugal, Economics and Research Department.
- AZAM, M. E BHATT, V. 2015. Like father, like son? Intergenerational educational mobility in India. *Demography* 52: 1929-1959.
- BIGARD, A.; GUILLOTIN, Y. E LUCIFORA, C. 1995. Earnings mobility: an international comparison of Italy and France. *Review of Income and Wealth* 44(4): 535-554.
- CABRAL, M. 1998. Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal. *Análise Social*, 146-147, XXXVIII (2.º-3.º), pp. 381-414.
- CABRAL, L. 2015. Por que motivo os filhos dos que têm menos educação continuam a obter piores resultados? *Jornal Expresso*, 7 de Fevereiro de 2015.
- CARD, D. E CARDOSO, A. 2012. Can compulsory military service raise civilian wages? Evidence from the peacetime draft in Portugal. *American Economic Journal: Applied Economics* 4(4): 57-93.
- CARDOSO, A. 2005. Wage mobility: do institutions make a difference? *Labour Economics* 13(3): 387-404.
- CARMO, R.; CARVALHO, M. E CANTANTE, F. 2015. The persistence of class inequality: the Portuguese labour force at the turn of the millenium. *Sociological Research Online* 20(4): 1-17.
- CAUSA, O. E JOHANSSON, A. 2009. Intergenerational social mobility. *OECD Economics Department Working Papers*, no. 707, OECD Publishing.
- CAUSA, O.; DANTAN, S. E JOHANSSON, A. 2009. Intergenerational social mobility in European OECD countries. *OECD Economics Department Working Papers*, no. 709, OECD Publishing.
- CHADWICK, L. E SOLON, G. 2002. Intergenerational income mobility among daughters. *American Economic Review* 92(1): 335-344.
- CHETTY, R.; HENDREN, N.; KLINE, P. E SAEZ, E. 2014. Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. *The Quarterly Journal of Economics* 129(4): 1553-1623.
- CHEVALIER, A.; DENNY, K. E McMAHON, D. 2007. A multi-country study of inter-generational educational mobility. UCD Geary Institute *Working Paper* no. 25.
- DEARDEN, L.; MACHIN, S. E REED, H. 1997. Intergenerational mobility in Britain. *The Economic Journal* 107: 47-66.
- CORAK, M. 2013. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. *The Journal of Economic Perspectives* 27(3): 79-102.
- EUROSTAT. 2011. EU-SILC user database description (version May 2011). European Commission, Eurostat.
- FARIA, N. 2014. Escola pública não garante mobilidade social nem dá garantias de ensinar os alunos a ler e a contar. *Jornal Público*, 20 de Março de 2014.
- FARINHA RODRIGUES, C.; FIGUEIRAS, R. E JUNQUEIRA, V. 2012. *Desigualdade económica em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FARINHA RODRIGUES, C.; FIGUEIRAS, R. E JUNQUEIRA, V. 2016. *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GANGL, M. 2005. Income inequality, permanent incomes and income dynamics. Comparing Europe to the United States. *Work and Occupations* 37(2): 140-162.
- GORJÃO HENRIQUES, J. 2012. Portugal à luta com as classes sociais. *Jornal Público*. 5 de Agosto de 2012.
- GRÁCIO, S. 1996. Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990). *Análise Psicológica* 4(14): 507-552.
- JÄNTTI, M.; JENKINS, S. 2013. Income mobility. *SOEPpapers on Multidisciplinary Panel Data Research*, no. 607.
- MAGALHÃES, D. 1994. Classes sociais e trajetórias intergeracionais. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*.
- MATEUS, A. 2013. *25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A).
- MENDES, J. 1997. Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 49: 127-156.
- MONTEIRO, N. 1997. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social* vol. XXXII(141): 335-368.
- OLIVAL, F. E MONTEIRO, N. 2003. Mobilidade social nas carreiras eclesíásticas em Portugal (1500-1820). *Análise Social* vol. XXXVII(165): 1213-1239.
- Portugal, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 1986 a 2012. Quadros de Pessoal. Data in magnetic media.
- RAMOS, V. 2014. “Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses”. *Análise Social*. XLIX (212):626-649.
- SHORROCKS, A. 1978. Income Inequality and Income Mobility. *Journal of Economic Theory* 19(2): 376-393.
- VAN KERM, P. E Pi ALPERIN, M. 2013. Inequality, growth and mobility: the intertemporal distribution of income in European countries 2003-2007. *Economic Modelling* 35: 931-939.
- WRIGHT, E. 1997. *Class counts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Anexos

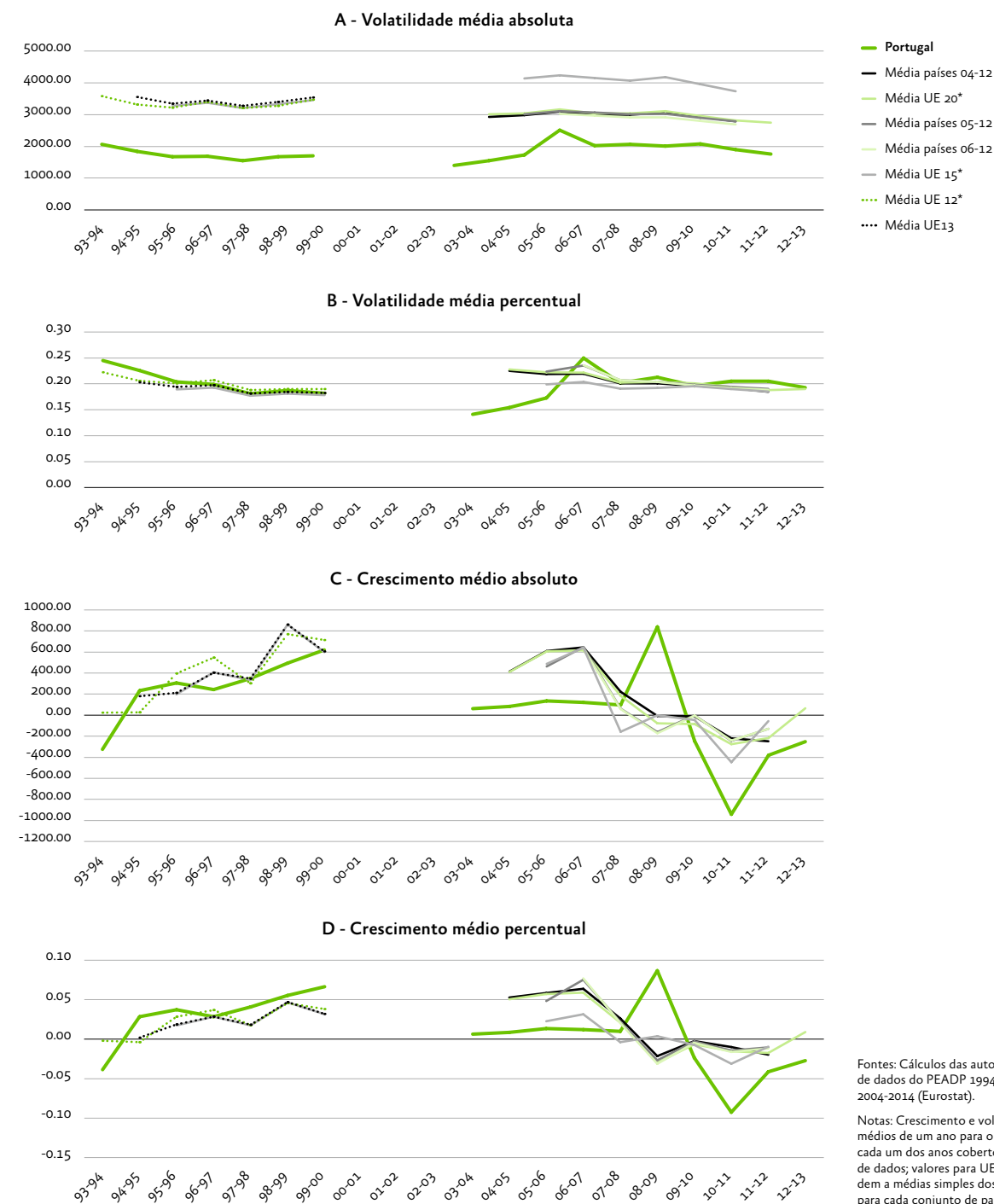
Anexo A3.2

Quadro A1 Países incluídos na análise intrageracional por vaga utilizando as bases de dados PEADP e ICOR.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
AU	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
BE	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
BG													x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CY												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CZ												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
DK	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
EE												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
EL	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ES	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
FI			x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
FR	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
GE	x	x	x	x	x	x	x	x														
HR																		x	x	x	x	
HU												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
IE	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x		x	x	x	x	x	x
IT	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
LT												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
LU		x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
LV												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
MT													x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
NL	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PL												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PT	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
RO														x	x	x	x	x	x	x	x	x
SE												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
SI												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
SK												x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
UK	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Anexo A3.4.1

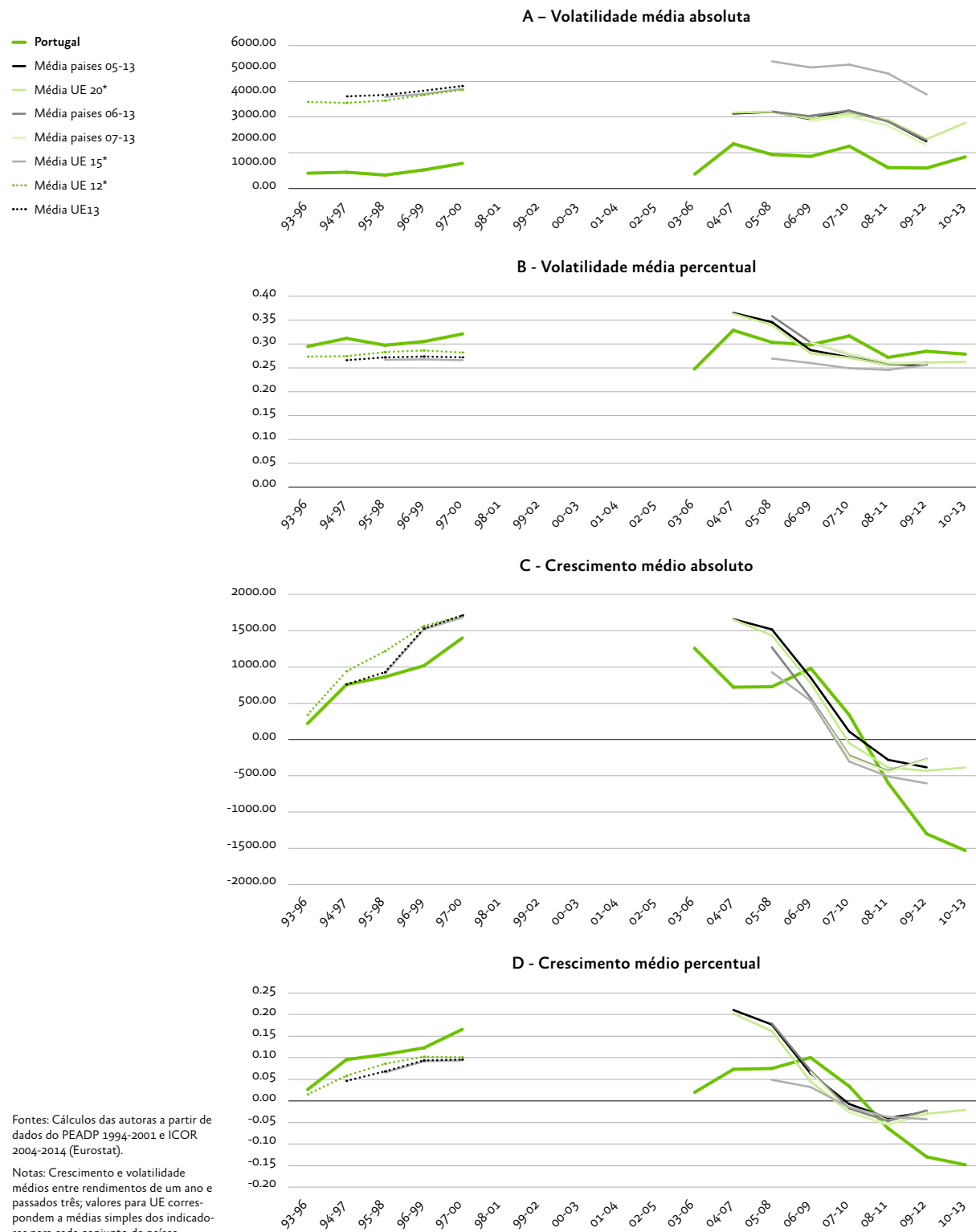
Gráfico A3.1 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Crescimento e volatilidade médios de um ano para o outro para cada um dos anos cobertos pelas bases de dados; valores para UE correspondem a médias simples dos indicadores para cada conjunto de países.

Gráfico A3.2 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a quatro anos



Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Crescimento e volatilidade médios entre rendimentos de um ano e passados três; valores para UE correspondem a médias simples dos indicadores para cada conjunto de países.

Anexo A3.4.2.

Nesta análise, as amostras utilizadas são obviamente mais pequenas, pelo que se podem esperar mais oscilações nos resultados, sobretudo para Portugal. Não nos focamos em tais oscilações mas tentamos sobretudo estudar a existência de determinados padrões e tendências ao longo do tempo. Por simplicidade de apresentação, restringimos as análises apresentadas aqui por subgrupo aos 11 países que constam do PEADP entre 1993 e 2010 e aos 20 que constam do ICOR entre 2004 e 2013.⁶³

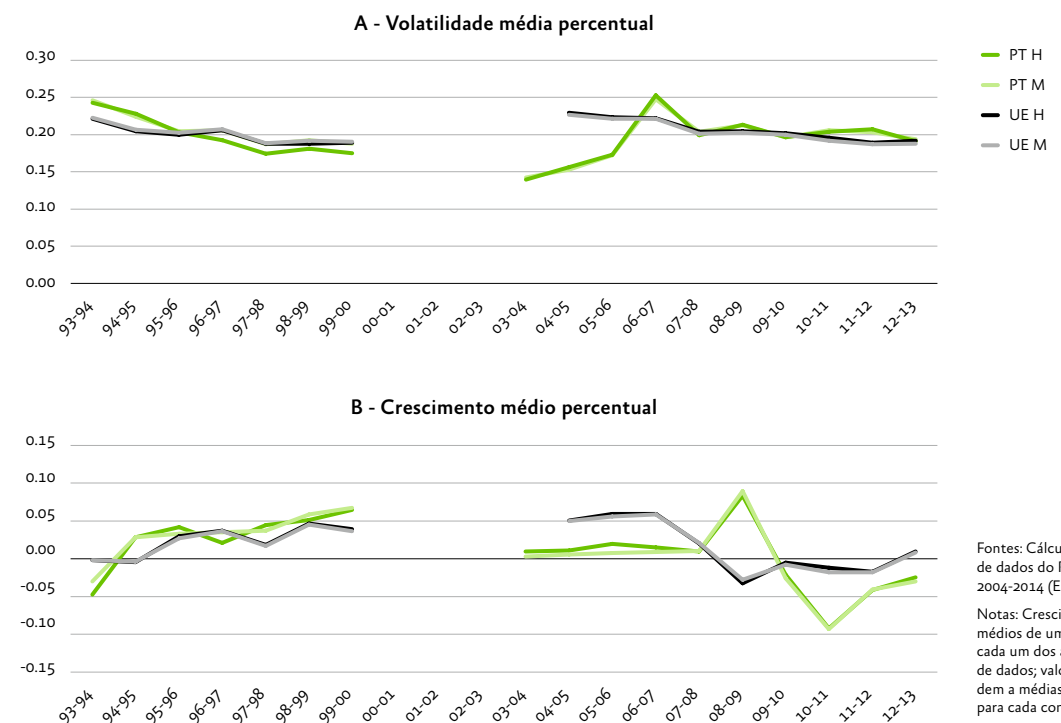
O Gráfico A3.3 abaixo apresenta resultados para o crescimento e volatilidade médios em Portugal e na União Europeia a dois anos.⁶⁴ Em todos os períodos observados para UE, e desde 2003 para Portugal, não há diferenças visíveis entre homens e mulheres. As únicas diferenças são que a volatilidade para os homens portugueses coincide com a da UE entre 1995 e 2000 e a volatilidade para as mulheres cai menos do que para os homens, coincidindo com a média da UE (a cerca 2% pontos percentuais da dos homens portugueses).⁶⁵ O crescimento médio (painel B do Gráfico A3.3 no Anexo A3.4.2) mostra algumas oscilações diferentes para homens e mulheres portuguesas mas a diferença mais clara é um crescimento de cerca de um ponto percentual acima para os homens 2003 e 2013. Para a UE, não se observam diferenças.

⁶³ Resultados para diferentes conjuntos podem ser disponibilizados pelas autoras.

⁶⁴ Os resultados a quatro anos levam a conclusões semelhantes e podem também ser disponibilizados.

⁶⁵ Por esta razão, a curva verde escuro, para os homens portugueses não é visível nestes anos.

Gráfico A3.3 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos – por sexo

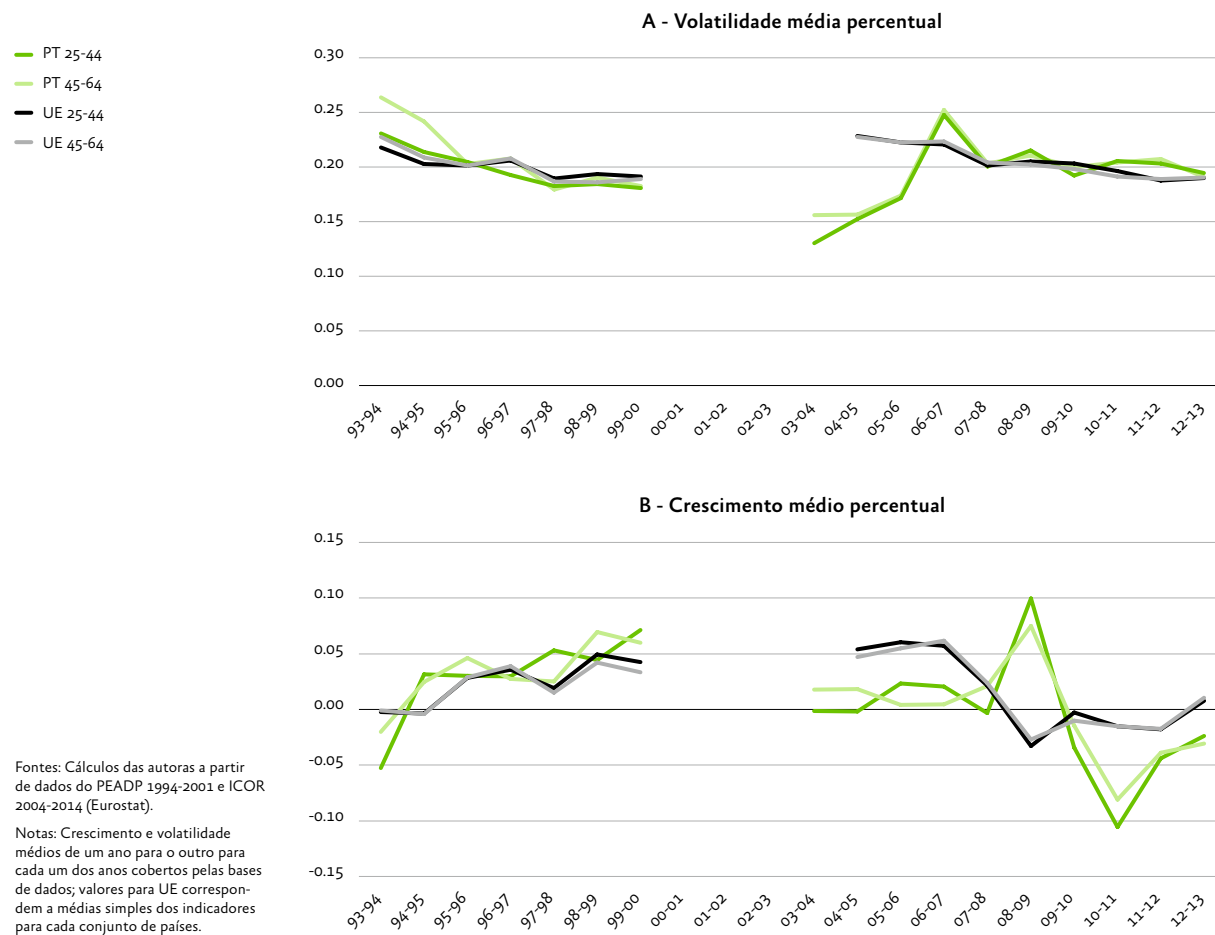


Fontes: Cálculos das autoras a partir de dados do PEADP 1994-2001 e ICOR 2004-2014 (Eurostat).

Notas: Crescimento e volatilidade médios de um ano para o outro para cada um dos anos cobertos pelas bases de dados; valores para UE correspondem a médias simples dos indicadores para cada conjunto de países.

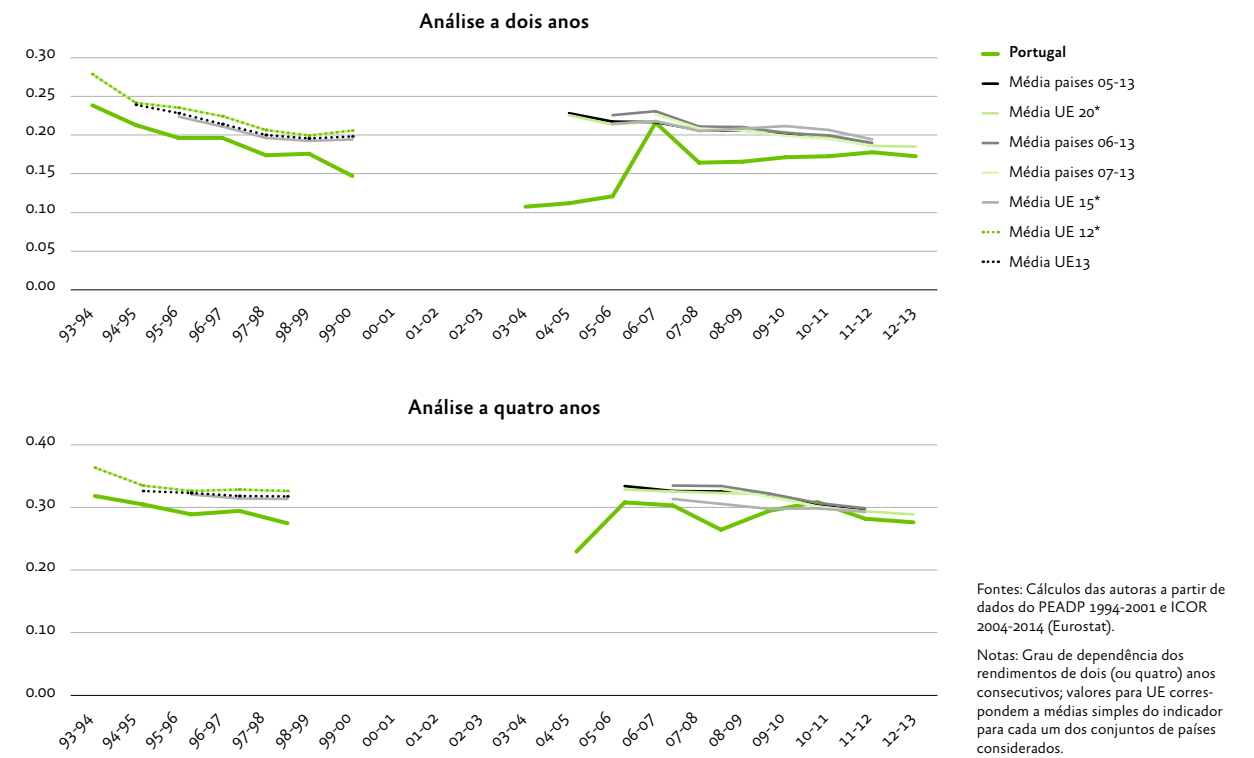
Anexo A3.4.3.

Gráfico A3.4 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia dois anos – por idade



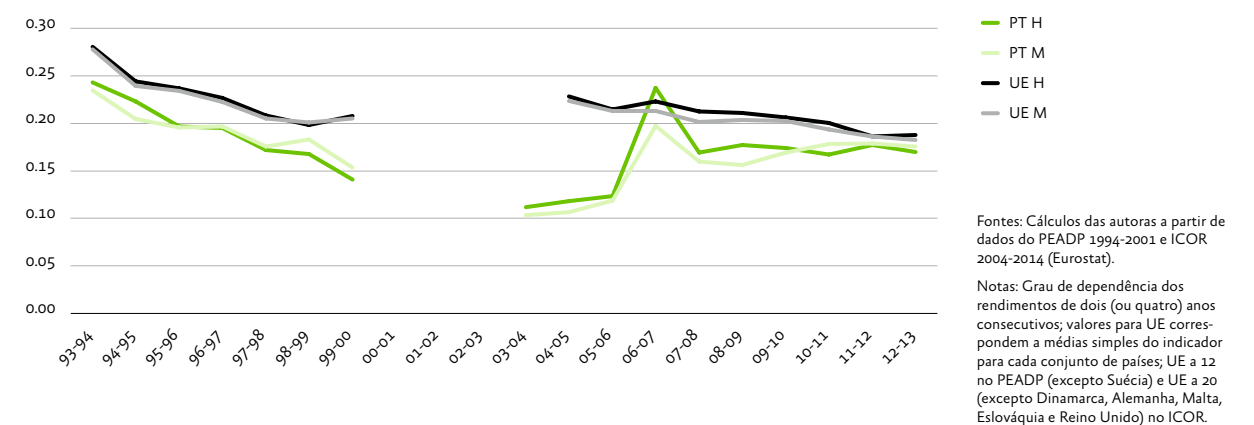
Anexo A3.6.1.

Gráfico A3.5 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois e a quatro anos



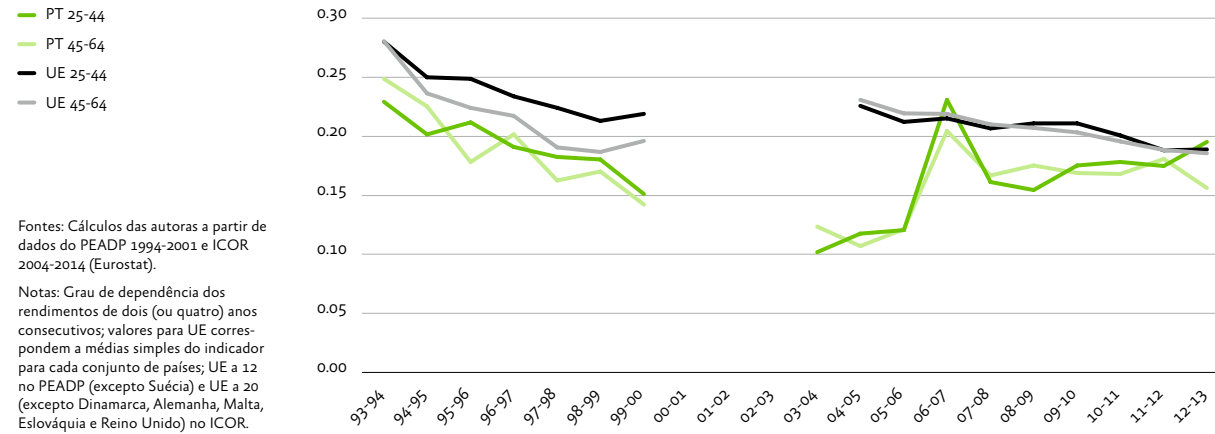
Anexo A3.6.2.

Gráfico A3.6 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por sexo



Anexo A3.6.3

Gráfico A3.7 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por idade



Anexo A3.7.1.

Gráfico A3.8 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia

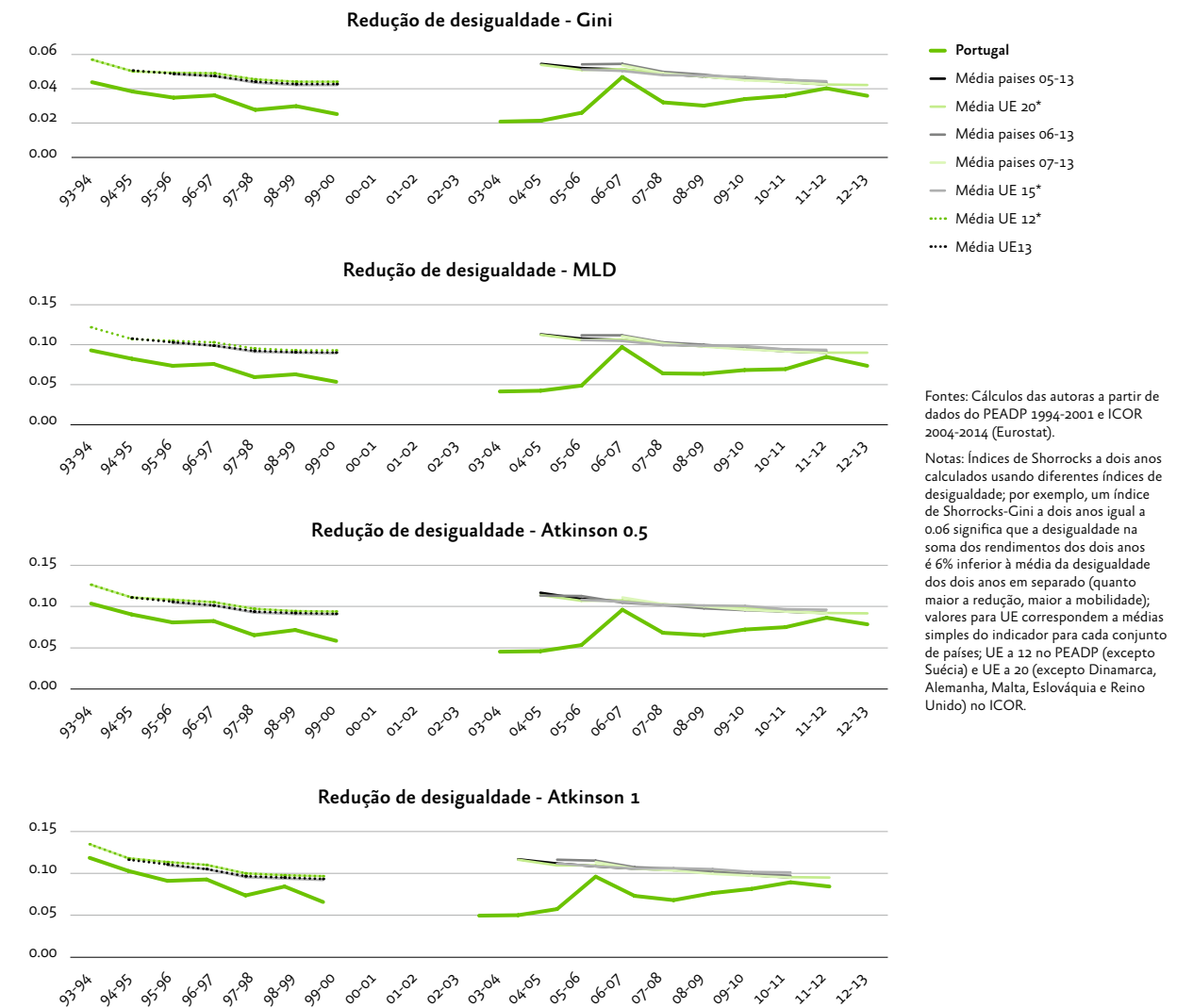
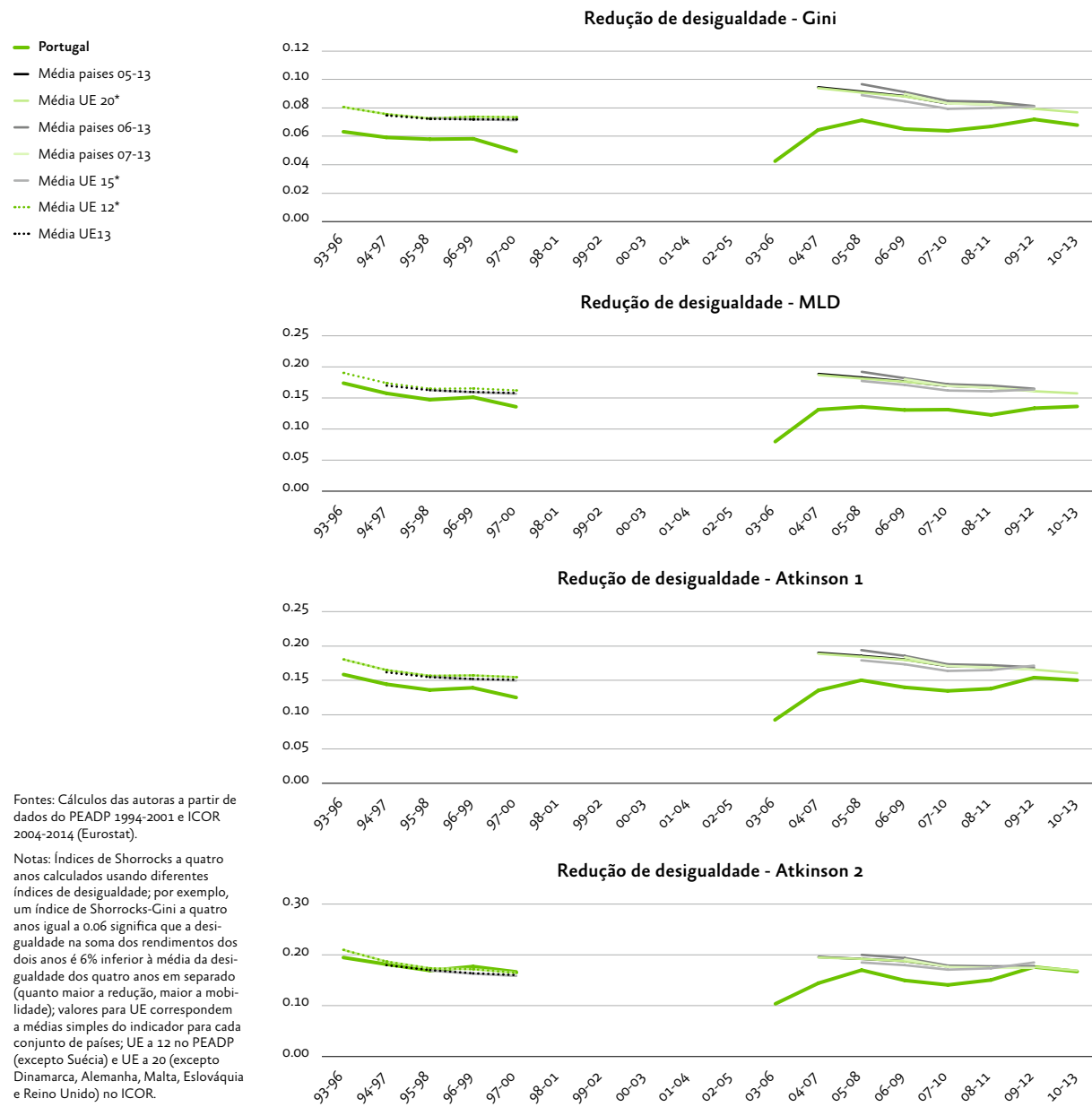
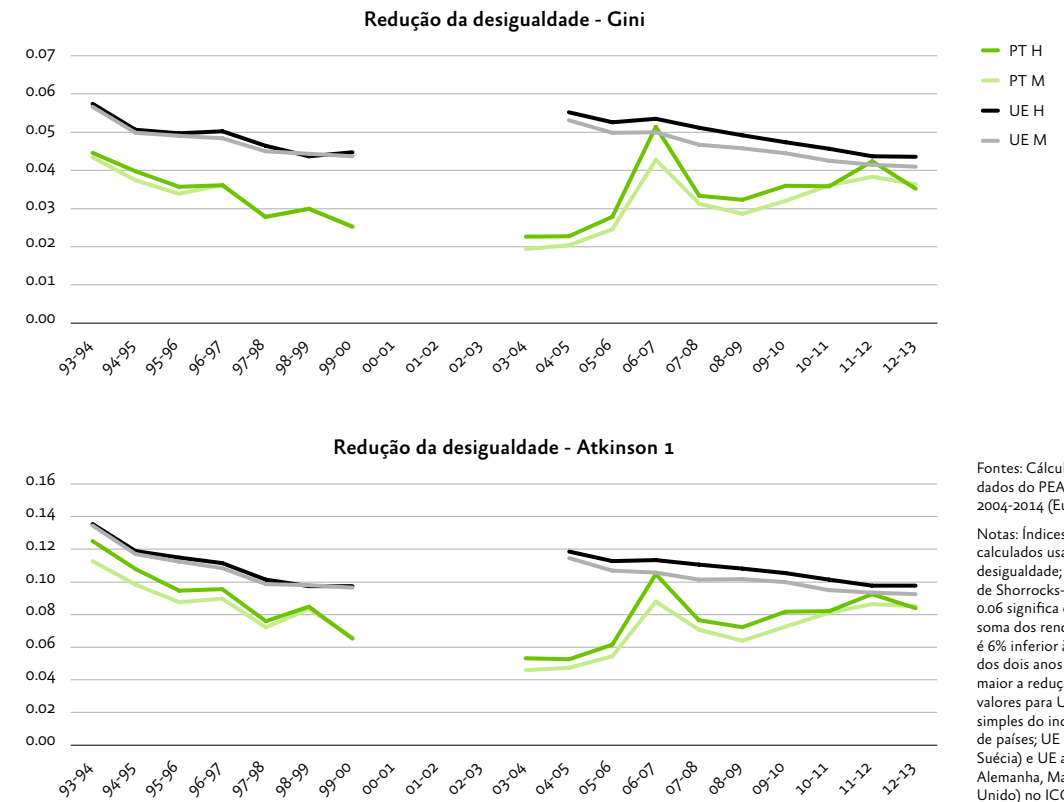


Gráfico A3.9 Mobilidade como redutora da desigualdade a quatro anos em Portugal e na União Europeia



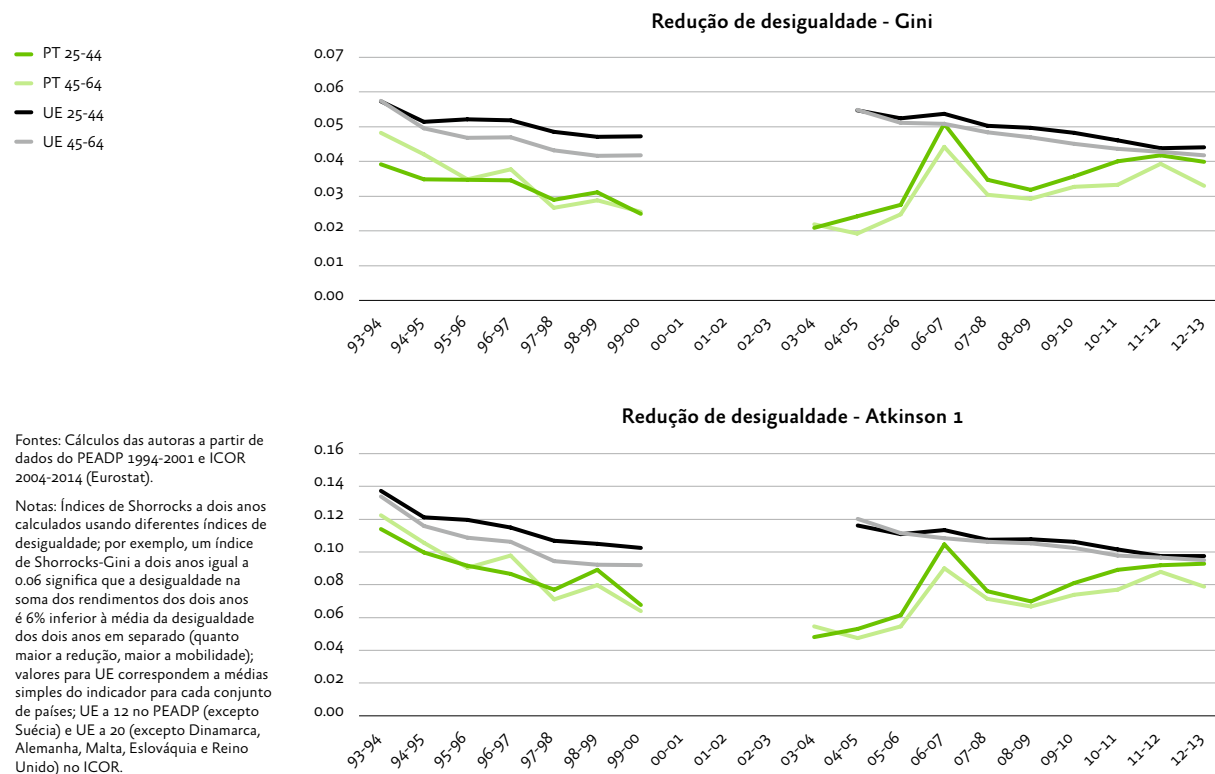
Anexo A3.7.2

Gráfico A3.10 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por sexo



Anexo A3.7.3.

Gráfico A3.11 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por idade



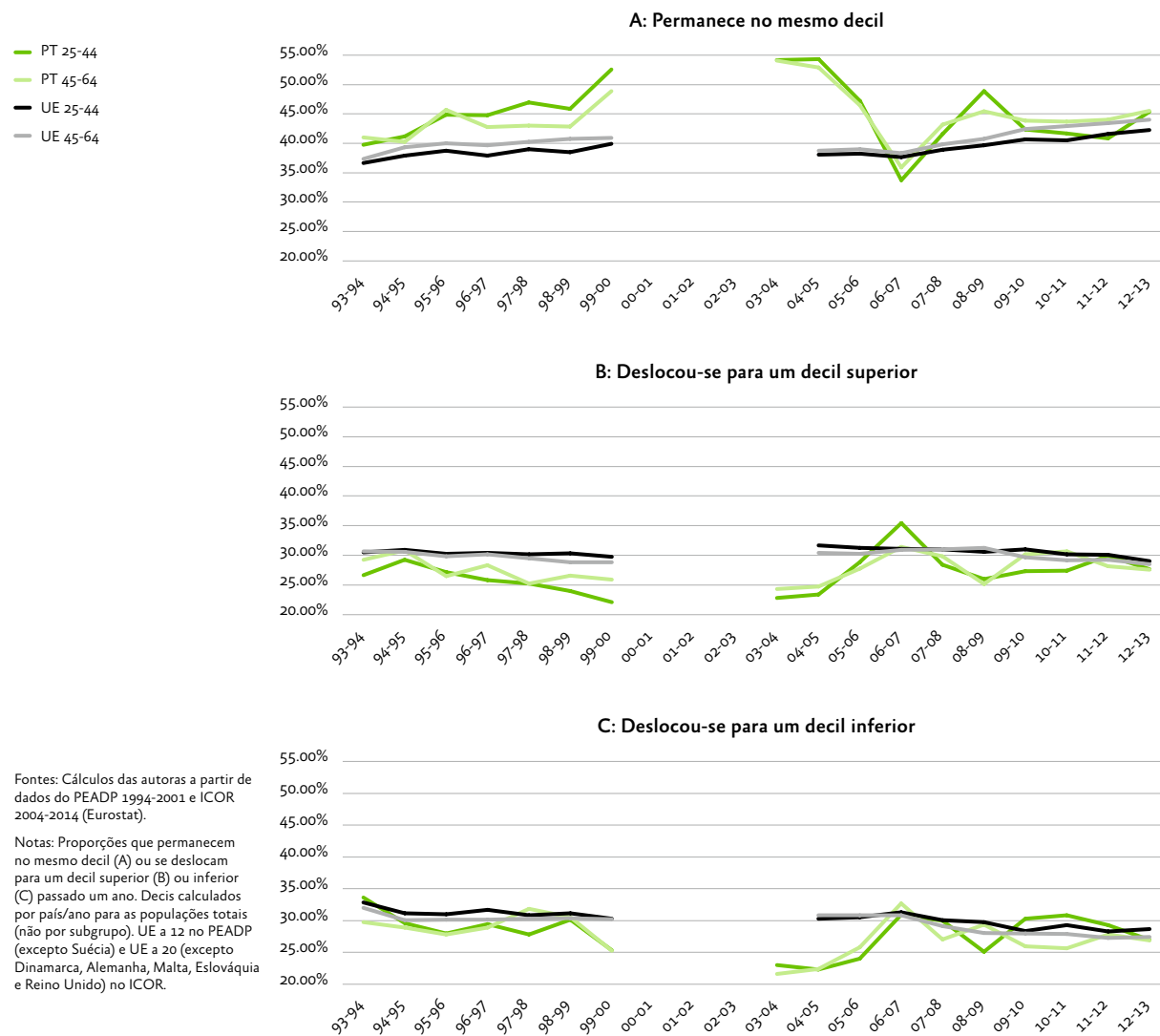
Anexo A3.8.1.

Gráfico A3.12 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por sexo



Anexo A3.8.2.

Gráfico A3.13 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por idade



Glossário de conceitos e indicadores

Crescimento médio absoluto e percentual

Definimos crescimento médio absoluto entre os períodos t e $t+1$ da seguinte forma:

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (y_{i,t+1} - y_{it}),$$

Em que n é o número de indivíduos na sub(população) considerada, y_{it} e $y_{i,t+1}$ são os rendimentos/salários do indivíduo i nos anos t e $t+1$, respectivamente. Esta medida distingue-se da volatilidade média (que também definimos neste Glossário, segundo Fields e Ok, 1996) ao ter em conta a direcção do movimento nos rendimentos, positivos ou negativos. Fields e Ok (1999) propuseram depois uma medida direccional, baseada em diferenças no logaritmo natural dos rendimentos. Neste estudo, optámos por usar o nível de rendimentos y_{it} em vez do seu logaritmo por permitir uma interpretação mais directa.

No entanto, consideramos também o crescimento em proporção do rendimento médio no período inicial – crescimento médio percentual:

$$\frac{\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (y_{i,t+1} - y_{it})}{\sum_{i=1}^n y_{it}}$$

Por simplicidade de notação, referimo-nos acima aos dois períodos como t e $t+1$ mas note-se que, na análise a quatro anos, se tratam de rendimentos dos anos t e $t+3$.

Índices de Atkinson

Medida de desigualdade do rendimento/salário utilizada no índice de mobilidade de Shorrocks (ver neste Glossário). Esta medida pode definir-se em

função da aversão à desigualdade. O índice de Atkinson no período t é definido da seguinte forma:

$$A_t = 1 - \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_{it}}{\mu_t} \right)^{1-\varepsilon} \right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}},$$

em que y_{it} mede o rendimento/salário do indivíduo i no período t ; n é o número de indivíduos na (sub)população; μ_t é o rendimento/salário médio nessa (sub)população no mesmo período. Por fim, ε representa o parâmetro de aversão à desigualdade. Quanto maior este valor, maior a importância atribuída à incidência de desigualdade sobre os indivíduos de menores rendimentos/salários.

Índice de Desvio Médio Logarítmico (MLD na sigla inglesa)

Índice de desigualdade utilizado no índice de mobilidade de Shorrocks (ver neste Glossário). Este índice é mais sensível a desigualdades na parte inferior da distribuição e define-se da seguinte forma:

$$MLD_t = \frac{\sum_{i=1}^n \log \left(\frac{\mu_t}{y_{it}} \right)}{n},$$

em que y_{it} mede o rendimento/salário do indivíduo i no período t ; n é o número de indivíduos na (sub)população; μ_t é o rendimento/salário médio nessa (sub)população no mesmo período.

Índice de Gini

Índice de desigualdade utilizado no índice de mobilidade de Shorrocks (ver neste Glossário). Mede a média normalizada das diferenças absolutas entre o rendimento/salário de qualquer par de indivíduos de uma população. Toma valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 1 (quando um mesmo indivíduo possui a totalidade do rendimento).

$$G_t = 1 + \frac{1}{n} - \frac{2}{n^2 \mu_t} \sum_{i=1}^n (n-i+1)y_{it},$$

em que y_{it} mede o rendimento/salário do indivíduo i no período t (estando os indivíduos ordenados por ordem crescente de rendimento), n é o número

de indivíduos na (sub)população; μ_t é o rendimento/salário médio nessa (sub)população no mesmo período.

Índice de Hart

O índice de Hart pertence à classe de índices de dependência no tempo, medindo até que ponto o bem-estar económico de um indivíduo no presente está relacionado pelo seu bem-estar no passado. É definido como:

$$1 - r = 1 - \beta \frac{\sigma_t}{\sigma_{t+1}},$$

em que:

r : coeficiente de correlação entre o logaritmo natural de rendimentos auferidos pelo mesmo indivíduo em dois períodos de tempo;

σ_t e σ_{t+1} : desvios-padrão do log de rendimentos nos períodos t e $t+1$, respectivamente;

β : coeficiente do logaritmo natural do rendimento no período t , numa regressão linear com o logaritmo natural do rendimento no período 2 como variável dependente.

O índice de Hart varia entre 0 e 2, igualando 0 no caso de completa imobilidade (isto é, no caso de perfeita correlação positiva entre rendimentos dos dois períodos, $r = 1$), 1 no caso em que os rendimentos dos dois períodos são completamente independentes ($r = 0$), e 2 no caso mais extremo de mobilidade (perfeita correlação negativa, $r = -1$, caso muito improvável em que a ordenação dos rendimentos se inverte por completo).

Por simplicidade de notação, referimo-nos acima aos dois períodos como t e $t+1$ mas note-se que, na análise a quatro anos, se tratam de rendimentos dos anos t e $t+3$.

Índice de Shorrocks – mobilidade como redutora da desigualdade de longo prazo

Esta é uma família de índices que medem até que ponto a mobilidade leva à redução da desigualdade no rendimento/salário a longo prazo – multiperíodo (Shorrocks, 1978). Ao contrário de outros índices usados neste estudo, estes permitem considerar rendimentos de mais do que dois períodos. Consideramos mobilidade a dois anos ($T=2$) e a quatro anos ($T=4$). A sua fórmula é:

$$1 - \frac{I[Y(T)]}{\sum_{t=1}^T w_t I[Y^t]},$$

em que:

$I()$ corresponde ao índice de desigualdade utilizado (ver abaixo nesta caixa).

$I[Y(T)]$ é o nível de desigualdade quando se considera, para cada indivíduo, a soma dos seus rendimentos/salários em todos os períodos considerados ($T=2$ ou $T=4$).

$I[Y^t]$ é o nível de desigualdade nos rendimentos/salários num determinado período t ($t=1, \dots, T$).

w_t são os ponderadores usados para cada período t , que igualam a proporção dos rendimentos que é recebida em cada um deles ($w_t = \mu_t / \mu$)

Medimos desigualdade nos rendimentos através do índice de Gini, MLD e Atkinson com os três parâmetros alternativos de aversão à desigualdade: 0.5; 1 e 2 (ver definição destes índices de desigualdade neste Glossário). O índice de Shorrocks toma sempre valores entre 0 e 1. O valor máximo 1 ocorre quando não existe desigualdade nos rendimentos agregados ao longo do tempo (isto é, quando toda a desigualdade de rendimentos é removida pela mobilidade, há perfeita mobilidade). O valor mínimo 0 corresponde a ausência de mobilidade – uma situação em que as desigualdades persistem mesmo quando um período mais longo é considerado.

Modelo logit multinomial para estatuto socioeconómico dos filhos em função do dos pais

Modelamos o estatuto socioeconómico dos filhos em função do dos pais através de um modelo logit multinomial. Este modelo define a probabilidade de um filho (indivíduo i) ter um determinado estatuto socioeconómico j ($j = 1, \dots, m$) da seguinte forma:

$$P(Soc_{filho_i} = j | x_i) = \frac{\exp(x_i' \beta_j)}{\sum_{i=1}^m \exp(x_i' \beta_j)}, \quad j = 1, \dots, m,$$

em que x_i representa um vector de variáveis explicativas (descritas abaixo); o vector β_0 é composto por zeros; e os vectores β_2 a β_m incluem coeficientes a estimar.

Definimos o estatuto socioeconómico dos filhos de duas formas alternativas (para mais detalhe, consultar Capítulo 2):

- escolaridade (Secção 2.4): 1 – baixo/básico, 2 – médio/secundário e 3 – alto/superior;

- profissão (Secção 2.6): 1 – produção de precisão, reparação e artesanato, e operadores, fabricantes e operários; 2 – trabalhadores qualificados da agricultura, floresta e pesca; 3 – técnicos de serviços, vendas e pessoal administrativo; 4 – gestores e profissionais.

O vector x_i contém as seguintes variáveis explicativas:

- estatuto socioeconómico pai – é definido da mesma forma que o do filho (escolaridade na Secção 2.4 e profissão na Secção 2.6);
- década de nascimento do filho: 1940-1949; 1950-1959; 1960-1969 e 1970-1985;
- interações entre a década de nascimento do filho e o estatuto socioeconómico do pai;
- ano de observação no inquirido: 2005 ou 2011;- sexo do filho;
- indicadores do país de residência (nos modelos para a UE).

Modelo logit multinomial para a probabilidade de os filhos terem um estatuto socioeconómico superior, inferior ou igual ao dos pais

Analizamos a mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre estatuto socioeconómico dos filhos através de um modelo logit multinomial. A probabilidade de um filho (indivíduo i) ter um estatuto Mob_filho_i que é inferior (1), semelhante (2) ou superior (3) ao do pai é definida da seguinte forma:

$$P(Mob_filho_i = j | x_i) = \frac{\exp(x_i' \beta_j)}{\sum_{j=1}^3 \exp(x_i' \beta_j)}, \quad j = 1, \dots, 3,$$

em que x_i representa um vector de variáveis explicativas (descritas abaixo); o vector β_0 é composto por zeros; e os vectores β_2 e β_3 incluem coeficientes a estimar.

Definimos a mobilidade dos filhos em relação aos pais ($Mob_filho_i = 1, 2, 3$) de duas formas alternativas (para mais detalhe, consultar Capítulo 2):

- mobilidade positiva, negativa ou imobilidade entre as seguintes categorias de escolaridade (Secção 2.4): i) baixo/básico, ii) médio/secundário e iii) alto/superior;
- mobilidade positiva, negativa ou imobilidade entre as três seguintes categorias profissionais (Secção 2.6): i) produção de precisão, reparação e artesanato, operadores, fabricantes e operários, e trabalhadores qualificados da agricultura, floresta e pesca; ii) técnicos de serviços, vendas e pessoal administrativo; iii) gestores e profissionais.

O vector x_i contém as seguintes variáveis explicativas:

- década de nascimento do filho: 1940-1949; 1950-1959; 1960-1969 e 1970-1985;

- ano de observação no inquérito: 2005 ou 2011;
- sexo do filho (bem como, nas análises por sexo, interações entre sexo do filho e a sua década de nascimento);
- indicadores do país de residência (nos modelos para a UE).

**Modelo de regressão linear para rendimentos dos filhos
em função do estatuto socioeconómico dos pais**

O rendimento dos filhos em função do estatuto socioeconómico dos pais é analisado através do seguinte modelo de regressão linear:

$$Rend_filho_i = x_i \beta + u_i$$

em que $Rend_filho_i$ representa o rendimento monetário disponível por adulto equivalente (total familiar anual; ver definição mais detalhada neste glossário); x_i é um vector de variáveis explicativas (descritas abaixo); o vector β inclui coeficientes a estimar e u_i representa um termo de erro aleatório.

O vector x_i contém as seguintes variáveis explicativas:

- estatuto socioeconómico do pai (escolaridade ou profissão):
 - escolaridade (Secção 2.5): 1 – baixo/básico, 2 – médio/secundário e 3 – alto/superior;
 - profissão (Secção 2.7): 1 – operadores, fabricantes e operários; 2 – produção de precisão, reparação e artesanato, 3 – trabalhadores qualificados da agricultura, floresta e pesca; 4 – técnicos de serviços, vendas e pessoal administrativo; 5 – gestores e profissionais.
- década de nascimento do filho: 1940-1949; 1950-1959; 1960-1969 e 1970-1985;
- interações entre a década de nascimento do filho e o estatuto socioeconómico do pai;
- ano de observação no inquérito: 2005 ou 2011;
- sexo do filho;
- indicadores do país de residência (nos modelos para a UE).

Ponderadores para as análises do PEADP e ICOR

Os ponderadores-base disponibilizados pelo PEADP e ICOR pretendem ter em consideração a probabilidade de selecção, não resposta e, conforme apropriado, de ajustar a amostra a factores externos relativos à distribuição de famílias e pessoas na população-alvo, como por exemplo sexo, idade,

tamanho e composição do agregado familiar e região. Na análise do Capítulo 2 foram utilizados os ponderadores transversais, enquanto no Capítulo 3 foram utilizados os ponderadores longitudinais de dois anos e base para as análises a dois e quatro anos, respectivamente. Não utilizamos os ponderadores longitudinais de quatro anos para as análises a quatro anos pois estes só se encontram disponíveis a partir de 2009. No entanto, para os anos em que ambos estão disponíveis, as nossas conclusões não são sensíveis à utilização de ponderadores-base ou longitudinais a quatro anos. Os ponderadores transversais e longitudinais são combinados a partir dos ponderadores-base, de uma forma apropriada. Nos resultados para o conjunto da UE, para que cada país contribua da mesma forma, utilizamos ponderadores normalizados, por forma a que a soma destes seja a mesma para cada país/vaga.

Rendimento monetário disponível

As componentes do rendimento monetário disponível são os rendimentos de trabalho por conta de outrem e/ou por conta própria, os rendimentos de pensões (velhice, sobrevivência), outras transferências de rendimentos sociais e outros rendimentos líquidos (de capital, propriedade e transferências privadas).

Rendimento monetário disponível por adulto equivalente

É obtido pela divisão do rendimento disponível de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. Este estudo usa a Escala de Equivalência da OCDE modificada. De acordo com esta escala, o primeiro indivíduo de cada família tem um peso igual a 1, os restantes adultos de 0.5 e as crianças de 0.3. Consideram-se adultos os indivíduos com 14 ou mais anos.

Salário bruto

Inclui salário base, salário extra e prestações regulares e irregulares. Em particular: salário base refere-se à remuneração mensal que corresponde ao exercício da actividade desempenhada pelo trabalhador de acordo com o seu período normal de trabalho; salário extra à retribuição por trabalho suplementar; e prestações regulares e irregulares a prémios e subsídios regulares e pagamentos sem periodicidade mensal (ex.: títulos de participação dos lucros, indemnizações, prémios de assiduidade, etc.).

Volatilidade média absoluta e percentual

Definimos volatilidade média absoluta através do índice de Fields e Ok (1996):

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n |y_{i,t+1} - y_{it}|,$$

Em que n é o número de indivíduos na sub(população) considerada, y_{it} e $y_{i,t+1}$ são os rendimentos/salários do indivíduo i nos anos t e $t+1$, respectivamente. Ao contrário do crescimento médio absoluto (também definido neste Glossário), esta medida de volatilidade não faz distinção entre aumentos e diminuições de rendimento, considerando as distâncias entre rendimentos de um ano para o outro de forma simétrica.

Consideramos também esta medida como proporção do rendimento no período inicial (Fields e Ok, 1996) – volatilidade média percentual:

$$\frac{\sum_{i=1}^n |y_{i,t+1} - y_{it}|}{\sum_{i=1}^n y_{it}}$$

Por simplicidade de notação, referimo-nos acima aos dois períodos como t e $t+1$ mas note-se que, na análise a quatro anos, se tratam de rendimentos dos anos t e $t+3$.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 31 Gráfico 2.1** Evolução do nível de escolaridade em Portugal – proporções de inquiridos (filhos/as) que atingiram cada um dos níveis
- 31 Gráfico 2.2** Evolução do nível de escolaridade na União Europeia – proporções dos inquiridos (filhos/as) que atingiram cada um dos níveis
- 32 Gráfico 2.3** Proporções dos inquiridos (filhos/as) com ensino básico em Portugal e na UE – por sexo
- 33 Gráfico 2.4** Evolução do nível de escolaridade em Portugal – proporções dos pais em cada um dos níveis de ensino, em função do ano de nascimento do filho
- 33 Gráfico 2.5** Evolução do nível de escolaridade na União Europeia – proporções dos inquiridos (filhos/as) em cada um dos níveis de ensino
- 37 Gráfico 2.6** Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais em Portugal – por coorte de nascimento dos filhos
- 38 Gráfico 2.7** Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais em Portugal – por nível de escolaridade dos pais
- 39 Gráfico 2.8** Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais na União Europeia – por coorte de nascimento dos filhos
- 40 Gráfico 2.9** Nível de escolaridade dos filhos em função do dos pais na União Europeia – por nível de escolaridade dos pais
- 41 Gráfico 2.10** Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos em Portugal e na União Europeia
- 42 Gráfico 2.11** Mobilidade ascendente, descendente e imobilidade entre nível de escolaridade de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – por sexo
- 46 Gráfico 2.12** Rendimento médio dos filhos em função da escolaridade dos pais em Portugal e na União Europeia
- 50 Gráfico 2.13** Profissão dos filhos em função da dos pais em Portugal – por profissão dos pais
- 51 Gráfico 2.14** Profissão dos filhos em função da dos pais na União Europeia – por profissão dos pais
- 53 Gráfico 2.15** Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre profissão de pais e filhos em Portugal e na União Europeia
- 54 Gráfico 2.16** Mobilidade positiva, negativa e imobilidade entre profissão de pais e filhos em Portugal e na União Europeia – por sexo
- 58 Gráfico 2.17** Rendimento médio dos filhos em função da escolaridade dos pais em Portugal e na União Europeia
- 74 Gráfico 3.1** Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos
- 76 Gráfico 3.2** Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a quatro anos
- 79 Gráfico 3.3** Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos – por escolaridade

83 Gráfico 3.4 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois e a quatro anos

86 Gráfico 3.5 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois e a quatro anos

88 Gráfico 3.6 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por escolaridade

91 Gráfico 3.7 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia

92 Gráfico 3.8 Mobilidade como redutora da desigualdade a quatro anos em Portugal e na União Europeia

95 Gráfico 3.9 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por escolaridade

100 Gráfico 3.10 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por escolaridade

102 Gráfico 3.11 Movimento de decis a dois anos por escolaridade – análise mais detalhada para Portugal

112 Gráfico 4.1 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos

113 Gráfico 4.2 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por sexo

114 Gráfico 4.3 Crescimento e volatilidade absolutos e percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por idade

115 Gráfico 4.4 Crescimento e volatilidade percentuais em Portugal – análises a dois e a quatro anos por escolaridade

116 Gráfico 4.5 Salário médio em Portugal por decil

117 Gráfico 4.6 Crescimento do salário médio por decil – diferença percentual entre dois anos

119 Gráfico 4.7 Movimento de decis de salário em Portugal – análise a dois e a quatro anos

120 Gráfico 4.8 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e a quatro anos

121 Gráfico 4.9 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por sexo

122 Gráfico 4.10 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por idade

123 Gráfico 4.11 Mobilidade como redutora da desigualdade em Portugal – análises a dois e quatro anos por escolaridade

124 Gráfico 4.12 Salário e decil médios por género, idade e escolaridade

125 Gráfico 4.13 Proporção de indivíduos por característica nos Quadros de Pessoal – género, idade e escolaridade

127 Gráfico 4.14 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por sexo

128 Gráfico 4.15 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por idade

129 Gráfico 4.16 Movimento de decis em Portugal – análise a dois e quatro anos por escolaridade

141 Gráfico A3.1 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos

142 Gráfico A3.2 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a quatro anos

143 Gráfico A3.3 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia a dois anos – por sexo

144 Gráfico A3.4 Crescimento e volatilidade médios para Portugal e União Europeia dois anos – por idade

145 Gráfico A3.5 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois e a quatro anos

145 Gráfico A3.6 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por sexo

146 Gráfico A3.7 Mobilidade como menor grau de dependência dos rendimentos de períodos diferentes – Portugal e União Europeia a dois anos – por idade

147 Gráfico A3.8 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia

148 Gráfico A3.9 Mobilidade como redutora da desigualdade a quatro anos em Portugal e na União Europeia

149 Gráfico A3.10 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por sexo

150 Gráfico A3.11 Mobilidade como redutora da desigualdade a dois anos em Portugal e na União Europeia – por idade

151 Gráfico A3.12 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por sexo

152 Gráfico A3.13 Movimento de decis em Portugal e na União Europeia – análise a dois anos por idade

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013] Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]

Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]

Coordenadores: Xavier Barreto e José Pedro Correia

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento [2016]

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

CONHECIMENTO

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI: liberdade e autonomia na educação [2013] Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]

Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]

José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]

Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]

Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]

Coordenadora: Maria Isabel Festas

Ciência e Tecnologia em Portugal: métricas e impacto (1995-2011) [2015]

Armando Vieira e Carlos Fiolhais

O multimédia no Ensino das Ciências [2014]

João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira

Cultura científica em Portugal [2015]

António Granado e José Vítor Malheiros

Será a repetição de ano benéfica para os alunos? [2016]

Luíś Catela Nunes, Ana Balcão Reis e Carmo Seabra

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]

Coordenador: Rodrigo Sarmiento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]

Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]

Coordenador: João Ferrão. Publicado em duas

versões: estudo completo e versão resumida

Três décadas de Portugal europeu:

balanço e perspetivas [2015]

Coordenador: Augusto Mateus

Investimentos em Infra-estruturas em Portugal [2016]

Alfredo Marvão Pereira e Rui Marvão Pereira

Empresas privadas e municípios: dinâmicas

e desempenhos [2016] José Tavares, Ernesto Freitas

e João Pereira dos Santos

ESTADO E SISTEMA POLÍTICO

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas

[2012] Coordenador: Ricardo Gonçalves. Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]

Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães e Mariana França Gouveia. Publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013] Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]

João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]

Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação [2015] Carlos Gómez Ligüerre

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal [2015] Alejandro Portes

e Maria Margarida Marques

O Ministério Público na Europa [2015]

José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques

e Luís Eloy Azevedo

Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral [2017]

Coordenadores: Francisco Veiga e Linda Veiga

Mobilidade Social em Portugal [2017]

Teresa Bago d’Uva e Marli Fernandes

POPULAÇÃO

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal:

usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]

Coordenador: Manuel Villaverde Cabral.

Publicado em duas versões: estudo completo

e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 Evolução e Perspectivas [2014]

Director: Mário Leston Bandeira

Determinantes da fecundidade em Portugal [2016]

Coordenadora: Maria Filomena Mendes

Migrações e sustentabilidade demográfica: perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas [2017]

Organizadores: João Peixoto, Daniela Craveiro, Jorge

Malheiros e Isabel Tiago de Oliveira



BAGO D'UVA, Teresa é Professora Associada na Erasmus School of Economics, Universidade Erasmus de Roterdão, na Holanda. Começou a sua investigação sobre pobreza e desigualdades sociais no Instituto Nacional de Estatística em 1999 e doutorou-se em Economia pela Universidade de York em 2006, na área das desigualdades sociais na saúde, na qual também se centrou a maior parte da sua investigação desde então.

FERNANDES, Marli é aluna de doutoramento em Economia na Nova School of Business and Economics. É licenciada e mestre pela mesma faculdade, tendo também frequentado a Aarhus School of Business and Social Sciences. Interessa-se especialmente pelas áreas de economia política, desigualdade e mobilidade social.

O conceito de mobilidade social surge frequentemente associado com a noção de igualdade de oportunidades. Uma maior mobilidade é socialmente desejável porque a igualdade de oportunidades é um princípio amplamente apoiado, que se baseia na ideia meritocrática de que as oportunidades devem depender das habilidades e esforço, e não da origem.

Este estudo tem como objectivos avaliar o grau de mobilidade social em Portugal, a forma como evoluiu ao longo do tempo e como se situou, também ao longo do tempo, no contexto da União Europeia. Este assunto é abordado a vários níveis: i) mobilidade entre gerações, isto é, de pais para filhos e ii) mobilidade para um mesmo indivíduo ao longo do tempo. A posição social é medida através do rendimento (filhos), salário (filhos), escolaridade (pais e filhos) e ocupação profissional (pais e filhos). Faz-se também distinção entre as situações de vários grupos na sociedade, nomeadamente, homens e mulheres, grupos etários e diferentes níveis de escolaridade.

